

SEMANÁRIO ANGOLENSE

18 Dezembro 2004

Inventário de uma enorme hemorragia

A sangria do Galo Negro

Análise / Retrospectiva (Severino Carlos)

Os sete tiros que, em 22 de Fevereiro de 2002, vararam o corpo de Jonas Savimbi num sítio inóspito das matas do leste de Angola tiveram o condão de terminar uma das mais prolongadas guerras civis do continente africano. O Mpla tinha conseguido, finalmente, alvejar o coração do inimigo, a sua fonte de força. Passados quase três anos, fazendo as contas de perdas e ganhos, emerge uma conclusão incontornável: ao longo dos anos, a Unita foi sofrendo uma inexorável sangria no melhor do seu tecido humano, responsável pela sua fraqueza actual. Muitos dos seus melhores cabos de guerra tombaram no teatro das operações. E quando isso não aconteceu, pura e simplesmente, renderam-se ao adversário. Muitos outros quadros políticos passaram-se de armas e bagagens para o campo adversário. Mas, mais do que isso, fica a constatação de que a Unita, no final das contas, sofreu uma violenta decapitação da sua direcção. O que se segue é o inventário dessa sangria que tem vindo a tolher a organização do Galo Negro, deixando-a quase exangue. Pode ser essa uma das causas da fraca oposição que temos hoje.

No fundo, estamos a falar da história da destruição de uma «máquina de guerra» que começou, antes de mais, com a decapitação da sua nata política. Quando, em princípios de Novembro de 1992, Abel Chivukuvuku saía ileso da «fúria» que durante três dias se abatera sobre a capital angolana, estava-se tão-somente a passar por um ciclo da lenta asfixia que a direcção do movimento de Jonas Savimbi foi sofrendo.

Se Chivukuvuku não tivesse sido poupado, seriam quatro os dirigentes de topo que a Unita teria perdido de uma só vez. Ferido nas pernas, o jovem que nessa altura era o secretário da Unita para as Relações Exteriores, e simultaneamente o número dois da organização na antiga Ccpm, Comissão Conjunta Político-Militar, viu partirem do mundo dos vivos Jeremias Chitunda, Mango Alicerces, Elias Salupeto Pena e Eliseu Chimbili.

No Huambo, onde se encontrava, Jonas Savimbi chorou e fez as contas dessas perdas humanas que representavam, igualmente, um brutal rombo na sua estrutura organizativa. Chitunda era o vice-presidente e Salupeto era o sobrinho e delfim que assumia o comando da sua falange na Ccpm. Esquartejado, Chimbili tinha sido um discreto chefe da «secreta» da Unita, ao passo que Mango, cujo corpo nunca apareceu, fora o secretário-geral.

Era muita massa cinzenta junta para ser perdida de uma só vez. Mas nem isso demoveu Savimbi. A partir daí, mergulhou ainda mais fundo na lógica suicida da confrontação militar, mas o garrote do adversário estava armado e a sangria foi fazendo o seu curso como uma sinuosa jibóia.

Porém, o ataque desferido contra a sua nata política vinha de trás, do passado. Ao tempo em que a Unita fazia alarde de trunfos diplomáticos que lhe conferiram uma imagem simpática nas chancelarias ocidentais, o Mpla não entrou em pânico e fez o contrário, explorar as contradições internas do seu adversário. Imediatamente depois do armistício

de Bicesse, contaram-se muitos mais militantes da Unita, incluindo dirigentes, a passarem-se para o lado de lá da barricada. Aliás, tirando algumas peças menores, não se assistiu a nenhuma movimentação de dirigentes do Mpla para a organização de Savimbi, um dado por sinal muito significativo.

O Mpla começou logo por aproveitar o movimento pela libertação de Tito Chingunji e Fernando Wilson dos Santos, desencadeado por diversos jovens que se opunham à condução totalitária de Savimbi, ampliando a reivindicação. Não foi possível evitar a morte de Tito e Wilson na Jamba, mas pouco tardou para que muitos dos contestatários de Savimbi comesçassem a saltar do barco. Um pequeno «fillet mignon», ainda imperceptível, mas que deixou o Galo Negro ligeiramente aturdido no plano político.

Um diplomata e um jurista (George Chicoty e Paulo Tjipilika), que mais tarde seriam respectivamente, vice-ministro das Relações Exteriores e ministro da Justiça, foram os primeiros a romper o elo com a Jamba. Chicoty arregimentou outros jovens descontentes (Alípio Parreirão, Dias Canombo) a Unita e fundou o Fórum Democrático Angolano (Fda), um partido que esteve na órbita do Mpla até que há coisa de dois anos, «terminada a missão», foi dado por extinto. Os seus membros transferiram-se para o partido no poder, como era previsível.

Tjipilika aguardou pelas «evasões» de Miguel Nzau Puna («ministro» do Interior na orgânica da Unita de então) e Tony da Costa Fernandes (secretário para as Relações Internacionais) e Raúl Danda (jornalista da Vorgan), para com eles fundar a Tendência de Reflexão Democrática (Trd). Presentemente, este é um partido que já não conta para nada, mas os seus fundadores não estão lá grandemente preocupados com o facto, em face dos ganhos sociais e materiais que, individualmente, obtiveram.

Outros rombos políticos deram-se já com a Unita em Luanda. Norberto de Castro (secretário adjunto para a Informação e director do «Terra Angolana», publicação oficial do partido) aguentou a truculência de Jonas Savimbi até ver a boca do precipício, logo depois da «batalha de Luanda». Impedido de fazer uso da dupla cidadania, Norberto foi retido no aeroporto, permanecendo no país até ter optado por romper com a Unita e aderir ao Mpla. Morreu este ano após ter sido, durante muito tempo, director de Comunicação e Imagem da Sonangol. Sardónico como sempre, o líder da Unita fez pouco caso da saída de Norberto e até se deu ao luxo de expulsar, em Abril de 1995, Fátima Roque, uma luso-angolana que era o seu principal quadro para as questões económicas e financeiras.

Novas perdas políticas continuaram a acontecer e atingiram o cume com o maior processo de fraccionamento dos anais da história da organização do Galo, com a criação, em Luanda, da Unita-Renovada, uma operação que, já não é segredo, contou com forte empurrão do Mpla. Eugénio Manuvakola e Jorge Valentim, os líderes principais da ala renovadora nunca mais voltaram ao redil de Savimbi, nem mesmo com a sua extinção. O futuro de ambos permanece indefinido, mas no cômputo geral acabam por ser um engulho para a Unita actual.

O mesmo se passa com boa parte dos outros dirigentes que compunham a facção renovadora. Não é por acaso que certas projecções feitas ao futuro próximo da Unita indicam, geralmente, que em casos de novos fraccionamentos acontecerem no interior do Galo Negro, a linha de separação de águas estaria exactamente nesses dirigentes, insatisfeitos com o facto de terem sido «engolidos» pelos que vieram do interior.

Jonas Savimbi, como é natural, já não saberá se a novela terá um «happy end». Mas partiu amargurado com a imagem de uma organização esfrangalhada, dirigentes políticos e generais a caírem em poder do adversário, quando não eram vitimados pela fome. As duas últimas cartas a caírem do baralho foram o seu vice-presidente António Dembo e o

jurista e deputado Capapelo. Segundo consta, morreram ambos em condições de completa degeneração humana.

041218-25

Mortes, rendições e capturas

A saga das baixas militares

Não há lembrança de antes dos Acordos de Bicesse ter havido baixas de vulto, capturas ou rendições entre as altas patentes da Unita. No entanto, nos idos de 80 ficou célebre a morte num recontro com as Fapla de um importante cabo de guerra de Savimbi, o general Tembi-Tembi, cujo diário foi explorado até à exaustão pela propaganda governamental. Ainda antes de Bicesse, registou-se a captura de Sebastião Lameira, um capitão cujas declarações constituíram um marco, em virtude de terem mostrado uma imagem mais realista, e despojada de propaganda, das capacidades militares da Unita nessa época, e da correlação de forças então existente.

Contudo, pouco antes dos acordos de paz, a Unita esteve na iminência de perder o núcleo duro do seu comando militar, que caiu num cerco das forças governamentais algures nas cercanias de Luena. Isto só não aconteceu porque houve pelo meio a primeira experiência de mediação de conflitos de William Tonet.

Foi preciso transpor as eleições de Setembro de 1992, para começarem as verdadeiras «dores de cabeça» para Savimbi no plano militar. Nos combates pós-eleitorais que aconteceram em Luanda, muitos dos seus comandos de elite ficaram no terreno e valiosos oficiais generais foram feitos prisioneiros. Bem feitas as contas, Savimbi já não voltou a contar com uma grande dos seus generais que haviam rubricado a acta de constituição das Forças Armadas Angolanas (Faa). Generais como Adriano Mackenzie, Benguela e Renato Campos optaram logo ali por integrar, sem reboços, as Faa.

Perito em informação militar, o general Isidro Peregrino Wambu, que organizou a rendição das forças remanescentes da Unita em Luanda, praticamente encerrou ali sua carreira militar. Desde então não teve qualquer intervenção militar, tendo optado por fazer uma licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra, em Portugal.

Pode afirmar-se, igualmente, que Demósthene Amós Chilingutila, um dos mais prestigiados generais das antigas forças militares da Unita, mesmo sem despir a farda nem se despojar dos galões, terá feito uma «rendição» tácita. Em termos militares já não voltou a ser prestável para o núcleo savimbista, principalmente quando passou a estar na condição de vice-ministro da Defesa e um dos elementos integradores do Comité Renovador da Unita, entretanto formado em Luanda.

Não se pode dizer tanto de Arlindo Chenda Pena «Ben-Ben» que, depois de ter escapado, por uma unha negra, de destino semelhante ao do seu irmão Salupeto Pena, ainda fez o gosto ao gatilho, participando em importantes batalhas, entre as quais avulta a que permitiu a tomada da cidade do Huambo pela Unita. Porém, o sobrinho do líder da Unita nunca foi capaz de materializar o sonho de reentrar em Luanda a petardos. De volta a capital, para ser o adjunto de João de Matos, por força do Protocolo de Lusaka, Ben-Ben era um homem amargurado e foi nessa condição que a morte, por doença, o colheu.

Mas as rendições que terão feito Jonas Savimbi espumar de raiva foram as dos generais Geraldo Sachipengo Nunda e António Bândua. Nunda, que hoje é o chefe-adjunto do Estado-Maior General das Faa, foi o primeiro a «raspar», tendo saído do Huambo, em 1993, com a ajuda do general Jorge Sukissa. Já Bândua zarpou quando as forças governamentais começaram a inverter o curso militar com as tomadas de Andulo e Bailundo, dois importantes bastiões do Galo Negro. Ambos, Bândua e Nunda, jogaram

um papel decisivo para a desarticulação definitiva do exército da Unita e, finalmente, para a morte em combate de Savimbi.

Mas antes de ter caído de joelhos, colhido pelos primeiros disparos, e, segundo depoimento do general Nunda, ter implorado para que não o matassem, o falecido líder da Unita ainda foi a tempo de assistir às mortes e às rendições de muitos outros dos seus cabos de guerra. Anotemos apenas alguns: Implacável, Bule, Galiano, Big Jó e Kate-Hama.

041218-25

Uma exceção chamada Adão da Silva

Praticamente não houve deserções de vulto das forças governamentais para as da Unita. A exceção digna de nota foi apenas a de Adão da Silva, ainda antes da rubrica dos Acordos de Bicesse, em 1991. Quando deu o pulo para o outro lado da barricada, da Silva integrava a hierarquia do comando da Polícia Nacional.

Adão da Silva foi também, ao que consta, um dos mais sofisticados e cerebrais oficiais da corporação, pelo que a sua deserção causou mossa, já que conhecia os cantos da casa. No ministério do Interior, à Marginal de Luanda, ainda hoje há quem cochiche o nome de Adão da Silva, pelos seus feitos.

Era uma das pedras basilares com que a Unita contava para o governo. Mas Adão da Silva não foi a tempo de aquecer o banco, depois do seu assassinato, cujos contornos ainda estão por deslindar.

041218-25

A Autofagia

Depois de todas as contas, é importante referir que a autofagia no interior da Unita também teve a sua quota-parte de responsabilidade na sangria dos quadros políticos e militares da organização. Jonas Savimbi assemelhou-se grandemente às cobras que tragam as suas próprias crias. Registemos alguns nomes:

Valdemar Chindondo – Primeiro chefe do estado-maior geral das Fala, o antigo braço-armado da Unita.

António Vakulukuta – De etnia Kuanhama; foi um dos primeiros diplomatas da organização do Galo Negro.

Jorge Sangumba – Um dos primeiros a opor-se a Savimbi. Dele se dizia «Sangumba okwete osapi yo Ngola» (do umbundu, «Sangumba tem a chave de Angola»), muito antes de Fred Brighland ter escrito a «bíblia» da Unita «Jonas Savimbi, uma chave para a África».

Tito Chingunji – Foi representante da Unita nos Estados Unidos. Os americanos chegaram a apontá-lo como uma boa aposta para a sucessão de Savimbi.

Wilson dos Santos – Quadro de formação superior, braço-direito, amigo e cunhado de Tito Chingunji.

Altino Sapalalo «Bock» - Sobrinho de Savimbi, chefe da guarda pretoriana de Savimbi e substituto Ben-Ben no comando do exército da Unita.

041218-25

**Embaixador Assunção dos Anjos fez questão de lá estar
Consulado oferece «cabaz» de Natal a 50 reclusos
angolanos em Caxias**

Salas Neto, em Lisboa

Maços de cigarros, jogos, credifones, camisolas, livros e chapéus constituíram um pequeno «cabaz» que o Consulado-Geral de Angola em Portugal ofereceu a cada um dos 50 cidadãos nacionais que se encontram encarcerados no estabelecimento prisional de Caxias, em Lisboa, no quadro de uma já tradicional iniciativa dessa representação diplomática por altura do Natal, para simbolizar a sua solidariedade para com os «mwangolê» que vivem por cá em condição difícil.

Os reclusos regozijaram-se com o que lhes foi ofertado pelo consulado, com o apoio da embaixada, em meio a um almoço à boa maneira angolana, com os bons quitutes da terra, etecétera e tal, que terá servido para que a esmagadora maioria deles matasse saudades nesses particulares gastronómicos. Ainda à boa maneira angolana, não pôde faltar música da banda, que esteve a cargo dos «Garimpeiros», um grupo recém-formado no qual desfila o grande Zé Mueleputo, e ainda dos «Tropical Roots».

Antes, como é evidente, foi a vez dos discursos. A começar por Elizabeth Simbrão, a cônsul-geral, que garantiu aos reclusos que Angola não esquece os seus filhos, mesmo aqueles que se encontram privados de liberdade, como era o seu caso. «Viemos aqui trazer-vos o nosso gesto de solidariedade, na esperança de uma rápida reinserção na sociedade», sublinhou a diplomata.

O embaixador Assunção dos Anjos, que encabeçou a delegação da missão diplomática à prisão de Caxias, ao seu estilo peculiar, fez questão de comparar, com os devidos descontos, é claro, a situação dos detidos angolanos com a de Nelson Mandela, citando um chefe de estado africano que, ao visitar Robben Island, disse: «as prisões dão a noção real da liberdade».

«Vocês estão a saldar as vossas dívidas com a sociedade, decorrente de alguma conduta delituosa», disse o embaixador de Angola em Portugal aos reclusos, que o ouviam com bastante atenção e não se coibiram de ovacioná-lo, quando foi caso disso.

Assunção dos Anjos disse que após o período de restrição a que estão sujeitos nada poderá impedir o usufruto dos seus direitos de reinserção na sociedade, devendo, aliás, cada um contribuir, com actividades socialmente úteis, para o desenvolvimento do país e para a realização da respectiva felicidade individual.

O chefe da missão diplomática em Portugal pediu aos reclusos para que tenham um comportamento digno e aprendam com os erros do passado, extraindo daí lições que possam enriquecer o seu dia-a-dia.

O estabelecimento prisional de Caxias, agora dirigido por uma senhora, Otília Gralha, já teve um hóspede de luxo nos anos 50, o ilustre António Agostinho Neto, que viria a ser o primeiro presidente de Angola. Quem também passou por lá nessa altura é o maior ícone dos comunistas portugueses, Álvaro Cunhal.

Segundo a Angop, que apurou de fonte consular, são cerca de 500 os angolanos que se encontram encarcerados em Portugal, sobretudo por tráfico de droga, falsificação de documentos, roubos e/ou furtos de viaturas.

Nota: em próxima edição trataremos de alguns casos individuais de reclusos angolanos nesta cadeia, alguns dos quais se queixam de maus-tratos, não já só dos carcereiros, mas também de juízes, estes acusados, inclusive, de racismo.

Projecto de Usd 15 milhões financiado pela China
Edel ilumina periferia de Luanda
Celestino Andrade

Dos dois biliões de dólares emprestados pelo Eximbank chinês ao Governo angolano, está previsto que uma fatia de 15 milhões de dólares acabe consagrada a um programa de recuperação, reabilitação e expansão das redes de media e baixa tensão (MT/BT) na província de Luanda, num projecto denominado ChiAng recentemente aprovado pelas autoridades para dar maior cobertura energética à capital do país.

Esta informação foi prestada pelos responsáveis da Edel a jornalistas de vários «mass media» durante uma jornada de campo realizada na quinta feira, 9, no município do Kilamba Kiaxi, onde decorrem as obras de construção de maciços que servirão de base para suportar os novos postos de transformação de energia com uma potência de 630 Kva.

Presentemente, o projecto ChiAng cobre, na sua primeira fase, três zonas periféricas da cidade de Luanda, que são os municípios do Cazenga, Kilamba Kiaxi e Samba. A empresa de distribuição de electricidade de Luanda (Edel) prevê até Abril do próximo ano concluir a montagem de 60 postos de transformação de energia naqueles três municípios, contra os 22 actualmente montados no interior do Kilamba Kiaxi.

Esta última localidade já conta com dois desses postos em pleno funcionamento, dando lugar a um número de 380 novos clientes contratados, mas os serviços comerciais da empresa calculam que só até ao fim do ano prestes a terminar outros 600 novos consumidores se juntem à rede.

Amorbelo Martins, que chefia projecto ChiAng, estima que com a produção de 37 MW até Abril próximo, quando se prevê que os trabalhos iniciados em Maio deste ano estejam terminados, o número de novos clientes supere os 12 mil no cômputo dos três municípios.

Segundo apurou o Semanário Angolense, a Edel mandou, com a ligação de novos clientes à rede, instalar contadores nas casas dos consumidores, por forma a substituir o calculo presumido que actualmente caracteriza as cobranças da empresa. Uns 13 mil contadores, entre os monofásicos e trifásicos, foram comprados no estrangeiro, o que corresponde mais ou menos ao números de novos aderentes da rede.

Relativamente aos materiais aplicados neste projecto, Amorbelo Martins garantiu em conversa com o Semanário Angolense que «acidentalmente, para além da engenharia ser do fabrico chinês, os empreiteiros são oriundos desse mesmo país, fazendo com que fique mais fácil aplicar a tecnologia disponível». Os postos de transformação de energia são todos digitais.

041218-25

Energia para o futuro

Todos os dias, o piquete de reclamações da Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (Edel) recebe reclamações relativas à fraca capacidade de distribuição ou mesmo à falta da corrente eléctrica entre clientes que contratam os seus serviços.

A subestação do Golfe II, inaugurada pelo Presidente da República em Dezembro do ano passado, surgiu para permitir uma cobertura mais efectiva da rede nos municípios do Kilamba Kiaxi, Viana e Samba.

Entretanto, na última visita de campo efectuada àquela subestação, o Semanário Angolense constatou junto de oficiais da empresa que o colosso «continua adormecido». Actualmente, a subestação de energia do golfe II só fornece a um terço da população do município do Kilamba Kiaxi, o que pode confirmar o alegado subaproveitamento do empreendimento em questões como a expansão, a melhoria da qualidade e a fiabilidade de energia distribuída pela Edel aos seus consumidores.

Amorbelo Martins, do projecto ChiAng, considerou que não se trata do sub-aproveitamento do caudal eléctrico, revelando que apesar de se estar a fazer fornecimentos ao golfe II, «estamos a contar com esta energia para servirmos a cidade que aí vem. Nós sabemos que temos um centro universitário aqui próximo e temos que prever de onde virá a energia para o funcionamento daquilo».

041218-25

Kuando Kubango

Chineses pagam barragem

Notícias emitidas em Luanda dão conta de que um grupo de empresários chineses vai financiar, no próximo ano, a construção de uma barragem hidroeléctrica no rio Cubango, a sul de Menongue, capital da Província do Cuando Kubango.

Segundo tais informações, os empresários chineses encarregues dessa empreitada visitaram recentemente a província para estudos preliminares, determinando que em resultado disso, os primeiros sinais serão vistos no princípio de 2005, altura marcada para o arranque das obras. O montante avaliado para esta empreitada não foi revelado, mas é dado adquirido que as obras terão mesmo o seu arranque na data prevista, o que vai permitir um maior desenvolvimento do sector económico da região. A referida barragem irá abastecer a cidade de Menongue e arredores da cidade capital da província, que há muito se têm debatido com a falta de energia eléctrica.

A população, segundo relatos obtidos por este semanário, aguarda pela conclusão desse empreendimento, para ver de uma vez por todos os problemas ligados à falta de energia eléctrica solucionados. Por outro lado, porém, teme-se que a antiguidade do sistema de distribuição desvirtue o esforço empregue com a edificação da barragem.

041218-25

Huambo

Preço dos combustíveis «dispara»

No mercado paralelo na cidade do Huambo, os preços dos combustíveis acabam de subir 15% para lá da subida decretada em Novembro, algo que provavelmente decorre escassez desses produtos que se faz sentir naquela província.

O problema atingiu profundamente os automobilistas que não vem outra solução, senão parar as viaturas devido a esta subida, ali considerada como sendo vertiginosa. Embora o aumento se tenha verificado no mercado paralelo, o efeito daquilo que será um ataque especulativo é geral, uma vez que nas bombas não se consegue obter carburantes, por estarem encerradas no quadro da escassez.

Cinquenta Kwanzas por um litro de gasolina e quarenta por um litro de gasóleo: estes são os preços que deixam os utilizadores desses produtos sem outra opção que não seja a de abandonar a utilização de fontes de energia baseadas em derivados do petróleo.

041218-25

Movicel

Telefone por menos de Usd 150

Novos telefones Movicel poderão ser comercializados a Usd 150 com 40 Usd de chamadas, correspondentes a 500 Utt, segundo noticiou a Rna. Na realidade, o preço do telefone fica abaixo dos 150 dólares, se dele for deduzido o valor do saldo. O aparelho é o novo modelo da Motorola C131, e foi lançado há apenas seis meses pela Motorola, na Ásia.

A Movicel é um dos primeiros operadores no mundo a lançar o modelo «C131» da Motorola e pretende proporcionar ao mercado angolano a oportunidade de desfrutar dessa inovação. O aparelho possui um «design» moderno e desportivo e estará brevemente à venda nos agentes autorizados da operadora.

Em simultâneo, a Movicel lança também o Motorola E310, um telefone que possui ecrã a cores e tecnologia vibracall, ou seja, vibrador conectado aos toques. A operadora oferece seis meses de garantia para defeitos de fabrico.

041218-25

Empreiteiro sul-africano contratado pela Presidência

Robust abandona obra com dívida salarial superior a Usd 300 mil

A Casa Militar da Presidência da República vai persuadir os representantes de uma empresa de construção sul-africana designada Robust, a contraírem um empréstimo bancário para sanar questões salariais que pendem sobre 250 empregados, depois dos negócios dessa firma terem ruído em Luanda.

Essa informação foi prestada ao Semanário Angolense por uma fonte da Casa Militar que solicitou o anonimato. Foi essa instância da Presidência da República que contratou a Robust na África do Sul para erguer um centro de treino da Unidade da Guarda Presidencial (Ugp), um projecto concluído no bairro do Benfica (Luanda), e um condomínio de dez prédios sobre o local em que estava situada a lixeira do Golfe II, dos quais apenas dois ficaram terminados.

Este último projecto empregava 250 operários e está paralisado desde há vários meses, segundo a fonte da Casa Militar contactada pelo Semanário Angolense, em decorrência de uma alegada «falta de materiais» de construção. Os operários disseram a este jornal que, ao contrário, o projecto tinha sido abandonado pelo empreiteiro por supostos problemas financeiros do cliente.

Na semana que hoje termina, um último grupo de expatriados que servia aquela obra deixou Angola pela fronteira de Santa Clara (Cunene) com destino à África do Sul, levando consigo equipamentos e meios rolantes, algo que, para eles, reforça as teorias de abandono da empreitada.

Acontece, porém, que ao fazê-lo, os sul-africanos deixaram atrás de si uma dívida salarial de quatro meses (os salários não são pagos desde Setembro) sobre os seus empregados angolanos, dívida essa que globalmente totaliza 328.660 dólares. Um movimento sindical levantado entre os trabalhadores para reivindicar o pagamento dos salários enquanto os gestores sul-africanos do projecto estiveram em Luanda, foi «atirado» para a Casa Militar da Presidência da República (o cliente da obra), que, por sua vez, os remeteu à firma sul-africana (o empreiteiro e empregador).

Na segunda-feira, 13, o último grupo de expatriados sul-africanos deixou o país, e, atrás

de si, uma aparatosa manifestação que na quarta-feira, 15, reuniu os empregados angolanos da companhia no recinto em que está a ser erguido o condomínio de dez prédios. Nesse dia, este jornal ouviu da fonte da Casa Militar declarações segundo as quais essa instituição se solidariza com os trabalhadores prejudicados nos seus direitos salariais.

A fonte explicou, entretanto, que de acordo com as informações que tinha, os sul-africanos não abandonaram definitivamente o país, tendo somente viajado para passar as festas de Natal e ano novo. Em todo o caso, disse, diligências seriam feitas junto do empreiteiro, para que pague os salários em dívida.

Cento e vinte e cinco dos 250 empregados angolanos da Robust tinham recebido notificações de despedimento já no mês de Outubro, quando a empreitada entrou em crise, mas não receberam salários nem indemnizações.

041218-25

Pronunciamentos parlamentares na aprovação do Oge 2005

O Oge de receitas e despesas de 956.2 biliões de kwanzas (87 kwanzas equivalem a um dólar) para 2005 acabou na terça-feira, 14, aprovado por uma maioria parlamentar relativa, depois de debates em que representantes das bancadas parlamentares da oposição fizeram pronunciamentos altamente depreciativos a respeito desse documento.

Aliás, embora tenha lido um parecer em que a Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional recomenda a aprovação parlamentar do Oge 2005, Joana Lina, coordenadora dessa comissão e deputada pelo partido governamental, recomendou uma revisão orçamental em Junho do próximo ano, com vista a «reforçar» verbas tidas como «insuficientes» para alguns sectores e programas.

Os pronunciamentos com os quais os representantes das bancadas parlamentares manifestaram as suas posições em relação ao Oge 2005 incidiram sobre a colocação de dúvidas quanto ao facto daquela previsão de gastos estar ou não comprometida com os desígnios de desenvolvimento do país, questionando-se a estrutura das despesas que destina importantes verbas ao aparelho repressivo, em detrimento de sectores como Saúde e Educação.

Sebastião Alexandre, do Partido da Juventude Operário-camponesa (Pajoca) considerou que o Programa Geral do Governo naquele dia aprovado com o Oge 2005, proclama objectivos irrealizáveis, queixando, a seguir, do facto do Oge para o próximo ano consagrar menos verbas à Saúde, Educação e Agricultura do que à Defesa Nacional e à sua componente de Defesa Civil.

Além disso, Anália Vitória Pereira, presidente do Partido Liberal Democrático (PlD), cobrou do Governo explicações para o facto da previsão de despesas de um Estado que se pretende democrático e direito, consagrar verbas que disse serem exíguas à função Justiça.

O PlD, declarou, não concorda que num ano em que existem tarefas de preparação de um processo eleitoral mais ou menos apazado para 2006, e em que se torna necessário reforçar o papel dos serviços de registo e notariado, as verbas a isso destinadas fiquem afectas a um orçamento específico para as eleições, como é o que parece estar previsto.

Para Avp, o importante é reforçar o papel da Justiça, a cujos organismos dever-se-iam destinar dotações que correspondessem às aspirações gerais de transformar Angola num

Estado de direito.

A Frente Nacional de Libertação de Angola (Fnla), disse Benjamin Silva, considera que no Oge 2005 «não está clara» qual é a posição do Governo em relação aos grupos (populacionais) menos favorecidos, quando se atenta às dotações em face das utilizações previstas.

Benjamin Silva lamentou o facto do Oge para o próximo ano não prever aumentos salariais para a Função Pública. Lindo Bernardo Tito, do Partido de Renovação Social (Prs) fez um pronunciamento em que duvidou da seriedade do parlamento angolano, que em resultado da maioria governamental que o compõe, haveria de votar, naquele dia, um a proposta orçamental que, segundo declarou, exclui as províncias dos projectos de desenvolvimento e conduz o país a «navegar em águas turvas».

Nos discursos que quatro representantes parlamentares do Mpla iriam proferir momentos depois, antecedendo o primeiro ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos (Nandó), o deputado do PRS haveria de ser o alvo de algumas tiradas sarcásticas e outra tanta chacota.

Gerónino Wanga, do Grupo Parlamentar da Unita, exigiu o desmantelamento da Organização da Defesa Civil (Odc), demonstrando que esse organismo dos mecanismos de coerção, embora não se faça necessário, obsorve verbas superiores a províncias como o Cunene ou o Kuando Kubango, ou a instituições estatais como é o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Foi quando intervieram quatro deputados do Mpla para apoiar a proposta governamental de Oge, entre os quais falou Joana Lina, que refreou os receios dos parlamentares da oposição, afirmando que as verbas destinadas à Odc serviriam para cobrir os custos da desmobilização dos efectivos dessa organização para-militar.

Bornito de Sousa, presidente da bancada parlamentar do Mpla, atacou Lindo Bernardo Tito do PRS pelo facto de ter duvidado da seriedade do parlamento: «quem considera que esta casa não é séria que saia ou que se vista também de palhaço».

O primeiro ministro anunciou, ao discursar no fim daquela sessão parlamentar, que a Conta Geral do Estado relativa a 2003 já está em posse do Tribunal de Contas. A relativa ao ano em curso será enviada de acordo com o preconizado na lei, ou seja, até 16 meses depois de conta ter sido realizada.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

041211-18

É o fim da história ou vem aí mais chumbo?

Ascensão e queda de Jorge Valentim

Ex-ministro da Hotelaria e Turismo não aceitou ir para o lugar de Jaka Jamba, no Parlamento

Severino Carlos

Ainda não se sabe qual será o próximo destino de Jorge Valentim que, neste trecho final do ano, se confronta, num ápice, com duas contrariedades: a morte da esposa e a perda do cargo de ministro da Hotelaria e Turismo. Um dirigente da Unita, a quem Semanário Angolense contactou, disse que foi uma «experiência constrangedora e penosa» para a organização do Galo Negro ter incluído o nome de Valentim na lista de personalidades a apelar do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (Gurn). «Mas não tivemos outra

saída», acrescentou.

Segundo a fonte, já não era possível «esticar-se mais a corda», mantendo-o no Governo. Isto porque se, por um lado, a Unita tinha adoptado o princípio de que a remodelação devia ser integral, abrangendo todas as pastas que o partido dispõe no Gurn, por outro, também, «o próprio Jorge Valentim tinha criado nos últimos tempos bastantes anticorpos no interior da organização», onde muitos passaram a ter por ele «uma enorme antipatia».

Ainda assim, ao que disse a fonte, a direcção da Unita não quis uma «queda abrupta» de Jorge Valentim, por várias razões. Além da «situação pessoal delicada» por que Valentim está a passar, com a morte da mulher, foi ponderado igualmente o facto de ser um dirigente de topo com qualidades para fomentar divisões internas no partido do Galo Negro.

De todo o modo, revelou ainda a fonte, por se tratar de uma medida baseada no «princípio da rotatividade» e não um «processo de defecções», a direcção da Unita propôs ao recém exonerado ministro da Hotelaria e Turismo o lugar de segundo vice-presidente da Assembleia Nacional, que era ocupado por Almerindo Jaka Jamba, já que este acaba de ser nomeado Representante Permanente de Angola na Unesco, em substituição de um outro quadro diplomático do Galo Negro, Jorge Marcelino Sanguende.

«É um cargo de enorme relevo e prestígio, que achámos que Jorge Valentim poderia perfeitamente ocupar, agora que ele está vago», disse a fonte que temos vindo a citar, para justificar a oferta feita a Valentim, mas certo é que este a recusou liminarmente. Os críticos de Jorge Valentim viram nesse acto de recusa uma manifestação não apenas de sobrançeria, mas uma clara indicação de que ele possui outro tipo de ambições materiais. «Ele é tão materialista que já não se conforma com cargos que não dão dinheiro», ouve-se, agora, amiúde por parte dos sectores da Unita mais hostis a Jorge Valentim.

Geralmente mais fiéis aos ideais de Jonas Savimbi, os que hostilizam Valentim vêem-no, igualmente, como um traidor das causas que o fundador da organização defendeu em vida. Eles não só não viram com bons olhos o facto de Jorge Valentim ter sido um dos principais mentores e líderes da finada Unita-renovada, como também não perderam de vista a sua repentina inclusão entre os homens ricos do país. «Dá até a impressão que ele apenas lutou para, no fim, fazer o seu pé-de-meia», dizem. A Jorge Valentim são, efectivamente, atribuídos interesses empresariais diversos, a começar pelo sector que ele próprio dirigiu.

Correntes mais moderadas da Unita viam, entretanto, numa eventual entrada de Jorge Valentim na Assembleia Nacional, uma oportunidade para a sua reabilitação moral junto dos seus companheiros de partido. Parte-se do pressuposto de que, nesse cargo, ele poderia sobressair como verdadeiro opositor, algo que se supõe que Jorge Valentim tenha perdido há muito. «Ele pode não ter o perfil moral e a profundidade cultural de Jaka Jamba, mas poderia colmatar isso com algum carisma e a sua facilidade de expressão», disseram.

Neste momento, os olhos viram-se, expectantes, para Jorge Valentim: «O que é que ele fará agora?» Maugrado não se ter uma resposta linear para essa pergunta, levantam-se nuvens espessas entre os militantes do Galo Negro, numa altura em que já correram insistentes rumores de que ele seria um dos dirigentes da Unita mais inclinados a dar o salto para as fileiras do Mpla. De resto, conforme dizem os seus detractores, Valentim só não aceitou o posto na Assembleia Nacional, devido mesmo a constrangimentos colocados por essa suposta aliança.

Novo ministro da Hotelaria e Turismo

Dinho Chingunji «assediado» pelo Mpla?

Não parece ser apenas em relação a Jorge Valentim que a Unita está em pulgas, receosa de um «ataque especulativo» do Mpla que venha a resultar numa grande alienação e sangria nas suas fileiras dirigentes, principalmente com o aproximar das eleições no país. «O Mpla está a jogar com as limitações materiais dos dirigentes da Unita, que fazem com que muitos deles se tornem vulneráveis quando assediados», disse ao Semanário Angolense um membro da Comissão Política do partido dos «maninhos».

Segundo a fonte, um dos aspectos explorados tem sido a falta de moradias próprias com que grande parte dos dirigentes do «Galo Negro» se confronta, sobretudo os que aportaram Luanda já depois de terem sido rubricados os Entendimentos de Luena. Muitos estão instalados em casas-de-trânsito que a organização adquiriu em vários pontos da capital e seus arredores, a exemplo do complexo hoteleiro que se encontra na Viana.

É na Viana que, provavelmente, ainda estará o novo ministro da Hotelaria e Turismo, Eduardo Jonatão «Dinho Chingunji», esse mesmo sobre quem correram rumores de estar com um pé no Mpla. Um semanário publicado em Luanda escreveu mesmo, em letras garrafais, que ele teria solicitado, em carta, adesão ao partido no poder.

Fonte contactada, entretanto, pelo Semanário Angolense, para confirmar ou desmentir isso, escudou-se no «léxico» já rotineiro no seio da Unita perante histórias como esta: «É pura desinformação». É verdade, contudo, que quer antes como depois da sua nomeação para o posto que era ocupado por Jorge Valentim, Dinho Chingunji foi visto em entretenimentos muito significativos com militantes do Mpla.

A menos que Dinho Chingunji queira ser o pioneiro de uma postura social diferente entre os dirigentes da Unita – não muitos dados a recrearem-se com os militantes do Mpla –, certo é que isso chama a atenção. É raro topar com um dirigente da Unita num estádio de futebol ou num centro recreativo; mesmo quando, recentemente, muitos foram a um «Caldo do Poeira», no Centro Cultural Kilamba, isso ficou a dever-se ao facto de nesse dia Barceló de Carvalho «Bonga» ter sido a estrela homenageada.

O caso de Dinho Chingunji aguça ainda mais a curiosidade, quando se olha para os «espécimes» que têm sido vistos na sua companhia, geralmente elementos ligados à Fundação Eduardo dos Santos (Fesa) e ao Movimento Nacional Espontâneo.

Hoje, em matéria de convívio social, muitas coisas no seio do «Galo Negro» ainda continuam a passar-se tal como no tempo em que Jonas Savimbi alertava os seus homens para os cuidados a ter na cidade: «Atenção», dizia Savimbi, «para não serem `absorvidos`». Pior é que nessa época, as farpas saídas da boca de Jonas Savimbi podiam ajustar-se à cabeça de Dinho Chingunji. Depois da morte de Tito, seu tio e um dos ícone da família Chingunji, Dinho enveredara por atitudes que quase o levaram a aderir ao Mpla, já naquela altura. Exactamente, de resto, o que fizeram George Chicoty e pares, antes de fundarem o já extinto Fórum Democrático Angolano (Fda).

041211-18

Assessores do PR de costas viradas

Palácio tornou-se pequeno demais para Toninho Van-Dúnem e Carlos Feijó

António Van-Dúnem, secretário do Conselho de Ministros, e Carlos Feijó, chefe da Casa Civil do Presidente da República, podem estar a passar os seus últimos momentos no palácio presidencial.

Chegados ao centro do poder nos longínquos anos 80, os dois começaram desde cedo a ter sérios problemas de coabitação no espaçoso Futungo de Belas. Cedo também os observadores atentos notaram que o palácio presidencial era pequeno demais para acomodar os dois jovens. Por mais de uma vez, «Toninho» Van-Dúnem e Feijó chocaram, quer na defesa de interesses de Estado quer na defesa do espaço de cada um. Nessa guerra, um e outro arregimentaram aliados, mais em nenhum dos casos o contacto físico chegou a ser admitido.

Porém, nos últimos dias a crise agravou-se de tal maneira que, segundo boa fonte, o Presidente José Eduardo dos Santos se teria sentido na obrigação de intervir. Fê-lo, soube o Semanário Angolense, depois que a mais recente querela entre os dois «inimigos de estimação» ameaçou repetir as raias do confronto físico registado, no passado, entre outros dois símbolos do futunguismo, designadamente, Hélder Vieira Dias «Kopelipa», e Fernando Garcia Miala.

Carlos Feijó e António Van-Dúnem «não chegaram a trocar uns tabefes porque amigos de ambos os lados chegaram na hora certa», disse ao SA uma fonte bem informada que, na última sexta-feira, assistiu aviolenta altercação entre ambos. Mas apesar de não ter assumido os contornos de uma batalha física, a altercação chegou (como não podia deixar de ser) ao conhecimento do chefe dos dois. Não foi a primeira vez que José Eduardo dos Santos foi informado da troca de «mimos» entre Toninho e Feijó. Aliás, irrepreensível na arte de dividir para melhor reinar, o Presidente da República soube, desde que os dois chegaram ao palácio, que a convivência recíproca era quase impossível. José Eduardo dos Santos não foi apenas tolerando essa guerra como - asseguram quem lhe conhece o feitio - foi metendo mais lenha na fogueira, ora chamando um para lhe dar razão, ora fazendo o mesmo com o outro. Nunca juntou os dois para sanarem o conflito.

Desta vez, porém, José Eduardo dos Santos atingiu o limite. Momentos depois de ter sido informado que Toninho e Feijó quase andaram à pancada, o Presidente da República ter-se-á decidido pelo imediato afastamento do até então inamovível António Van-Dúnem. Fontes do gabinete presidencial asseguraram ao SA que o anúncio da exoneração de Toninho Van-Dúnem pode ter tornado público nas próximas horas.

Aliás, a mais do que provável queda de «Tony Blair», nome por que também é conhecido o secretário do Conselho de Ministros, já vem sendo considerada há muito tempo. Excelente gestor de intrigas e responsável moral pela queda de muita gente, «Tony Blair» conseguiu prolongar o seu consulado com razoável desempenho na gestão de dossiers quentes, dos quais constam negociações na China, Portugal, Uruguai, Suíça, Brasil, Rússia etc. etc. Mas a reputação de Tony Blair ficou irreparavelmente danificada quando oficiais do PR constataram o andamento do dossier China, ou seja a gestão dos famosos biliões que Angola tomou de empréstimo àquele país asiático. O secretário do Conselho de Ministros terá caído na «tentação» quando idealizou uma engenharia que levaria directamente para os seus bolsos largos milhões de dólares à custa daquela linha de crédito.

Ao que Semanário Angolense apurou a trapaça, denunciada pelos próprios serviços secretos chineses, não foi ainda arquivada e pode custar também o sacrifício de outras figuras gratas do governo.

Há muito agastado com «certas coisas» que vê no séquito presidencial, Carlos Feijó já estará decidido a negar a José Eduardo dos Santos o prazer de exonerá-lo. Depois da última altercação com António Van-Dúnem, o (ainda) chefe da Casa Civil teria enviado de imediato ao Presidente da República o seu pedido de demissão, assunto que, até à hora do fecho desta edição, ainda estava a ser considerado por José Eduardo dos Santos.

Fonte familiar ao chefe da Casa Civil disse ao SA que Feijó vem considerando, há muito,

a sua demissão. «Ele anda chateado com muita coisa que corre mal». Mesmo não conhecendo ainda a decisão definitiva de José Eduardo dos Santos a respeito do pedido de demissão de Carlos Feijó, fontes da Presidência da República disseram a este jornal que, com essa carta, o chefe da Casa Civil pode dar por encerrada esta sua segunda passagem pelo séquito presidencial. «Se aceitar o seu pedido, não creio que o Presidente lhe dê uma terceira oportunidade», sustentou a mesma fonte.

A consumarem-se todas estas mudanças, Carlos Teixeira assessor jurídico, deverá substituir António Van-Dúnem no secretariado do Conselho de Ministros, enquanto que o nome de Archer Manguera, assessor Económico, vem sendo ventilado como provável substituto de Carlos Feijó, embora também esteja a ser considerada uma alta funcionária da Presidência.

041211-18

Quem diria!

João Lourenço «boicota» BP do Mpla

Nunca passou pelas cabeças dos líderes da oposição a ideia de que a sua tese de que a Comissão Constitucional deve continuar de pé encontraria acolhimento dentro do Mpla. A este por, sua vez, nunca ocorreu que um dos seus viesse a sentir-se contrariado com a decisão que tomou de puxar o tapete à oposição. A verdade é que tanto o Mpla como a oposição enganaram-se.

Fonte próxima ao dossier disse ao Semanário Angolense que o antigo secretário-geral do Mpla, e hipotético candidato à sucessão de José Eduardo dos Santos, não tem conseguido esconder a frustração que resultou dessa decisão. João Lourenço foi o primeiro presidente da Comissão Constitucional da Assembleia Nacional e nessa condição sentia-se de alguma forma também como o «pai» daquilo que viria a ser a futura Constituição. «Era como se fosse o seu bebé», observou uma fonte. Mas o Mpla decidiu tirar-lhe o «rebuçado» da boca quando ele e a oposição julgavam removidos os obstáculos que atrasavam as discussões visando a aprovação do futuro texto constitucional.

Para desagrado maior de João Lourenço, acrescente-se mais um «pequeno» elemento: a Comissão Constitucional da Assembleia foi «enterrada» sob o consulado de Bornito de Sousa, precisamente o colega que ele pretendeu afundar nas vésperas do V congresso do Mpla.

Nos círculos em que priva com amigos e familiares, João Lourenço costuma mesmo insinuar que Bornito de Sousa não fez tudo para salvar a Comissão Constitucional. Uma fonte que frequenta esses círculos disse ao SA que João Lourenço andarà convencido que Bornito de Sousa deixou morrer propositadamente a Comissão Constitucional apenas para não ver associado o nome do antigo secretário-geral do Mpla à futura Constituição. «Ele, João, está mesmo convencido que aquilo é vingança do Bornito».

João Lourenço manifestou a sua contrariedade faltando sucessivamente a duas reuniões do Bureau Político, e a mais recente reunião do seu Comité Central.

041211-18

Para enriquecer o debate

Vinho de boa vide começa a jorrar

Severino Carlos

Depois de termos assistido ao maior arrazoado e verborreia por metro quadrado, da parte de elementos perfeitamente identificados, que mais não visaram que subverter o

debate, eis que começam, finalmente, a fazer a sua aparição os bons e verdadeiros subsídios à discussão sobre a recomposição étnica e rácica que os distintos poderes têm vindo a tomar em Angola.

São contribuições que vêm na senda do verdadeiro móbil que animou este jornal a lançar o desafio, e que foi logo entendido pelo sociólogo Paulo de Carvalho: uma tentativa séria de começar a escapelizar um fenómeno que, parecendo que não, existe mesmo entre nós, e está na génese das muitas formas de desigualdades que campeiam neste país.

Se o sociólogo percebeu perfeitamente o que estava em causa, e por isso não entrou em parafusos, dando, antes pelo contrário, subsídios para olharmos para o fenómeno com os «óculos» da ciência e daí colhermos o bom fruto, outros, finalmente, lhe vão seguindo as pegadas.

É isso que fez o pedagogo escondido em Marco Aurélio, este que, na passada edição do jornal, defendia que estamos parente um exercício profundamente necessário, e que tem virtudes como a desconstrução de um mito. Mais do que isso, ele colocou o acento tónico à jusante, chamando a atenção para a importância dos processos de ensino/educação como terapia para os ajustamentos a efectuar na pirâmide. É claro que registamos com grande apreço a contribuição de Bebiãna Almeida, docente do Instituto de Relações Internacionais que, no geral, propôs que a sociedade invista em capital social e humano, além de se revelar necessária uma acção de discriminação positiva, durante algum tempo.

Aqui, no Semanário Angolense, congratulamo-nos por saber que estamos, agora, a dobrar o Cabo Bojador e que em breve vergaremos Adamastor. Esta era a discussão de nível que pretendíamos, quando desafiámos a sociedade a pegar o touro pelos cornos, e não a saraivada de insultos gratuitos que alguns trouxeram a esta tribuna, quando não o faziam por interpostos mensageiros da desgraça.

Esta edição, caro leitor, é «limpa» e clarificadora de que o mau tempo está a passar. Numa espécie de regresso ao passado, o escritor Jorge Macedo leva-nos a reter muita da filosofia racista que já havia na política de povoamento do território angolano aplicada pelo general Norton de Matos, Alto-Comissário de Angola entre 1910 e 1920. Os seus estilhaços propagam-se pelos dias de hoje. Nesta edição temos igualmente a visão serena do problema, por parte de um angolano que tem acompanhado o debate a partir da Libéria. E, ainda, o que pensa de tudo isso o economista Fernando Heitor, o primeiro a dar o passo por lado da Unita.

Mas começamos com uma réplica de Graça Campos, o director desta publicação, que entendeu que era necessário chamar António Pinto à razão, dizendo-lhe, com todas as letras, que está a ver Ovni's onde não há.

Aqui, neste jornal, não se está a orquestrar nenhum «pogrom», tão-pouco um «holocausto», dos mestiços e brancos angolanos. A luta, no fundo, é por maior justiça social e por uma mais equitativa redistribuição das riquezas deste país. É isto tão-somente. E depois de tudo, concitar a que os decisores políticos façam a sua parte: elaborar políticas governamentais que conduzam a tais metas.

041211-18

PESQUISA & MERCADOS

O mercado angolano em 2004 ()**

Um ano para esquecer apesar da estabilidade dos preços

O ano que se apresta a findar quase não trouxe nada de novo do ponto de vista

económico, embora para o bem e para o mal tenham-se assinalado feitos marcantes para caracterizar o desempenho da governação económica do país.

A taxa de câmbios manteve-se estável; o crescimento da inflação confirmou a tendência iniciada no ano passado, situando-se abaixo dos 50 por cento; mas o desemprego e a pobreza continuaram a marcar largos segmentos da população, quando a reanimação da indústria e da agro-pecuária observaram «performances» situadas abaixo das esperadas.

Os mercados parecem ter sido deixados à deriva; a política fiscal jogou um quase nulo para as expectativas de que pudesse conduzir a recuperação económica e promover o emprego; persistiu a ideia de equilibrar o orçamento em detrimento do investimento.

A Assembleia Nacional autorizou o Governo a legislar sobre impostos, matéria cambial e aduaneira no sector petrolífero; o preço do crude no mercado internacional bateu todos os record's, chegando a ultrapassar os 50 dólares por barril.

No período homólogo, entre Setembro de 2003 e o mesmo mês do ano curso, as receitas de arrecadação aduaneira em Luanda cresceram 16 por cento, tendo o seu valor superado os 60 milhões de dólares, mais 8,5 milhões do que no período homólogo precedente. Ideias faraónicas foram introduzidas, encarnadas, entretanto, no mega-projecto Baía de Luanda; foram inauguradas várias estradas, pontes e túneis para facilitar a circulação de pessoas e bens; e teve início a reforma educativa.

Elegeu-se o combate ao lixo como uma prioridade e foram encerrados temporariamente vários armazéns em Luanda; na zona da Gajageira intensificou-se, sob argumentos relacionados com o saneamento da cidade, um processo de expulsão dos vendedores ambulantes, que resultou no insucesso devido à multiplicação desse modo de vida.

Enfim, a economia parece ter sido «conduzida» por um verdadeiro «laissez faire - laissez passer», onde em quase nada se viu a influência da política monetária e fiscal ao longo do ano todo, centrando a actuação em questões pontuais.

As «performances» da economia em 2004 demonstram que é legítimo esperar-se por muitas incertezas e riscos no próximo ano, porquanto as tendências apontam que os custos haverão de continuar a crescer com um impacto tal sobre as reservas e os lucros das empresas, que poderão afectar substancialmente a estabilidade financeira e económica, principalmente nos mercados dos transportes, do comércio e mesmo no mercado bancário.

O governo, que se agarra à desaceleração da inflação para explicar algumas melhorias no seu desempenho (quando na realidade o emprego e a produtividade se degradaram para á dos níveis já críticos do passado), esteve longe de apresentar e aplicar uma política fiscal e monetária associada ao investimento, capaz de promover o desenvolvimento estrutural da economia com o propósito de reduzir as perdas de eficiência para, por essa via, abrandar a evolução da inflação por intermédio do investimento e não através das importações.

Ficou patente a ideia de algum esgotamento no que toca aos instrumentos de política económica, porquanto esperava-se que a liberalização de determinados mercados, antes tidos como fardos para as contas do Estado, fossem suficientes para melhorar a eficiência da economia, o que infelizmente não aconteceu. No quarto ano de funcionamento do Fundo de Desenvolvimento Económico e Social, os projectos financiados parecem não ter atingido o nível das expectativas inicialmente criadas em torno dessa instituição e dos seus financiamentos. No ano em curso foi lançada a «Garantia Fdes», para que os empresários disponham de garantias dessa instituição junto do mercado bancário, onde as taxas de juros continuam altas para obtenção de financiamentos nos diversos sectores de actividade.

O crédito a particulares continua a crescer acima da média. No primeiro trimestre do ano em curso, este representava mais de 63 por cento do crédito por sector de actividade, seguido do comércio, com cerca de 29 por cento. Vários clientes de um dos bancos mais cotados revelaram que «nesta altura está mais fácil conseguir um crédito particular (apesar da taxa de juros se manter alta), do que antes. Já não se exige tanto quanto antes». Na realidade, está-se a tentar, através do crédito a particulares, acelerar as vendas no comércio.

A taxa de câmbios manteve-se quase estagnada ao longo do ano, influenciada pelo pacote monetário contra a dolarização adoptado em 2003. Entretanto, o poder de compra do dólar caiu mais profundamente que a inflação. A maioria dos empresários continua a fugir do sistema bancário, pois os juros para as operações activas estão acima da média, tanto em moeda nacional como em moeda externa. A taxa de desconto manteve-se nos 100 por cento, em média.

A ideia de esterilizar a economia através da venda de Títulos do Banco Central e dos Bilhetes do Tesouro tem-se revelado numa oposição clara ao investimento pela absorção de recursos que podiam, tanto a curto, médio e longo prazo, viabilizar o incremento da produção e da produtividade. Neste caso, apesar de se afigurar imperioso reduzir o défice fiscal, é necessário ter presente que com isso apenas se está a diferir para os próximos anos um problema cuja resolução esta subjacente à expansão económica.

A política fiscal vigente, que reside no aumento das receitas tributárias do sector não petrolífero da economia, tem vindo a asfixiar-se a si própria enquanto política. No próximo ano essa tendência pode-se agravar e ajudar a desacelerar o emprego e a estabilidade dos preços, o que se dará em paralelo com as reclamações de falta de capitais vindas do empresariado nacional. Então, a preocupação maior pode não ser a redução do diferencial na contribuição fiscal entre o sector petrolífero e não petrolífero.

Neste momento pretende-se diminuir o diferencial entre as receitas tributárias petrolíferas e não petrolífera, uma aberração se considerarmos o estado actual da nossa economia, em que a recessão começa a tomar um certo ímpeto. Certamente, existe nisso uma pretensão com efeitos negativos para a economia, com a qual se intenta equilibrar o orçamento em detrimento da expansão harmoniosa da economia.

O problema não está em aumentar as contribuições fiscais do sector não petrolífero, mas em promover a produtividade neste sector, integrado ao mercado petrolífero. Isso produziria imediatamente a deflação dos custos e a valorização do Oge. Por conseguinte, poderia levar a uma maior diversificação da base tributária em consonância com todos os sectores da economia e só assim reduzir a pobreza e tornar o défice fiscal mais sustentável.

Esta pretensão não tem ajudado a construir um empresariado forte e competitivo diante das importações, devido, em certo modo, à carga fiscal que aumenta a estrutura de custos e retrai a procura em favor dos produtos importados. A estabilidade dos preços vai ajudar a melhorar a contabilidade das empresas e pode também permitir alguma melhoria em relação ao combate à evasão fiscal.

Infelizmente, continua-se a actuar no sentido contrário, armadilhando cada vez mais toda a política económica. Nota-se que, partindo de uma política de investimentos bem sustentada, poder-se-ia deflacionar a economia e fixar o preço dos combustíveis ao nível estimado, bem como poder-se-iam aumentar as receitas tributárias por via dos impostos indirectos e pelo efeito multiplicador que seria gerado pela expansão da economia e da base tributária.

Não sendo conceptível que uma economia onde os gastos governamentais são de longe

superiores ao investimento do sector não petrolífero, queira-se ainda «esfolar» o investimento, quando na realidade este pode ir reduzindo a sua quota de participação em favor do consumo, permitindo-se que desapareça a base para minimizar os problemas sociais decorrentes do fenómeno desemprego.

O país, distante do pleno-emprego, continua a optar por uma baixa inflação, quando, na realidade, a inflação existente é somente resultante da péssima política de investimento e da fraca capacidade produtiva do sector empresarial, que leva a alocação ineficiente dos recursos tanto humanos como financeiros e técnicos, facto que conduz a um empobrecimento cada vez maior do cidadão, não obstante o PIB continue a crescer, como está, a taxas crescentes. A inércia da política fiscal e monetária, no ano em curso, perante o comportamento dos juros e dos impostos para estimular o investimento, vai de algum modo permitir que no próximo ano se acentue a recessão, ou mesmo a depressão, porquanto qualquer medida pouco cuidada pode acordar o «vulcão adormecido», ou seja, a inflação motivada pela alta dos custos de produção e da taxa de juros.

A política fiscal e monetária mantiveram uma certa apatia na promoção do investimento, reagindo ambas mais como um entrave fiscal e ao investimento, agravando os custos das empresas e as incertezas nos mercados. A política está ser usada para reprimir a inflação, mas os custos crescentes podem levar a uma inflexão na tendência dos preços.

A política monetária preferiu ver a «banda passar» e esperar pelos próximos passos do mercado, ao invés de aproveitar a estabilidade da taxa de câmbios e da inflação para trabalhar sobre a taxa de juros no intuito de aproveitar esta deixa da inflação para acelerar a convergência da produtividade do capital, do trabalho e do financiamento de actividades mais directamente ligados a promoção do emprego, a expansão económica e o alargamento da base tributária do sector não petrolífero.

Entretanto, a escassez de depósitos a prazos para períodos superiores a um ano espelha a ausência de informação sobre a economia nacional e retrai os investimentos, porque as expectativas de médio prazo são muito fracas e as incertezas para investir em sectores como a indústria, a agricultura, pesca e outras afigura-se de alto risco.

(*) Augustus é colaborador e durante vários meses assinou quinzenalmente esta coluna: o autor vai afastar-se por um tempos, com o propósito de aperfeiçoar a ideia de debater o mercado angolano, voltando, presumivelmente em Janeiro

(**) Os números e pontos de vista aqui apresentados não vinculam o Semanário Angolense.

041211-18

Altos: José Pedro de Morais

Neste país onde impera a crónica cultura da evasão e da fraude fiscais por parte dos contribuintes, todas as medidas que visem exercer um maior controlo sobre o incremento das receitas orçamentais devem ser aplaudidas. É por demais evidente que o Estado necessita de receitas para o Oge como qualquer cidadão precisa de pão para se alimentar, pois só assim, ele consegue cumprir com os seus objectivos na materialização de programas sociais como a construção de pontes, estradas, escolas e de outras infra-estruturas. Com a inauguração das novas instalações da Repartição Fiscal do 1º bairro de Luanda, nesta semana, espera-se que José Pedro de Morais venha a apertar o cerco aos que, a coberto das fragilidades dos nossos mecanismos de controlo, furtam-se às suas obrigações fiscais. Espera-se, de igual modo, que o Estado consiga, com estas medidas, diversificar as suas fontes de receitas que, durante vários anos, assentaram quase exclusivamente nos impostos petrolíferos. **Salomão Xirimimbi**

Se há dois anos, o sector encontrava-se atolado em dívidas, como que a navegar numa maré de passivos acumulados, hoje se pode afirmar que as Pescas sulcam águas menos turbulentas. Daí que não podem ser negligenciados os eficientes métodos de gestão parcimoniosa adoptados pelo ministro SX, que conseguiu não só reduzir substancialmente parte das dívidas contraídas pelo então consulado da bióloga Fátima Jardim, como também, apresentar, nalguns casos, resultados positivos. Dentre os sucessos obtidos, avultam a aprovação da Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos (Lra) que passou, recentemente, no Parlamento, sem nenhum voto contra, assim como a proibição, durante dois anos, de toda pesca pelágica de arrasto.

Como consequência desta última medida, os resultados são agora visíveis, visto que foram registados incrementos na reprodução das espécies marinhas, e o sector prevê, no próximo ano, atingir a cifra das 35 mil toneladas de pescado contra as 20 actuais.

Alberto Neto

Goste-se ou não do homem, agora que a questão da 2ª volta das presidenciais volta à baila, há pelo menos um aspecto em que a sociedade tem de lhe dar razão. Quando MPLA e UNITA, nas tréguas que a guerra permitia, limitavam-se a olhar para o próprio umbigo, estavam, afinal, a descurar um assunto que, agora se vê, é de capital importância. Sem o resolvermos, não se pode avançar.

Ou, pelo menos, avançar de consciência tranquila, sem uma vaga e incómoda sensação de se estar, de algum modo, a pisotear a lei. Agora, venhamos ou não a ter o segundo «round» das presidenciais de 1992, Alberto Neto terá pelo menos o mérito de ter despertado a sociedade para a importância da legalidade enquanto pedra angular das civilizações modernas. Não tivessem, pois, UNITA e MPLA, e também o resto da oposição que assistia impávida ao «circo», já há muito teriam sido equacionadas as soluções a dar à questão da «segundona». No mínimo, não estaríamos a viver o pesadelo de não sabermos como nos desfazer de tamanho fardo.

Baixos José Mena Abrantes (1)

A Jma são reconhecidas qualidades intelectuais e profissionais que agora têm de começar a ser discutidas, para ver se não andamos aqui a ser iludidos durante anos a fio. Depois do debate que o opunha ao Semanário Angolense, em abordagens produzidas nas páginas deste mesmo jornal para discutir a problemática do racismo no nosso país, Jma anunciou, na quarta-feira, 08, que decidiu levar a direcção desta publicação a tribunal.

A decisão de Jma seguiu-se à sua intempestiva aparição nesse debate, quando ao invés de se cingir às ideias, enveredou pelo insulto, que não ficou sem respostas, por sinal dadas de forma muito competente.

Mas como, ao desferir o primeiro golpe, Jma viu que não lhe foi dada a outra face, eis que decide agora «entregar» os responsáveis desta publicação, para que se verguem sob o peso da coerção. O chico esperto não descortinava que depois de insultar, só ficaria sem resposta se não tivesse telhado de vidro. **José Mena Abrantes (2)**

Agora, o que a sociedade tem de fazer é descobrir o significado do facto de José Mena Abrantes, um profissional de jornalismo que aconselha o Presidente da República, decidir continuar um debate de ideias nas barras do tribunal, sentando no banco dos réus a confrades seus, aos quais insultou inicialmente.

Eventualmente, não é por acaso que muitas das tentativas mais irreverentes de certos jornalistas nacionais resultem abortadas na sequência de receios que se seguem à sacrossanta ameaça de julgamento do governante ou do gestor público que se sente prestes a ser desmascarado; provavelmente, estejamos nós num processo destinado a

impedir os jornalistas de criarem a tensão política própria de uma sociedade democrática. Certamente, teremos de saber se esse estado de coisas não se deve à obra e graça e ao sábio aconselhamento de José Mena Abrantes. A propósito, caro Mena Abrantes, não seria melhor concitar, igualmente, uma auditoria para apuramento das contas trocadas?

Carlos Morgado

Um homem sensato, como deve ser qualquer Chefe de Estado que respeite o cargo, não permitirá, nunca, que boatos de caserna ou de rua perturbem as suas decisões. Não foram, certamente, os boatos que associavam o deputado Carlos Morgado, da Unita, à práticas horripilantes que persuadiram o PR a vetar constantemente a sua nomeação para o cargo de ministro da Saúde, conforme vontade reiteradamente expressa pela direcção do seu partido.

O PR saberá, seguramente, que tinham fortes motivações políticas os rumores que diziam que CM «subtraía» os testículos de soldados da Unita para afastá-los irreversivelmente das tentações carnis e com isso dedicarem-se inteiramente à sua causa: derrubar o Mpla e o seu regime.

Mas haverá, com toda a certeza, alguma razão muito forte que leva a que Jes dê permanentes «cortes» ao desejo da Unita de colocar no Minsa o médico pessoal do falecido Jonas Savimbi. E essa, também com toda a certeza, não tem nada a ver com a cor da pele de CM. Haverá por aí alguma razão muito forte .

041211-18

041211-18

041211-18

041211-18

041211-18

XXXXXXXXXXXXX

041204-11

Dossier segunda volta das presidenciais de 1992

Como se remove uma «unha encravada»?

Alberto Neto tem nova oportunidade de gozar os seus 15 minutos de fama. Por isso, tudo pode acontecer...

Repór a normalidade legislativa terá sido o que levou o Presidente da República a pedir, na semana passada, que o Tribunal Supremo e a Assembleia se pronunciem sobre o dossier relacionado com a conclusão do processo eleitoral de 1992. Esta semana, fonte familiar ao assunto disse ao Semanário Angolense que a clarificação da segunda volta das presidenciais é essencial para a criação de condições legislativas que permitam avançar com normalidade as tarefas conducentes à realização das próximas eleições, que se estima que venham a ter lugar em 2006.

O pronunciamento do Presidente da República provocou uma grande confusão no seio da classe política, e da sociedade em geral, com rumores e receios sobre um estratagem para legitimar e prolongar o consulado de José Eduardo dos Santos por via da realização de uma segunda volta. A fonte deste jornal garante que não se está perante um ardil com o qual se vise «esticar o poder do Presidente angolano», pondo-o a disputar uma

segunda volta com um adversário (Alberto Neto) teoricamente mais fraco.

De acordo com estas explicações, este assunto só é levantado agora, exactamente, porque as tarefas referentes à preparação do próximo sufrágio deverão entrar em breve em velocidade cruzada, havendo por isso necessidade de fazer com que elas se conformem com todas as leis em vigor no país, sobretudo com a Lei Eleitoral (5/92). O que acontece, porém, disse a fonte, é que o processo preparatório colidiria com o que dispõe a Lei Eleitoral relativamente à segunda volta, que passou a ser um «empecilho que precisa de ser removido». «Não se pode avançar sem que esse pendente seja solucionado. Há um processo eleitoral inconcluso, que impede que novos passos sejam dados», acentuou.

A incógnita reside agora em saber o que decidirá o Tribunal Supremo. Os observadores atentos estimam que o Mpla deverá torcer contra a realização da segunda volta das presidenciais de 92, no que pode vir a ser secundado pela oposição parlamentar, sendo mesmo caso para dizer que poderemos estar perante uma rara situação de convergência de pontos de vista entre poder e os seus adversários.

Mas não está tudo dito. Elemento chave nesse «puzzle» é Alberto Neto, o terceiro candidato mais votado na primeira volta em 1992, que em face da morte de Jonas Savimbi é o homem que se segue. Líder de um pequeno partido sem representação no Parlamento (Pda), Neto tem se batido, infatigavelmente, pela realização de um novo «round», fazendo mesmo disso o porta-estandarte da sua acção política. Não se espera, assim, que depois de longos anos a fazer finca-pé, ele abra mão dessa oportunidade.

Diligências feitas pelo SA para ouvir Alberto Neto não surtiram efeito, mas correram rumores de que depois do pronunciamento de José Eduardo dos Santos, ele já teria sido recebido em audiência na Cidade Alta, com esse assunto no centro da agenda.

Espera-se, também, que nos próximos dias haja uma grande romaria junto de Alberto Neto por parte de vários outros políticos da oposição, no desígnio de demovê-lo da ideia de levar por diante a ideia de disputar a segunda volta. É que as chances de Alberto Neto sair vitorioso de um segundo «round» com José Eduardo dos Santos são remotíssimas, se não mesmo nulas. Contudo, essa eventual «demarche» só fará sentido se todos os outros concorrentes às eleições de 92 renunciarem prévia e expressamente a ocuparem a hipotética vaga aberta pelo líder do Pda.

O virtual triunfo do actual Presidente não só legitimaria como prolongaria o seu consulado. Tendo em conta a tese que tem vindo a ser disseminada, e em conformidade com a qual José Eduardo dos Santos prefere que o pleito presidencial tenha lugar um ano depois das legislativas (2007), é só fazer as contas para concluir que o país teria de «gramá-lo» por mais alguns anos. Ele ficaria por «lá» por pelo menos mais cinco anos.

Os arranjos constitucionais que estão a ser feitos prevêem dois cenários em relação ao mandato presidencial: um de cinco anos, para três mandatos possíveis, e outro de sete anos (figurino francês), podendo comportar dois mandatos. Se prevalecer o primeiro modelo, que se julga ser o mais ajustado para o caso angolano, estaremos perante um cenário que, em face daquilo que serão as suas prioridades – ficar algum tempo mais para poder mostrar obra feita e, em simultâneo, conduzir a transição e garantir para si mesmo uma saída «em segurança» -, José Eduardo dos Santos poderia não desdenhar de todo.

Ainda assim, sempre se espera que o Presidente da República pondere e ajuste os seus próprios desígnios com os dos seus pares na direcção do Mpla. É que mesmo sendo certo que a maioria gostaria de ver o Presidente legitimar o seu poder por mais algum tempo, seria mais «elegante» e, até mesmo, menos «imoral» que essa legitimação passasse pelo crivo de um novo pleito, já que isso infundiria maior credibilidade.

Entretanto, a iminência de mais anos de poder para José Eduardo dos Santos será exactamente o principal argumento que será usado pela oposição para tentar «chamar à razão» Alberto Neto e todos os outros que lhe cobicem a posição no «ranking» da segunda volta. O problema, contudo, é que, neste dossier, Alberto Neto tem nova oportunidade de sair da sombra, nem que isso se traduza apenas em poder gozar os seus 15 minutitos de fama, antes de ser «estragalhado» por José Eduardo dos Santos.

Na verdade, tudo isso exigirá uma engenharia negocial com várias pontas, em que não bastará recordar a Alberto Neto os argumentos que militam em favor da não realização de uma segunda volta, a maior das quais é o longo lapso de tempo decorrido ter feito emergir um contexto diferente em que, basicamente, não seriam os mesmos eleitores de 1992 a votar.

No entanto, deve reiterar-se que a simples e eventual desistência de Alberto Neto não «mata» a realização da segunda volta da eleição presidencial. A lei a que o líder do Pda se agarra como bóia de salvação é a mesma que serviria para todos os outros políticos que concorreram às presidenciais de Setembro de 1992 também tentarem a sua sorte, caso se deixem vencer pela tentação.

Tudo isso quer dizer que a simples anuência de Alberto Neto não bastaria, pois os restantes teriam legitimidade para invocar a inconstitucionalidade do acto junto do Tribunal Supremo, por se lhes estar a cercear um direito fundamental. Afinal, a Lei Eleitoral, no seu artigo 157, diz que em caso de desistência ou de morte de um dos adversários, avança aquele que estiver imediatamente posicionado na linha de sucessão.

Isto significa que tem de haver aqui uma engenharia negocial mais abrangente que leve a que Holden Roberto, Luís dos Passos, Honorato Landu, Bengui Pedro João, Anália Pereira e Simão Cacete, que têm também potencial para reivindicar uma segunda volta, se ponham todos de acordo. «Um acordo de compromisso rubricado por todos os actores da presidenciais de 1992, todos sem excepção, no qual digam que renunciam a segunda volta é aquilo de que se necessita para terminar com o processo eleitoral de 1992 e, assim, haver condições legislativas para que um novo processo tenha início», disse a fonte que SA tem vindo a citar.

«Ao remeter o assunto ao Tribunal Supremo e à Assembleia Nacional, o Presidente da República quer ter a garantia de não se ver constrangido a promulgar um acto eivado de inconstitucionalidade. É apenas isso que se está a passar», rematou a fonte.

041204-11

Mpla e oposição divididos

Onde começa o mandato de Jes?

Embora tudo indique que MPLA e oposição vão convergir relativamente à ideia de não haver uma segunda volta das presidenciais, não é dado adquirido que todas as complicações estejam, a partir daí, removidas. Há um aspecto deste dossier que promete desencadear uma acesa disputa: a questão do mandato de José Eduardo dos Santos. O busílis coloca-se em saber se, perante um novo processo eleitoral, os anos que José Eduardo dos Santos tem de poder desde 1992 valem ou não.

A oposição tem uma visão radical deste assunto. E tanto quanto o Semanário Angolense logrou apurar, ela promete bater-se não apenas para que não se realize a segunda volta, como também para que José Eduardo dos Santos seja impedido de concorrer a um novo mandato, com a abertura de um novo processo eleitoral. O raciocínio é levar a que sejam considerados válidos, para efeitos de mandato, os 12 anos decorridos desde as últimas

eleições, que perfazem, pelas contas da oposição, mais de dois mandatos de cinco anos cada.

Evidentemente, não é assim que se pensa nas hostes do MPLA. O partido no poder considera que só com o fim da guerra, em 2002, começou um novo capítulo na história política do país, permitindo o início da normalidade constitucional que levará a que, em 2006, possam realizar-se novas eleições. Em conformidade com este raciocínio, o que ficou para trás não conta. E isso, em termos práticos, quer dizer que, na hipótese de novas eleições presidenciais apenas acontecerem em 2007, e José Eduardo dos Santos concorrer a elas e vencer, só então o seu mandato começaria.

Mais: se o figurino constitucional for o que tende a consagrar um período de cinco anos para cada mandato presidencial, e cada Presidente poder concorrer a mais dois, isto significaria que, caso José Eduardo dos Santos se sinta com vitalidade e disposição para continuar na estrada, hipoteticamente ele continuaria no poder por mais 18 anos, contados desde já.

Nesta discussão, o Mpla vai procurar fazer com que a oposição morra do seu próprio veneno. Isto é, jogar com as contradições do discurso dela. É que a oposição sempre considerou ilegítimo o consulado de José Eduardo dos Santos, por ele não ter sido eleito em Setembro de 1992.

Na esteira desse argumento, uma outra questão que se levanta é: se o mandato de José Eduardo dos Santos não conta, então, em que pé ficariam todos os actos legislativos e administrativos que ele foi promulgando durante esse tempo, na qualidade de chefe de Estado e do Governo? É mais um imbróglio que promete aquecer as tertúlias políticas do país.

041204-11

Conluio com empresários desonestos

Suspeito evita o PR e atira-se contra o SA

A observação feita recentemente pelo Presidente da República no Namibe, reforçada pelo chefe dos Serviços de Segurança Externa, Fernando Miala, segundo a qual grupos estrangeiros bem identificados detêm o controlo de preços de vários produtos não parece ter perturbado muitos dignitários deste país. Se isso aconteceu, as entidades presumivelmente mancomunadas com esses empresários estrangeiros disfarçaram muito bem.

Não consta, também, que qualquer das individualidades angolanas mencionadas pela imprensa privada como estando associadas às tais empresas que perturbam as leis do mercado tivesse tirado satisfações ao «dono» da denúncia, isto é, a José Eduardo dos Santos.

De resto, prudentemente ou não, o PR não forneceu nomes. Se o fizesse, não há dúvida, teria prestado um grande serviço à Nação. Mas em boa verdade, José Eduardo dos Santos até nem precisava de fornecer detalhes. Só mesmo quem anda a dormir é que não sabe quem é quem na perigosa libanização do comércio retalhista angolano. Outra verdade é que também não consta que alguma das individualidades mencionadas pela imprensa privada – pelo menos duas têm fortes «impressões digitais» na Polícia Nacional - se tivesse posto em campo para tirar tudo a limpo.

A verdade é que todos os presumíveis comparsas angolanos dos tais estrangeiros deixaram-se quietos e fizeram-no, presume-se, apenas por uma razão: para poupar energias para uma cruzada contra um jornal: o Semanário Angolense, que os

identificaram como presumíveis parceiros dos donos dos ditos monopólios. A cruzada, iniciada há menos de uma semana, visa a reparação de supostos danos morais provocados por este jornal.

Para dar um ar mais sério ao caso, uma das «virgens» supostamente estupradas pelo Semanário Angolense contratou Manuel Gonçalves, um dos mais respeitados advogados deste país. Já agora, é oportuno sublinhar que essa «virgem» anda há muito à espreita de uma oportunidade para «morder» o director do SA.

A suposta vítima não deu conta que deixou para trás um rasto de actos bastante interessantes de que SA hoje inicia a competente investigação: essa pessoa teve como seu padrinho de casamento, realizado não há muitos meses, Amândio de Matos, um prófugo da justiça portuguesa com quem partilha fortes interesses e com quem praticamente detém o monopólio do comércio retalhista na estratégica localidade de Cafunfo, na Lunda Norte.

Com o mesmíssimo Amândio Matos, co-proprietário da empresa Matos & Jean, a nossa «vítima» prepara, agora, o assalto à província do Bengo.

A suposta vítima também não percebeu, ainda, que os angolanos sabem há muito que comerciantes estrangeiros não poderiam fazer em Angola o que lhes dá na real gana, incluindo perigar a sobrevivência dos seus filhos, sem o suporte de ombros seguros de altas individualidades nacionais.

São essas coisinhas elementares que escapam à nossa «vítima».

041204-11

Um dos mais bem remunerados lobbistas angolanos Kopelipa «larga» R. Cabelli

Robert Cabelli levou muito tempo a acreditar naquilo que os seus olhos lhe transmitiam: a mesmíssima pessoa - general Hélder Vieira Dias «Kopelipa» - que por várias vezes segurou o negócio que fazia da sua empresa, a «CR International», o lobbista mais antigo ao serviço de Angola, anunciava agora, em carta oficial, o fim do contrato.

Para trás ficava não só um contrato chorudo que lhe rendia mais de um milhão de dólares por ano, mas também uma relação que parecia indestrutível. De resto, a complexidade desta relação deu azo a grandes especulações, mas em momento algum pareceu comprometida.

A verdade é que Robert Cabelli não vai deixar mais nenhum lobbista enciumado. Terá que procurar noutras paragens os milhões que recebia de Angola. A carta assinada pelo Chefe da Casa Militar, Hélder Vieira Dias, não deixava dúvida. Dava por finda, com efeitos a partir da última terça-feira, o contrato de prestação de serviços, ao abrigo do qual a «CR International» prestava serviços de relações públicas, entenda-se lobby, junto da Administração e do Congresso americanos, bem como fazia a gestão da página da embaixada de Angola na Internet (www.angola.org).

Com esta decisão cessa uma relação conhecida desde o princípio pela sua complexidade. Cabelli era, até 1992, alto funcionário da sub-secretaria de Estado para os Assuntos Africanos, ao tempo liderada por Herman Cohen. Começou a servir Angola como lobbista em 1993, logo após o fim das famosas rondas de negociações de Abidjan, entre o Governo e a Unita. Começou por via da «Fleishman-Hillard», na qual entrou levando consigo um contrato de mais de um milhão de dólares e uma garantia chamada Angola. No segundo ano de contrato saltou do barco. Como, entretanto, o contrato entre Angola

e Fleishman-Hillard fazia dele pessoa imprescindível, aquela devolveu o dinheiro a Angola. Acto contínuo Cabelli criou a sua própria empresa, recebendo logo a seguir o dinheiro que até então estivera nos cofres da FH. Se alguma coisa ficou evidente, desde que se associara a Angola, era a natureza da autonomia que tinha em relação à embaixada angolana. Gozava, segundo fontes oficiais, de uma linha directa com Hélder Vieira Dias.

Coincidência ou não, a sua influência consolidou-se em 1996, por altura de uma visita a Washington de uma delegação de que faziam parte Emanuel Carneiro, então ministro das Finanças, e, para não variar, Hélder Vieira Dias.

Depois disso nunca mais ninguém o segurou. Tem-se como certo que José Patrício, primeiro embaixador de Angola nos Estados Unidos tentou, por mais de uma vez, sem sucesso, convenhamos, mantê-lo sob sua alçada França Ndalú, sucessor de José Patrício, pareceu mais relaxado, com o que Cabelli ganhou mais espaço. De resto, Cabelli terá tirado muito proveito do seu contrato por causa da relação entre França Ndalú e Kopelipa.

Quando Josefina Pitra Dialité chegou a Washington para chefiar a embaixada angolana, Robert Cabelli já era um «largado». Mantinha há muitos anos o contrato mais elevado e gozava de uma relação com a Casa Militar que fazia inveja aos próprios diplomatas angolanos. Tentou, ao que consta com sucesso, lançar-se noutros negócios em Angola, mas não percebeu que o negócio que lhe abria as portas em Angola estava a fechar-se.

Com o corte agora imposto a Cabelli, Angola reduz a uma - a Patton Boggs, contratada pela Sonangol - o número de empresas de lobby ao seu serviço nos Estados Unidos.

Aliás, a última visita do Presidente da República aos Estados Unidos, realizada a 12 de Maio, foi em parte burilada com assistência da Patton Boggs. Até há cerca de 2 anos Angola tinha ao seu serviço mais de 5 empresas de lobby que custavam aos seus cofres mais de 5 milhões de dólares por ano.

041204-11

Mpla, o Filho, o Espírito, Dos Santos José Samakaka (*)

Tal e qual: «O Partido vai, de facto, continuar a ser o principal impulsionador das reformas e do aperfeiçoamento do sistema democrático, quer tomando iniciativas legislativas, quer promovendo debates ou outras formas de abordagem dos fenómenos sociais, políticos e económicos, que permitam não apenas obter consensos, mas sobretudo convencer os cidadãos, e muito particularmente os nossos militantes, sobre a razão das nossas opções.

...Como é natural, este processo de renovação do Partido vai ter uma incidência directa sobre a renovação da sociedade e sobre a reforma do Estado em curso no nosso país. A acção será por isso conduzida de forma coordenada, com vista à melhoria do desempenho dos diferentes serviços e dos seus titulares e agentes. O reforço da autoridade e da capacidade institucional será uma das metas a atingir».

Em grande estilo, o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, surpreendeu tudo e todos. Aliás, mais verdadeiro não podia ser ao prometer para breve novas e boas surpresas.

Dos Santos, de certo modo, clarificou os mais cépticos que acreditavam num verdadeiro Processo de Harmonização e Reconciliação Nacional, fundado na base de uma cultura de diálogo participativo e abrangente, adoptando uma postura de moderador entre os vários

agentes políticos, cívicos e sociais. Puro engano e desilusão.

O Presidente do Mpla, de Angola, dos Angolanos, da Ordem e das Leis, já definiu o futuro das suas gentes: o Mpla é o Povo, o Povo é o Mpla e Angola é nossa, portanto, o Mpla é o único movimento renovador de um verdadeiro regime democrático, os outros - partidos - são elementos decorativos de um sistema único e totalitário sob designação de Regime Multipartidário. Só faltou dizer. Como cidadão angolano que sou, optimista, realista e pacifista, não compreendo, por mais que entenda os interesses de Estados como valor supremo das relações entre governos, o silêncio da comunidade internacional, sobretudo, de Portugal. Não sou político, nem os odeio, mas está evidente que o Mpla não mudou o seu cariz.

Numa altura em que estão na moda os Political Reality Shows, acredito que os portugueses ainda são um povo de brandos costumes. Aliás, Portugal pode ajudar os angolanos, denunciando o que se está a desenhar em Angola: uma autêntica fraude aos fundamentos básicos da legitimidade de um governo e a edificação de um Estado Utópico sob uma falsa realidade.

Enquanto os Angolanos esperavam sinais claros de uma abertura política, Eduardo dos Santos lança o País e o seu Povo numa nova onda de disputas jurídicas em torno de um eventual desfecho do processo eleitoral de 1992 e, por outro lado, defende a validade do Memorando do Luena, Moxico, assinado em Abril de 2002 que reajustou o quadro dos Acordos de Lusaka, parcialmente implementados até hoje.

E como não há duas sem três, Zé de Angola, considera quase exemplar o processo de reconciliação nacional, enquanto os desmobilizados da Fmu, as viúvas e famílias dos quadros e antigos combatentes da Unita, da Fnla e da Flec continuam sem documentos de identidade nacional, sem eira nem beira, usados como moedas de troca partidária, num país onde todos dançam de barriga vazia.

Os Órfãos do Sistema

O nacionalista e líder da Fnla, Holden Roberto bateu a porta palaciana de Dos Santos para solicitar apoios financeiros e materiais e, toma lá nada! Até hoje continua a espera que lhe seja reconhecido o direito ao estatuto de nacionalista e antigo combatente pela libertação nacional. Quem diria...

O Presidente da Unita, Dr. Isaías Samakuva, foi recebido, ouvido e explicado de tudo e de nada, durante 45 minutos no Palácio do Zé de Angola e à saída diria: «Saio satisfeito desta audiência, franca e cordial, onde debatemos questões profundas de interesse nacional e podem crer que deu-se um passo em direcção a estabilidade». Duas semanas após, o Presidente Angolano anuncia a possibilidade de efectuar-se as eleições presidenciais apenas em 2007, alguns dias depois, dissolve a Comissão Constitucional, noutra semana, recomenda o fecho do ciclo político de 1992 e só depois voltar às atenções e esforços para a preparação, organização e realização das próximas eleições gerais, sem datas marcadas, estima-se que sejam em 2006.

Por fim, o líder do Galo Negro discursando no bastião dos activistas do Mpla, no maior e mais populoso musseque de Luanda, Cazenga, disse perante uma multidão: «deve haver consenso nas questões relacionadas a reconciliação e da unidade nacional, para que haja uma verdadeira democracia e uma paz perfeita».

Raul Araújo, o Bastonário da Ordem dos Advogados de Angola, afirmou de complexa do ponto de vista jurídico, a realização da segunda volta das eleições presidências de 1992. Não fosse a Guarda Pretoriana de Eduardo dos Santos ouvi-lo, corrigiu o pensamento e defendeu: «eu tive oportunidades várias vezes de dizer o que penso sobre esta questão. É necessário politicamente encontrar uma solução para isto, porque do ponto de vista

jurídico pode-se realizar uma segunda volta. Do ponto de vista meramente formal, podemos dizer que ainda se está em condições de se fazer a eleição, já que ela não foi completada há cerca de 12 anos. Do ponto de vista de legitimidade, a questão que se coloca é a seguinte: haverá ou não legitimidade se colocarmos o eleitorado agora a pronunciar-se sobre uma eleição que não foi esse mesmo eleitorado que se pronunciou há 12 anos?»

A sociedade civil mesmo em surdina opinou: «estamos numa nebulosa política, em que o Presidente da República não sabe por onde ir ou procura, por aproximação progressiva, uma manobra de 'legalização' do poder vitalício? Qualquer que seja a situação não deixa de ser kafkaniano tentar explorar a ideia de que, em relação a si, o processo político-constitucional esteve congelado durante 12-13 anos e que agora vamos tirá-lo do frigorífico e aquece-lo com a dita 'segunda volta', dando ao actual presidente a possibilidade de ficar mais 15 anos no poder», como escreveu Nelson Pestana, conhecido escritor angolano.

E para completar o quadro dos órfãos o rastilho já foi colocado, resta apenas a contagem do tempo e acender o pavio: seitas religiosas de cariz fundamentalista na mira do Mpla, o Filho, o Espírito, Dos Santos!

(*) As opiniões do autor não vinculam o Semanário Angolense.

041204-11

Números escuros que nem cabindas

Pela segunda consecutiva, as autoridades provinciais de Cabinda chefiadas pelo governador Aníbal Rocha publicaram balanços resumidos da execução do Orçamento Geral do Estado (Oge) relativo a um ano fiscal.

Depois de o terem feito através do Jornal de Angola em 2003 para dar conta dos gastos de 2002, uma publicação do Governo local designada Ngonje inseriu na sua edição de Agosto (mas apenas muito recentemente chegada às nossas mãos) balanços da execução do Oge de 2003.

Na primeira vez, o Semanário Angolense encorajou o governador provincial de Cabinda por essa iniciativa impar naquele universo que constitui a sua categoria de gestores públicos, os governadores provinciais, algo que, agora, na posse dos novos números e factos, não pode voltar a acontecer.

Não há nenhuma referência ao facto de tais contas terem ou não sido sancionadas por qualquer auditoria independente e também não constam alusões ao controlo interno a que as unidades orçamentais são obrigadas pela Lei Quadro do Oge (ver matéria neste jornal).

Enfim, não é apresentada uma cifra para os gastos totais ao longo de 2003, havendo nos mapas uma dualidade de moeda que reparte indistintamente as despesas em kwana e em dólar americano, factos que dificultam, não se sabe se deliberadamente, a interpretação desse documento.

Quando os números dizem respeito a registos contabilísticos feitos em dólar, isso é discriminado como tal no topo do mapa, mas, quando tal isso é feito em kwana, a moeda em que os registos são dados a ler não é indicada, o que dá lugar a efeitos ópticos que podem baralhar os observadores menos atentos. Na verdade, para várias operações, os números são de «torcer o nariz», duvidando-se que os desembolsos a muitas delas tenham respaldo legal à luz das normas instituídas.

Por exemplo, o documento diz que o Governo Provincial da Cabinda pagou naquele ano de 2003, a quantia de 44.430 dólares a um fornecedor designado O & Manuel (não se sabe se é um indivíduo ou uma empresa), só pela manutenção da relva do palácio.

O contrato a isso inerente para aquele período era, entretanto, de 120 mil dólares. Naquele mesmo lapso de tempo, pela manutenção do jardim do Governo Provincial de Cabinda foi desembolsada a favor desse mesmo fornecedor a quantia de cinco mil e 600 dólares, de um contrato totalmente cifrado em 12 mil.

A manutenção do relvado de um sítio chamado Tafe resultou, só entre Maio e Novembro daquele ano, em desembolsos de 70.638 dólares a favor de uma empresa identificada como Planeta Verde, de um contrato de 100 mil dólares.

O pagamento de rendas de casa para um número não precisado de funcionários cifrou-se em 112.021 dólares, mas deveriam ter sido pagos 227 mil, de acordo com o tal balanço.

Um fornecimento de loiça para o palácio do Governo local deu lugar a um pagamento de 219.691 dólares a favor de uma empresa chamada Univalue; outro, de mobiliário para o Governo Provincial, ficou por 449.412 dólares pagos ao Grupo Nucha; tendo um terceiro, de brinquedos, custado 80.383 dólares entregues a uma firma identificada como HM Veloso.

A montagem de um único quadro eléctrico na sede do Governo Provincial valeu à empresa Meng – Cabinda a quantia de 77.994 dólares paga por aquele órgão do poder do estado; despesas locais naquele ano consagradas aos festejos do dia da independência absorveram a soma de 127.765 dólares; enquanto que a realização do concurso anual Miss Cabinda tomou 85 mil dólares do dinheiro público destinado àquela província.

Não sendo a concessão de bolsas de estudo vocação dos Governos Provinciais, eis que os números dizem que em 2003 o Governo Provincial de Cabinda pagou 673.035 mil dólares para fins com isso relacionados, possuindo, entretanto, naquele ano, contratos desses avaliados em um milhão, 320 mil e 991 dólares. Naquele mesmo período, prossegue o balanço, o Governo Provincial de Cabinda pagou à Ecoserv a quantia de um milhão e 340 mil dólares com a aquisição de alimentos para as Forças Armadas e a Polícia Nacional, um desembolso que repete os já preconizados nas rubricas orçamentais consagradas às funções da Defesa Nacional e Ordem Interna.

Os contratos a esse nível estavam, naquele ano, totalmente cifrados em três milhões de dólares só para pagamentos feitos com verbas disponibilizadas pelo Governo Provincial de Cabinda. Os mapas não justificam o que os números declaram ter sido um pagamento de 197 mil dólares a favor da revista Ngonje, uma publicação trimestral do próprio Governo Provincial de Cabinda que vai, ainda, no seu quinto número. As despesas preconizadas com essa publicação somavam, entretanto, 388 mil dólares, só naquele ano, quando a revista deveria ter editado apenas três ou quatro número.

O mesmo acontece com 30 mil dólares pagos à revista Tropical, de Tchizé dos Santos. Não está declarado no balanço que pagamento foi aquele, embora esteja registado que o desembolso público total a favor dessa revista deveria ter sido de 60 mil dólares.

Para as festividades do quatro de Fevereiro daquele ano foram gastos 66.835 dólares; em cabazes de Natal para o ano 2002 foi desembolsada a favor da Cabimex a soma de 114.835 dólares; mas já em 2003, uma aquisição semelhante a esta última ficou cifrada em 900 mil dólares.

A ganstança inclui projectos de inegável valor económico e social, como é o caso da

aquisição de 134 viaturas de marcas diversas para a província, a compra de ambulâncias, de viaturas protocolares e de tractores e atrelados basculantes para a recolha de lixo nos vários municípios da província. O traço mais comum em todas essas operações, entretanto, é aquele em que os números com que as autoridades locais pagam esses fornecimentos aparecem como autênticos fantasmas: aquilo para o que se olha e duvida-se que se esteja a ver.

041204-11

Embora instituída por lei

Governo foge a explicação pública dos seus gastos

Em aparente violação a duas importantes leis instituídas no país, uma em 1996 e outra em 1997, o Governo parece estar a fugir, já lá vão sete ou oito anos, à apresentação pública da Conta Geral do Estado, que constitui uma explicação da utilização verbas orçamentais e do património do Estado ao longo de um exercício económico.

Trata-se, em primeiro lugar, da Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado, aprovada pela Assembleia Nacional (o parlamento angolano) em Junho de 1997 e publicada em Diário da República em Outubro daquele mesmo ano, e, também, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, aprovada e publicada em Abril de 1996.

A Lei Quadro do Oge obriga o Governo a submeter-se a uma fiscalização orçamental financeira e patrimonial, exercida pelo Ministério da Finanças a nível do que é chamado um «controlo interno» e, no que é tido como um «controlo externo», pelo Tribunal de Contas. Esta última instituição emite pareceres sobre as contas do Estado, com vista à sua aprovação pelo parlamento.

Essa lei determina prazos muito precisos pelos que o Governo se deve guiar para submeter as contas à apreciação dos mecanismos de controlo estabelecidos. O Governo, diz a Lei Quadro do Oge, é obrigado a informar o parlamento até 45 dias após o termo do trimestre a que as contas se referem, sobre a execução orçamental, através de balancetes trimestrais elaborados pela Direcção Nacional Contabilidade (do Ministério das Finanças).

Segundo constatou o Semanário Angolense, neste aspecto não têm havido problemas, já que o Governo leva ao parlamento explicações trimestrais relativas às utilizações dadas ao fluxos orçamentais, documentos que depois ficam disponíveis no «site» do Ministério das Finanças na Internet.

Agora mesmo, o Governo tem projectada a apreciação da execução orçamental relativa ao terceiro trimestre, algo que está previsto que venha acontecer neste mês de Dezembro, depois da aprovação da proposta de Oge para 2005. Os problemas colocam-se mesmo a nível da apresentação da Conta Geral do Estado. Aí, está determinado que até 20 de Abril do ano posterior a que as contas se refiram, o Governo deve apresentar ao parlamento um balanço geral relativo ao exercício económico e até 31 de Dezembro do ano seguinte a que as contas digam respeito, deve submeter a Conta Geral do Estado para parecer do Tribunal de Contas.

Os relatórios e as contas dos órgãos de soberania são directamente enviados por esses órgãos ao Tribunal de Contas até 30 de Setembro do ano seguinte àquele a que estejam relacionadas, devendo o parlamento apreciar e aprovar a Conta Geral do Estado até 30 de Junho do ano posterior àquele em que os números foram submetidos à instituição judicial, ou seja, mais ou menos dois anos depois da realização da conta.

Por seu turno, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas reafirma que no capítulo das suas

competências, essa instituição deve emitir pareceres sobre a Conta Geral do Estado e apreciar aspectos como a actividade financeira do estado nos domínios do património, receitas, despesas, tesouraria e créditos públicos.

No ponto três do seu artigo sétimo, a esta última lei insta o Presidente do Tribunal de Contas a apresentar pessoalmente em sessão do parlamento, uma síntese do parecer sobre a Conta Geral do Estado e um relatório que contenha um resumo das deliberações jurisdicionais referentes ao ano económico em análise.

A lei obriga as instituições envolvidas a remeterem para a Comunicação Social o conteúdo e o parecer jurisdicional do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado.

Uma fonte do Ministério das Finanças contactada por este jornal declarou que a grande dificuldades reside no facto da Conta Geral do Estado não ter sido criada até agora, mas que as autoridades prevêm que venha a ser instituída no decurso de 2005.

041204-11

Promoção de Nokia na Ecitel

Um milhão de dólares em 60 dias

A Ecitel, representante oficial da Nokia em Angola, está empenhada numa campanha promocional com a qual espera obter um milhão de dólares em vendas de aparelhos dessa marca, segundo revelou ao Semanário Angolense uma fonte da companhia.

Tal campanha consiste em permitir que clientes seus adquiriram um telemóvel daquela marca pela primeira vez, ou façam o chamado «upgrade» do aparelho que tiverem em uso.

A companhia informou que desde o passado dia 15 de Novembro e até a 15 de Janeiro próximo, ao longo de 60 dias, portanto, as lojas oficiais da Nokia em Luanda terão disponíveis «mais de 15 modelos» de telemóveis em promoção, incluindo-se nisso a oferta de um acessório original da marca, o que varia entre capas, auriculares com câmara ou rádio e outros.

Há a registar igualmente a promoção de um número considerável de acessórios para várias utilizações, como «kits» de carro que permitem uma condução mais segura e confortável, de acordo com a Ecitel.

Vantagens exclusivas estão a ser oferecidas com essa campanha, como é uma garantia de um ano para todos os telemóveis, garantia de troca em caso de avaria total e serviço de empréstimo para aparelhos telefónicos adquiridos nos agentes da marca.

A companhia afirma que os preços para essa promoção são «extremamente vantajosos», mas não estima que quantidade de aparelhos e acessórios prevê vender com essa campanha.

A Ecitel, disse ao Semanário Angolense Feizal Esmail, oficial de Marketing da empresa, detém uma quota do mercado angolano de oferta de telemóveis de «mais de 60 por cento».

041204-11

Industriais do turismo associam-se

Proclamação da Ahoresia

Foi proclamada ontem, sexta-feira (3), a Associação de Hotéis, Restaurantes e Similares de Angola (Ahoresia), uma agremiação que persegue a elevação das «performances» técnicas e profissionais dos empresários do sector da hotelaria e turismo em Angola.

O acto de proclamação contou com a presença de representantes de 22 unidades dessa indústria de Luanda, assim como a de 23 representantes de 13 províncias do interior de Angola, que apontaram João Gonçalves e Adão Campos, ambos empresários radicados na capital do país, para desempenhar importantes postos nos órgãos sociais da associação.

João Gonçalves, proprietário do restaurante «Pezinhos N'água», foi apontado para o posto de presidente da direcção da associação, enquanto que Adão Campos, dono do Park Hotel, foi indicado para o posto de presidente da mesa da Assembleia Geral.

A Ahoresia, segundo João Gonçalves, assenta a sua existência sobretudo nas expectativas criadas em torno dos industriais do sector que se desempenham nas províncias do interior de Angola, onde um prolongado período de recesso do turismo reduziu o desempenho, pese embora as indesmentíveis potencialidades que ali se encontram.

A associação propõe-se, assim, promover cursos de formação para empregados do sector, definir padrões que nivelem a indústria em patamares aceitáveis de qualidade e na criação de oportunidades de superação que podem propiciar o acesso de detentores de espaços hoteleiros, independentemente da sua proveniência, aos mais importantes foros internacionais consagrados à temática do turismo e da hotelaria.

Falando ao Semanário Angolense, João Gonçalves revelou que a agremiação encara (com base no seu diferenciado leque de associados) uma empreitada de investigação destinada a resgatar valores culinários angolanos que venham enriquecer a oferta gastronómica tradicional na indústria do turismo, tratando-se mais precisamente de uma recolha regional que, depois de uma cuidada triagem, dará lugar a um acrescido receituário de pratos nacionais disponível para «chefs» e mestres culinários nos hotéis, restaurantes e similares nacionais.

Uma outra batalha da Ahoresia reside no acesso à tecnologia e aos equipamentos, na relação que isso tem com os preços. Para resolver isso, até já está disponível uma solução, que é uma loja adjacente ao Park Hotel, que pode fornecer equipamentos até aos mais sofisticados hotéis de Luanda.

A Ahoresia considera-se um parceiro do Governo para a implementação de uma estratégia turística para Angola. Esta é a segunda associação do género proclamada em Angola depois de ter sido instituída a Associação Industrial de Hotéis, Restaurantes e Similares de Luanda (Horesil), também digirida por João Gonçalves.

041204-11

Altos: F. Miala O ministro da Defesa ficou encantadíssimo com o que viu no Huambo. O motivo do compreensível encanto não foi a qualidade do que viu, mas os números. Kundi Paihama ficou surpreendido com os custos da reabilitação da sede dos Serviços de Informação (Sinfo) e da respectiva casa de passagem.

Pelas duas obras – um edifício de três pisos e uma vivenda – os cofres públicos largaram pouco mais de 400 mil dólares. Na verdade estamos em presença de custos que já estão fora de «moda». Num país em que até a construção de uma escola de adobe pode custar 1 milhão de dólares, K. Paihama teve sobejos motivos para festejar. Os preços praticados pelas empreiteiras sugere duas coisas: ou não correram absurdas comissões por baixo da

mesa ou os empreiteiros tiveram medo.

Afinal, as duas obras foram encomendadas pelos Serviços Secretos e o seu interlocutor pode muito bem ter sido o respeitado (e também temido) General Miala. Apesar dos novos tempos, muita gente ainda se põe de sentido à passagem do mais poderoso de todas as «secretas» angolanas. **F. Miala (2)** Supondo – e é apenas isso mesmo – que os dois empreiteiros do Huambo «borraram-se» todos quando negociaram os contratos com os Serviços Secretos, o país deveria retirar disso as devidas ilações. Uma delas pode sugerir que doravante os Serviços Secretos e, especialmente, o General Miala, estejam presentes nos momentos em que se negociarem as empreitadas que visam a reabilitação das principais infra-estruturas do país. É que num país em que a sobre facturação dos preços das obras públicas transformou-se numa verdadeira cultura torna-se difícil acreditar que ainda tenhamos empreiteiros honestos. Como pode ter acontecido no Huambo. Mas como o seguro morreu de velho, é melhor não arriscar. É preferível «colar» sempre o General Miala aos calcanhares das entidades que negociam os maiores contratos deste país. Pelo menos os «comixionistas» ficam de alguma forma inibidos... Na verdade, quem ousaria costurar um arranjo na presença do «Brigas»?

João Tala O corpo de jurado, composto por cinco pessoas, decidiu, por unanimidade, atribuir o Grande Prémio de Ficção ao escritor João Tala pela obra «Os Dias e os Tumultos». O júri do prémio, promovido pela Uea, fundamentou a distinção de João Tala com o «trabalho estilístico-formal» e a sua «actualidade temática». Os cinco membros do júri, presidido por Adriano Botelho de Vasconcelos, sustentou, ainda, que o estilo de escrita adoptado pelo laureado permitiu a «concentração da intriga e a intensificação das emoções». De acordo com os critérios do corpo de jurado, João Tala conseguiu, igualmente, estabelecer um «interessante jogo entre o autor textual e o narrador», de que resultou uma escrita «humorística e dessassogada». A obra premiada trata, essencialmente, das sequelas da guerra no quotidiano dos angolanos e da naturalização das disfunções sociais dela decorrentes. Com essa vitória, João Tala embolsou a «módica» quantia de...35 mil dólares. Nada mau. Nada mau...nestes tempos de miséria que estamos com eles...

Baixos

Justino Fernandes (1) Não foram convincentes as explicações do presidente cessante da Federação Angolana de Futebol para os desvios de fundos que lhe são imputados pelos seus adversários. Justino Fernandes perdeu-se em acessórios quando deveria ater-se aos factores essenciais. Os adversários de Justino Fernandes acusam-no de ter delapidado uma dotação de 1 milhão de dólares da Fifa para a construção de infra-estruturas de suporte ao desenvolvimento do país. A isso, o presidente cessante argumenta, infantilmente, que a Fifa atribui dotações mensais de 250 mil dólares. Ora, estando ele à cabeça da Faf há exactos 5 anos, não recebeu, exactamente, 1.250.000.00 dólares? É um problema de aritmética...Em resumo: o que interessa saber é o destino que ele deu a essa milionária soma. E para isso não bastam as palavras. Justino Fernandes deve ser capaz de mostrar, uma a uma, preferencialmente, as infra-estruturas que a Faf construiu com o dinheiro doado pela Fifa. É esta verdade que o país quer saber. **Justino Fernandes (2)** Ou o presidente cessante da Faf explica, convincentemente, como, onde e com quem gastou o dinheiro recebido da Fifa ou arrisca-se a confirmar a suspeita - nalguns círculos já é mesmo certeza – que «mamou» mesmo a «massa». As principais infra-estruturas de suporte ao futebol nacional estão em cacos. Cinco anos depois de ter «desembarcado» na Faf, Justino Fernandes não pode apontar uma única infra-estrutura que tenha sido construída durante o seu longo e desastrado mandato. A Faf continua a não ter um único centro de treinamento para as selecções nacionais. O Hotel Palanca, que era suposto acolher as nossas e até mesmo as selecções visitantes, é uma lástima. Não há, por este país dentro, um único centro de estágio para as nossas selecções. Tudo somado, é inevitável a pergunta: onde foi que

Justino Fernandes meteu a «massa»? E estamos a referir-nos, apenas, aos «trocós» dados pela Fifa. De fora ficam os outros milhões doados anualmente pela Sonangol, Ascorp e outras empresas nacionais. **Justino Fernandes (3)** O presidente cessante da Faf nega que esteja a empregar dinheiro da instituição na sua campanha para a reeleição. Mas do que negar, é necessário que Justino Fernandes prove que não está a fazer isso. Poderia começar com pequenos exemplos: provar que pagou, com dinheiro saído dos seus bolsos, pela utilização do anfiteatro da Faf para a apresentação da sua candidatura. Deve, igualmente, provar que os jornalistas que lhe atribuem antecipadamente a vitória fazem-no apenas pelos seus olhos bonitos. Justino Fernandes também deveria provar que é dos próprios bolsos que sai o dinheiro que enche o saco com que um conhecido membro da sua campanha se passeia pelas redacções de jornais, associações provinciais de futebol e clubes de insignificante expressão comprando consciências e votos. Por fim e para que não subsistissem mais suspeitas, deveria pedir ao Tribunal de Contas a publicação dos resultados da auditoria feita às contas da Faf. É pouca coisa a provar...

041127-1204

O poder escureceu mesmo e a todos os níveis! Qual é a borbulha, Dr. Mena Abrantes?

Entre as muitas reacções suscitadas pela abordagem do Semanário Angolense (SA) ao tema «o poder escureceu mesmo», uma deveria ter merecido uma resposta pronta, mas tal não aconteceu. Trata-se da intempestiva reacção de José Mena Abrantes, publicada na passada edição. As insolências debitadas pelo assessor de imprensa do Presidente da República ficaram momentaneamente sem a resposta que se impunha não por alguma manifestação de cobardia, mas apenas e tão-somente em respeito pelas normas estabelecidas pela Lei de Imprensa no capítulo relativo ao «Direito de Resposta».

Provavelmente, porém, teríamos ficado por aqui, se Mena Abrantes, na sua reacção, não tivesse ido longe demais. Ele não se limitou a ripostar as ideias expressas no artigo do SA, mas dirigiu ataques pessoais de baixo coturno, quando em momento algum as referências feitas à sua pessoa na matéria em causa tiveram cunho insultuoso.

Que bicho lhe mordeu é algo que está por averiguar. Mas certo é que Mena Abrantes preferiu encarrear por um comportamento a todos os títulos inaceitável em alguém que deveria pugnar pelo «fair-play» para dirimir divergências do foro intelectual.

«Complexo de colonizado mal resolvido», eis o chavão intelectual a que o assessor de imprensa do PR recorreu para desqualificar a direcção deste semanário, julgando que desta forma resumia e «matava» a questão. Mena Abrantes tem a obrigação de saber que só tem «complexos de colonizado» quem, afinal de contas, se viu num momento qualquer da sua vida sob a canga de um colono. Por ser quem é, e sobretudo pelas suas inequívocas origens, obviamente Mena Abrantes está livre de padecer desse problema.

Já não é o que se passa, seguramente, com a maioria esmagadora dos africanos negros, os quais, se não sentiram directamente os malefícios e as sevícias da colonização, ainda hoje sofrem os seus efeitos mesmo que de forma indirecta. Querirá o Mena Abrantes mandar todos estes africanos – entre os quais se contam os seus compatriotas angolanos – deitarem-se no divã do psicanalista, para escarnecer deles e verificar se não terão resquícios da distante colonização por que eles próprios passaram ou os seus ancestrais? Não nos parece que isso seja uma manifestação que tipifique algum comportamento esquizofrénico, que envergonhe os africanos e, por isso, sejam obrigados a livrar-se dele como se de sarna se tratasse. Aliás, se assim fosse jamais se teria justificado a reunião de carácter mundial que, recentemente na África do Sul, levou à mesa das discussões exactamente os traumas e passivos deixados pela colonização.

Enfim, sabemos todos que a longa noite colonial terminou, é certo, mas até hoje o continente negro ainda carrega os seus efeitos. «O fardo do Homem negro», como lhe chamou, a propósito, Basil Davidson, não se resolve escarnecendo daqueles que ainda sofrem na carne as suas consequências. E só homens como Mena Abrantes, que tiveram a fortuna de não estar na pele de colonizado, podem agora gabar-se de não padecer dos complexos daí resultantes.

Ainda assim, é preciso reiterar que não foi esse exactamente o móbil que levou o SA a levantar a questão da «descoloração» do Poder em Angola. Intelectual honesto que deve ser, lá no fundo, Mena Abrantes sabe que o debate levantado sofreu uma deriva e que o objectivo último não foi acirrar nenhum tipo de manifestação racista entre os angolanos. Fazer uma constatação que se impunha sobre quem realmente exerce o poder e como o exerce era a questão de fundo. E Mena Abrantes até chega lá perto, quando diz que o facto de a administração dos bancos comerciais estar em mãos negras não é sinónimo de uma gestão capaz e ao serviço do interesse nacional. Concordamos que não é. Mas Mena Abrantes não pode perder de vista que também não foi observada uma maior eficácia quando foram os técnicos e especialistas mestiços e brancos a deter as rédeas desse e de outros sectores nevrálgicos da economia do país. Pelo contrário, no mais foi, seguramente, o começo do mal que acabou por gangrenar e minar todos os sectores da vida do país: a corrupção e o peculato.

Foram governantes do jaez de Jorge Monty e Mota Quelhas, que além de «iluminados» se pensava serem impolutos, que inauguraram, em escala nunca antes vista, o vício agora desbragadamente à solta neste país, onde os servidores públicos passaram a pôr a mão no dinheiro do Estado e dos contribuintes, sem o menor problema de consciência. O próprio Jacques dos Santos, que além de ser o presidente da associação Chá de Caxinde, também é tido como uma espécie de rabino dos mestiços angolanos, admitiu tal facto na entrevista concedida na última edição deste jornal, acabando por condenar a rapina do país e a mal explicada riqueza da generalidade dos cidadãos brancos e mestiços, contra a indignância dos negros.

Na verdade, caro Mena Abrantes, este jornal apenas enveredou por um exercício de desconstrução de um mito. O mito da superioridade branca e mestiça. Em todo o caso, o racismo destapado é um problema que já não pode ser ignorado. Como nunca, aliás, deveria ter sido ignorado. Afinal não é possível tapar o sol com uma peneira...

Cabe agora aos interessados, estudiosos dessas questões, encontrar as respostas para as inquietações da sociedade. Mas isso, convenhamos, tem de ser um exercício feito com toda a honestidade e sem maniqueísmos, algo que está longe de caracterizar a atitude de Mena Abrantes, que prefere dramatizar a questão, quase sugerindo que o SA está a tentar pôr em causa a existência e até a sobrevivência física da minoria branca e mestiça neste país.

O SA lamenta que Mena Abrantes tenha procurado baixar o nível do debate e recusa qualquer pensamento com o qual, a coberto do maniqueísmo, e da falsidade intelectual, se queira tomar os negros angolanos como uma cáfila de ignorantes, estúpidos e preconceituosos. Porque, no fundo, é isso que subjaz no subconsciente de José Mena Abrantes.

O SA lamenta, mas contra as vergonhas e ódios recalcados de Mena Abrantes – está a mostrar, profusamente, que afinal os tem – nada podemos fazer. Nós, por cá, continuamos a achar que o poder em Angola escureceu mesmo. Há alguma borbulha nisso? E também nos regozijamos com o facto de já haver negros que possam integrar e conduzir as discussões com as instituições de Bretton Woods. Mal estaríamos se assim não fosse...

PS- Para a próxima – se é que não se sente já desqualificado para discutir esse problema – esperamos é que o José Mena Abrantes venha explicar as causas e consequências do fenómeno.

Estranho, muito estranho, estranhíssimo...

O PR não liga nenhuma ao seu assessor de imprensa?

Quando Mena Abrantes, do alto da sua sapiência, diz que o SA tem muitos mais assuntos com que se ocupar do que enveredar por essa abordagem, ele esquece-se deliberadamente que a carapuça lhe pode servir. Sejam honestos: quem tem sido, durante anos a fio, o assessor de imprensa do Presidente da República, e responsável por redigir os seus discursos, é Mena Abrantes. E se é certo que nesse papel, Mena terá indubitavelmente ajudado a tornar, no que diz respeito às normas linguísticas, mais escorreito o discurso que José Eduardo dos Santos geralmente dirige aos seus concidadãos e não só, não é menos verdade que, tirando isso, nenhuma outra mais-valia foi vista. Na realidade, desde que Mena Abrantes se tornou assalariado da Presidência da República, já lá vão uns bons anos, os discursos de José Eduardo dos Santos continuaram a revelar-se ociosos e inconsistentes.

Mais: os discursos do Presidente da República são sonolentos, não delicia os cidadãos, não empolgam e, por isso mesmo, não geram acções. O cidadão angolano não encontra no discurso do seu Presidente ideias inovadoras, abordagens diferenciadas ou ângulos marcantes. Pelo contrário, no discurso de José Eduardo dos Santos abundam o lugar-comum, a trivialidade e o frequente deslize. Não é sem razão que há um par de anos o Presidente da República foi alvo da chacota pública ao propor aos angolanos um futuro radioso que começava a partir dali. Agora mesmo, na província do Namibe, José Eduardo dos Santos não só voltou a cair no ridículo, como incorreu numa tirada a todos os títulos imoral, quando, na tentativa de relativizar os problemas dos direitos humanos e da democracia, considerou que estes não enchiam o estômago dos cidadãos.

Antes, nos Estados Unidos, queixou-se das críticas que a imprensa privada lhe faz, como se isso tipificasse algum crime em regimes democráticos. Será que todas estas gafes faziam parte do «guião» que Mena Abrantes sujeita ao Presidente da República? Ou será que José Eduardo dos Santos não liga nenhuma ao seu assessor de imprensa? Não nos parece ser o caso, pois de contrário, para os anos de casa que já leva na Presidência da República, Mena Abrantes, homem cioso da sua dignidade, já há muito teria ponderado uma retirada estratégica, ou seja, demitir-se, uma vez que estará lá a fazer o verbo encher.

Este é o aspecto verdadeiramente perturbador nisto tudo. Não se põe de parte que Mena Abrantes possa realmente estar a aconselhar mal o Presidente da República naquilo que ao seu pelouro diz respeito. Desde logo por haver um dado a todos os títulos intrigante. Pela formação académica e outros elevados pergaminhos que se lhe conhecem, e por aquilo que tem feito nas lides do teatro e da literatura em Angola, é quase inaudito admitir que Mena Abrantes aceda a deixar-se estar na Presidência como um «papa-moscas», sem assumir nenhum protagonismo.

Ora, dificilmente se poderá compreender que tendo um homem de letras ao seu lado para o aconselhar nestas questões concretas, ainda assim o Presidente, como se tem visto, se furte ao contacto com escritores, com os jornalistas, e com a generalidade da sociedade. Será este um problema que deva ser atribuído ao «feitio fechado» de José Eduardo dos Santos ou, afinal, existirá nisto uma mão invisível a influenciá-lo negativamente?

Que sugestões, afinal, Mena Abrantes tem dado ao Presidente angolano? Admitindo-se a possibilidade de ele municiar negativamente o chefe de Estado, a que se deverá esse comportamento? Aqui postos, muito provavelmente, seremos forçados a ter de voltar ao

início. Da mesma maneira que se aceita, sem crise nenhuma, que os africanos possam ainda revelar sintomas de um «complexo de colonizado mal resolvido», os próprios africanos de raça branca, ou com cruzamento sanguíneo, não estão livres de padecer de certos recalcamientos.

São sobejamente conhecidos os casos de descendentes de europeus que vivem a estigmatizar-se pela cor que têm, ou por não terem nascido no continente dos pais, ou ainda, no extremo, nutrem um ódio velado pelo «irmão negro». Será esse o caso de José Mena Abrantes? Teremos encontrado a chave do problema? Dói-lhe o facto de não ter nascido na Europa, mas numa «terreola» malanjina? Ou ele terá algum desgosto de não ser negro? Ou é por estar impedido de ser o Presidente?

Estas considerações não são despropositadas. Somos os primeiros a reconhecer que caso Mena Abrantes fosse negro, com as elevadas qualificações académicas que tem, seguramente, teria galgado, com facilidade, alguns degraus mais no «inner circle» presidencial.

De resto, é no mínimo suspeita a quantidade de vezes que Mena Abrantes salta como um pistão, ou como alguém picado por uma vespa, em defesa da dama, sempre que a temática do racismo em Angola é aflorada. Por ténue que isso se revele, Mena Abrantes é o primeiro a reagir, como se fosse uma espécie de provedor dos brancos e mulatos angolanos. Isto tem muito que se lhe diga...

Em suma, não tendo o Presidente angolano obtido grande mais-valia com a presença de Mena nos seus serviços de apoio, será caso para dizer que aqui está de facto a maior demonstração de que o problema de fundo não está na cor da pele das pessoas, mas se elas são ou não competentes naquilo que fazem. Ou ainda que sendo competentes, se elas não estão ao serviço de estranhos interesses...

A vulgarização do Parlamento e das embaixadas (1) **«Caixotes de lixo» dos nossos políticos** **Severino Carlos**

Após ter sido exonerado do cargo de governador provincial do Kwanza-Norte, Manuel Pedro Pacavira já tem poiso garantido: caso não haja nenhum recuo da parte de quem decide, a sua próxima «estação» será a capital italiana, Roma, onde será acreditado como embaixador plenipotenciário do nosso país. Quanto a Isalino Mendes, outro governador provincial recém demitido, ainda não se sabe qual será o seu destino, mas só não irá para a Assembleia Nacional porque não é deputado. O mesmo se passa com Flávio Fernandes, exonerado da direcção da Clínica Multiperfil. Mas os casos de Isalino e Flávio são atípicos. Em face do que tem sido a «regra», fica-se com a perturbadora sensação de que a Assembleia Nacional e as missões diplomáticas e consulares de Angola têm sido, ao longo dos tempos, utilizadas ou como «escoadouro de detritos» ou como «local de desterro» dos dirigentes políticos angolanos que se mostrem incompetentes em funções de governação ou, quando não falham redondamente no plano da competência técnica, se dedicam ao roubo e desvio desbragado de fundos públicos.

Relativamente a Isalino Mendes, ainda está relativamente fresco na memória da opinião pública o demolidor relatório produzido pela Inspecção-Geral da Administração do Estado (Igae), dado à estampa por este jornal, e que pôs completamente a nu as inúmeras irregularidades em matéria de gestão e peculato cometidos durante o seu consulado como governador do Bengo. Foram as gritantes evidências de irregularidades estampadas por esse relatório, além de outras constatações no terreno, que levaram a que o Presidente da República condescendesse, fazendo o que a sociedade, exasperada com situações do tipo, tanto reclamava: a exoneração de Isalino Mendes. Depois dessa nódoa negra no seu «curriculum vitae», Isalino está, obviamente, desqualificado para ser

chamado para funções superiores às que ocupou no passado, onde colecionou falhas clamorosas. Nem como deputado, ele seria fiável.

Embora não se conheça nenhum relatório da Igae sobre ele, o consulado de Manuel Pedro Pacavira, no Kwanza-Norte, padeceu dos mesmos males detectados no de Isalino Mendes, no Bengo. A sua mais que deficitária performance governativa ameaçava mesmo trazer dissabores às metas eleitorais perspectivadas pelo Mpla naquela província, onde as populações andam fartas da má qualidade de vida que governadores ineptos lhes têm proporcionado. Foi um bocado em função disso que Pacavira foi retirado do Kwanza-Norte, apesar de, à viva força, ainda ter feito tudo para ficar por aquelas paragens.

Ao ser encaminhado para a Embaixada de Angola em Roma, Manuel Pedro Pacavira tornou-se apenas mais um exemplo do mau uso que tem sido feito das nossas instituições diplomáticas e, já agora, da Assembleia Nacional, para onde vão parar toda a sorte de detritos. Pacavira não oferece garantias de poder vir a exercer com eficácia as novas funções que lhe querem atribuir na diplomacia do país. O antigo governador do Kwanza-Norte não é estreante nas lides diplomáticas, por onde passou sem ter deixado senão má fama. Depois de ter sido ministro da Agricultura – não tendo servido para as funções –, Pacavira já se «entretiveu» nos cargos de embaixador em Havana, Cuba, e de representante de Angola nas Nações Unidas.

Uma das estórias que as más-línguas contam é a de que um dia passou pelo Palácio de Vidro, em Nova Iorque, um diplomata que saudava os seus homólogos de outros países com sonoros «bye bye, bye bye». Imagine-se o que dizia o homenzinho quando pretendia despedir-se...

Na realidade, o envio de Manuel Pedro Pacavira à Roma relança igualmente uma velha problemática que se coloca em matéria do planeamento e da operacionalidade da diplomacia angolana. O país já produziu ao longo dos anos excelentes diplomatas que ainda não atingiram o cimo da carreira, apenas porque se tem insistido em apostar nas «velharias» de sempre. Desta maneira, acaba mesmo por não ser defensável ter-se instituído em Luanda um Instituto Superior de Relações Internacionais. Porquê, afinal, se esses jovens, no termo da formação, acabarão votados ao desemprego ou a acotovelarem-se nos corredores do Ministério das Relações Exteriores?

Enfim, embaixadas e Assembleia Nacional. Devidamente examinado, estamos perante um fenómeno de banalização e completa vulgarização destes dois institutos, um erro em que reiteradamente incorrem as autoridades angolanas. Trata-se de uma prática que descredibiliza e torna falaciosa qualquer propalada tentativa de moralização das principais instituições do país, sustentadas nos três poderes essenciais: legislativo, executivo e judicial.

Homens senis e ineptos não estão em condições de dignificar e dar crédito à nossa diplomacia. Não trazem valor acrescentado para a nossa política externa. Governantes exonerados por terem andado a rapinar recursos públicos como quem pratica tiro ao alvo – ou, como diria o falecido Jonas Savimbi, «homens ensandecidos pelo apetite da gatunagem» – não estão em condições de dignificar a Assembleia Nacional. Não são dignos de representarem o povo que os elege.

Pacavira não é o primeiro nem será o último

A longa fila dos que repousam no «vale dos caídos»

Manuel Pedro Pacavira não é o único que após pisar o risco foi «recambiado» para funções não menos importantes na diplomacia. Não foi o primeiro e, pelo andar da carruagem, teme-se mesmo que não seja o último. Atrás dele, vai longa a fila dos que repousam, felicíssimos da vida, no «vale dos caídos» em que o Parlamento e as

embaixadas foram transformados.

Alcântara Monteiro, Fátima Jardim, Ana Maria de Oliveira, Joana Lina, Idalina Valente, Arlindo de Sousa e Silva, Cananito Alexandre, Gonçalves Muandumba e Luís Paulino dos Santos são apenas alguns dos nomes que figuram na lista dos que foram «castigados» com o retorno à Assembleia Nacional, como se ela fosse sinónimo de algum «purgatório».

Desse leque, os casos de Luís Paulino dos Santos e de Cananito Alexandre são de bradar aos céus. Luís Paulino deixou a província do Bié feita em cacos – exactamente no mesmo estado dantesco em que ficou depois da guerra com a Unita.

No decurso dos anos que andou por lá como governador, não foram assinaladas acções e iniciativas relevantes que ele tivesse desenvolvido com vista a minorar o mal. Como se isso não bastasse, pesam sobre ele acusações de que se terá dedicado a enriquecer à custa dos já parcos recursos públicos disponibilizados àquela província. Por essa razão, de resto, é que anda a contas com o... Tribunal de Contas. Desta instituição ainda não saiu qualquer veredicto em relação a Luís Paulino dos Santos, mas não se percebe por que se lhe deu o benefício da dúvida, fazendo com que retomasse o posto de deputado na Assembleia Nacional.

Cananito Alexandre não teve, enquanto governador do Uíje, um desempenho que fosse de aplaudir. E pode até dizer-se que esteve muito distante dos dotes que possui na música, carreira que tem vindo a ser seguida pela generalidade dos membros da sua família. Mas Cananito não está nem aí para a música, preferindo mil vezes a política, apesar de não possuir grandes atributos para esse «métier». Pior, no entanto, é a opção do Mpla que poderia reservá-lo para tarefas secundárias no partido, mas entendeu que quem como governador não deu uma para a caixa pode «aguentar-se» como deputado à Assembleia Nacional.

José Eduardo dos Santos

É a hora de preparar o legado?

Pedro Rodrigues

Desde 1992 o futuro de Angola esteve fundamentalmente ligado ao destino de dois homens: José Eduardo dos Santos, Presidente da República e do Mpla e Jonas Savimbi, líder da Unita. É tão verdade assim que se a morte do último a 22 de Fevereiro de 2002, em combate, acabou com a guerra, a forma como decorrer a sucessão do primeiro pode vir a determinar a possibilidade de Angola alcançar a paz sustentável que ainda procura.

Para alguns observadores, poderia parecer um exagero dar tal importância e ênfase ao papel desempenhado por ambos os líderes numa sociedade democrática – embora ainda com instituições frágeis e processos incipientes. Porém, a sua dominação e controlo dos respectivos aparelhos partidários que sempre «legitimaram» as suas decisões e tomadas de posição estratégicas – por vezes até difíceis de entender se de interesse nacional ou simplesmente pessoal ou de grupo – associados às suas impressões digitais deixadas nos desenvolvimentos políticos e económicos quer em Angola, quer na região, justificam tal asserção.

O fim trágico de Jonas Savimbi, sob o fogo das Forças Armadas Angolanas (Faa), deixou tal vazio na liderança da Unita, que ainda hoje as indicações de unidade e renovação no

seio da sua direcção, mesmo depois do seu congresso em Junho de 2003, não passam de mera ficção para animar o público angolano em geral e os seus militantes em particular. Se esta situação não for gerida com tacto, a seu tempo pode vir a despoletar em crise grave e aberta, consubstanciada em lutas facciosas de consequências imprevisíveis para o futuro político do partido do Galo Negro.

A sucessão de José Eduardo dos Santos pode ter repercussões ainda mais complexas e profundas – e não só por ser actualmente o Chefe de Estado. Ao longo dos anos, os potenciais contendores ou herdeiros à sua substituição viram o seu futuro e aspirações políticas comprometidos ou cerceados por purgas partidárias implementadas com a frieza, rigor e zelo de uma mente com sentido profundo de missão e de direcção.

Marcolino Moco, Lopo do Nascimento e João Lourenço constituem apenas a parte visível do «iceberg» de líderes do Mpla que ao longo do seu consulado José Eduardo dos Santos «derreteu» com o seu fogo de dominação e controlo. Quaisquer pretensões políticas que estes e outros ainda alimentem, certamente que se encontram dependentes do pós-dos Santos, da máquina imparável do tempo e da natureza e do julgamento da história. A espera poderá revelar-se longa, pois a conjuntura nacional e internacional, por mais paradoxal que pareça, tende a jogar a favor da permanência de José Eduardo dos Santos no poder, para além do corrente mandato.

Razões Nacionais

O processo de paz angolano continua a apresentar desafios e a alimentar apreensões. Numa recente entrevista à uma estação de rádio local, o Presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, lembrou à Nação a experiência de um passado recente de entendimentos traídos e aspirações desfeitas. O espírito de desconfiança permanece – real, e expresso de várias maneiras e ocasiões. Um chefe atento às movimentações dos radicais, de todos os lados, e pronto a intervir para levar o barco a porto seguro continua a ser, afinal, uma das condições necessárias para manter o processo de paz na trajectória certa.

Nos últimos meses, alguns responsáveis da Unita têm manifestado preocupação com o que consideram ser um aumento de incidentes de intolerância política contra os seus partidários em algumas partes de Angola. Apesar de serem acontecimentos confinados a certas áreas e determinados por factores meramente locais, já surgiram líderes ambiciosos a extrapolar a situação e a «deitar lenha» na fogueira da desconfiança e do medo. Por outro lado, no seio do Mpla fazem-se ouvir vozes defendendo a constituição de um novo governo sem a participação de membros da oposição, particularmente nesta fase de transição para as eleições. Ainda é limitado o número destes que gostariam de ver uma das cláusulas do Protocolo de Lusaka simplesmente ignorada com o fim do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (Gurn) em nome da agenda eleitoral do Mpla. Porém, não deixa de ser um alerta à navegação.

Estes e outros factos demonstram que o processo de reconciliação política permanece frágil e continuamente desafiado pelos «falcões» de todos os lados do espectro político-partidário. Continua a ser, por isso, indispensável uma liderança madura e testada que imponha uma gestão cuidada e flexível do processo de paz para preservar o ambiente de abertura e de inclusão necessários para o reforço da unidade nacional. De momento só José Eduardo dos Santos parece estar em condições de assegurar tal desiderato.

A recente audiência que o Presidente angolano concedeu ao veterano da luta de libertação nacional e líder histórico da Fnla, Holden Roberto, foi interpretada por muitos como um esforço para imprimir uma nova dinâmica de concertação política na procura de uma agenda comum para o futuro do país. Na semana passada, foi a vez do Chefe de Estado abordar com o líder da Unita, Isaías Samakuva, diferendos surgidos na interpretação e implementação do Protocolo de Lusaka à luz da última remodelação

governamental. As declarações de Samakuva no final de encontro demonstraram, mais uma vez, a forma hábil como José Eduardo dos Santos parece estar a gerir a transição para as próximas eleições gerais agendadas, em princípio, para finais de 2006, procurando manter válidos os entendimentos políticos assinados nos últimos anos entre o Governo Angolano e a Unita.

Apesar de todas as críticas expressas publicamente pelos líderes da oposição quanto ao actual desempenho do Chefe de Estado e do Governo, a maior parte deles admite em privado preferir a manutenção de José Eduardo dos Santos na Presidência da República do que a ascensão ao poder de um novo líder do Mpla - mesmo de entre os conhecidos «front runners», ou seja, dos que estão na grelha de partida - pois poderiam revelar-se menos pragmáticos e poucos flexíveis.

Dado que nas condições actuais a oposição reconhece não estar à altura de constituir uma alternativa viável ao Mpla, parece interessada em continuar a lidar com «o diabo que conhecemos», do que correr o risco de estar confrontada com «o anjo que desconhecemos». É que mesmo aqueles da «entourage» presidencial que hoje demonstram ser uma coisa, amanhã fora do controlo de dos Santos poderiam revelar-se algo completamente diferente tanto em termos de abordagem política como de cumprimento dos compromissos assumidos. A história africana é, afinal, rica em exemplos do género e ... a oposição não anda distraída de todo!

Porém, a permanência de José Eduardo dos Santos no poder também levanta questões - e não poucas - dada a forma como ele tem estado a governar o país, particularmente nos últimos anos. Observadores apontam que à excepção do sector financeiro e económico que tem sido objecto de purgas quase que cíclicas, a sua equipa governativa permaneceu praticamente intacta ao longo dos anos, tendo sofrido apenas alterações mínimas e pontuais desde 1992. O Chefe de Estado e do Governo continua a manter no seu executivo mesmo aqueles ministros há muito rejeitados pela população dada a percepção de incompetência, falta de sensibilidade política e preparação para corresponderem às presentes expectativas e exigências do país real.

O Presidente Eduardo dos Santos prefere assim insistir em membros do seu executivo com quem mantém relações de confiança e de trabalho moldadas ao longo dos anos, possivelmente em nome de uma certa estabilidade e «cumplicidade institucional». A imagem que o público tem decorrente desta estratégia é a de um Governo sem alma ou dinâmica - tipo um «kazumbi» das noites mágicas de África - com uma visão difusa do futuro, só preocupado com o dia a dia da sua sobrevivência ou, nos momentos de maré alta, concentrado na gestão do status quo.

Mais grave ainda, os críticos acusam que os longos anos de permanência no executivo fizeram com que alguns governantes perdessem o sentido de Estado e tivessem mergulhado, de cabeça, na corrupção e na gestão ilícita dos fundos públicos em benefício das suas iniciativas empresariais privadas, muitas vezes de forma ostensivamente aberta e provocante para os que esperavam deles, no mínimo, uma atitude de defesa do bem comum.

Será que nesta fase histórica única e de transcendente importância para Angola que começa com o advento de novas eleições José Eduardo dos Santos poderia ou estaria interessado em rodear-se de uma equipa diferente e mais inclusiva, com membros escolhidos na base do mérito, competência e experiência, susceptível de criar uma nova dinâmica na governação do país e, conseqüentemente, na sua recuperação e desenvolvimento e de aumentar a credibilidade de Angola na arena internacional?

Razões Regionais e Internacionais

A situação na República Democrática do Congo continua complexa e delicada, podendo

descambar numa nova guerra a qualquer momento caso não sejam tomadas as medidas diplomáticas e militares necessárias. Sinais de violência continuam a surgir no distrito de Ituri - uma zona no nordeste congolês que é rica em ouro, petróleo, urânio e madeira e, por isso, motivo de cobiça dos países vizinhos, particularmente o Uganda - desafiando a razão de ser do governo de unidade nacional e testando a liderança do jovem Presidente Joseph Kabila.

O papel de Angola na estabilização da região dos Grandes Lagos ganha maior relevância nas condições actuais. José Eduardo dos Santos, pela sua experiência e longevidade no poder, tem-se revelado uma peça incortornável nos esforços diplomáticos e militares para a resolução desta crise (apesar de normalmente não marcar presença nas conferências internacionais sobre a região dos Grandes Lagos, como aconteceu a semana passada, em Addis Abeba não obstante a importância da mesma expressa pela sua declaração final e a participação de 13 Chefes de Estado e do Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan).

Por outro lado, a luta contra o terrorismo internacional colocou Angola na agenda das grandes potências. De Washington a Londres, passando por Pequim, Angola está a ganhar cada vez mais visibilidade nos esforços para garantir a segurança energética, num ambiente internacional ameaçado pela continuidade da instabilidade no Médio Oriente e o aumento do fundamentalismo islâmico no mundo. O Golfo da Guiné apresenta-se assim como uma fonte alternativa e segura de energia para o ocidente, particularmente os Estados Unidos da América.

Segundo o Conselho de Segurança Nacional americano, os Estados Unidos da América já importam 15% do seu petróleo da África Ocidental, uma cifra que poderá ascender a 25% até 2015. Nesta estratégia internacional, José Eduardo dos Santos estaria a ser considerado por Washington «o aliado possível que conhecemos» - sobretudo depois do apoio de Angola durante a saga do «dossier Iraque» no CS das Nações Unidas em 2003 - cuja permanência no poder o Presidente George Bush veria como um contributo aos esforços tendentes a garantir a segurança energética, particularmente no Golfo da Guiné.

A expansão acelerada que actualmente caracteriza o sector do petróleo e a estabilidade do quadro legal de investimentos em Angola estariam a reforçar esse sentimento. Segundo fontes da indústria petrolífera, cerca de US\$ 52 mil milhões vão ser investidos nos campos africanos de águas profundas até 2010, dos quais 32% representam interesses americanos. Só Angola poderia beneficiar de investimentos avaliados em US\$ 20 mil milhões nos próximos cinco anos, de acordo com o Centro para Estudos de Energia Global.

Porém, nem tudo joga a favor do Chefe de Estado angolano. Numa altura em que a maior parte dos países da região passaram a ter novos líderes - Botswana, Malawi, Namíbia, Zâmbia - ou se prepara para eleições - Moçambique, República Democrática do Congo - a permanência de José Eduardo dos Santos à frente dos destinos de Angola é questionada em certos círculos internacionais interessados em ver o país virar a página do passado de guerra e entrar numa nova fase de desenvolvimento e estabilidade. Até porque a longevidade no poder da maior parte dos membros da sua equipa começa a alimentar «mujimbos» por recordar o antigo sistema soviético com os seus líderes em fase avançada de senilidade!

Para as potências ocidentais, a segurança energética que procuram garantir como parte da sua estratégia contra o terrorismo internacional passa também pela estabilidade dos países produtores de petróleo. Sem uma gestão parcimoniosa das receitas provenientes da indústria extractiva para permitir investimentos no desenvolvimento de infra-estruturas e uma maior diversificação da economia - factores importantes para uma distribuição mais justa da renda nacional e o aumento e reforço do sector privado - estes estados produtores de petróleo correm o risco de mergulhar em convulsões sociais

fomentadas pela miséria e a fome. Em termos de segurança nacional, a corrupção e a pobreza podem ser considerados «aliados naturais» dos grupos fundamentalistas que hoje desafiam a ordem e a estabilidade mundial, pois nos países onde estes males são moeda corrente, as células do terrorismo internacional podem mais facilmente prosperar «comprar cumplicidades», prosperar e preparar novos ataques contra interesses ocidentais, quando necessário.

A actual situação em Angola é, por isso, vista com uma certa apreensão, dadas as constantes denúncias por parte de organizações não governamentais internacionais de que biliões de dólares estariam a ser desviados dos cofres do Estado para contas privadas, enquanto milhões de angolanos continuam a sobreviver graças à caridade internacional.

Só no mês de Outubro último, dois relatórios diferentes divulgados por organizações de reconhecida credibilidade internacional colocaram Angola entre os países mais corruptos do mundo. Com efeito, a Comissão Económica para África das Nações Unidas considerou Angola, Camarões, Nigéria e Quênia como os países mais corruptos de um conjunto de 28 estados africanos que foram avaliados. Por sua vez, no quadro de um estudo feito a 146 nações, a organização não-governamental Transparência Internacional identificou Angola, Chade, Nigéria, Líbia e Sudão como estando entre os países «extremamente corruptos» do globo.

Efeito Boigny ou Mandela?

A estabilidade de um país é uma conquista de todos os dias, animada pela visão dos seus líderes e assegurada por instituições democráticas sólidas e credibilidade reconhecida. Sem um combate sustentável e engajado à pobreza para garantir às populações as condições mínimas de dignidade humana, sem uma classe média nacional crescente beneficiando da prosperidade do país, qualquer paz social é ilusória, estando a eventualidade de conflito presente em cada manifestação velada ou aberta de protesto.

Mesmo a presença da força, reflectida no lustro das armas novas dos militares perfilados ou nas fardas intimidantes dos agentes de segurança prostrados à entrada das vivendas das elites políticas e dos «novos ricos» do país podem travar os ventos da dissensão e da revolta latente. Tudo não é senão questão de tempo, como têm provado os movimentos de protesto e as ameaças aos regimes em vários países do terceiro mundo.

Nesta altura em que a discussão sobre a sucessão de José Eduardo dos Santos como Chefe de Estado e líder do Mpla começa a ser cada vez mais frequente e aberta, pois que necessária e urgente – qualquer que seja o «timing» que se admita para a sua saída da vida política activa – Angola encontra-se numa verdadeira encruzilhada. O futuro imediato da Nação angolana está dependente das opções políticas e de governação que o Presidente José Eduardo dos Santos vai fazer nos próximos anos, quer no quadro da definição do seu legado, quer da passagem do testemunho. Neste exercício de reflexão, dois exemplos em África poderiam servir de referência para o eventual «the day after», ou seja, do pós-dos Santos reservado aos angolanos.

Exemplo Sul-Africano

Nos últimos anos, a África do Sul tem sido um país em mudança, depois da maioria negra ter ascendido ao poder em Abril de 1994. A sua transição de uma situação política e económica de conflito inter-racial para uma nação «arco-íris» – processo que ainda permanece em marcha – continua a maravilhar os observadores atentos, apesar dos grandes desafios que o país ainda enfrenta. Parte do sucesso destas transformações é atribuído ao carismático líder Nelson Mandela.

Como Chefe de Estado, Mandela soube constituir e trabalhar com um governo de unidade nacional que incluía membros do anterior regime - particularmente o seu predecessor, Frederik William De Klerk, transformado num dos seus Vice Presidentes - e gerir os vários interesses, por vezes antagónicos, para fazer prevalecer a razão de Estado. Consciente da dinâmica do país e das limitações próprias da sua idade já avançada, optou por aceitar só um mandato e planificou a sua saída do poder de forma gradual, dando ao seu sucessor – reconhecido e aceite dentro dos preceitos do seu partido, o Congresso Nacional Africano (Anc) – o necessário espaço e oportunidade para ganhar experiência. Mandela adoptou assim uma sucessão clara – não sem as suas «makas» e purgas, como poderá atestar Cyril Ramaphosa, afastado sem cerimónias de candidato a uma das Vice Presidências da República em 1994 – dando a Thabo Mbeki legitimidade como seu «herdeiro» e luz verde para este imprimir à governação do país o seu estilo próprio de liderança.

Também foi Mandela, então Presidente, quem incentivou reformas conducentes a uma sociedade mais justa, fazendo compreender aos brancos que o seu futuro na África do Sul dependia do seu interesse em aceitar e contribuir para uma progressão económica e social da maioria negra e aos negros que tinham de aceitar a minoria branca como parte da nova Nação sul africana.

O seu legado não foi perfeito – nem poderia ser nas condições do seu mandato, tais eram os desafios e as dificuldades que teve que enfrentar, tanto da parte de radicais brancos como negros – mas criou as condições objectivas para o país continuar a evoluir na estabilidade e na tolerância, engajado no combate às desigualdades políticas, económicas e sociais para permitir o estabelecimento de um ambiente mais justo e de oportunidades para todos os cidadãos nacionais. A sua influência ainda hoje permanece viva, presente, inspirando a resolução consensual de problemas e conflitos, quer interna, quer internacionalmente.

Sucessões à Angolana

A morte de Agostinho Neto, primeiro Presidente de Angola, apanhou todos de surpresa - quaisquer que possam ser as explicações oficiais a querer provar o contrário. Num ambiente de incertezas e desconfianças, a escolha de José Eduardo dos Santos como o sucessor do Guia Imortal não foi - nem podia ser - pacífica. Ele não foi uma opção consensual no sentido restrito do termo, mas sim a escolha possível e de compromisso entre os vários grupos de interesse existentes no seio do Mpla na altura.

De facto, na impossibilidade de fazerem prevalecer o seu candidato, cada «facção» decidiu temporariamente apoiar o «candidato de circunstância» e aguardar por uma melhor oportunidade para voltar à carga - até porque o partido precisava de evitar tornar público os sinais evidentes da crise e das divisões em que estava mergulhado. Afinal os acontecimentos do 27 de Maio de 1977 ainda estavam frescos na mente das pessoas e a Nação permanecia chocada, ferida e incrédula com a violência que dizimara milhares dos seus melhores filhos, ainda hoje sem justificação plausível ou aceitável.

José Eduardo dos Santos soube assumir o seu papel de Presidente e reforçar a sua autoridade de líder do Mpla, acabando por ter uma longevidade política que os seus adversários e os aspirantes ao seu lugar nunca tinham antecipado.

Para os observadores atentos, está a ser motivo de preocupação esta cultura de sucessões tumultuosas que alguns em Angola parecem estar a promover, mesmo quando exercida a nível de simples renovação de mandatos em associações desportivas ou organizações cívicas e tendo estatutos e o prelado da lei para garantir a abertura e justeza do processo.

Na arena política, manifestações de intolerância à passagem do testemunho verificam-se

tendo como protagonistas mesmo aqueles que teoricamente afirmam defender a importância de se edificar uma Nação angolana democrática e tolerante. Uma vez que tenham provado o néctar do poder, estes «democratas de conveniência» têm desapontado com o seu comportamento egoísta quando confrontados com críticas ou com a chegada da hora da alternância.

Podem-se apontar como exemplos a Fnla, com a sua situação interna de crise permanente entre Holden Roberto e Lucas Ngonda e indefinição na escolha de um líder indiscutível para os novos tempos ou, ainda, a estratégia de guerrilha e de «cascas de banana» a que o Presidente da Unita, Isaiás Samakuva, está a ser submetido no seio do seu próprio partido - e por parte até daqueles que lhe apoiaram na vitória contra Lukamba Gato. Estas são, afinal, demonstrações desta atitude de negação dos valores democráticos expressa por alguns responsáveis angolanos que, infelizmente, até estão em posição de fazerem a diferença e de emprestarem maior credibilidade à importância do voto popular.

Democracia é um exercício de cidadania difícil, mas necessário para o desenvolvimento de sociedades estáveis e viradas para o progresso. Ao promoverem mudanças, os processos democráticos dão voz e poder às massas populares, pois são elas, afinal, que legitimam os líderes através da sua escolha.

Oposição insipiente, desafios ingentes

Angola hoje tem uma oposição insipiente, por vezes confusa no seu papel e nos seus objectivos, sendo, deste modo, uma alternativa distante ao Mpla. Por estar em grande parte prisioneira de líderes ambiciosos ou de grupos com agendas políticas de contornos duvidosos, o futuro da oposição angolana parece depender mais do espaço e da intervenção que o Presidente José Eduardo dos Santos julgar adequado reservar-lhe para a realização do seu legado como o «arquitecto da paz» e o defensor da democracia. Este é um facto que não parece preocupar certos partidos políticos, desde que alguns pressupostos sejam tidos em linha de conta. Afinal não é a partir da oposição que estão a surgir vozes a defender que as eleições presidenciais só tenham lugar em 2007, em nome da estabilidade institucional?

Para muitos angolanos, o mais importante na fase actual que Angola vive não é tanto a data das eleições ou qual será a decisão final de José Eduardo dos Santos quanto a um novo mandato como Presidente da República (não como candidato presidencial, pois a sua vitória, nas condições presentes, está mais do que assegurada). O que preocupa a Nação é o legado que o líder angolano vai deixar, facto que julga estar intrinsecamente ligado ao seu estilo de governação nos próximos anos.

A guerra acentuou as desigualdades económicas e sociais e limitou as oportunidades à grande maioria dos angolanos. Aqueles a quem a sorte sorriu, ou seja, os «novos ricos» do regime, são vistos como um produto do Mpla ou do Governo. A percepção pública, quer a nível nacional quer internacional, é de que uma minoria incrustada no poder está a beneficiar dos proventos da exploração dos recursos nacionais, particularmente do petróleo e dos diamantes, enquanto a maioria dos angolanos continua a viver na mais abjecta pobreza e, nalguns casos, sobrevivendo graças à assistência humanitária internacional.

Quase três anos de ausência de conflito ainda não produziram o «dividendo da paz» tanto esperado pelos angolanos. Apesar do país estar já a registar algumas mudanças e a viver uma certa situação de normalidade nas comunidades, mesmo nas zonas rurais, a cadência pesada e lenta do processo de reconstrução nacional está a frustrar as aspirações e as expectativas das populações. E a fome é má conselheira. Não é por isso de estranhar que neste ambiente algumas vozes comecem já a questionar a «rota do dinheiro» dos capitalistas que a mudança política para a economia de mercado em

Angola ajudou a criar tão rapidamente. Para tais críticos, a «dissecação» desta realidade deveria não só analisar como é que estas pessoas obtiveram tanta riqueza em tão pouco tempo, mas também identificar quem são aqueles a quem o sistema teria eleito para beneficiarem da divisão do «espólio da guerra».

J. E. dos Santos: Que Legado?

Será que a postura de governação de José Eduardo dos Santos continua a ser resultado de condicionalismos ainda decorrentes da guerra ou a expressão de interesses de grupo que se sobrepõem ao bem comum? Esta é a questão que ainda confunde uns e atormenta outros em Angola. Se ontem Angola conseguiu acabar com a guerra depois da morte do líder rebelde da Unita, Jonas Savimbi, hoje o alcance da paz está directamente dependente do Presidente José Eduardo dos Santos e da sua agenda política nos próximos anos.

Tudo vai ser função do seu legado e do processo da sua sucessão. Para Angola, permanecem por isso em aberto as opções entre o regresso a uma situação de conflito e instabilidade e a evolução para um ambiente de harmonia social e desenvolvimento económico para todos os seus filhos. E o Chefe de Estado tem o poder de decisão!

Esta é a verdade nua e crua de Angola, 29 anos depois da sua independência nacional e dez anos depois da assinatura do Protocolo de Lusaka entre o Governo e a Unita! Este é o dilema de um país em busca de um futuro melhor para as gerações vindouras. Neste processo, mais do que nunca, Houphouet Boigny e Nelson Mandela são duas referências importantes para meditação de um Presidente, que mesmo sem data ainda marcada para a sua partida da cena política, já está a escrever o último capítulo da sua história e a preparar o seu legado – quer aceite ou não – para o julgamento final do seu povo.

As súplicas do Presidente diluem a sua autoridade

O Presidente da República incorreu num procedimento que pode fazer da sua autoridade um assunto trivial, quando no seu discurso do Namibe, a 11 de Novembro, suplicou que grupos empresariais, que actuam em Angola de forma criminosa, usem de ponderação e cooperem com o Governo para a estabilidade dos preços.

A denuncia do Presidente dizia que tais grupos empresariais estão a prolongar o sofrimento dos angolanos e a perturbar o desempenho da economia, afinal factos tão graves e de tal forma passíveis de procedimentos judiciais, que as suas súplicas foram entendidas tanto como um sinal de fraqueza, quanto como a sua própria recusa de usar o poder de que dispõe.

Parte-se do princípio que aquilo que o Presidente José Eduardo dos Santos denunciou conforma uma autêntica subversão da ordem instituída, tendo subjacentes perigos que podem transtornar as mais importantes aspirações nacionais em matéria de estabilidade política e económica.

Por um lado, sempre que tais grupos escolherem a manipulação dos preços, importantes grupos populacionais despojados de todos os aspectos materiais da vida passam a desacreditar nas instituições deste país e nos processos políticos e económicos que elas conduzem.

Por outro, quando em resultado disso caem por terra os esforços de estabilização económica, o país afasta-se dos entendimentos internacionais necessários para se adoptarem programas de desenvolvimento projectados para atenuar os problemas da miséria do povo angolano.

Os prejuízos, como se vê, são enormes, sendo os seus causadores meia dúzia de gatos pingados. Paraphraseando o outro, nunca tanto mal ficou a dever-se a tão poucos. É por isso que seria preferível uma atitude enérgica que fizesse com que esses grupos de criminosos se vergassem sob o peso da lei, a uma súplica que, no fim, será olhada com desdém por aqueles a quem o Presidente se dirigiu.

Tal como logo a seguir demonstraram dois semanários privados, nunca entretanto desmentidos, ao invés de comércio genuíno, os grupos empresariais denunciados pelo Presidente estarão em Angola a conduzir operações financeiras consubstanciadas na lavagem de capitais.

Tem-se, assim, que se eles se recusarem a aceitar o pedido de ponderação e cooperação do Presidente, manterão o país refém dos seus perversos desígnios, tendo para os enfrentar um poder público de autoridade diluída pela renúncia, o que é inadmissível: o poder é para ser exercido.

A indiferença em relação a este caso aparenta ser um problema do sistema: a caminho de duas semanas depois deste assunto ter sido discutido pela imprensa, não existem ainda reacções ao facto de dois jornais privados terem associado os nomes de importantes oficiais da Polícia Nacional e das Forças Armadas aos grupos empresariais denunciados pelo Presidente.

Perante esse sintomático silêncio, as populações apressam-se a recordar o velho ditado segundo o qual «quem cala consente», ou, neste caso específico será mais apropriado recordar um outro dito, muito ao gosto de alguns governantes deste país segundo o qual «os cães ladram, a caravana passa»? Neste caso, está a falar-se de um provérbio popular já uma vez trazido para a imprensa pelo antigo ministro do Interior, Santana André Pitra «Petroff», ele próprio alegadamente associado à Golfrate group.

De qualquer forma, a questão que prevalece notória é a ausência de investigações judiciais sérias destinadas a clarificar as aspectos obscuros dessa questão, algo que o Presidente não mandou fazer em público e provavelmente também não o fez em privado.

Perante tudo isso, as perguntas de sempre: em que é que ficamos? O país continuará refém da ponderação (ou não) de empresários estrangeiros? Aos nacionais, supostamente associados aos empresários denunciados pelo Presidente da República, não acontecerá nada?

Não fazendo mais nada depois do que disse no Namibe, o PR dá consistência à ideia, quase generalizada, de que este é um país de faz de conta.

Clube Náutico em pé de Guerra

Antiga direcção contra discriminação racial

Um clima de mal estar, provocado por atitudes desabridas e discriminatórias de um grupo restrito de sócios, maioritariamente estrangeiros de origem portuguesa, acaba de instalar uma grave crise numa das mais carismáticas e mais bem geridas colectividades desportivas do país – o Clube Náutico da Ilha de Luanda.

Na última assembleia de sócios, aquele grupo, liderado por Né Ferraz, insurgiu-se de forma ostensivamente arrogante contra a direcção por esta – depois de ter aberto à natação aos filhos dos sócios – ter estendido a sua acção social também às crianças residentes na Ilha, permitindo-lhes o acesso grátis à piscina. Como sinal de protesto contra aquela atitude, qualificada por vários sócios como sendo manifestamente discriminatória e racista, todos os corpos sociais angolanos, reconduzidos há um mês para um segundo mandato, apresentaram a sua demissão.

A indignação estalou quando o grupo liderado por Né Ferraz e coadjuvado por Leonor Couto passou a defender o direito de exclusividade de utilização da escola de natação apenas para os filhos dos sócios. «Não temos posses e tendo-nos sido dada uma oportunidade para os nossos filhos frequentarem a piscina, só tivemos que agradecer quem fez isso por eles. Agora, surpreende-nos que algumas pessoas do Clube Náutico vetem o acesso dos nossos filhos à natação só para não se misturarem com os seus filhos. Parece que estamos no tempo antigo...» - desabafou Marcos Kiala, morador da Ilha.

O excelente trabalho que nos últimos anos a direcção cessante do clube vinha desenvolvendo em áreas de acção social e de utilidade pública, em prol do incentivo da actividade desportiva da garotada da Ilha de Luanda, permitiu a adesão de um grande número de crianças daquele bairro à prática de natação e vela, modalidades que, aliás, têm muito a ver com a história do clube. Esta acção, vista com resistência e com laivos de discriminação clara por parte de alguns sócios, provocou a ira destes, na sua quase totalidade estrangeiros, que gostariam de tornar o Clube Náutico de Luanda numa coutada pertencente a uma elite privada, com a chancela: «reservado o direito de admissão»...

Nalguns meios daquela colectividade, a perspectiva reinante para este grupo, é que o Clube Náutico, uma entidade pública beneficiária de incentivos fiscais, que se rege de acordo com as disposições legais do Ministério da Juventude e Desporto e com a lei vigente em Angola, se transforme numa ilha à parte dentro da Ilha de Luanda, funcionando como uma empresa cujo capital seria maioritariamente detido por eles. Muitos destes sócios, acusados de serem nostálgicos do tempo colonial, segundo apurou o Semanário Angolense, constituem uma minoria de sócios que, não chegando a 10%, recusam a gestão aberta e criteriosa introduzida pela direcção ora demissionária por entenderem-na lesiva dos seus interesses exclusivistas.

Mas por detrás desta atitude de nítida discriminação, este grupo é tido em vários círculos do clube como estando a perseguir um objectivo claro: apresentar de imediato uma lista para concorrer aos órgãos sociais para, uma vez eleita, mais tarde legitimar a sua política de exclusão. Com este tipo de comportamento tido nalguns meios como saudosista, a maioria dos sócios e os pais das crianças residentes na Ilha de Luanda e que beneficiam de acesso grátis à natação, já não sabem em que país é que estão. Se em Angola, país independente, ou se de regresso ao passado. O Ministério da Juventude e Desporto tem a palavra.

Direito de Resposta ao Semanário Angolense

Desmentido do Embaixador Dombele Mbala Bernardo sobre o artigo publicado pelo Semanário Angolense, no seu nº 88, semana de 20 a 27 de Novembro de 2004, cujo título diz: «Aldemiro da Conceição e Assunção dos Anjos segundo o Evangelho de papá Dombele».

Excias, foi com tamanha estupefacção que tomei conhecimento da matéria infundada publicada por este semanário, relacionando o meu nome pessoal e dos senhores Aldemiro da Conceição e Assunção dos Anjos.

Por este motivo, solicito aos Exmos senhores que, por esta mesma via, dando igual destaque ao vosso artigo descabido, se reponha a verdade dos factos:

- 1- Em meu entender, com aquele artigo, o articulista pretende apenas quebrar o espírito de unidade nacional entre irmãos da mesma pátria.
- 2- Nunca colocaria em dúvida as origens de duas pessoas que bem conheço e são meus

amigos e colegas de longa data.

3- O meu perfil político e os ensinamentos que tenho vindo a receber dos governantes superiores do Estado Angolano me posicionam bem em não ter pensamentos e comportamentos de xenofobia.

4- Desde a minha nomeação para embaixador na Cote D'Ivoire nunca mantive encontros com o meu homólogo ivoiriense em Libreville.

5- É incorrecto e grave a utilização do nome de um Chefe de Estado de um país para manchar a amizade e a confiança entre os povos.

Luanda aos 27 de Novembro de 2004.
Dombele Mbala Bernardo

Embaixador de Angola
na República de Cote D'Ivoire

Acordo petrolífero de USD 5 bi é da SONANGOL chinesa Angola e China «cruzam-se» na Argentina num negócio de vários biliões

A China Sonangol International Holding (Csih) e a Energia Argentina AS (Enarsa) assinaram, em meados deste mês, uma carta de intenções de que podem resultar investimentos da ordem dos 5 biliões de dólares. A Csih é uma corporação de direito chinês participada pela concessionária nacional angolana.

Uma fonte da Sonangol contactada em Luanda revelou que a «joint-venture» sino-angolana está radicada em Hong Kong, tendo o Presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Manuel Vicente, como seu principal executivo, mas não pôde pronunciar-se sobre a estrutura de capitais dessa empresa.

Na quarta-feira, 17, a Csih assinou com a Enarsa, na capital argentina, Buenos Aires, uma carta de intenções por via da qual estão preconizados investimentos em negócios petrolíferos na Argentina de 5 biliões de dólares.

No documento, originalmente citado pela Voz da América, diz-se, expressamente, que a Csih «manifestou a intenção de colaborar no desenvolvimento de projectos petrolíferos que se revelem importantes», oferecendo-se, também, para colaborar em trabalhos de prospecção e exploração no «off-shore» argentino, bem como em concessões que a Enarsa obtenha no estrangeiro. Os dois parceiros comprometem-se, assim, em empenhar-se no desenvolvimento desses recursos em terceiros países.

Nos termos de tal carta, uma fracção das participações será feita com recurso a subsidiárias da Enarsa associadas a companhias chinesas, cabendo à Csih assumir os custos e os riscos dos estudos e investigações que permitam propor à petrolífera argentina o caminho a seguir.

O documento preconiza que os fundos preconizados são uma provisão máxima e «em nenhum caso serão disponibilizados na sua totalidade», reservando-se à Enarsa o direito de avaliar todos os projectos que a Csih tenha em consideração. Pela parte argentina, o documento foi assinado por Julio de Vido, ministro da Planificação, enquanto que pela Csih assinou o presidente do seu Conselho de Administração, Manuel Vicente.

Um outro acordo de cooperação entre a Enarsa e a Csih diz que as duas companhias vão considerar projectos no âmbito dos transportes e distribuição de energia, assim como de

construção de oleodutos e gasodutos.

A Voz de América declarou que os acordos entre a Enarsa e a Csih têm como base contratos assinados a quatro de Outubro último entre a Enarsa e a Sonangol EP, notando, por outro lado, que a entrada da Sonangol na China coincide com a fase inicial da libertação de dois mil milhões de dólares obtidos por Angola junto do Banco de Importação e Exportação (Eximbank) da China.

As duas companhias assinaram tais compromissos no mesmo dia em que o presidente chinês, Hu Jintao, anunciou em Buenos Aires intenções das autoridades do seu país concederem à Argentina empréstimos totais de 19.7 mil milhões de dólares em dez anos, o que daria lugar a uma ampla migração de empresas da China para a Argentina.

Aliás, esse acordo representa uma boa percentagem dos fundos que a China encara enviar em investimentos para a Argentina. Ao que parece, dois outros projectos argentinos que se prevê que venham a ser financiados pela China, a provisão de um serviço ferroviário urbano e interurbano de passageiros por oito milhões de dólares e o desenvolvimento de tecnologias de informação por 450 milhões de dólares, terão a participação de um outro grupo empresarial fortemente enraizado em Angola.

As notícias a isso inerentes afirmam que a esses investimentos está ligada uma empresa designada China Beiya Escom International Limited, que é uma derivação da Escom, uma subsidiária do Grupo Espírito Santo Comercial. A Escom já tem consideráveis interesses em Angola, Moçambique e Congo Democrático.

A Índia não está a dormir

A exclusão, em Setembro passado, da «Oil Natural Gas Corporation Videsh Limited» (Ovl), empresa nacional indiana de combustíveis, do bloco 18, onde deveria adquirir os 50 por cento detidos pela Shell, pode ter afastado a Índia do crude angolano, mas está longe de a deixar fora do mercado de Angola e tão pouco de arrefecer a luta que vem mantendo com a China na obtenção de mercados de petróleo.

Por conta destes dois países são consumidos diariamente mais de 7 milhões de barris de petróleo. Este ano a China já consumiu 5.43 milhões de barris, enquanto que a Índia, a quarta maior economia da Ásia, importa 70 por cento do petróleo que consome. Dados da Agência Internacional de Energia indicam que a Índia consumiu, em 2003, cerca de 2 milhões de barris de petróleo por dia, contra 5.43 milhões do Japão. A entrada no bloco 18 iria garantir à Índia 5 milhões de toneladas de petróleo a partir de 2008.

Com necessidades de consumo bastante elevadas, a Índia e a China batem-se palmo a palmo por todos os barris que possam adquirir. Os dois países escolheram o Golfo da Guiné como campo de batalha. Porém, com São Tomé a caminhar velozmente em direcção a Washington, e tendo a China aproximações à Argélia e ao Gabão em estado bastante adiantado, à Índia restava o petróleo das águas profundas angolanas.

Porém, os indianos estavam longe de pensar que o braço da China fosse tão longo. Não perceberam porque razão a Sonangol vetara o negócio que fazia da Ovl detentora de 50 por cento do bloco 18. O «corte» foi comunicado ao embaixador da Índia em Angola, R.M. Aggarwal, pelo ministro angolano dos Petróleos, Desidério Costa. O governante angolano disse que a Sonangol já estava comprometida em relação ao bloco 18. Mas a Índia não desistiu e de pronto despachou para Vienna o seu ministro dos Petróleos, Mani Sahnkar Aiyar. Mas também na capital austríaca a Índia não recebeu boas notícias. Desidério Costa, que também se encontrava por lá, aconselhou o homólogo indiano a esquecer o bloco 18.

Só depois disso é que os indianos deram conta do que se passara. A China, que vinha

tentando acesso ao bloco 18, subira a parada, pondo mais cerca de 20 milhões de dólares por cima dos 620 milhões de dólares que a Índia se dispunha a pagar. Os mercados mundiais ficaram alarmados com a oferta chinesa, que suplantava a da Índia, considerada já excessiva.

Aparentemente pouco preocupados com o que o resto do mundo - afinal a sua população é contada aos biliões - os chineses ofereciam também a Angola o que já vinham oferecendo a outros países: uma troca de petróleo por ajuda, acelerando a conclusão do processo de negociação do empréstimo de 2 biliões de dólares.

De uma assentada a China desmontava o plano que Índia idealizara para Angola. Antes de sofrer o «despiste», a Índia negociou com Angola, a 19 de Março deste ano, o prolongamento da linha de crédito para exportação de produtos indianos para o nosso país. Por Angola assinou Leonel da Silva, director Nacional do Tesouro, e pela Índia R.M.V. Raman, director executivo do Banco de Exportação e Importação.

Com este acordo estava tudo feito para que as exportações indianas subissem mais. Entre 2002 e 2003 as exportações indianas para Angola cresceram em 48%. A essa disponibilidade, os indianos juntaram a concessão de um crédito de 200 milhões de dólares para reparação dos Caminhos de Ferro do Namibe.

A verdade, porém, é que a vingança da China - que perdeu terreno para a Índia no Benin, Guiné Conacry, Togo, Mali e Costa do Marfim num pacote que ascende os 500 milhões de dólares - foi arrasadora. Sem um bolso tão fundo como o da China, a Índia encetou um recuo estratégico. Jornais indianos dizem que Nova Delhi vem preparando uma visita a Angola do seu ministro dos Petróleos. O governante indiano viria ao nosso país com o propósito de falar com o Presidente José Eduardo dos Santos.

Aos olhos de alguns observadores a concorrência entre dois gigantes asiáticos não só promete alguma margem de manobra para Angola como vai enciumar ainda mais a concorrência europeia.

Viragem ao Oriente preocupa o Ocidente

Angola e China vão esforçar-se por explicar que o acordo assinado a 17 de Novembro, entre a China Sonangol, uma subsidiária da concessionária nacional de petróleo baseada em Hong Kong, e a Enarsa, Energia Argentina, não é mais do que resultado da exploração de oportunidades de negócios.

A verdade é que no mesmo dia em que um acordo envolvendo 5 mil milhões de dólares era assinado por Manuel Vicente, presidente dos Conselho de Administração da Sonangol, EP, e da China Sonangol, e por Julio de Vido, ministro da Planificação da Argentina, o Presidente chinês, Ju Chintao, assistia, em Buenos Aires, a assinatura por funcionários seus e pelo mesmo Julio de Vido de acordos que destinam 20 milhões de dólares à Argentina.

Embora as duas partes possam dizer, se calhar, que tratou-se de mera coincidência, a verdade, porém, é que a carta de intenções rubricada por Manuel Vicente e Julio de Vido diz, expressamente, que a implementação do acordo que vincula as duas empresas envolverá, exclusivamente, «tecnologia china», chinesa, bem entendido.

A assinatura deste acordo coincide, também, com a entrada, na Argentina, da ESCOM, uma subsidiária do Grupo Espírito Santo, detentor do Banco Espírito Santo de Angola (Besa). Em Angola, a Escom detém a Air Gemin e vários outros empreendimentos.

Perante a velocidade da aproximação económica da China a Angola, o Ocidente já começa a dar sinais de nervosismo. A expressão maior da preocupação do Ocidente tem

vindo por via de sinais a instituições financeiras internacionais, como o FMI, no sentido de condescenderem um pouco com o Governo de Angola nas negociações relativas ao estabelecimento de um programa.

O Ocidente, sobretudo os Eua, acredita que uma vez estabelecido o acordo e garantido acesso aos chamados fundos concessionais, Angola terá menos razões para procurar acordos idênticos ao que acaba de obter junto da China. Por detrás da pressão manifestada por chancelarias ocidentais estão bancos franceses, suíços e britânicos detentores, no passado, dos «direitos exclusivos» da concessão de empréstimos «mortíferos» a Angola. Estes bancos, ao que consta, não se importariam agora de conceder empréstimos a Angola nos termos mais ou menos idênticos aos feitos pela China. «O problema é que os bancos vivem do dia a dia. A China pode esperar pelo dinheiro, para além de garantir equipamento, e mão de obra», comentou um observador. O Ocidente receia também que o Governo angolano incorra na tentação de juntar ao empréstimo o costume chinês da democracia de fachada.

A grande esperança do Ocidente é que, independentemente do que venha a conseguir na China, Angola continue a necessitar de acertar contas com os credores e isso só virá com um acordo com o Fmi, que em última instância vai impor regras de jogo mais limpas na gestão de fundos públicos.

PESQUISAS & MERCADOS Por Augustus (*)

Mercado de derivados dos petróleo

Reacção a novos preços dói, mas só no médio prazo

Recessão refreia tendências especulativas e ajuste dos preços ao curso dos carburantes

O preço dos combustíveis voltou a subir na passada semana em cerca de 70 por cento, apanhando o mercado desavisado. O efeito surpresa persegue, nesses casos, a redução da especulação que na maior parte das vezes ensombra a economia no momento do ajuste. Isso é assim desde 2001, quando o Governo decidiu reajustar gradualmente os preços dos derivados de petróleo para mantê-los a um nível simétrico em relação aos custos operacionais e, também, para diminuir os subsídios a preços. Só em combustíveis, esses gastos atingem um montante anual próximo dos mil milhões de dólares.

Desta vez, a reacção do mercado não aconteceu de forma imediata: alguns preços, tal como as tarifas de táxi, registaram um incremento mínimo, reflectindo apenas os efeitos de curto prazo, onde não se esperam choques assinaláveis em termos de subidas de preços. Na realidade, a economia está a passar por uma depressão ou acentuação do desemprego com quebras significativas do poder de compra dos salários e, consequentemente, com o abrandamento das vendas nos sectores que mais cresceram nos últimos anos, sobretudo o comércio.

Os taxistas não se fizeram esperar e em algumas rotas aumentaram o preço da corrida de 30 para 40 Kwanzas, um incremento de cerca de 33 por cento que para muitos pode não ser o valor final. Os transportes públicos colectivos mantêm a tarifa, ficando assim as receitas afectadas tanto pela morosidade da corrida, originada pelos engarrafamentos, bem como pelos custos adicionais com combustíveis.

No cômputo do ano em curso, os combustíveis perfizeram subidas de preço situadas acima dos 120 por cento, mas o crescimento da inflação pode atingir uma cifra de 50 por cento e os salários da função pública averbarem aumentos de apenas 40 por cento. Tudo isto leva a crer que no curto prazo, a economia não reúne condições para surtos inflacionistas substanciais, devido à insuficiência de procura agregada e à estagnação das vendas nos mercados mais dinâmicos.

Neste momento, alguns consumidores de gás butano reclamam, pois existe uma certa escassez no mercado que para muitos é típica da época de festas que se avizinha. A subida decretada sobre o preço desse carburante aliada à escassez, elevou o seu custo, no fornecedor, de 300 para 650 kwanzas. Embora este produto represente um peso pequeno na estrutura de consumo, o seu novo preço vai absorver mais do que os 14 por cento de aumento previstos sobre o salário mínimo da Função Pública.

Os derivados do petróleo constituem-se num bem intermédio cujo impacto sobre a estrutura de custos de toda a economia é, neste momento, relativamente alto, o que, imediatamente, pode dar lugar a uma inflação de custos. Mas se houver uma quebra das vendas ou insuficiência de procura, as empresas que hoje assumem tais custos com efeitos negativos sobre os lucros, haverão de cobrar as devidas compensações aos consumidores no médio e longo prazo.

Neste contexto, acredita-se que a situação no interior se vá agravar no médio e longo prazo, porquanto os camionistas e comerciantes de combustíveis vão transferir para as populações os custos absorvidos pela subida dos combustíveis.

O poder de compra dos agricultores resultará mais debilitado, porque os preços dos produtos agrícolas têm-se mantido constantes ou muito abaixo da média nas zonas de produção, enquanto que, nas zonas de consumo, estes custam praticamente o triplo, uma questão que ao longo de vários anos tem vindo a remeter as populações camponesas para uma situação de pobreza cada vez mais agravante.

Entretanto, os produtos agrícolas que hoje se apresentam instáveis, tanto pela oferta como pelo preço, ficarão, no médio prazo, mais voláteis nos principais centros de consumo, com destaque para Luanda. A inflação de custos vai-se estender a todos os sectores de actividade, de modo paulatino e desproporcional. Apoiado pela ineficiência do sector de energia, esta medida não só vai afectar a indústria, os serviços, o comércio, a pesca e a telefonia móvel, mas também as escolas, a administração pública e os hospitais.

De imediato, um dos sectores que não se manterá estático é o dos transportes, que, pela sua elasticidade, arrastará o resto da economia. Tal como referiu um empresário, para manter a funcionar o seu negócio, que depende muito de energia eléctrica, tem dois geradores em prontidão, de modo a precaver-se melhor das oscilações de corrente da rede, minimizando os riscos para as perdas, aumentando, entretanto, os custos operacionais em combustíveis e em manutenção dos geradores.

«Vai ser muito difícil subir os preços pois os clientes não suportariam, neste momento, uma subida. Mas, entretanto, nos próximos meses serei forçado a mexer nos preços para compensar os novos custos», preconizou um industrial de panificação. O que chama a atenção neste aspecto, refere-se aos riscos inerentes a acidentes por acumulação de combustíveis em reservatórios não apropriados, tanto em residências como em empresas. Nesta perspectiva, os custos com seguros podem crescer cada vez mais e, conseqüentemente, os custos gerais na economia vão-se agravar com os reajustes a realizar ao longo dos próximos tempos.

Pelo que as empresas poderão agora fazer alguma contenção, pois o consumo caiu devido à recessão, mas no médio prazo fica muito difícil definir quais serão as expectativas da inflação e do emprego. A valorização dos preços dos combustíveis apresenta-se como uma medida de política económica de ajustamento estrutural, recomendada pelo Fundo Monetário Internacional, que visa, de modo prático, melhorar a eficiência da economia através da redução dos subsídios a preços e aumentar a capacidade do Estado para financiar outros sectores da economia. Tal pressuposto tem-se repercutido negativamente, pelo facto de pretender-se equilibrar os preços dos

combustíveis (bem intermédio) de forma administrativa, em detrimento do aumento da produtividade do trabalho e da economia em geral.

A insuficiência de informações, não só contabilísticas e estatísticas, mas também de pesquisas relativas a estudos em torno do comportamento do consumidor, dos investimentos e outros, em nada têm ajudado à tomada de decisões do género, originando o «dilema do comandante», ou seja, ao velho problema da ausência de informação que prejudica o reconhecimento do assunto, que condiciona a «priori» e a «posteriori» a aplicação de medidas para reduzir o impacto destes na economia.

Medidas de tal impacto ou significância não podem ser tomadas de forma avulsa e isolada do todo da economia. Por consequência, estamos a reprimir de novo a inflação, o que pressupõe que a estrutura económica vigente pode estar prestes a ruir, porque não conseguir melhorar o nível do emprego e dos salários, bem como de valorizar efectivamente a moeda, que continua refém do dólar e das importações.

Saliente-se que cerca de 18 por cento do combustível consumido no país é importado, o que nos torna, de algum modo, vulneráveis à conjuntura internacional, onde o preço do crude ronda os 50 dólares por barril, situação que obrigou o país a gastar mais de cem milhões de dólares com a importação de derivados de petróleo.

A refinaria de Luanda produz apenas cerca de 37 mil barris por dia, quando a procura está cifrada em 45 mil barris por dia, obrigando a uma importação de cerca de 18 por cento do combustível consumido para compensar os desequilíbrios entre a oferta e a procura. Mas isto deve-se em certa medida a um consumo irregular de combustíveis e a uma procura crescente motivada pelo aumento constante da venda de viaturas e pela descontinuidade na oferta de energia eléctrica.

(*) Augustus é colaborador e assina quinzenalmente esta coluna. Os números e pontos de vista inseridos são seus e não vinculam o Semanário Angolense.

XXXXXXXXXXXX

041120-27

O poder escureceu mesmo a todos os níveis

Reacções a preto e branco

Trigo Praia (NM) – Só em Angola é que a reclamação do negro para haver igualdade no seu próprio país é tida como racista. Os brancos e mulatos dominam praticamente tudo no país. Muitos de nós sentimo-nos estrangeiros na nossa própria terra. Por que é que o apelo à igualdade e transparência e a denúncia do tráfico de influência são sempre tidos como racistas?

Bue Mwangole (Lisboa) – Estudo o passado, observe o presente, preveja o futuro. 1. Do Passado: por razões históricas, os mulatos e brancos sempre viveram o seu «american dream» em Angola. Pelas mesmas razões, a única forma de um negro obter um pedaço deste sonho americano era misturar-se com os primeiros. Os Portugueses chamavam isto por assimilação. Ex. Agostinho Neto, fez aquilo que cedo aprendeu: no dia em que terminou o curso de Medicina, casou-se com uma branca, filha do dono da taberna de vinhos. 2. O Presente: embora menor, o grupo social dos mulatos e brancos continua hoje em dia a lançar sementes de ódio racial, através do seu comportamento exclusivista e discriminatório sobre a maioria negra. Graças a independência, mais negros puderam ter acesso à educação, e hoje em dia competem lado a lado com o grupo misto. Existe hoje, nos jovens negros angolanos, sentimentos altamente preconceituosos contra a minoria mista. Ex. é só olhar para as intervenções neste fórum. 3. O Futuro: como bem o

articulista escreveu, as instituições públicas já «escureceram»; não falta muito para as privadas também. E porquê?

É o Governo que ainda distribui as cartas. As riquezas de Angola ainda estão na fase inicial de exploração. Os jovens negros que amanhã vão dirigir Angola não se esquecerão que, na sua juventude, não podiam entrar no «Tartaruga» ou no «Pandemónio», porque eram mais escuros. Não esquecerão que num país de maioria negra, as «aerovelhas» da nossa Taag são na sua maioria mistas. Haverá mais justiça, pois a minoria terá de se esforçar mais para vencer na vida. Por outro lado – que afinal é positivo –, essas guerras todas não estão a afectar as relações cruzadas; significa que pretos e mulatos (os brancos são quase nulos) estão a procriar entre si. E como a maioria é negra, daqui a duas gerações haverá mais cafusos do que propriamente mulatos, acabando por estes últimos serem digeridos geneticamente pela maioria bantu. Tenho dito!

PQ(patfogososo@hotmail.com) - Penso que o Semanário Angolense tem todo o direito de abordar este tema e muito mais desde que respeite as normas do jornalismo. É um direito que lhe cabe numa visão de liberdade de imprensa. É óbvio que muita gente poderá interpretar de forma diferente mas é um facto que Angola é de origem bantu e tem de ser a maioria a ter maior protagonismo no que diz respeito aos cargos administrativos, governamentais, desportivos, etc. (...) Mas importa é que os angolanos não se diferenciam pela sua raça, mas pela sua capacidade intelectual e habilidade de fazer algo. Tenho de ser realista: em termos de estabilidade socio-económica, Angola é o único país do mundo em que as minorias (mulatos e brancos) estão mais estáveis. Mas também devo dizer que se compararmos com alguns países como a África do Sul, Namíbia, Zimbabwe, nos quais o apartheid como regime terminou mas o apartheid económico continua, em certa medida estou satisfeito pois verifico que em Angola há um certo equilíbrio.

Mona Musseque (Luanda) – O autor deste artigo envergonha o jornalismo angolano. Angola é um país que está na vanguarda da coexistência pacífica dos seres humanos, sejam eles brancos, pretos, mestiços, fulos, crioulos, etc. O pretense jornalista, que certamente desconhece as origens e a dimensão da civilização bantu, muito ligada à egiptologia e aos grandes valores filosófico-culturais, deveria reler o Manifesto do Movimento Popular de Libertação de Angola e compreender qual é a grandiosidade da Pátria Angolana. Julgo que o autor deste artigo é um fingido adepto das teses da pretensa «Angola Profunda», similar aos objectivos do «Mein Kampf» («A minha luta») de Hitler.

Blue Rose (Londres) – Este é um artigo para desviar a atenção do que é prioritário na sociedade angolana. As pessoas que usam a desculpa da cor da pele do seu semelhante fazem-no porque já não conseguem encontrar mais justificações para os seus falhanços. É fácil acusar um mulato ou branco de oportunista e blá blá blá, quando não se consegue sucesso em todas as áreas da vida. Dessa maneira sossega-se a consciência adormecida na ignorância. Pessoalmente, mestiça que sou e bastante orgulhosa disso, prefiro ver o Governo repleto dos ditos genuínos ou bantus; queria até, se fosse possível, que nenhuma mestiça participasse mais em concursos de Misses e Ltda. Para que de uma vez por todas tirem a «chuinga» dos olhos e vejam realmente que Angola não está na cratera em que está por culpa de brancos e mulatos.

Turra (algueres) – Lembram-se do irmão do Xirimbimbi, alvejado a tiro no Nelito Soares por um pai que não concordou que a filha tivesse um namorado de cor escura? Na Sonangol ou nos Bancos quem consegue emprego com facilidade? No Mussulo há apartheid: os de cor escura ficam no outro lado da praia... O que devemos fazer, já que o racismo tem as suas bases nos desequilíbrios socio-económicos, é criar leis que proibam essas práticas. Anular esses BI's que trazem a raça. Educar a juventude e providenciar oportunidades para todos. Extremista (Licorstore) – Só quero dizer que os maiores gatunos do país não são mulatos ou brancos mas sim negros. Por isso, se hoje a

maioria dos negros de Angola não tem nada, devem, primeiro, pedir explicação aos governantes negros que esses anos todos obrigaram os vossos filhos a ir para a guerra enquanto eles roubavam e viviam a grande na capital. Negros estes que não hesitaram em discriminar outros negros quando foi preciso porque tinham poder. Deixaram de ser servos para passarem a capatazes ricos e sem escrúpulos (...) Antes da independência acusavam os brancos da miséria e da pobreza. E agora, 29 anos depois, de quem é a culpa da miséria? Dois nomes de topo: Zé Dú e Bimbi. Tenho dito.

Leonídio (leonidioalt@hotmail.com) - O problema de cargos e oportunidades de trabalho não deveria ser associado ao problema da raça. Um cargo público deve ser atribuído em conformidade com a competência e carácter. Dizer que os mulatos estão afastados parece muito extremo. Onde há 50 negros encontra-se um mulato. É lógico que pode passar um período de três ou cinco anos em que os mulatos ou brancos estejam fora de cargos governativos. Assim, o artigo apresenta uma grande margem de precipitação. O melhor meio de evitar conflitos raciais num país que tende para a democracia seria usar uma linguagem que evite reacções desnecessárias como aquelas que invocam «um Mugabe para Angola».

Nandinha (SA) – Sou estudante de Sociologia na África do Sul e a minha tese é exactamente sobre a questão das raças em Angola. Esta não é conversa de gente incivilizada, como alguém disse. Há pretos que, para agradarem brancos, aceitam maus-tratos, injustiças, etc., dizendo que a cor da pele não conta. Para esses pretos, o mulato e o branco podem ter tudo -- eles dão a entender que é natural. A verdade é que, em Angola, temos uma história de racismo e domínio económico. Nos hotéis angolanos e outras instituições o branco ainda é tratado como se fosse um Deus. Um português, vindo ontem de Trás-os-Montes, é logo tratado como se fosse um Bill Gates. Russos e ucranianos, que vivem como muito de nós sabemos, passam logo a aristocratas de gema no momento em que pisam em Angola. Muitos dos brancos em empregos de relevo no nosso país, suspeito, nem têm qualificações. Quando voltam às suas terras não encontram emprego. A superioridade do mulato é um mito -- e uma das formas como ela é sustentada é através do escamoteamento do debate à volta da raça e classes sociais.

Filho Perdido (EUA) – (...) A verdade é uma: Angola é um país negro embora multicultural. Por isso, a lógica é haver maior percentagem de negros tanto no governo como noutros sectores. O contrário seria um erro gravíssimo para a Nação ou mesmo uma traição. Compare-se com outros países onde existem também diferentes raças: França, Inglaterra, Holanda, Portugal, etc. Qual é a percentagem de pretos governantes ou chefes nestes países? Quanto a pobreza no país, alguns mulatos atribuíram isso aos pretos que estão no poder. Mas a verdade é que a Equipa Económica e a maior parte das empresas-chave do país sempre estiveram sob liderança dos brancos e mulatos e nem por isso foram grandes os resultados alcançados. Algumas empresas foram-se abaixo (a Angonave até foi extinta, a Taag escapou por pouco, muitos triliões desaparecidos dos bancos, etc.)

Saul Pinheiro (São Paulo) – Será que o Semanário Angolense não tem uma outra forma de atrair leitores se não atacar sempre os mulatos e brancos? Este jornal está cheio de racistas negros da sanzala que devem ser parados imediatamente.

Angolano Puro (Yukon) – Por que é que quando um negro em Angola levanta a questão do racismo e da forma parcial como as oportunidades no país são repartidas, todo os mulatos e brancos passam logo a chamar-lhe racista? Nós, os pretos, já ultrapassamos a fase em que queríamos casar com as vossas filhas ou viver perto de vocês, mulatos e brancos. O que queremos é usufruir também das riquezas do nosso país. Ainda bem que os pretos estão a acordar! Anónimo – Vocês acham que é isto que homens como o Presidente Agostinho Neto queriam? Enoja-me toda a diferenciação e distinção entre seres humanos através do factor «cor». Se pensam que estão a progredir, enganam-se (...) Custa-me imenso aceitar que cada vez mais caminhamos para uma sociedade onde

as pessoas se preocupam com a cor da pele e cada vez mais se fomenta o racismo, tendo como o maior exemplo, ou melhor, o maior erro, a criação de BI's onde cada pessoa é diferenciada pela sua raça.

A. Kalunda – O autor do artigo tem (teve) todos motivos de partilhar o seu ponto de vista. Ele não descreve os não pretos de menos humanos. O autor faz uma resenha do que se tem passado no país no período que se seguiu à independência política de Angola. Não é sensato acusar o irmão de racista. Cabe-nos reflectir sobre o que se passou no país, durante o tempo da guerra, quando os que criticam agora o Semanário Angolense se assumiram como portugueses e agora que há dividendos são todos filhos da terra (...)

Cristo Santiago (Hanger) – Muito obrigado ao Semanário Angolense por uma vez mais acender a vela para a discussão de um tema que as pessoas querem esconder, devido aos tabus. Há poucos meses já se aflorou uma discussão desse tipo neste mesmo jornal e muita gente (mesticos claro!) começaram logo a espernear e a lançar obuses no endereço de quem aflorou o tema. É sempre assim, quando se pretende falar desse mal que grassa na nossa sociedade. Não me venham com histórias, porque existe realmente racismo em Angola. Vejam o que fazem os Bfi, Exson, etc. Em todo o sítio onde os salários são um pouco mais altos e em divisas, quando são inaugurados só se admitem mulatos e brancos, como se o preto fosse estragar o negócio. Muito depois de passar a febre da abertura, aí começam a entrar os negros. Se este país é nosso, por que é que as pessoas se preocupam em admitir só claros para determinados sítios? As pessoas que dizem que não se deve falar disso cometem um erro, porque temos que denunciar para extirpar esse mal da sociedade. Antigamente, apenas os negros iam para o Exército, como carne para canhão. Os mulatos iam para os gabinetes, sem passarem pelos centros de recrutamento. A sua cor não lhes permitia ir para as frentes de combate. Pior é que agora as técnicas raciais estão ainda mais sofisticadas.

Olho Vivo (Luanda) – Nunca li tamanha irresponsabilidade, burrice e cegueira juntas. Será que quem escreve e publica este artigo não percebe que este é o caminho mais fácil para destruir uma Nação, um País? 1º momento: diferenciar pretos, mulatos e brancos; 2º momento: diferenciar origens tribais e etnias; 3º passo: guerras inter-étnicas e tribais; 4º passo: guerra civil; 5º passo: fractura social, geográfica, mais fome, mais doença, mais mortes, mais pobreza. É só olhar à volta das fronteiras de Angola. Costa do marfim, Congo, Zimbabwe, etc. Só os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade podem levar o Mundo a bom porto. O resto são complexos e recalamentos mal resolvidos e do foro psiquiátrico.

Teresa (Austrália) – «Cada macaco no seu galho». Custou-me muito aceitar este provérbio. Nasci em Angola, sou de uma família (4 gerações) de angolanos, casei com um mulato, tive uma filha dele, ele esteve nas Fapla, eu andei nas bichas das lojas do povo para comprar comida e, finalmente, não aguentei mais e saí de Luanda em 1980. Não gostei de Portugal, nunca me adaptei, e vim para a Austrália (pelo menos, o clima lembra-me Angola). Sou uma desenraizada, as minhas raízes estão todas lá. Nestes 5 anos sofri por causa da cor da minha pele. Até tentei, durante 5 anos, contribuir para a reconstrução da minha Pátria (sou professora primária), mas nunca me aceitaram. Infelizmente... cada macaco no seu galho! Países multiculturais? É tudo utopia. Pura demagogia. Tudo muito lindo no papel, mas na prática... Vejam os Estados Unidos, o Brasil, etc., etc. Só no papel, caros compatriotas.

Puramente Mulato – Orgulho-me de ser mulato. Nasci de mãe negra que amo muito, e tenho irmãos negros da mesma mãe que aprecio muito. É uma sorte para mim ter como pai um branco português, que me permitiu possuir duas nacionalidades. Quando estava em Angola, no tempo das rusgas para o serviço militar obrigatório, utilizava simplesmente o meu passaporte português para não ir na tropa perder um dos membros numa guerra sem base. E hoje em Angola, sendo já formado em electrónica, trabalho como cooperante para bem chular os dólares. Claro, se trabalhar como angolano não

terei privilégios.

Zimbu (Luanda) – Mas o que é que vocês queriam? Que o poder em Angola embranquecesse? Tirem já o cavalinho da chuva. Vocês só se assumem angolanos na hora do bem bom. Quando estivemos mergulhados na desgraça da guerra não vi nenhum de vocês naqueles camiões cheios de recrutas. Em vez disso, via-vos nos melhores colégios. Os vossos pais foram sempre grandes empresários. Ainda dizem que o poder enegreceu? Isto é Angola! Este já deixou há muito de ser multirracial como vocês querem que seja. Quer dizer, para ir para a guerra não convinha ser multirracial, mas agora convém, não é? (...) Porque não vão exigir multirracialidade em Portugal ou na Europa? Verão como eles se defendem e não aceitam isso (...)

Kangulu – O Presidente Agostinho Neto incluiu brancos e mestiços no seu Governo porque foi realmente um homem de grande visão política. Cedo percebeu que excluindo esses cérebros só lhe tornaria mais difícil atingir as suas metas, tanto na luta de Libertação Nacional, como posteriormente na Direcção do País (...) A todos vocês, racistas desnaturados que vieram aqui destilar o vosso veneno, só espero que aprendam da História. Vejam o exemplo de Nelson Mandela e, se possível, aprendam algo com o povo irmão de São Tomé que elegeu um homem de pele clara!

Orgulhosamente Mulata (Lisboa) – Que culpa tenho eu se a minha bisavó negra se apaixonou por um branco? Será um erro amar alguém que tem uma cor diferente? Que culpa tenho eu do rumo que a História tomou e das péssimas decisões políticas? O Sr. Presidente (Jes) do país em que nasci e do qual me sinto cidadã de plenos direitos, agora optou por escolher as pessoas pela cor da pele ou pelo seu profissionalismo? Ou será que eu não percebi nada do artigo? Sou mulata, angolana e licenciada. Será que por isso não terei lugar na sociedade ou terei que, primeiro, ser peixeira, candongueira e, quiçá, prostituta para conseguir ascender na hierarquia da Grande Nação Negra? Será que sendo Mulata e licenciada em Direito não poderei dar o meu contributo a um país devastado por uma guerra tão sagrenta? Será que existem negros formados em larga escala para erguerem uma Nação em escombros?

Telmo – Esqueceram-se do poder económico. O poder político é aparente. Grande parte dos mulatos e brancos, antes ligados ao poder, hoje são empresários. Essa cena ainda continua mal.

De Espanha (Madrid, lindocristovao@hotmail.com) - (1) Sou da opinião que todos os temas devem ser debatidos e actualmente o tema «racismo» (e também a xenofobia) é dos temas mais debatidos em todo o mundo. (2) Quando as questões não são suficientemente discutidas, criam-se «tabus» que, muitas vezes, não fazem mais do que ampliar sobremaneira a gravidade das mesmas. (3) Em Angola, infelizmente, tornou-se «tabu» a abordagem do tema racismo, o que é deplorável, numa sociedade que se quer democrática e plural. (4) Não nos podemos esquecer que menos do que 2% da população angolana é constituída por brancos e mestiços (dados do Federal Bureau of Census) e que é natural o sentimento de repúdio e frustração, de mais de 98% da população angolana (negros), que não tem, claramente, o mesmo «acesso aos recursos» (emprego, bens de consumo, crédito bancário etc, etc.) que a minoria. (5) Mais de 90% dos participantes deste espaço concordam que a discriminação do negro e as desigualdades sociais são uma realidade em Angola e devemos tomar isto em consideração. (6) Em todos os países do mundo em que a minoria tinha maior domínio socioeconómico, (maior acesso aos recursos) o facto deu origem a convulsões sociais, muitas das quais violentas (Ruanda, Burundi). (7) Penso que a reversão desta situação em Angola deverá ser levada a cabo, de forma natural e sem quaisquer constrangimentos, porque deverá ser função da maioria, proteger as minorias e assegurar um relacionamento e convivência saudáveis entre todos os angolanos.

Irony (Algures) – É verdade que há um certo ressentimento em relação aos mulatos e

brancos. Em altas esferas do país, fala-se mesmo em «já conseguimos varrer uns quantos (mulatos) mas ainda falta mais...» Isto já se fala há um bom tempo; de maneira que os mulatos do poder já sabiam o que se avizinhava. Mistura-se muita coisa, mas também é verdade que negro competente nem está aí! O mundo reconhece a competência, capacidade e inteligência das pessoas: aí estão Kofi Anan, Whole Soyinka, etc.,etc. São os próprios negros que se guerreiam uns aos outros: Kofi Anan teve de abandonar o país; Whole Soyinka nem vive na Nigéria; em França há mais médicos senegaleses que no próprio Senegal, etc.,etc. De maneira que está a faltar à África uma nova liderança do tipo de Kwame Krumah, Sekou Touré, mas já numa segunda revolução. Os negros têm de mudar de atitudes... Não é preciso falar nada é só olhar para o continente! Uma pouca vergonha, lamentável.... Em relação aos mulatos em Angola se está a cometer uma grande injustiça; hoje já se questiona o papel de Lúcio Lara, comandantes como Farrusco, Armando, João de Matos, etc. (...)

Triste (Angola) – É triste para mim comentar este artigo. Mais triste ainda é ver um jornal como este, que habituou os seus leitores a excelentes artigos de jornalismo de investigação (como foi o caso do Bengo e o seu governador), a publicar um artigo como este (assim vou ter de concordar com o termo «pasquins»). Meus irmãos vamos reconstruir o nosso país (...) Temos cada vez mais estrangeiros a desestabilizarem a nossa economia em todos os sentidos e ninguém diz nada. Parece que queremos encontrar outro bode expiatório para o actual estado do país agora que a guerra acabou. Até mal do saudoso Presidente Neto este jornalista tentou falar. Mais respeito pelo fundador da nossa bela nação.

Angolano na diáspora - Gostei da documentação investigada que suportou o artigo do Semanário Angolense. Enfim, estou sem palavras. Ainda não acredito que um artigo desta natureza tenha sido publicado num jornal angolano. Espero que continuem a trabalhar em outros assuntos ligados a este tema. É tudo e espero que o Governo não classifique este artigo e o seu autor como anti-governamentais, mas pelo contrário. Um nacionalista atento a realidade de dia a dia.

Beto (Portugal) – O presente artigo suscita paixões, algumas extremadas, e reflecte uma opinião, a do seu autor. A «descoloração» do poder político em Angola não deve ser dissociado do processo histórico nacional. Senão corremos o risco de ofender a dignidade do fundador do País, o Presidente Neto, e acusar de «subtileza racista» a política do actual Presidente, de substituir por quadros jovens e de melhor formação. Que sejam negros retintos ou cafuzos (ou crioulos, conforme terminologia de certa oposição), pouco importa! O mais importante é resolver os problemas do Povo! Estão a ser resolvidos? É (Ainda?) culpa dos mulatos, dos cabritos ou dos brancos, que conforme o autor, já foram varridos do Governo. Perdoem-me essa descrição «Cclorida» das nossas raças. Como será o discurso das oposições? Vão culpar os quimbundos ou pretos crioulos pela actual situação?

Hady Oak - Jornalistas empoeirados a quererem falar a ´ mais. A Sorte é que o bem e o mal estão sempre nos olhos de quem vê. Qual racismo qual quê, qual mulato qual quê. A mistura está feita quem não apanhou nada, que espere pela próxima encarnação!

Norton de Matos (Paradise Island) – O preto angolano é atrasado, ponto final. As pretas angolanas continuam a cheirar -- alguém já viajou na Tagg estes dias para apreciar a falta de higiene e beleza das hospedeiras? Os próprios pretos não confiam num piloto preto; só confiam no mulato. Quantos mulatos sonham em casar com pretas? As filhas do Zedu, que são bem formadas, não casaram com uns matumbos vindos de Bailundo. Porque é que o angolano que ascende social, económica, cultural e esteticamente, etc., sonha em casar com uma branca ou então uma mulata? Já ouviram falar de um mulato, de relevo na sociedade angolana, que deixou a esposa mulata ou branca para casar com uma negra? Mesmo os maninhos da Unita, com a sua história da negritude, quando tiveram a primeira oportunidade casaram com mulatas e brancas. O

Abel Chivukuvuku é casado com uma mulata. O Peregrino Chindondo é também casado com mulata. O Victorino Hossi também tem uma mulata. O Tchopilika teve filha com a sua secretária que é mulata. O general branco da Unita, Chassanha, deixou a sua preta escurinha e foi para Portugal para casar com uma loira. Isto é que é a verdade, pá! Sem o branco ou mulato Angola estará perdida, pá!

Jacques dos Santos ao SA a propósito de «O poder escureceu mesmo» Os mulatos e brancos não têm nada que assumir-se como minorias

Graça Campos

Geralmente obcecadas pela ideia de perseguição, quase sempre mais imaginária do que real, pelo menos quando se trata da realidade angolana, as minorias tendem a unir-se cada vez mais para, juntas, enfrentarem os seus imaginários ou verdadeiros inimigos. A série de artigos sob o título genérico «O poder escureceu mesmo a todos os níveis», que o Semanário Angolense produziu e publicou nas suas três últimas edições, assustou as minorias branca e mulata deste país.

A síndrome da perseguição levou-as – entendidas como minorias no sentido demográfico e não sociológico porque, a este respeito, os termos da equação invertem-se – a «farejarem» nas matérias deste jornal uma perigosa ameaça à sua sobrevivência política, económica e social. De quase todas as partes chegaram-nos sinais sugerindo que o Semanário Angolense seria, apenas, o ponta de lança de um vasto complot contra esses dois segmentos da população angolana. «A algumas pessoas não repugna nada a ideia de que o Semanário Angolense deu, apenas, o primeiro passo», conforme assumiu, sem hesitar, Jacques dos Santos. Por todas essas razões – e mais algumas que podem ser economizadas –, a conversa com o «rabino» da Associação Cultural «Chá de Caxinde», Jacques dos Santos, gravada gravada com o seu conhecimento, afigurava-se difícil, se não mesmo tensa.

De um lado estava um homem absolutamente convencido que as matérias publicadas pelo Semanário Angolense não apenas estão impregnadas do mais puro preconceito racial como constituem um insofismável aviso à navegação, e do outro o jornalista dominado pelo desconforto da gravíssima suspeita de estar ao serviço de uma vasta conspiração racial. Mas, para surpresa, sobretudo do jornalista, a conversa foi descontraída e frequentemente entremeada por sonoras risadas.

O Jacques dos Santos, que «hoje está aqui», não dissimula, em momento algum, os temores que as matérias do Semanário Angolense lhe suscitaram. É, sobretudo, a franqueza com que respondeu a todas as perguntas que faz desta entrevista um valioso testemunho neste momento em que o país precisa de olhar e enfrentar os seus pendentes raciais e étnicos sem quaisquer traumas.

Semanário Angolense (SA): A recente reflexão do SA sobre a nova geografia do poder perturbou alguns segmentos da população. No teu caso específico, o que é que te perturbou?

Jacques dos Santos (J. dos S.): Habituei-me a ler no Semanário Angolense peças jornalísticas de grande qualidade, mas, e ao contrário do que vem sendo hábito, desta vez o jornal produziu matérias que são francamente más. A menos que me provem o contrário, o que vi nas páginas do Semanário Angolense é um preconceito racial. Vi isso na forma como a questão sobre mulatos e brancos foi colocada. Sempre entendi que as pessoas, seja nas empresas ou instituições públicas, devem ser avaliadas em função da sua competência e não em função da cor da sua pele.

O meu posicionamento nesta sociedade só me permite avaliar as pessoas pela sua competência, carácter ou obras realizadas e não pela cor da pele. Se assim não fosse, eu estaria a desvirtuar a minha posição que vem do tempo colonial, quando se dizia que o preto não prestava. Eu não posso estar agora a admitir que as pessoas sejam avaliadas em função da cor da pele.

Vou resumir: quando o Semanário Angolense envereda por esse caminho, criando mal-estar entre brancos e mestiços, só posso concluir que qualquer cidadão angolano que não é preto genuíno não terá qualquer hipótese de ser governante, não terá hipótese de ser empresário, enfim, não tem hipótese de ter visibilidade. Pergunto-me: quem é o cidadão que não quer ser ninguém no seu próprio país? Qual é o cidadão que não quer ter perspectivas no seu próprio país?

SA: Jacques, deixa-me fazer uma correcção: o Semanário Angolense não fez qualquer avaliação de mestiços e brancos... O jornal fez uma constatação óbvia: o poder escureceu a todos os níveis. Hoje há menos brancos e mestiços no Governo ou nas empresas estratégicas do Estado. Isto é óbvio, Jacques...

J. dos S.: (...) O escurecimento do poder existe de facto. Agora, o que não sei é se esse escurecimento é feito com base na competência das pessoas que agora estão a ser chamadas para dirigir o país. Tudo bem: há um escurecimento do poder. Mas não aceitarei, nunca, que esse escurecimento se faça apenas porque se entendeu que não devem estar na direcção do país ou das empresas estratégicas cidadãos de tez mais clara. Se for assim, estaremos diante da exclusão, e isso é extremamente perigoso e contraria aquilo que constitucionalmente está estabelecido. E eu receio que é isso o que o jornal fez. As várias interpretações que se podem fazer das matérias publicadas pelo Semanário Angolense levam-nos à essa conclusão. Desde logo porque não ficou suficientemente claro o objectivo desta série de artigos. Pergunto-me: o que é que levou o Semanário Angolense a fazer esses artigos? É um trabalho de investigação, de recolha de dados?

SA: Jacques, já te disse que qualquer pessoa que hoje tenha na sua biblioteca o livro que contém a composição do Governo de Transição ou do primeiro Governo de Angola pode fazer comparações. E a mais visível, sem dúvidas, é que o Governo actual tem menos mestiços e brancos se comparado com os governos de 1975 e 1976. É apenas este exercício que o jornal fez...

J dos S.: Concordo plenamente que essa comparação não tem nada de grave. No Brasil, creio, também não é nada grave saber, por exemplo, quantos alagoanos integram o governo paulista. Acho, até, que são estatísticas interessantes. Mas dadas as características do nosso país, onde, efectivamente, o problema racial não deve ser menosprezado, acho que este tipo de abordagens deve ser feito com o maior cuidado possível. E deixa-me dizer-te uma coisa: se me perguntares se estou de acordo com as práticas de determinados mulatos neste país, digo-te ,sem vacilar, que não estou! Não estou de acordo com o pensamento, as atitudes e a postura de alguns mulatos neste país. Mas também não suporto determinados brancos e negros. O racismo não tem apenas um sentido. Nós defendemos uma Constituição que sobre o capítulo da convivência racial é absolutamente clara. Somos todos iguais, com direitos iguais e não sei mais quantos... Mas mantenho que ainda não estou suficientemente esclarecido sobre os objectivos das matérias do Semanário Angolense. Os textos me pareceram demasiado ambíguos e por isso mesmo criam dúvidas e mal-estar. Devo dizer-te, também, que os esclarecimentos que me estás a dar podem levar-me a reflectir e, se calhar, até sou capaz de reler as matérias...

SA: Deixa-me lembrar-te outra coisa: com o mesmo título genérico «A geografia do poder», o Semanário Angolense fez uma incursão sobre a composição étnica do Governo e não nos constou que disso tivesse resultado qualquer ameaça ao

poder em Angola...

J. dos S.: (...) Certo, certo. Eu também li isso. Mas o que estou a dizer é que esse tipo de assunto tem que ser muito bem ponderado. Se o Semanário Angolense ou qualquer outro jornal que queira pegar nestes assuntos não for suficientemente claro isso pode criar problemas. Da mesma forma que isso criou alguns ninhos na minha cabeça, seguramente milhares de outras pessoas, que também leram as vossas matérias, poderão estar perturbadas e a interrogarem-se sobre se somos ou não minorias ou sobre se nos devemos ou não assumir como minorias.

SA: ... E os mestiços e brancos são ou não minorias neste país?

J. dos S.: Eu não defendo essa posição. Acho que não temos nada que nos assumir como minorias, porque somos cidadãos como os outros. Mas já que me colocas esta pergunta, também te posso perguntar: quem me garante que esta perspectiva que o jornal deu a esta matéria não possa agradar a determinados sectores? Levantar o problema das minorias agora pode acarretar problemas e movimentações chatas. Isso pode levantar problemas que não estão nas nossas previsões.

SA: Estás a dizer-me que tens dados que te permitem sugerir que o poder político deste país tende a definir claramente as minorias e as maiorias?

J. dos S.: Não, ainda não há dados. Mas abordagens como essas que vocês fazem no Semanário Angolense podem ser o início. A algumas pessoas não repugna nada a ideia de que o Semanário Angolense deu apenas o primeiro passo.

SA: E porque é que seria o Semanário Angolense a dar esse primeiro passo?

J. dos S.: Não sei, mas muitas pessoas também gostariam de ter essa resposta. Não sou eu que o digo, mas algumas pessoas que já contactaram comigo, se calhar até com pouca lucidez, dizem que o Semanário Angolense deve ter sido pago ou alguém encomendou isso. Temos que admitir que são acusações a que vocês estão sujeitos. As pessoas perguntam-se: porquê mexer neste assunto e desta maneira? Porquê?

SA: Do teu ponto de vista, este é um tabu que deve permanecer como tal?

J. dos S.: Acho que não. Mas acho que o que deve ser analisado é o desempenho dos cidadãos – sejam eles mulatos, pretos ou brancos pela sua competência e não pela cor da sua pele. O que devemos procurar saber é se o fulano tal, independentemente de ser branco ou preto, desempenhou bem ou mal as suas funções. Se roubou ou não roubou.

SA: Jacques, estamos a voltar ao começo: o jornal não podia fazer a avaliação do desempenho das pessoas porque lhe falta o perfil profissional exigido às pessoas nomeadas para preencher cargos de responsabilidade no aparelho do Estado ou nas grandes empresas públicas. Só conhecendo o perfil e os termos de referência que são exigidos, assim como os resultados exigidos, é que o jornal poderia fazer essa avaliação. Por isso, não falemos da avaliação das pessoas...

J dos S.: Tu estás a convencer-me e não tenho dúvidas que é essa a vossa posição. Acho que um jornal generalista como o vosso, que se embrenha nos meandros da política, deve fazer esse tipo de exercícios. Mas – e quero sublinhar isso – julgo que os vossos textos permitem ver que estão a referir-se a esses homens apenas pela tez da sua pele. E mais: dão a entender, em determinados aspectos, que essas pessoas, isto é, os brancos e mestiços, não têm hipóteses e que o rumo que Angola toma, o rumo dos acontecimentos vai levar a que não hajam hipóteses para brancos e mulatos seja no Governo seja nas empresas públicas. Este é que é o cerne da questão. Esta é que é a minha preocupação. A leitura que eu faço é esta: o cidadão angolano de tez clara não

tem hipóteses nenhuma. E tu mesmo, Graça, falaste, na última edição do Semanário Angolense, das hipóteses que brancos e mestiços têm de chegar à Presidência da República. Aí estou inteiramente de acordo. Quem é o mulato que vai se meter nessa aventura? Só...o Vicente é que está a sonhar alto. Aqui estamos perfeitamente de acordo.

SA: Do teu ponto de vista, a actual composição racial do Governo está errada?

J. dos S.: Se o critério de avaliação dos cidadãos respeitasse rigorosamente a competência e a obra feita neste momento, provavelmente, teriam que estar ainda no Governo muitos brancos e mulatos. É evidente que a proporção talvez já não fosse tão acentuada porque, entretanto, há negros que se formaram com graduações boas. Mas continuo a pensar que se seguíssemos com rigor os critérios da competência ainda teríamos no Governo muitos mulatos e brancos.

SA: Temos de convir, Jacques, que já temos muito negro a estudar...

J. dos S.: Claro, claro. Mas também temos de convir que temos brancos e mulatos com altos graus de competência que poderiam estar no Governo ou noutros sítios. É evidente que além da competência há outras jogadas políticas que também são consideradas. E eu estou perfeitamente de acordo. Mas volto a sublinhar aquela observação que vocês fazem: «felizmente, a banca está agora em mãos negras». São essas observações que levam às mais diversas interpretações. Um tipo que esteja kimwado dá a esta asserção uma dimensão extraordinária.

SA: Mas para uma pessoa lúcida como o Jacques faz alguma confusão que a banca pública seja dirigida por pretos?

J. dos S.: Não, absolutamente não. Mas, porra, fico preocupado quando vejo que algumas pessoas estão a dar cabo de estruturas que existiam em empresas estratégicas deste país, justamente porque agora são dirigidas por tipos apostados em afastar tudo o que seja mulato ou branco. Com isso é que não posso concordar. De maneira nenhuma!

SA: Uma pessoa que escreveu para o jornal a propósito deste assunto diz, nomeadamente, que o facto de empresas estratégicas serem agora maioritariamente dirigidas por pretos não significa que se tenham tornado mais eficientes e eficazes. Estou absolutamente de acordo com essa pessoa. Mas também recordo-me que por essas mesmas empresas estratégicas já passaram muitos brancos e mulatos e nem por isso os resultados foram tão bons...

J. dos S.: Estamos absolutamente de acordo. Eu também não estava de acordo com isso porque também nessa altura eu não analisava o desempenho das pessoas em função da cor da sua pele. As pessoas, volto a repetir, devem ser analisadas pela sua competência e honestidade. A par da competência, tem de haver honestidade. Não adianta ter competência sem honestidade e sentido de Estado. O que é que me interessa meter dez gajos negros da mais alta competência mas que estão a delapidar o país? De que é que me adianta ter competência quando os gajos estão a dar cabo do país? O que é que me interessa pôr cinco brancos ou mulatos nas empresas quando os cabrões me estão a pôr o dinheiro no exterior do país? A honestidade é um elemento fundamental para aferir a capacidade e a competência de um quadro, seja negro ou mulato.

SA: Jacques atente ao meu raciocínio: um branco, um mulato e um preto, que têm as mesmas qualificações, disputam o mesmo cargo. A quem é que atribuirias o cargo neste país de maioria negra e por que é que farias isso?

J. dos S. : A um negro, indiscutivelmente.

SA: Repugna-te a ideia de quotas para as minorias como acontece, por exemplo,

no Brasil?

J. dos S.: Não estou muito preparado para isso. Mas talvez, se isso conduzir ao equilíbrio social, tal como a Constituição estabelece. Talvez. Nunca me debrucei seriamente sobre isso porque habituei-me a viver numa sociedade em que nos dizem que somos todos iguais e somos, e eu comporto-me como tal e não posso admitir outra coisa. Mas face a todas essas realidades – e a gente às vezes esquece-se da realidade do nosso país – estou aberto a todas as ideias, pelo menos para discuti-las.

SA: Dê cá o remate final, que a conversa já vai longa...

J. dos S.: Tenho os pés bem assentes no chão e esta minha reacção é a de um indivíduo que vislumbra algum perigo à sua condição de cidadão deste país. Esta é a reacção de um cidadão que pertence a uma minoria deste país e, enquanto tal, este cidadão tenta defender-se. Isto é absolutamente normal. Nenhum cidadão deixa de estar incomodado se lhe disserem «ó rapaz, estás aqui neste emprego há 30 anos, mas não tens hipóteses nenhuma porque a partir de agora quem vai te mandar é aquele gajo». É esta leitura que muitos gajos estão a fazer das matérias que o Semanário Angolense publicou. Cabe-vos, pois, apaziguar as pessoas, porque brancos e mulatos têm um papel importante a desempenhar neste país. Mas, para que eles desempenhem esse papel, é necessário que estejam tranquilos. Também estou de acordo que há muita coisa que tem de ser corrigida. Essa coisa que se vê por aí não está certa. Quase todo o branco neste país está feito. Porque é que só há dinheiro para brancos? Todo o dinheiro para brancos porquê? Trabalham mais? Porque é que os negros também não têm dinheiro? São coisas que também têm de ser analisadas. E já agora que vocês estão com a mão na massa, analisem também porque é que os gajos têm dinheiro. Mas não se pode agitar bandeiras contra o dinheiro dos brancos só pelo facto de serem brancos. Temos de saber por que é que eles têm dinheiro e quem é que lhes deu. Também é preciso averiguar o dinheiro que alguns negros têm em alta escala. Temos de saber a proveniência desse dinheiro. Habituei-me a ler no Semanário Angolense peças jornalísticas de grande qualidade, mas, e ao contrário do que vem sendo hábito, desta vez o jornal produziu matérias que são francamente más. A menos que me provem o contrário, o que vi nas páginas do Semanário Angolense é um preconceito racial. Vi isso na forma como a questão sobre mulatos e brancos foi colocada. Sempre entendi que as pessoas, seja nas empresas ou instituições públicas, devem ser avaliadas em função da sua competência e não em função da cor da sua pele. O meu posicionamento nesta sociedade só me permite avaliar as pessoas pela sua competência, carácter ou obras realizadas e não pela cor da pele. Se assim não fosse, eu estaria a desvirtuar a minha posição que vem do tempo colonial, quando se dizia que o preto não prestava. Eu não posso estar agora a admitir que as pessoas sejam avaliadas em função da cor da pele. Vou resumir: quando o Semanário Angolense envereda por esse caminho, criando mal-estar entre brancos e mestiços, só posso concluir que qualquer cidadão angolano que não é preto genuíno não terá qualquer hipótese de ser governante, não terá hipótese de ser empresário, enfim, não tem hipótese de ter visibilidade. Pergunto-me: quem é o cidadão que não quer ser ninguém no seu próprio país? Qual é o cidadão que não quer ter perspectivas no seu próprio país?

SA: Jacques, já te disse que qualquer pessoa que hoje tenha na sua biblioteca o livro que contém a composição do Governo de Transição ou do primeiro Governo de Angola pode fazer comparações. E a mais visível, sem dúvidas, é que o

SA: Deixa-me lembrar-te outra coisa: com o mesmo título genérico «A geografia do poder», o Semanário Angolense fez uma incursão sobre a composição étnica do Governo e não nos constou que disso tivesse resultado qualquer ameaça ao poder em Angola...

J. dos S.: (...) Certo, certo. Eu também li isso. Mas o que estou a dizer é que esse tipo de assunto tem que ser muito bem ponderado. Se o Semanário Angolense ou qualquer outro jornal que queira pegar nestes assuntos não for suficientemente claro isso pode criar problemas. Da mesma forma que isso criou alguns ninhos na minha cabeça, seguramente milhares de outras pessoas, que também leram as vossas matérias, poderão estar perturbadas e a interrogarem-se sobre se somos ou não minorias ou sobre se nos devemos ou não assumir como minorias.

SA: ... E os mestiços e brancos são ou não minorias neste país?

J. dos S.: Eu não defendo essa posição. Acho que não temos nada que nos assumir como minorias, porque somos cidadãos como os outros. Mas já que me colocas esta pergunta, também te posso perguntar: quem me garante que esta perspectiva que o jornal deu a esta matéria não possa agradar a determinados sectores? Levantar o problema das minorias agora pode acarretar problemas e movimentações chatas. Isso pode levantar problemas que não estão nas nossas previsões.

SA: Estás a dizer-me que tens dados que te permitem sugerir que o poder político deste país tende a definir claramente as minorias e as maiorias?

J. dos S.: Não, ainda não há dados. Mas abordagens como essas que vocês fazem no Semanário Angolense podem ser o início. A algumas pessoas não repugna nada a ideia de que o Semanário Angolense deu apenas o primeiro passo.

SA: E porque é que seria o Semanário Angolense a dar esse primeiro passo?

J. dos S.: Não sei, mas muitas pessoas também gostariam de ter essa resposta. Não sou eu que o digo, mas algumas pessoas que já contactaram comigo, se calhar até com pouca lucidez, dizem que o Semanário Angolense deve ter sido pago ou alguém encomendou isso. Temos que admitir que são acusações a que vocês estão sujeitos. As pessoas perguntam-se: porquê mexer neste assunto e desta maneira? Porquê?

SA: Do teu ponto de vista, este é um tabu que deve permanecer como tal?

J. dos S.: Acho que não. Mas acho que o que deve ser analisado é o desempenho dos cidadãos – sejam eles mulatos, pretos ou brancos pela sua competência e não pela cor da sua pele. O que devemos procurar saber é se o fulano tal, independentemente de ser branco ou preto, desempenhou bem ou mal as suas funções. Se roubou ou não roubou.

SA: Jacques, estamos a voltar ao começo: o jornal não podia fazer a avaliação do desempenho das pessoas porque lhe falta o perfil profissional exigido às pessoas nomeadas para preencher cargos de responsabilidade no aparelho do Estado ou nas grandes empresas públicas. Só conhecendo o perfil e os termos de referência que são exigidos, assim como os resultados exigidos, é que o jornal poderia fazer essa avaliação. Por isso, não falemos da avaliação das pessoas...

J dos S.: Tu estás a convencer-me e não tenho dúvidas que é essa a vossa posição. Acho que um jornal generalista como o vosso, que se embrenha nos meandros da política, deve fazer esse tipo de exercícios. Mas – e quero sublinhar isso – julgo que os vossos textos permitem ver que estão a referir-se a esses homens apenas pela tez da sua pele. E mais: dão a entender, em determinados aspectos, que essas pessoas, isto é, os brancos e mestiços, não têm hipóteses e que o rumo que Angola toma, o rumo dos acontecimentos vai levar a que não hajam hipóteses para brancos e mulatos seja no Governo seja nas empresas públicas. Este é que é o cerne da questão. Esta é que é a minha preocupação. A leitura que eu faço é esta: o cidadão angolano de tez clara não

tem hipóteses nenhuma. E tu mesmo, Graça, falaste, na última edição do Semanário Angolense, das hipóteses que brancos e mestiços têm de chegar à Presidência da República. Aí estou inteiramente de acordo. Quem é o mulato que vai se meter nessa aventura? Só...o Vicente é que está a sonhar alto. Aqui estamos perfeitamente de acordo.

SA: Do teu ponto de vista, a actual composição racial do Governo está errada?

J. dos S.: Se o critério de avaliação dos cidadãos respeitasse rigorosamente a competência e a obra feita neste momento, provavelmente, teriam que estar ainda no Governo muitos brancos e mulatos. É evidente que a proporção talvez já não fosse tão acentuada porque, entretanto, há negros que se formaram com graduações boas. Mas continuo a pensar que se seguíssemos com rigor os critérios da competência ainda teríamos no Governo muitos mulatos e brancos.

SA: Temos de convir, Jacques, que já temos muito negro a estudar...

J. dos S.: Claro, claro. Mas também temos de convir que temos brancos e mulatos com altos graus de competência que poderiam estar no Governo ou noutros sítios. É evidente que além da competência há outras jogadas políticas que também são consideradas. E eu estou perfeitamente de acordo. Mas volto a sublinhar aquela observação que vocês fazem: «felizmente, a banca está agora em mãos negras». São essas observações que levam às mais diversas interpretações. Um tipo que esteja kimwado dá a esta asserção uma dimensão extraordinária.

SA: Mas para uma pessoa lúcida como o Jacques faz alguma confusão que a banca pública seja dirigida por pretos?

J. dos S.: Não, absolutamente não. Mas, porra, fico preocupado quando vejo que algumas pessoas estão a dar cabo de estruturas que existiam em empresas estratégicas deste país, justamente porque agora são dirigidas por tipos apostados em afastar tudo o que seja mulato ou branco. Com isso é que não posso concordar. De maneira nenhuma!

SA: Uma pessoa que escreveu para o jornal a propósito deste assunto diz, nomeadamente, que o facto de empresas estratégicas serem agora maioritariamente dirigidas por pretos não significa que se tenham tornado mais eficientes e eficazes. Estou absolutamente de acordo com essa pessoa. Mas também recordo-me que por essas mesmas empresas estratégicas já passaram muitos brancos e mulatos e nem por isso os resultados foram tão bons...

J. dos S.: Estamos absolutamente de acordo. Eu também não estava de acordo com isso porque também nessa altura eu não analisava o desempenho das pessoas em função da cor da sua pele. As pessoas, volto a repetir, devem ser analisadas pela sua competência e honestidade. A par da competência, tem de haver honestidade. Não adianta ter competência sem honestidade e sentido de Estado. O que é que me interessa meter dez gajos negros da mais alta competência mas que estão a delapidar o país? De que é que me adianta ter competência quando os gajos estão a dar cabo do país? O que é que me interessa pôr cinco brancos ou mulatos nas empresas quando os cabrões me estão a pôr o dinheiro no exterior do país? A honestidade é um elemento fundamental para aferir a capacidade e a competência de um quadro, seja negro ou mulato.

SA: Jacques atente ao meu raciocínio: um branco, um mulato e um preto, que têm as mesmas qualificações, disputam o mesmo cargo. A quem é que atribuirias o cargo neste país de maioria negra e por que é que farias isso?

J. dos S. : A um negro, indiscutivelmente.

SA: Repugna-te a ideia de quotas para as minorias como acontece, por exemplo,

no Brasil?

J. dos S.: Não estou muito preparado para isso. Mas talvez, se isso conduzir ao equilíbrio social, tal como a Constituição estabelece. Talvez. Nunca me debrucei seriamente sobre isso porque habituei-me a viver numa sociedade em que nos dizem que somos todos iguais e somos, e eu comporto-me como tal e não posso admitir outra coisa. Mas face a todas essas realidades – e a gente às vezes esquece-se da realidade do nosso país – estou aberto a todas as ideias, pelo menos para discuti-las.

SA: Dê cá o remate final, que a conversa já vai longa...

J. dos S.: Tenho os pés bem assentes no chão e esta minha reacção é a de um indivíduo que vislumbra algum perigo à sua condição de cidadão deste país. Esta é a reacção de um cidadão que pertence a uma minoria deste país e, enquanto tal, este cidadão tenta defender-se. Isto é absolutamente normal. Nenhum cidadão deixa de estar incomodado se lhe disserem «ó rapaz, estás aqui neste emprego há 30 anos, mas não tens hipóteses nenhuma porque a partir de agora quem vai te mandar é aquele gajo». É esta leitura que muitos gajos estão a fazer das matérias que o Semanário Angolense publicou. Cabe-vos, pois, apaziguar as pessoas, porque brancos e mulatos têm um papel importante a desempenhar neste país. Mas, para que eles desempenhem esse papel, é necessário que estejam tranquilos. Também estou de acordo que há muita coisa que tem de ser corrigida. Essa coisa que se vê por aí não está certa. Quase todo o branco neste país está feito. Porque é que só há dinheiro para brancos? Todo o dinheiro para brancos porquê? Trabalham mais? Porque é que os negros também não têm dinheiro? São coisas que também têm de ser analisadas. E já agora que vocês estão com a mão na massa, analisem também porque é que os gajos têm dinheiro. Mas não se pode agitar bandeiras contra o dinheiro dos brancos só pelo facto de serem brancos. Temos de saber por que é que eles têm dinheiro e quem é que lhes deu. Também é preciso averiguar o dinheiro que alguns negros têm em alta escala. Temos de saber a proveniência desse dinheiro.

José Pedro de Morais pôs tudo em pratos limpos

Toninho Van-Dúnem, o «Imperador» da China

Os olhares que o Presidente José Eduardo dos Santos atirou ao secretário do Conselho de Ministros, António Van-Dúnem, e ao ministro das Finanças, José Pedro de Morais, na penúltima reunião do Comissão Permanente do Conselho de Ministros, produziram os seus efeitos.

Habitado a gerir situações que imponham o princípio de que na divisão do reino é que está o ganho, José Eduardo dos Santos sabia o que estava a fazer, e do que estava a falar. Sabia, acima de tudo, que alguma coisa iria transpirar. Não era a primeira vez que tentava tirar os nabos da púcara. Com menos esforço, viu gente dar com «os dentes na língua» e a entregar dossiers inteiros. Juntava-se a isso o comunicado que saiu da reunião, recomendando maior articulação e destreza na gestão dos dois biliões de dólares vindos da China. A pergunta era: quem tinha negociado o contrato com a China? Quem está a gerir o dossier? A resposta é: António Van-Dúnem e José Pedro de Morais! Respostas que José Eduardo dos Santos obviamente já tinha.

Com todas estas armas, o Presidente da República, qual chinês cheio de paciência, sabia que era uma questão de tempo. Alguém iria abanar. Para não variar, o abanão veio do lado mais fraco, mas ao contrário do que é regra, a corda, desta vez, pode ter rebentado do lado mais forte, ou seja, do lado de «Toninho» Van-Dúnem.

Fontes familiares ao caso disseram ao Semanário Angolense que no rescaldo da famosíssima reunião da Comissão Permanente, José Pedro de Morais conseguiu, há poucos dias, o que até então lhe parecera impossível: chegar a José Eduardo dos Santos por meios próprios para contar-lhe, tin-tin por tin-tin, tudo o que se passa (e não se

passa) em torno do empréstimo chinês. No passado, José Pedro de Morais não só não acreditava em tal possibilidade, como até «entregava o ouro ao bandido», ou seja, ao invés de tentar chegar directamente ao «chefe», usava intermediários de duvidosa influência. Enfim, era a velha história do polícia que conhece um ladrão que, por sua vez, conhece outro ladrão, mas que nunca chega ao verdadeiro ladrão.

Traído várias vezes, cada uma delas pior do que a outra, José Pedro de Morais, a quem o Presidente também tinha interesse em ouvir, contou o que sabia e o que José Eduardo dos Santos já ouvira da «secreta» angolana que recebera o «file» da sua homóloga chinesa. isto é, José Pedro de Morais foi contar a José Eduardo dos Santos aquilo que este já sabia de cor e salteado, e até de trás para frente: o golpe da China tem dono com patente registada :«Toninho» Van-Dúnem, de seu nome completo António Pereira de Campos Van-Dúnem. Segundo o que Semanário Angolense pôde apurar de fonte fidedigna, José Pedro de Morais apareceu associado à trama apenas de forma circunstancial, ou seja, enquanto autoridade monetária deste país, iria pôr a sua assinatura onde e sempre que fosse necessário.

Nada mais conveniente para António Van-Dúnem. O argumento usado pelo secretário do Conselho de Ministros para rebocar o ministro das Finanças foi o mesmo que ele e outros membros da «entourage» do Presidente da República já usaram diversas vezes: invocar o nome do «santo» que mora no palácio da Cidade Alta. À reiterada advertência de que o «chefe já sabe e já autorizou», José Pedro de Morais terá anuído. O Semanário Angolense apurou de fonte confiável que neste jogo de tabelas, «Tony Blair», nome por que também é tratado o secretário do Conselho de Ministros, tinha como parceiro um chinês de origem anglo-saxónica, que atende pelo sobrenome de Davidow.

No rasto deste cidadão chinês, as autoridades angolanas preparam-lhe aquilo que no tempo do partido único ficou conhecido como 24/20: 24 horas para abandonar o país, com 20 quilos de bagagem.

José Pedro de Morais, que pela milionésima vez caiu na cantiga do nome do chefe, não só poupou uns milhões ao país, como também terá reposto um pouco de lustro na sua reputação. Mas não evitou, de José Eduardo dos Santos, um puxão de orelhas pela sua continuada negligência e ingenuidade. Quanto ao secretário do Conselho de Ministros, nada terá parecido mais grave aos olhos do Presidente do que o facto do sinal de alarme ter vindo do Governo chinês, que diante de tanto «lamaçal» está a considerar a possibilidade de colocar em Luanda um alto funcionário com categoria de vice-ministro, que se dedicará exclusivamente à triagem dos números, que vão daqui para lá e vice-versa.

Embaixador aponta-os como exemplos de estrangeiros que vingaram em Angola **A.dos Anjos e Aldemiro são são-tomenses?**

Ninguém ignora os deslizes do embaixador Ndombele Bernardo quando se expressa na língua portuguesa. Ninguém ignora, também, o domínio que tem do francês e do kikongo. Todos sabemos que isto em nada diminui a sua capacidade. Porém, não é heresia dizer também que por ser tão bom no francês e por conhecer tão bem os segredos da chamada África francófona, Ndombele Bernardo faz a sua carreira em países (africanos) de expressão francesa. Esteve cerca de 20 anos exclusivamente em Libreville onde já se assemelha a peixe na água. À sua área de acção juntou-se-lhe a Costa do Marfim , onde está mais à vontade do que uma criança numa loja de rebuçados.

O problema é que os deslizes não se circunscrevem à língua portuguesa. Trata-se, ao que parece, de uma questão de convicção, de crença mesmo. Explicamos. Reunido recentemente em Libreville com o seu homólogo ivoiriense, o embaixador de Angola no Gabão, exímio conhecedor da Costa do Marfim, entendeu que tinha na mão a solução para o problema que aflige o país do seu colega. Disse a bom som, e isto está registado

em relatório oficial, que a bem da paz, o Presidente Laurent Gbabo deveria fazer concessões idênticas às que foram feitas em Angola por altura da independência. Deveria deixar, por exemplo, que os cidadãos burkinabes e ghanenses, que «invadiram» a Costa do Marfim, prosperassem e não fossem perseguidos. Para não parecer que estava a falar sem conhecimento de causa acrescentou: « Em Angola não perseguimos nenhum estrangeiro. Assunção dos Anjos e Aldemiro Conceição, dois são-tomenses, chegaram onde chegaram porque entendemos que em África devemos acolher todos os irmãos que batem a nossa porta».

O Semanário Angolense ignora a reacção do embaixador ivoirense, mas os angolanos, para surpresa de Ndombele Bernardo que acredita no que disse, ficaram todos com a carapinha em pé! Assunção dos Anjos e Aldemiro da Conceição são estrangeiros? Quem desfaz a dúvida?

Refém dos estados de alma do Presidente da República **O tempo passa e o país continua na mesma**

Em boa verdade, de todas as vezes que se referiu à sua saída, só uma vez, à primeira, o Presidente da República pareceu convicto do que queria: reformar-se, entregar o testemunho e levar consigo a geração que chegou com ele ao poder. Depois disso foram evasivas que só dão azo a conspirações, intrigas e intranquilidade. Por alguns instantes pareceu que a proposta avançada no dia 11 de Novembro pelo Presidente da República iria resolver a crise que se abriu quando a oposição abandonou a Comissão Constitucional. José Eduardo dos Santos ofereceu à oposição aquilo pela qual ela se vem batendo: a realização de eleições com a actual Constituição.

Mas a verdade é que em política nada é definitivo nem absoluto. Até há pouco tempo, o Mpla parecia disposto a fazer finca-pé da sua decisão de negociar uma nova Constituição e, só depois, pensar-se na convocação de eleições. A oposição, por sua vez, parecia irreduzível na sua decisão de boicotar a Comissão Constitucional se o Mpla insistisse na negociação de uma nova carta fundamental. E assim se manteve até que o partido da maioria entendeu que perante o finca-pé da oposição, o melhor seria extinguir a Comissão Constitucional.

Num curto espaço de tempo as coisas mudaram tremendamente. O Mpla abdicou do princípio de que deve haver uma nova Constituição, e a oposição, perante a ameaça de que a Comissão Constitucional pode vir a desaparecer, ofereceu-se para regressar ao lugar. Não podendo fazê-lo de «fininho» quer, agora, reentrar na Comissão pela porta de frente, aos olhos de todos. (Não é difícil imaginar o papel jogado pelos juristas que se bateram pelo princípio de que o próximo Presidente deve saber de antemão que poderes lhe estarão reservados. Enfim, tivessem estes juristas pensado na hipótese de negociação de uma Constituição logo depois das legislativas, teria o país poupado tempo, dinheiro e verbo). Porém, neste «mutadis mutandis», duas coisas permanecem imutáveis: o Mpla precisa de uma maioria de dois terços para aprovar uma nova Constituição, seja agora, seja depois das próximas legislativas, e a oposição não pode impedir o Presidente da República de convocar eleições se ele entender que a ausência de um consenso entre as duas partes não deve continuar a manter o país adiado.

A verdade é que sendo, para a aprovação de uma nova Constituição, de pouca serventia a maioria que o Mpla tem neste momento no Parlamento, não podendo o Presidente José Eduardo dos Santos, apesar de todos os poderes que tem, passar por cima de tudo, não podendo também a oposição fingir que verga o gigante, impõe-se que ambos abram o jogo e que discutam questões como esta em sede própria.

Há alguns meses, quando a oposição «descobriu a pólvora», isto é, abandonou a Comissão Constitucional para forçar o Presidente da República a fazer um pronunciamento sobre as próximas eleições, o Mpla atirou-se a ela porque esta não só o

deixara amarrado, como criara um facto político mobilizando a imprensa como há muito não fazia. Mas a verdade é que aos poucos a oposição foi perdendo fôlego. E isso ficou mais evidente depois da reunião do Conselho da República em que 2006 foi consensualmente adoptado como referência para as próximas eleições. Detendo o controlo absoluto da «grande mídia», que usa como lhe dá na real gana, o Mpla foi isolando aos poucos os trunfos da oposição. Mais o pior, para os angolanos, é que o tempo passa e o país continua na mesma.

Estranho mesmo é que o Presidente da República tenha decidido alinhar neste jogo, não já de meias verdades, mas de meias palavras. Passou-se mais de um ano até que o Presidente da República percebeu que Anália de Victória Pereira lhe ofereceria uma boa deixa, isto é, a «paternidade» da ideia da separação das eleições legislativas das presidenciais. Mas como, via de regra, José Eduardo dos Santos não passa cartão à oposição, não percebeu que no Conselho da República realizado há mais de um ano poderia estar a saída que os estrategos do Mpla há muito vinham procurando sem sucesso. Voltamos então ao princípio de que em política nada é definitivo, nem absoluto.

Vejamos: independentemente das razões de Estado que possam levar o Presidente da República a preocupar-se com o texto da próxima Constituição, que em último caso dirá algo sobre os benefícios e direitos do futuro ex-presidente – situação em que, fatalmente se encontrará, mais anos menos anos –, a sugestão feita por ele no Namibe de que as próximas presidenciais devem ter lugar depois de aprovada uma nova carta magna seria tratada com mais elevação se o país e o Mpla, convenhamos, não continuassem reféns dos estados de alma de José Eduardo dos Santos no que toca ao seu futuro.

Não estivéssemos nós na era dos reciclados, não estivéssemos a falar de políticos, Lavoiser e o seu princípio de que nada se perde, nada se cria, tudo se transforma, não seria para aqui chamado. Mas acontece que estamos a falar de políticos. Assim se entende que José Eduardo dos Santos tenha transformado o que parecia ser uma coisa trivial num sentimento gerador de incertezas. A guerra acabou, o Mpla tem vice-presidente, um novo secretário-geral, Angola tem um novo primeiro-ministro, a Unita um novo presidente, a Fnla dois novos vice-presidentes, as Faa um novo Cemg, mas a verdade é que o país continua sem saber se José Eduardo dos Santos sai ou fica. Em boa verdade, de todas as vezes que se referiu à sua saída, só uma vez, à primeira, o Presidente da República pareceu convicto do que queria: reformar-se, entregar o testemunho e levar consigo a geração que chegou com ele ao poder. Depois disso foram evasivas que só dão azo a conspirações, intrigas e intranquilidade.

É difícil não imaginar que nestes jogos de espera e de paciência com que o Presidente da República entretém o país esteja o desejo de deixar obra. Mas ao ritmo e à velocidade, com que se tomam decisões e se passa para a sua execução neste país – no Zango, por exemplo, não se conseguiram erguer as prometidas 20 casas por dia – ninguém se espante se for outro a colher os benefícios. É impossível, também, ignorar que o Presidente da República esteja a condicionar o seu futuro do que vierem a ser as próximas legislativas. Um cenário de vitória do Mpla idêntico ao de 1992, por certo que estimularia o apetite de José Eduardo dos Santos por mais um mandato, coisa que ele não descartou quando passou por Washington, em Maio passado. Se a maioria não for tão confortável como a de agora, ao ponto do Mpla no poder impor a Constituição que quer, então ele sairá. Quem acredita que José Eduardo dos Santos aceite governar enfiado numa camisa de 11 varas?

Para além das denúncias do Presidente da República **Nomes escondidos por detrás dos grupos que dominam** **Mercado**

No que poderia ter sido interpretado como um sinal de fraqueza, o Presidente José

Eduardo dos Santos queixou-se publicamente no Namibe, no dia 11 de Novembro, de «três ou quatro grupos empresariais» que, «controlados por cidadãos estrangeiros, «dominam o mercado grossista e manipulam os preços» dos bens essenciais de consumo.

O Presidente, que fazia o discurso anual consagrado ao dia da independência, insistiu em que esses grupos empresariais criam «dificuldades evitáveis à gestão macroeconómica do Governo, complicando a vida dos angolanos que os acolheram com toda a hospitalidade e simpatia». Além disso, prosseguiu, «os lucros fabulosos» que esses grupos fazem não são, nem «pelo menos em parte», reinvestidos no país, havendo, por isso, «uma sangria constante de divisas da nossa economia».

O Presidente da República recordou, então, que sendo a altura das festas de natal e ano novo «o momento em que os preços aumentam assustadoramente sem razões plausíveis» deviam esses empresários atender ao seu pedido de «ponderação» e de cooperação com o Governo para a estabilidade dos preços.

«Eu peço a esses empresários ponderação. Que eles cooperem mais com as entidades competentes do Governo, que contribuam para a estabilidade dos preços, ajudando assim a atenuar o sofrimento dos angolanos», pediu o Presidente angolano. José Eduardo dos Santos aparentou, assim, não estar avisado de que em consonância com os factos que constituem a ordem que se instalou no mercado da oferta de bens essenciais básicos, terá perdido o seu tempo ao fazer um apelo de conteúdo totalmente avesso à essência da actuação desses ditos grupos empresariais em Angola.

Porque à luz das leis que regem este país, o Presidente da República teria ganho tempo sobre os que considera serem açambarcadores das divisas da nossa economia (porque protagonistas de uma sangria que pode ser traduzida por extorsão, roubalheira ou desfalque), se em vez de um pedido daquela forma complacente, como foi o seu apelo à «ponderação», solicitasse uma investigação judicial exaustiva, destinada a castigá-los exemplarmente.

Aí os angolanos obteriam, provavelmente, explicação para uma questão fundamental: como é que o Presidente está informado das complexas situações que denunciou, quando os titulares dos organismos judiciais encarregues da investigação criminal não só aparentam nada saber, como também se vê que não mexem uma palha para as solucionar?

Segundo apurou o Semanário Angolense, esta questão está relacionada com uma teia de responsabilidades em que se misturam interesses financeiros nacionais e estrangeiros. Empresas como a Angolissar, Golfrate group, Arosfram e Atlas group, que são as que detêm a totalidade dos negócios de bens essenciais básicos em Angola (produtos como farinha de trigo, farinha de milho, arroz, açúcar, feijão, sabão e óleo alimentar), enquadram-se nesse esquema.

Embora os supostos titulares sejam libaneses, rumores não confirmados dão como certo que a qualquer uma delas está ligada uma personalidade com influência no poder público: no caso da Angolissar, fala-se no nome do embaixador Mawete João Baptista (alegadamente oficial superior dos serviços de inteligência); quanto à Golfrate group, no do antigo ministro do Interior e ex-comandante-geral da Polícia, Santana André Pitra «Petroff»; e em relação à Arosfram, no do ex-ministro do Interior, ex-comandante-geral da polícia e actual primeiro-ministro, Fernando Dias dos Santos «Nandó».

O Atlas group é resultado de uma desavença entre os supostos titulares libaneses da Angolissar, dois irmãos sanguíneos. Depois de se terem zangado, um deles foi criar o ATLAS GROUP, mas supõe-se que tal seja apenas um estratagema para diluir os negócios, para em última instância dar lugar a uma redobrada exportação de divisas de

Angola. A essa empresa está ligado um alto oficial das forças armadas cujo nome o Semanário Angolense não pôde apurar.

Provavelmente, disseram suspeitar observadores contactados por este jornal, o facto dos dois oficiais mais influentes que a Polícia Nacional e o Ministério do Interior tiveram nos últimos anos estarem ligados a esses negócios pode explicar a razão por que as autoridades judiciais jamais tomaram alguma atitude para impedir os crimes agora denunciados pelo Presidente da República.

As explicações conhecidas sobre o processo que levou essas quatro empresas a dominarem o mercado apontam invariavelmente operações de «dumping» nunca concebidas à luz de qualquer teoria de custos que não seja o dinheiro fácil. Para desgastar os operadores nacionais, as empresas que agora detêm esse mercado reduziam tanto os preços da oferta, que se supõe que, de facto, financiavam as suas operações com dinheiro oriundo de fontes obscuras, como é o dinheiro de importantes cartéis da droga radicados no estrangeiro.

De acordo com uma fonte do Semanário Angolense, o que essas empresas estão a fazer em Angola não é qualquer comércio de bens essenciais, mas operações financeiras destinadas a lavar dinheiro da droga e a enviá-lo em remessas bancárias para o estrangeiro. Neste momento, em que têm o controlo dos preços e da oferta e em que aniquilaram com a sua acção fornecedores nacionais de «commodities» como o Entrepósito Comercial e Aduaneiro de Luanda, a Intercomercial Moagens, a Tondo, o Grupo António Mosquito, a estatal Sociang e algumas empresas da região centro e sul do país, pesa sobre os preços desses produtos uma carga de 25 por cento de margens de comercialização, que é o lucro máximo permitido para fornecedores desses bens. Quando, no entanto, foram necessárias operações para obter o domínio do mercado, qualquer uma dessas quatro empresas manteve os preços da sua oferta mais do que baixos: mantiveram-nos rasteiros, ao ponto dos seus concorrentes nacionais terem sido obrigados a desistir desse tipo de negócio.

Os bens essenciais são produtos de bolsa, tendo preços altamente padronizados para todos os compradores. Mas já aconteceu, numa altura em que a cotação de uma tonelada de farinha era de 500 dólares no mercado internacional, a mesma quantidade desse produto ser encontrada, em Luanda, oferecida por esses tais grupos empresariais, a apenas 350 dólares. Na nova situação, em que, no entanto, o mercado está dominado por tais empresas, os preços foram elevados ao seu máximo, com o que está atingido um tipo de «estabilidade» que não é aquele solicitado pelo Presidente, mas o apropriado para operações de lavagem de capitais: em 2001, só as importações de açúcar somaram qualquer coisa como 250 ou 300 milhões de dólares, o que acrescido de um terço desses valores, representa quanto foi exportado em capitais só para os negócios baseados nesse produto, porque, como já se disse, neste momento eles importam 100 por cento das necessidades do mercado nacional em «commodities».

Mas a velocidade das remessas para o estrangeiro é tão premente para essas empresas, que neste momento se encontram numa fase de plena diversificação das suas actividades: qualquer uma delas já esteve no sector da panificação e pastelaria, mas agora estão a entrar para áreas como os transportes colectivos, saneamento e indústria alimentar. Aí é possível manipular os preços das importações em margens «admissíveis» para a Bivac (a empresa que inspecciona as importações angolanas), devolvendo-se ao estrangeiro os excedentes monetários sobrefactorados, já devidamente reciclados pelo sistema bancário.

Todas essas empresas são importadoras de quantidades astronómicas de carnes e dominam plenamente esse mercado. Eles só não importam carne de porco, o que dá bem a ideia da origem dos seus titulares, que se apresentam em Angola com passaportes europeus e norte-americanos.

<

O que se reclama das autoridades é uma atitude séria para combater a desonestidade dos grupos empresariais denunciados pelo Presidente José Eduardo dos Santos, algo que não é, entretanto, de se esperar se for verdade que os interesses angolanos que estão afectos a esses negócios forem aqueles que influenciam o curso dos acontecimentos no seio da Polícia Nacional.

Guerra sem quartel, pedem empresários nacionais

É opinião comum entre empresários nacionais, que as empresas denunciadas pelo Presidente da República como implicadas numa sangria de dólares da economia angolana, na manipulação dos preços e no aborto das metas económicas do Governo sejam protegidas pela Direcção Nacional de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas (Dniiae – vulgo Polícia Económica).

De acordo com as fontes aqui citadas, não se trata, em princípio, de uma protecção que impeça a presença de agentes dessa corporação nos estabelecimentos desses grupos: o que se passa é que os representantes da polícia que lá vão não os inspecionam devidamente.

Para o cidadão comum, entretanto, isso não é assim. A maior parte das pessoas já se deparou com agentes policiais a assistirem distúrbios ou a cenas de violência, mas a recusarem intervir com o argumento de não pretenderem ter problemas, pelo facto dos protagonistas dos desacatos serem filhos de membros da «nomenclatura». Isso é dito como sendo uma analogia do que acontece com as empresas que dominam a oferta de bens essenciais, sobre as quais se alega existirem interesses de influentes oficiais da Polícia Nacional e das Forças Armadas.

Mas há evidências que também podem conduzir a conclusões muito mais concretas em relação aos receios dos agentes policiais quanto a essas empresas. Tal é o facto do antigo director do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec), Manuel Marta, ter sido preso e acusado de crimes vários, depois de ter denunciado a importação de frangos alimentados com substâncias químicas nocivas ao organismo humano.

Por outro lado, porém, há conhecimento de oficiais da Polícia Nacional que prestam serviços diversos em empresas desse género, empreitadas que vão do auxílio à segurança privada, à solução, junto das esquadras dos bairros, de diferendos pequenos e nunca alinhados aos verdadeiros crimes que ali se cometem, como são aqueles denunciados pelo Presidente.

A investigação séria que empresários nacionais contactados por este jornal concordaram que deveria ser feita, assenta, pois, na criação de uma brigada especializada, composta por agentes e oficiais bem remunerados, treinados e fortemente conhecedores de matéria criminal ligada a fraudes contra a economia e em problemas específicos como a lavagem de capitais.

<

Isso seria uma analogia das brigadas anti-álcool criadas nos Estados Unidos nos anos 20, quando vigorava a lei seca, nas quais se destacaram destemidos oficiais que enfrentaram com determinação, elevado conhecimento de causa e não menos sucesso o que naquela altura era um enorme contrabando. De resto, consideraram, se existem no país brigadas ou departamentos especiais para combate ao tráfico de droga, protecção às escolas e repressão de motins populacionais, não seria de desprezar a hipótese de combater os crimes económicos desses grupos com base numa brigada especial que além do seu treinamento, colaborasse e trocasse informações com as mais conceituadas corporações policiais do Mundo.

Deputados do Mpla contra a medida

Construção de templo católico incluída na proposta de Oge

A construção de um templo católico em Cabinda está a ser um dos aspectos mais complicados, e difíceis de ultrapassar, contidos na proposta de Orçamento Geral do Estado para o próximo ano em discussão na Assembleia da República. Ao que soube o Semanário Angolense, isso já levou à situação, pouco comum no Parlamento angolano, de lançar contra o Governo a maior parte dos deputados da bancada do Mpla.

Além de acharem absurdo o facto de o Oge contemplar a construção de uma igreja, os deputados do Mpla vêem nisso um acto de claro favorecimento de uma denominação religiosa em detrimento de outras. Acresce, de resto, o facto de em termos confessionais, o grupo parlamentar ser bastante heterogéneo, com deputados de distintas religiões. Este jornal sabe, contudo, que os deputados que mais se opõem a isso são os que estão vinculados à Igreja Metodista Unida de Angola, a que mais se tem batido para que haja no país um tratamento igualitário das denominações religiosas existentes.

Sabe-se, contudo, que situações polémicas poderão não cessar tão cedo, devido à existência de muitos «pendentes» entre o Governo e a hierarquia católica angolana. Com a ascensão do país à independência, a Igreja Católica se viu despojada pelo Governo de uma grande parte do seu património.

A construção da igreja em Cabinda será, por certo, uma das formas encontradas pelas partes para se saldar tais «passivos». A Igreja Católica tem beneficiado já por parte do Estado de um «tratamento preferencial» que assume formas diversas. Um exemplo é o suplemento financeiro anual que a Sonangol atribui à Universidade Católica.

Segundo evidência empírica realçada por economistas

Subida do curso dos combustíveis associado a aumento da inflação

Teme-se que a subida de 70 por cento sobre os preços dos combustíveis e outros derivados do petróleo decretada pelo Governo na última segunda-feira, venha encarecer o consumo, sobretudo quando a indústria de camionagem aumentar o valor dos fretes para compensar o incremento dos gastos em carburantes.

Embora estes temores, levantados por profissionais da economia no decurso da última semana contactados por este semanário, não se tenham confirmado em Maio último, quando o Governo decretou um aumento dos preços dos carburantes de 67 por cento, a verdade é que os industriais de camionagem e também os operadores do sistema de transportes colectivos não resistirão ao efeito do cúmulo de aumentos ordenados em duas ocasiões num mesmo ano, tal como disseram essas fontes.

É que, explicaram as fontes, historicamente, os aumentos dos preços dos derivados do petróleo em Angola estão associados a incrementos generalizados dos preços, com reflexos sobre a taxa de inflação anual. Até aqui, o ano de 2003, em que não houveram «perturbações» sobre os preços dos combustíveis, foi aquele em que a inflação acumulada foi a mais baixa.

Desde 2001, um aumento do preço da gasolina de 26,25 por cento, de 131,26 por cento sobre o preço do petróleo iluminante, de 13,29 por cento sobre a botija de gás de 12 quilos, conduziu a um aumento imediato da corrida de táxi de 30,43 por cento.

No mês de Abril daquele ano, quando isso aconteceu, a taxa de inflação mensal fixou-se em 14,11 por cento, com uma forte contribuição da categoria Transportes e

Comunicações (21 por cento) e da categoria de Habitação, Combustíveis e Electricidade (19.44 por cento).

Em Janeiro de 2002, um aumento médio do preço dos combustíveis de cerca de 48 por cento, com o que a gasolina subiu 21 por cento, o gás 18 por cento e petróleo 19.26 por cento, a tarifa de táxi que subiu 23 por cento e o IPC mensal fixou-se em 7.86 por cento, tendo sido a categoria dos Transportes e Comunicações a que mais contribuiu para a elevação da inflação, com 16.85 e 10.45 por cento, respectivamente.

Em 2001, a taxa anual de inflação foi de 116 por cento e em 2002 foi de 106 por cento, mas em 2003, quando não houveram aumentos sobre os preços dos combustíveis, esse indicador situou-se em apenas 76,57 por cento, um facto que pode evidenciar que existe uma forte correlação entre o nível dos preços do combustíveis e a taxa anual de inflação.

O aumento dos preços dos combustíveis é determinado pelo compromisso do Governo de reduzir gradualmente o nível dos subsídios concedidos ao consumo desses bens.

Remessas governamentais dessas situam-se numa média anual de 500 milhões de dólares, mas no ano em curso isso ficou situado em mil milhões de dólares, segundo números que, insertos na imprensa da semana que hoje acaba, citavam o Ministério das Finanças. Aparentemente, ao tomar essa medida, o Governo teve em consideração o facto da meta de inflação de 20 por cento preconizada no seu programa para este ano, ter sido superada logo no mês de Agosto, numa tendência que se acentuou irreversivelmente em Setembro e em Outubro, este, o mês em que a inflação acumulada desde Janeiro atingiu os 25,68 por cento.

<

Se for assim, é provável que os que determinam o pensamento económico do Governo tenham agido segundo a lógica «perdido por um, perdido por dois», com o requinte de que as palavras exactas podem ter sido «para derrapagem, derrapagem e meia».

Neste momento, o Governo está em dívida para com os operadores dos transportes públicos, aos quais, por vários meses consecutivos, não paga a parcela relativa às subvenções públicas desses serviços apenas parcialmente pagos pelos utentes, virtualmente um factor da conjuntura que haverá de desfavorecer a manutenção das tarifas.

Conselho consultivo das Pescas **À procura de porto seguro**

O 1º Conselho Consultivo do Ministério das Pescas, cujo encerramento deverá ocorrer neste sábado, 20, em Luanda, pode ser entendido como o cumprimento de mais uma etapa no longo percurso do relançamento do sector pesqueiro em Angola, depois da recente aprovação pela Assembleia Nacional, da Lei dos Recursos Biológicos e Aquáticos.

A sua importância pode ser aferida ainda pelo facto deste ser o primeiro desde que o Ministério sofreu alterações na sua orgânica, há pouco mais de um ano, e por este decorrer num clima de paz efectiva no país. Daí que a nova lei, que foi objecto de um seminário realizado à margem do Conselho, afigura-se como um instrumento para imprimir uma nova dinâmica ao sector tendo como principais objectivos à protecção do interesse nacional no combate à fome e à pobreza.

As prioridades dos direitos de pesca aos cidadãos nacionais plasmados nessa lei foram, aliás, defendidas pelo titular das Pescas, na terça-feira, 16, quando da abertura dos trabalhos, no complexo do Futungo II. O ministro Salomão Xirimimbi referiu-se que, à luz dessa nova realidade jurídica, os nacionais estarão melhor protegidos, visto que serão priorizados na concepção de licenças, desde que os mesmos possuam infra-estruturas em terra. Uma medida de grande alcance político e social devido ao facto dos angolanos

sentirem-se cada vez mais fragilizados em relação aos estrangeiros, que são detentores de grandes frotas pesqueiras, mesmo sem que alguns deles sejam detentores de estruturas de apoio em terra.

Com a introdução na lei do conceito dos direitos de pescas, espera-se que os investimentos estrangeiros venham a ser atraídos, até porque, como referiu o ministro das Pescas, Angola alargou para 20 anos os direitos de pesca, contra os 15 , que normalmente se verificam em outros países da região.

Para inverter o quadro pouco favorável aos agentes nacionais, o governo tem vista dotá-los de barcos pesqueiros, através de uma linha de crédito, já negociado, com um parceiro do Reino de Espanha. O empréstimo a ser concedido em condições tidas como vantajosas enquadra-se no esforços do Executivo para criação e reforço da frota nacional.

Além disso, o novo instrumento jurídico confere uma maior autonomia ao órgão reitor, agora investido do princípio da verticalidade pesqueira. Assim, ao abrigo da lei, ninguém «pode pescar sem que esteja vinculado às actividades de captura, transformação e distribuição».

Outras matérias como o regulamento da pesca desportiva, o fomento da aquicultura, o regulamento geral das pescas e o desenvolvimento do cooperativismo na pesca artesanal foram objecto de discussão, durante os quatro dias dos trabalhos.

IM

Conter inflação à custa de salários baixos

Por: Sousa Neto

Dois dias depois do anúncio da subida dos preços dos combustíveis, o mercado não tinha dado mostras precisas da sua reacção, pelo que o Governo não tinha aberto mão do argumento segundo o qual o aumento não influenciaria o curso dos preços e os economistas dividiam-se entre os que concordavam com as previsões governamentais e os que discordavam delas.

Um facto apresenta-se, contudo, importante, que é o anúncio governamental de aumentos salariais de apenas 14 por cento até ao fim do ano, algo reforçado por previsões orçamentais que dão a ideia de que não haverão quaisquer incrementos dos salários da função pública ao longo de todo o próximo ano.

Segundo números do OGE do próximo ano, os vencimentos e remunerações permanentes para civis, que hoje representam uma despesa de 107 biliões de Kwanzas, situar-se-ão em cerca de 109 biliões em 2005, um acréscimo de menos de 2 por cento que pode significar que no próximo ano os servidores públicos não devem esperar por aumentos salariais.

O problema é que se todos os preços subirem e o mesmo não acontecer com os salários, que também são um preço, o Governo estará a tentar conter o crescimento da inflação à custa do congelamento dos incrementos salariais dos seus empregados, algo que pode constituir uma ameaça ao regresso dos velhos anos de 1990, quando uma equipa económica sem ideias endividou o Governo face aos fornecedores, mas também em relação aos seus servidores, aos quais congelava os salários por períodos intermitentes que poderiam atingir quatro ou seis meses.

Altos:

Altos: Movicel

Depois de ter assinado um contrato com a empresa norte-americana UTStarcom, a Movicel está agora preparada para dar um passo de gigante: o contrato abre as portas da Movicel à mais avançada tecnologia digital de telefonia móvel do mundo, o Cdma2000-1X. «Com este contrato, a Movicel concretizou mais um dos seus objectivos estratégicos para o desenvolvimento da sua rede digital de serviços a nível nacional», gabou-se, merecidamente, o director operativo da operadora, Basílio Fernandes. As novas delícias digitais, que já estão disponíveis em Luanda e Bengo, cobrirão todo o país até Junho do próximo ano.

Com a nova tecnologia, a operadora do 091 já pensa no passo seguinte: fechar o ano de 2007 com o «simbólico» número de 1 milhão de clientes. É muita fruta! Este é um claro aviso à navegação, isto é, à concorrência directa. Num mercado cada vez mais competitivo, torna-se cada vez mais evidente que só toca guitarra quem tem unhas. E estas, compreensivelmente, não estão ao alcance de muitos...

Altos: Luísa Rogério

A sua vitória na disputa pela liderança do Sindicato dos Jornalistas Angolanos foi por números tão expressivos que não deu ao adversário qualquer hipótese de invocar fraude ou outras irregularidades. Ganhar por 89-25 deixa o vencedor e vencido completamente esclarecidos. É um daqueles resultados que já estão fora da moda. Afinal, foram 64 votos de diferença que dão a Luísa Rogério o respaldo e a legitimidade necessários para realizar, em perfeita tranquilidade, as metas que estabeleceu na sua moção de estratégia.

Para quem, nesta altura do campeonato, ainda não encontra explicação para tão arrasadora vitória de Luísa Rogério, a justificação é simples: contrariamente ao seu adversário, Luísa Rogério não pretendeu vender banha de cobra a ninguém. Ela identificou e estabeleceu na sua moção de estratégia metas realistas. Não prometeu a terra e o céu aos jornalistas. E isso foi rapidamente entendido pelos jornalistas. Afinal, de boas (e más) intenções está o inferno cheio.

Altos: Paulo Maria

Poucas pessoas acolheriam com «fair play» a dimensão da derrota que Paulo Maria sofreu na corrida ao cargo de secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas Angolanos. É uma derrota com todos os ingredientes para deixar marcas profundas.

Por números menos humilhantes, outros têm feito muita coisa feia. O «nosso» Jonas, por exemplo, não seria homem de «encaixar» tão pesada cabazada. E por esta África fora abundam exemplos de indivíduos que nunca se conformam com a derrota. Embora não se lhe conheçam quaisquer afinidades com o savimbismo, alguns jornalistas receavam que Paulo Maria não digeriria pacificamente um resultado adverso. Mas ele surpreendeu.

Foi uma das primeiras pessoas a reconhecer a sua derrota e a felicitar a merecida vencedora. Nas entrevistas que depois foi dando a distintas rádios, Paulo Maria mostrou que sabe perder reiterando não apenas felicitações à vencedora como disponibilizando-se para colaborar com a nova líder do Sja.

Baixos: Rui Falcão

Geralmente atentos aos debates radiofónicos de sábado, os dirigentes do Mpla tomaram, por certo, em devida nota o vergonhoso comportamento de Rui Falcão Pinto de Andrade na Rádio Ecclésia.

Petulante qb e fraquíssimo a argumentar, o director do Dip do Mpla quase transformou o debate num duelo físico com William Tonet. No fundo, «Ruca», nome por que também é conhecido, recorreu, mais uma vez, à arma predilecta dos incapazes: dissimulam a falta de argumentos verbais com o confronto físico. Além da falta de argumentos, coisa que nele não surpreende, o «nosso» Ruca é um rapaz permanentemente perseguido pela obsessão de mostrar serviço ao Mpla mesmo que isso passe por transformar os estúdios de uma rádio num ringue de luta livre.

E era exactamente isso o que ele estava firmemente disposto a fazer na Ecclésia. Só mesmo o sangue frio do director do F8 evitou uma «tragédia» que, a acontecer, teria, por certo, graves repercussões internacionais que abalariam, duramente, a reputação do Mpla .

Baixos: Alves da Rocha

Primeiro economista a comentar aos microfones da Rna o recente aumento do preço dos combustíveis, Alves da Rocha foi peremptório: essa subida não estimulará o aumento geral dos preços de outros produtos e serviços. No entendimento do economista que o Ministério do Planeamento contratou em Portugal, a inflação permanecerá quieta face ao aumento dos preços dos combustíveis.

No mesmo dia (segunda-feira) em que o iluminado assessor do Ministério do Planeamento atirava, mais uma vez, areia aos olhos dos angolanos e do seu Governo, proprietários e motoristas de táxis, os nossos populares candongueiros, deram a resposta: alguns consideraram o imediato aumento do preço da corrida, ao passo que outros não desprezam a ideia de parar os seus carros. Moral da história: o Governo continua a apostar em gente que está aqui propositadamente para lhe enfiar areia nos olhos. Com palpites como o de Alves da Rocha, não há Governo que consiga saber com que linhas se cosem os seus cidadãos.

Baixos: Wadijimbi

Só mesmo a urbanidade e a boa educação que ela recebeu do berço podem levar a nova secretária-geral do Sindicato dos Jornalistas Angolanos a aceitar as felicitações que lhe foram dirigidas pelo secretariado nacional da Uja, União dos Jornalistas Angolanos. Mas espera-se que Luísa Rogério não vá para lá disso, isto é, aceitar as felicitações. A nova direcção do Sja deve afastar, liminarmente, qualquer outro tipo de proximidade com a Uja na medida em que esta é uma entidade ilegal.

À luz dos estatutos da própria Uja, a sua actual direcção é ilegal já que não tem o respaldo dos jornalistas angolanos. A direcção da Uja não é renovada há mais de uma década, o que a torna ilegal à luz dos próprios estatutos da organização. Depois de ter aceite as felicitações, Luísa Rogério deve parar por aí. Nada de negociar seja o que for com uma entidade ilegal. Se o fizer, L. R. arrisca-se a arrastar o Sindicato para a mesma ilegalidade em que Manuel Miguel de Carvalho «Wadijimbi» e seus pares se encontram.

Petrobras recupera ânimo

A Sonangol e a sua congénere Brasileira Petrobras assinaram recentemente, no Rio de Janeiro, um protocolo que visa o desenvolvimento dos negócios petrolíferos entre as duas empresas no mercado angolano, soube o Semanário Angolense de fonte digna de fé.

O protocolo vem renovar a expectativa de crescimento das actividades da Petrobras em Angola, prevendo que até Dezembro próximo sejam constituídos três grupos de trabalhos para a definição de um estudo da sua viabilização em áreas de interesse como pesquisa e exploração, formação de quadros angolanos, intercâmbio tecnológico e comercial, meio ambiente e segurança operacional.

O protocolo ratifica os termos dos entendimentos até agora mantidos, propondo em seu lugar projectos e programas de cooperação que culminarão com a assinatura de compromissos específicos.

O acordo foi discutido, da parte angolana, pelo vice-presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Syanga Abílio, o director de negócios, Carlos Saturnino, e o director de exploração, Mateus de Brito.

XXXXXXXXXXXX

041113-20

A dupla congeminou ganhos ilícitos à custa do empréstimo da China **Serviços secretos chineses «entregam» Toninho Van-Dúnem e Zeca Morais**

Os chineses são conhecidos, entre outras coisas, pela sua incomparável paciência. Afinal de contas, esperaram mais de 90 anos para que a Grã-Bretanha e Portugal abrissem mãos de Hong Kong e de Macau, respectivamente. Ainda hoje esperam, pacientemente, que os «nacionalistas» de Taiwan se conformem com a ideia de que só existe uma China, e que a sede do poder está em Beijing. Mas como do outro lado também estão chineses, ninguém sabe quem cederá primeiro. Com tanta paciência na sua génese, os chineses perceberam também que exauridos como estavam os cofres angolanos, o nosso país iria, mais tarde ou mais cedo, procurar, no Oriente, alternativa aos «mortíferos» empréstimos que vinha mendigando na Europa.

Os chineses sabiam, também, que um dia na posse de 2 biliões de dólares alguns angolanos - ligados ao poder, evidentemente - iriam perder a cabeça. Na verdade, quase toda a gente sabia que isto iria acontecer. Por menos dinheiro, a elite política angolana apunhala-se pelas costas, arranca cabelos, atira cascas de banana, esquece-se dos deslocados etc, etc. Tal como dois mais dois são quatro, também os chineses não precisaram de esperar muito para verem os angolanos a mostrar as unhas.

Despertados pela velocidade com que empresários chineses foram sendo abordados por homens de negócios angolanos - e desta vez sem paciência - os serviços secretos chineses meteram-se em campo acabando por descobrir que por detrás de muitos projectos que seriam cobertos pelos tais 2 «bi» estavam as impressões digitais do ministro das Finanças, José Pedro de Morais, «Zeca», e do secretário do Conselho de Ministros, António Van-Dúnem «Toninho». À larga distância, porém agora completamente despistado, vinha (ainda) um outro ministro, que se assumiu como um dos pivots da fase inicial da negociação com a China.

O estratagema era simples: os chineses emprestariam os nomes às empresas, os angolanos entrariam com a influência. De acordo com a secreta chinesa, os referidos governantes estariam a criar, com parceiros locais, empresas chinesas que depois entrariam em Angola a coberto do bilionário empréstimo. Além disso, as empresas chinesas, constituídas expressamente para isso, estariam a ser orientadas pelos seus donos angolanos a sobre facturar os preços das empreitadas.

O «cozido» vazou para os serviços secretos chineses e estes fizeram chegá-lo rapidamente aos seus homólogos angolanos. Daí até chegar ao Presidente José Eduardo dos Santos foi apenas o tempo de um piscar de olhos.

Fonte geralmente bem informada disse ao Semanário Angolense que foi esta informação que teria levado o Presidente a dar luz verde à criação do novo Gabinete de Reconstrução Nacional. Foi também pelas mesmas razões que José Eduardo dos Santos teria entendido que o ministro-chefe da Casa Militar, general Hélder Vieira Dias «Kopelipa», era a pessoa mais indicada para gerir o dito Gabinete.

José Pedro de Moraes, que pôs as suas impressões digitais na criação do referido gabinete, não percebeu que além de Higino Carneiro, ele próprio seria afectado.

Irrepreensível discípulo de Maquiavel, José Eduardo dos Santos escolheu precisamente o ministro das Finanças, para apresentar ao Conselho de Ministros o projecto de criação do Gabinete de Reconstrução Nacional. José Eduardo dos Santos já sabia que o assunto não seria «engolido» pacificamente e que meia direcção do país não só se oporia à criação de mais uma estrutura mas, sobretudo, ao nome do seu responsável. Mas, distraído, José Pedro de Moraes tomou a incumbência dada pelo Presidente da República como uma inquestionável prova de confiança, algo, afinal, a que se vinha batendo há muitos anos. Puro engano!

O primeiro sinal de perigo veio quando o Presidente decidiu que a «guerra civil» que estalou desde a obtenção do bilionário empréstimo junto da China só acabaria se o GRN tivesse a última palavra na gestão do dinheiro.

Como, aparentemente, a criação do Gabinete de Reconstrução Nacional esvaziara, apenas, Higino Carneiro, um homem que José Eduardo dos Santos vinha cercando há distância, o José Pedro de Moraes acreditou que tinha razões para estar tranquilo. Porém, como percebeu mais tarde, a alegria não iria durar muito tempo.

Incomodado com as informações que chegavam da China dicionados a um crescente volume de denúncias do tráfico de influências que vem inquinando a liquidação, pelo Estado, da dívida interna, José Eduardo dos Santos, mais «instintivo» do que nunca, decidiu que era chegada a hora de enviar um outro sinal ao ministro das Finanças. Fê-lo chumbando uma proposta de José Pedro de Moraes, que faria dele (super) ministro da Economia sendo que a (ainda) ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, iria para casa. Na perspectiva «bolada» na Mutamba, o Gabinete de Reconstrução Nacional funcionaria, também, sob a dependência do super-ministro.

José Pedro de Moraes só percebeu que as coisas estavam a ficar «pretas» na última reunião da Comissão Permanente do Conselho de Ministros quando, primeiro com a boca, e depois com os olhos, viu o Presidente da República a acusar alguns membros do Governo de terem apostado em ficar multimilionários com o dinheiro que viria da China.

Numa sala onde não havia mais do que 25 pessoas, e com José Eduardo dos Santos a olhar fixamente ora para José Pedro de Moraes ora para António Van-Dúnem, ninguém teve mais dúvidas sobre quem seriam os visados da ira do Presidente.

António Van-Dúnem, que já sobreviveu a muitas intrigas e que conhece bem o seu chefe, sentiu que o pior estava para vir. Mas, qual menino «amedrontado», deixou-se estar calado à espera que a crise passe e que os estados de alma do PR mudem. Porém, para seu desencanto ambas as coisas tardam a mudar. José Pedro de Moraes, por sua vez, ainda continua molhado. Mas nada terá incomodado tanto quanto o outro, como o texto do comunicado produzido pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros no final daquela sessão.

Fonte oficial disse ao Semanário Angolense que foi por recomendação superior (alguém dúvida da origem desta recomendação?) que a declaração dizia, expressamente, o seguinte: «(...) Nesse âmbito, a Comissão Permanente tomou conhecimento do ponto de situação sobre a linha de crédito do Eximbank da República Popular da China, como uma das fontes de financiamento do Programa de Investimentos Públicos previstos para o período 2004/2006. Deste modo, o Governo deliberou no sentido de se adoptar uma correcta articulação entre todos os intervenientes na execução da referida linha de crédito, de forma a assegurar a sua correcta gestão e implementação».

Ora bem: se é suposto o empréstimo chinês ser bem dirigido e também se é suposto que deve haver uma correcta articulação entre todos os órgãos que concorrem para a execução desse empréstimo é igualmente suposto que observações desta natureza não precisariam de constar de um comunicado do Governo.

Se a Comissão Permanente do Conselho de Ministros entendeu descer até esse detalhe é porque qualquer coisa não batia certo. Para José Pedro de Moraes, dizem alguns entendidos, estaria, agora, explicada a razão porque o Presidente lhe enviara os sucessivos recados: a entrega ao Grn da última palavra em relação ao dinheiro da China, a decisão de não aprovar a criação do super Ministério da Economia, e por fim, os olhares que lhe enviou na última reunião da Comissão Permanente. Por sua vez, «Toninho» Van-Dúnem percebeu, finalmente, que o mandato que levou para negociar com os chineses não previa a obtenção de vantagens pessoais como aconteceu, por exemplo, com a criação da Unitel com a entrada de bancos portugueses no mercado angolano ou com a entrada, no nosso país, do comerciante de diamantes Maurice Templesman, que lhe pagou as férias em Martha Venyard, em Massachussets.

011115Presidente não fica refém de ninguém

José Pedro de Moraes e António Van-Dúnem sabem tão bem como ninguém que José Eduardo dos Santos não é homem de ficar refém de ninguém. O ministro das Finanças sabe como foi que saiu do Governo em 1995.

Desencantado com a crise e com o desempenho do Governo, José Eduardo dos Santos varreu por junto e atacado o primeiro-ministro, Marcolino Moco, o ministro das Finanças, Augusto Tomás, o então secretário do Conselho de Ministros Carlos Feijó, e ele próprio (José Pedro de Moraes), ao tempo ministro do Planeamento.

Despachado para Washington, com a anuência do próprio Presidente da República, José Pedro de Moraes regressou ao país bastante prestigiado nos círculos ligados à Economia, mas mesmo assim acabou ainda por «chichilar» um pouco à porta de acesso a um novo lugar no Governo.

António Van-Dúnem já viu, da sua janela, muitos insubstituíveis fazerem as malas.

Viu como José Eduardo dos Santos se desfez, por duas vezes, de Sabino Ferraz, viu também como o PR queimou em fogo brando José Leitão, viu ainda como despachou para a «boca do lobo» o então todo-poderoso general José Maria. José Pedro de Morais, por sua vez, também já viu, da sua janela em Washington, como é que José Eduardo dos Santos – mal aconselhado, convenhamos – mandava o Fundo Monetário Internacional dar um volta e despachava Manuel Vicente para negociar com o Paribas, ou com a Ubs, Union de Banques Suisses. Ambos viram, também, como nos melhores anos da Unita, José Eduardo dos Santos resistiu ao ascendente militar de Savimbi. Nenhum dos dois pode, igualmente, dizer que não tenha visto José Eduardo dos Santos dizer ao general João de Matos – ao tempo um imprescindível – que já não precisava dos seus serviços. Viram, ainda, como foi que, sem disparar um tiro, tirou, sucessivamente, do seu caminho, figuras como Lopo do Nascimento e João Lourenço. Viram, igualmente, como Moco, primeiro, e França Van-Dúnem, depois, ficaram com o ónus da culpa quando neste país faltava tudo, inclusive moeda nacional. Se não se lembram de nada disto, ao menos têm presente a forma como o Presidente da República tem «mastigado» o primeiro-ministro nas reuniões do Conselho de Ministros. De certo também sabem – até porque ambos foram actores do processo – como foi que José Eduardo dos Santos esvaziou o «peito» alto de Higino Carneiro. Ora bem: perante tudo isso, como é que se pode explicar que José Pedro de Morais e António Van-Dúnem, que, ao pé de José Eduardo dos Santos, não passam de pioneiro «Zeca» e pioneiro «Toninho», se descuidaram tanto?

Fonte geralmente bem informada disse a este semanário que apesar da derrapagem de ambos e da aposta de José Eduardo dos Santos em pôr ordem no circo, nenhum dos dois corre perigo de ser afastado para já, mais não seja porque a política é, sobretudo, a arte de usar as pessoas. Mas quando a serventia acabar, os dois podem ter a certeza que voarão. José Pedro de Morais, que sabe que o PR «não vai com a cara dele» – não se sabe se por ser um inconfesso «lopista» ou por ser um (agora refreado) reformista, acabará por sair do Governo como saiu da última vez: pela porta de trás.

Por vez, Toninho, mestre na arte de enterrar ministros, já viu, mais do que uma vez,

que não há eficiência que resista a tanto disparate, excessos, abusos e promiscuidade.

011115 José Eduardo dos Santos dura... e dura...

Ele é igual às pilhas Duracell

No seu sentido nobre, a política não deve ser propriamente uma caixinha de surpresas. Mas quando um político se torna demasiado previsível deve repensar a hipótese de mudar de profissão. De José Eduardo dos Santos já se disseram inúmeras coisas, mas nunca que fosse previsível. Entre alguns dos epítetos que lhe foram atribuídos, o de animal político pode não assentar como uma luva, mas não é de todo em todo desadequado. Só assim, aliás, se explica a sua longevidade – não a biológica, mas a política, na qual o Presidente angolano se tem revelado um autêntico fundista.

Muito pouca gente terá reparado nesse pormenor, aparentemente sem importância, mas que encerra incomensuráveis significados. Agora que o país está a comemorar os 29 anos de independência, olhamos para trás e vemos que José Eduardo dos Santos é, dentre os membros do primeiro Governo de Angola empossado em Novembro de 1975, o único que ainda permanece no executivo.

Tendo sido empossado na dupla função de ministro das Relações Exteriores e primeiro vice primeiro-ministro, após a morte de Agostinho Neto, quatro anos mais tarde, José Eduardo dos Santos tornou-se Presidente da República e, por via disso, Chefe do Governo. Vinte e cinco anos depois, mantém-se no cargo. Mais do que isso, reforçou sucessivamente os seus poderes, tendo visto grande parte dos integrantes daquele executivo saírem de cena por «obsolescência» política ou, simplesmente, vencidos pela morte que a ninguém poupa.

Fatalidade do destino, a morte não poupou a Agostinho Neto, o primeiro Presidente da República, cujo coração parou em Moscovo, em Setembro de 1979. A morte do primeiro Presidente angolano não foi plausivelmente explicada, mas o obituário oficial considera ter sido vitimado por irreversíveis problemas pancreáticos.

Dois anos antes, o próprio Neto havia sido implacável na purga que se seguiu aos acontecimentos de 27 de Maio de 1977. Na ressaca, quando foram contados os mortos, lá se encontrava Nito Alves, suposto líder da presumível tentativa de golpe de estado. Ele que em vida havia sido uma espécie de «querubim» do regime de feição marxista e, no Governo, assumira a pasta de ministro da Administração Interna. Até hoje o Governo não assumiu devidamente a sua morte, nem indicou o local onde jazem as suas ossadas. Ministro das Finanças, Saydi Mingas estava do lado oposto e também morreu supostamente às mãos dos putchistas. Na mesma ocasião, supostamente do lado destes últimos, morreu igualmente Aires Machado, ministro do Trabalho.

Carlos Rocha «Dilolwa», prestigiado economista que foi ministro do Planeamento nesse Governo, pediu demissão do cargo. Depois de um tempo em que foi apenas docente e membro do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Seguros de Angola (Ensa), Dilolwa veio a suicidar-se por razões até hoje pouco entendidas, quando o país já fazia a transição do regime de partido único para a democracia multipartidária.

Já nos anos noventa, acabaria por deixar igualmente o mundo dos vivos, Henrique Teles «Iko» Carreira que foi o primeiro-ministro da Defesa de Angola. Depois, foi embaixador em Argel, onde adoeceu, acabando por morrer em Espanha ao cabo de vários anos. Pouco depois, faleceu António Jacinto, que havia sido secretário de Estado da Cultura. À altura da sua morte, já não tinha funções governamentais. Apenas coordenava a Comissão de Controlo e Disciplina do Comité Central do Mpla.

Os restantes não morreram, mas há muito que já não fazem parte do governo. Uns ainda trabalham para o Estado, mas em papéis menores; outros trabalham simplesmente por conta própria. Está nesta situação o antigo ministro da Educação e Reitor da Universidade Agostinho Neto, Augusto Lopes Teixeira «Tutu», que vive hoje de transacções imobiliárias. Ou seja, a comprar e a vender casas.

Antigo ministro da Indústria, Bento Ribeiro «Cabulo» continua ligado ao Estado, mas há anos que foi transferido para a diplomacia, sendo hoje o embaixador de Angola no Zimbabwe, depois de o ter sido na Namíbia. Diógenes Boavida (ex-ministro da Justiça) é agora deputado pelo Mpla, presidindo a primeira comissão da Assembleia Nacional.

Outro que é deputado é Mário de Almeida «Kassessa», antigo ministro da Saúde. Kassessa foi o primeiro governante angolano a pedir para sair do executivo, antes mesmo de Dilolwa ter feito o mesmo.

É igualmente deputado à Assembleia Nacional, Lopo do Nascimento, que foi primeiro-ministro no Governo empossado em 1975. Afastado por Agostinho Neto, Lopo foi repescado por José Eduardo dos Santos, tendo sido sucessivamente ministro do Comércio Externo, governador da Huíla e secretário-geral do Mpla. Está hoje no Parlamento, depois de haver sido «expulso» simultaneamente do Comité Central e do Bureau Político do Mpla em 1998, em circunstâncias igualmente nebulosas.

Afonso Van-Dúnem «Mbinda» dirigiu o gabinete de Agostinho Neto no primeiro governo. Depois, entre outros cargos, foi ministro das Relações Exteriores e embaixador. Actualmente, é o presidente da Fundação Sagrada Esperança. Manuel Rui Monteiro e Resende de Oliveira que foram, respectivamente, ministro da Informação e ministro da Construção, também estão fora do executivo há muito tempo. O primeiro é advogado e escritor, enquanto o segundo se dedica a negócios de consultoria.

011115 Nandó, o bombo da festa

Já começa a ser preocupante a forma como o primeiro-ministro leva ralhetes do Presidente da República na presença dos seus subordinados. Não há muitas semanas, o primeiro-ministro levou um doloroso puxão de orelhas por causa de uma armadilha aparentemente premeditada por António Van-Dúnem, que levou Nandó a reunir um mini-Conselho de Ministros sem o prévio conhecimento e anuência do chefe de ambos.

Mais recentemente, Nandó foi alvo de uma outra reprimenda. Desta vez, porém, foi ele próprio quem criou as condições «objectivas e subjectivas» para que José Eduardo dos Santos lhe puxasse as orelhas.

Cansado da fama (e do proveito) de nada fazer, o primeiro-ministro decidiu fazer muito e de uma só vez. O Semanário Angolense soube de boa fonte que na última reunião do Conselho de Ministros, José Eduardo dos Santos censurou o PM – nos mesmos termos em que uma professora da escola primária fala aos meninos – por este, no desempenho das suas funções de responsável pelo acompanhamento de programas do Governo, não ter deixado espaço para ninguém, ou seja, nem para o PR, nem para a equipa económica, que tem a última palavra em matéria monetária.

Perturbado com a desautorização feita pelo PM, José Eduardo dos Santos recordou aos membros do Governo, quer dizer ao (falso ou fictício) primeiro-ministro que quando subiu ao poder não havia exército como tal, não havia economia, enfim que o Estado era uma caricatura. A isto acrescentou que por causa de excessos e erros de outras pessoas – antigos primeiros-ministros como «Nandó», convenhamos – fora forçado a intervir, a suspender e substituir programas do Governo. Perante isso, o leitor pode crer, «Nandó» que já não tinha trabalho quase nenhum, ficará mais desempregado ainda.

011150 poder escureceu mesmo

Até onde brancos e mulatos podem chegar?

Assim formulada, tal como está na primeira página desta edição, a resposta para esta pergunta é: a qualquer lado!

Em toda a sua existência como Estado independente e soberano, Angola consagrou e protegeu sempre a igualdade de direitos de todos os seus cidadãos perante a lei. À luz da norma constitucional em vigor nenhum angolano pode ser discriminado em virtude da sua raça, religião, filiação partidária, etc. Por mais que seja dissecada, ninguém encontrará na actual Constituição de Angola um único entrave a que brancos e mestiços possam concorrer, por exemplo, à Presidência da República.

Mas os países não funcionam apenas com base nas regras de jogo plasmadas em papel. Funcionam também – e muito – com base em regras não definidas, mas que a generalidade dos cidadãos conhece e aceita. O caso que aqui nos traz é um deles. Apesar de não estar escrito em parte alguma que um branco ou um mestiço não possa chegar à Presidência da República, não é, contudo, crível que neste país, de imensa (e, para alguns, sufocante) maioria negra, algum branco ou mulato ouse sonhar com o cargo de Presidente da República nos próximos, 20, 30 ou 40 anos.

Qualquer angolano razoavelmente sensato sabe que branco ou mulato só chegaria àquele lugar por duas únicas vias: a) golpe de força ou b) ida às urnas que excluísse a imensa maioria negra.

Ora, sendo que qualquer golpe de força liderado por branco ou mestiço teria quase hipótese zero de ser bem sucedido e porque também a ninguém ocorrerá uma consulta às urnas sem a participação da imensa maioria negra, voltamos ao mesmo: em condições de normalidade constitucional, a Presidência da República é algo que brancos e mulatos angolanos devem afastar das suas agendas, pelo menos nas quatro ou mesmo cinco décadas mais próximas.

Isso mesmo ficou provado em 1979, quando se colocou o problema da sucessão de Agostinho Neto. À data secretário do Bureau Político do Mpla, Lúcio Lara reunia, entre os seus pares, o melhor perfil para substituir o falecido Presidente. Lara foi, contudo, «traído» por um detalhe: os cromossomas. «Apunhalado» por esse detalhe, que, naquelas circunstâncias, não era de somenos importância, antes, pelo contrário, Lara contentou-se com um papel secundário. A disputa pela sucessão ficou resumida a dois: José Eduardo dos Santos, suportado por um suposto testamento de Neto que o Mpla, em todo o caso, nunca revelou, e Ambrósio Lukoki, apoiado pela legião de bakongos e suas adjacências que povoavam o Bureau Político. A Lara sobrou a consolação de empossar, pela segunda vez consecutiva, um chefe de Estado.

A improbabilidade de brancos ou mestiços alcançarem, pelo menos a curto e médio prazos, a Presidência da República não é nada que deva ser atribuído à idiosincrasia dos angolanos. É uma norma por que se guiam as maiorias. É assim nos Estados Unidos, na Holanda, em Portugal ou na Suécia.

Claro que a História regista alguns desvios à norma. Como aconteceu no Ghana em que um mestiço, Jerry Rawlings, chegou à suprema magistratura do país, primeiro por via de um golpe de força e, depois, com a caução popular, expressa em duas ocasiões consecutivas. Mas o caso do Ghana configurou mesmo um desvio à norma não devendo, por conseguinte, inspirar quem quer que seja. Enfim, é com esse sensível mas não explosivo assunto que o Semanário Angolense encerra a série de artigos sobre a nova geografia do poder em Angola. O jornal espera que os leitores recebam esse material com o mesmo «fair play» com que o fizeram relativamente às peças que lhe precederam.

Trata-se, afinal, de uma abordagem que não provocará danos específicos a ninguém e também não causará qualquer rombo à harmonia entre os angolanos de todas as raças.

01115Angola pode vir a ter um Presidente mulato?

É mais fácil ao camelo passar pelo buraco da agulha...

A avaliar pelas chances dos dois não negros mais «atrevidos», Anália Pereira e Vicente Pinto de Andrade, pode dizer-se que isso só aconteceria se houvesse um terramoto de uns fortes graus na escala de richter e de mercalli

Já aqui foi dito que o poder político em Angola escureceu, e escureceu a vários níveis. Mas a retracção verificada não quer, necessariamente, dizer que todos os mulatos e brancos perderam, definitivamente, ambição e acutilância políticas. Mesmo sabendo de antemão que têm diminutas chances para fazer o jogo político em pé de igualdade com os negros, há políticos mestiços que não cruzaram os braços nem jogaram a toalha ao chão. Alguns ainda ambicionam mesmo chegar à mais alta instância do país, a Presidência da República. Vicente Pinto de Andrade e Anália de Vitória Pereira, dois mulatos, estão nessa empreitada difícil e, já agora, de contornos quixotescos. Na verdade, nunca lá chegarão, mas vejamos o que podem ou não colher.

Deixando-nos de tergiversações, deve dizer-se que na «pigmentação» – conforme é referido na nota introdutória a esta matéria – está realmente o «calcanhar de Aquiles» destes nossos compatriotas. Que, ainda assim, têm todo o direito de sonhar com o cadeirão presidencial, pois nada há na Lei Constitucional do país que lhes possa coarctar o sonho, senão as condições desiguais da luta.

Vejamos o caso de Anália Pereira (na foto), a líder do Partido Liberal Democrático (PlD). É mister que se tire o chapéu à senhora, afinal trata-se da primeira mulher no país que teve a «ousadia» de fundar um partido. Até aqui tudo bem. Mas o que se questiona é se esse «troféu», que serve mais é para apimentar as discussões sobre matérias que digam respeito ao género, teria alguma utilidade relativamente à batalha pela Presidência da República.

Já nas eleições de 1992, ficou claro que Anália era uma carta fora do baralho. O pecúlio que ela conseguiu nas legislativas – três «tachinhos» para três deputados do seu partido – resultou de circunstâncias atípicas e anormais. Um partido que era e continua a ser praticamente desconhecido do grosso do eleitorado do interior do país, não pode, em condições normais, obter mais votos nas províncias de Benguela, Bié e Huambo, como foi o caso. Em Benguela, o partido de Anália conseguiu 15.869 votos, 20.722 no Huambo e 12.790 no Bié. E mesmo assim, não é desprezível o facto de os seus deputados terem sido eleitos pelo círculo nacional e não pelo provincial.

Quanto aos resultados das presidenciais, para as quais Anália se havia candidatado, ela apenas conseguiu o score irrisório de 11.475 votos. Ou seja, 0,29 por cento dos votos expressos, menos 1,87 por cento que o terceiro candidato mais votado, Alberto Neto, que obteve um total de 85.249 votos, mais 73.774 votos que os que ela conseguiu. Por mais simulações e extrapolações que se façam, estes números são pouco lisonjeiros para Anália e o seu partido, dando-lhe poucas hipóteses em próximas eleições, já que o PlD não teve um crescimento que possa ser visto como modelar.

Mesmo vendo o caso pela bitola do género, nem aí as chances melhoram para o PlD. Já se viu que Anália não consegue cativar as mulheres – não tem discurso para elas –, quando se presumia que elas seriam a mina de ouro do seu eleitorado. Muito pelo contrário, as mulheres que andam na política preferem militar nos dois maiores partidos: Mpla e Unita. E nem sequer se tem conhecimento de que da acção de Anália tivesse resultado a alienação dos segmentos femininos destes partidos. Ora, machismos à parte,

uma vez que as próprias mulheres não sentem atractivo que as impulsione a alinhar com Anália, não se está a ver onde iria ela buscar «engodo» para pôr os homens a cantar a sua música.

Além das mulheres, outro segmento do eleitorado que se esperava que desse um «empurrão» à Anália e ao seu partido é o mestiço. No entanto, isto também está muito longe de acontecer. Os mulatos preferem ignorá-la completamente.

011115E o «nosso» Vpa?

Já Vicente Pinto de Andrade (Vpa) tem o mérito de ter sido o primeiro a ganhar coragem para anunciar a sua predisposição de ir à corrida presidencial. Isso, é certo, dá-lhe alguma visibilidade política; que lhe faltava, apesar de ter sido em 1992 o mandatário da campanha do falecido Daniel Júlio Chipenda, ao romper com o Mpla e decidir correr por fora.

Já se conhece o fiasco que deu a inversão de marcha feita por Chipenda. Tendo sido o seu mandatário, Vicente Pinto de Andrade não se pode eximir de partilhar os estragos do fracasso. Olhando para as cifras, temos, no entanto, que Chipenda sempre teve alguns votitos mais que os obtidos por Anália: 20.646, correspondente a um percentual de 0,52, para todos os efeitos, irrisórios.

Mas embora tivesse estado atrelado a Chipenda, deve dizer-se que VPA é diferente. Não tem o carisma que o mais velho tinha, nem tão-pouco o seu currículo histórico se lhe aproxima. Chipenda era Chipenda, e Vpa é o Vpa. Na verdade, este está a construir o seu próprio caminho – sinuoso, diga-se já agora. Apesar de ser membro de uma família com fortes pergaminhos na política angolana, isso pode não lhe garantir grande mais-valia. Garantir, por exemplo, os votos do Mpla, partido ao qual diz pertencer.

Na realidade, ser sobrinho de Mário e Joaquim Pinto de Andrade, num contexto em que o Mpla ainda não conseguiu reconciliar-se com os seus «demónios» do passado, é algo susceptível de queimar as mãos a quem queira fazer disso um porta-estandarte político. No interior do Mpla, mesmo entre os militantes da nova vaga, essa costela genealógica dos irmãos Pinto de Andrade é vista com forte desdém.

Além do mais quase ninguém percebe o discurso áspero dos manos, geralmente mais propensos a andar a bordoadas com o próprio partido no poder, e a condescender com os «pecados» da oposição angolana. É provável que com essa estratégia de ter um olho na missa e outro no padre, o candidato e o irmão queiram, até certo ponto, garantir que pelo menos um pássaro lhes fique nas mãos. Mas as coisas podem ter já atingido um ponto de não retorno, a avaliar pelo nível dos ânimos.

Na realidade, agastados como andam os militantes do «glorioso», pode dizer-se, se quisermos, que seria mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que Vicente e Justino acederem ao reino dos céus... perdão, do maioritário. O que também quer dizer, por exemplo, que pode ser mais fácil os militantes do Mpla virem a ponderar fazer as pazes com os «três malditos» (Lopo do Nascimento, Marcolino Moco e Fernando França Van-Dúnem), que têm sido mais prudentes, do que com os dois irmãos.

Sendo assim, a mesma pergunta posta a Anália Pereira, também se coloca a Vicente Pinto de Andrade: onde iria ele arranjar carburante (o mesmo é dizer votos) para sustentar o voo rasante que tem estado a fazer? Apesar de nitidamente colado à Igreja Católica, é muito difícil esperar que a sua hierarquia venha a fazer apelo ao voto. É muito menos com tal sentido. Também não é crível que a falange de autoridades tradicionais que Vicente Pinto de Andrade procura ter nas suas algibeiras lhe possa garantir o maná pretendido.

Ainda assim, honestamente, deve dizer-se que Vpa já ganhou alguma coisa durante o tempo que tem estado praticamente sozinho debaixo dos holofotes como candidato assumido à Presidência da República. Visibilidade, pelo menos, é algo que já não lhe falta. Ele e o irmão terão conseguido, maugrado alguns maus fígados, fazer passar uma imagem positiva no plano das competências técnicas. Mas isto, verdade se diga também, é «peixe» que apenas pode render em caso de busca e cooptação de figuras ministeriáveis. Para a Presidência da República entram outras contas e critérios.

011115 Missão cumprida!

José Eduardo tinha apenas 33 anos quando foi empossado ministro das Relações Exteriores e 37 quando passou a ser o Presidente do país. Transcorridos 29 anos, esse tempo tem de ser visto como uma «eternidade» - na perspectiva das democracias representativas, fundadas no princípio da alternância. Ou então mais do que suficiente, se o pressuposto é que nesse período todo qualquer governante pode fazer e deixar obra. O Presidente angolano está no extremo destas duas asserções. Teve tempo para instalar a democracia e a sociedade já reconhece o papel basilar que jogou neste aspecto. Mas ele não é apenas um homem que participou da gesta nacionalista pela independência. É também um chefe de Estado que a história registará como tendo sido alguém que não transigiu relativamente às questões de soberania e da integridade territorial da pátria. Quando foi necessário pisar fundo no pedal, e afastar Jonas Savimbi de cena em nome de causas maiores, ele também não hesitou.

Não se pode, portanto, dizer que o cidadão José Eduardo dos Santos, e até mesmo o Presidente da República, não tenha cumprido com o seu papel. Algo que, de resto, ele próprio já admitiu quando há uns anos afirmou que a sua geração já havia cumprido com o seu papel. Tal afirmação reveste-se agora de maior validade e percebe-se melhor por que razão o Presidente a fez, quando olhamos para a sua «longevidade» política, mas sobretudo, quando constatámos, afinal, que a maior parte dos homens que estavam com José Eduardo dos Santos quando Neto empossou o primeiro governo país já deixaram de ser governantes.

Uns podem ter saído de cena frustrados, como terá sido o caso de Dilolwa, que resolveu pôr cobro à sua própria vida. Mas é evidente que a muitos dessa geração satisfaz o facto de terem ajudado a Pátria a ganhar a liberdade e a independência e, ainda, terem contribuído para a sua integridade territorial. Não há dúvidas que tudo isso está feito, e era essencialmente isso que a esses homens era exigido. Agora, a deriva que o país ganhou, as questões relativas ao progresso social e material, a reconstrução nacional, tudo isso é algo que tem de ser analisado noutra perspectiva. É, em termos básicos, uma tarefa para as novas gerações.

Ter a tentação agora de ir atrás do prejuízo a ver se se deixa alguma obra feita pode ser um desígnio inatingível. De resto, nós, os próprios africanos, gostamos de dizer que o que lá vai, lá vai... O que passou, passou...

011115 Significado da nomeação de Pacavira

Minimização das relações bilaterais com a Itália

A iminente nomeação de Manuel Pedro Pacavira para o posto de embaixador de Angola na Itália, nem só reaviva o clima geral de estupefacção que caracterizou a reacção da opinião pública às mais recentes decisões presidenciais, como também constitui a confirmação de que Angola atribui àquele país europeu, um dos nossos maiores doadores de assistência humanitária e de ajuda financeira ao desenvolvimento, uma incompreensível posição de somenos importância no cômputo da sua política externa.

Nos últimos anos em que permaneceu como governador provincial do Kwanza-Norte,

Manuel Pedro Pacavira fez-se notar, não como um servidor público empenhado, mas como uma fonte de trapaças a que se podiam juntar traços típicos da senilidade que a sua respeitável idade não podia evitar.

A estatística dessas afirmações afigura-se assombrosa: pode contar-se a privatização de importantes activos do Estado a favor de interesses económicos ligados ao próprio Manuel Pedro Pacavira, cautelosamente atribuídos a uma empresa designada Maridores, titulada pela sua esposa.

Inclui-se o aprisionamento do director provincial das Finanças, encarcerado sem causa formada durante vários anos, depois de ter negado compactuar com práticas contabilísticas pouco ortodoxas dimanadas pelo governador, ele que terá chegado a transformar o palácio do Governo da Província Kwanza-Norte numa espécie de cofre privado para alojar verbas orçamentais consignadas à província. O maior senão, é que depois perdia-se o rasto desses fundos.

Pouco ou nada inteligentes, os métodos de usurpação de fundos de Manuel Pedro Pacavira parecem rudimentares quando comparados com a subtileza que encobre actos do género praticados pela generalidades dos gestores públicos. A verdade, porém, é que o que nisso parece ser ousadia desmedida, não é mais do que uma muito avançada falta de lucidez adicionada de alguma impunidade.

Quando há uns 14 anos, Manuel Pedro Pacavira foi tirado da chefia da representação de Angola nas Nações Unidas, em Nova Iorque, para ser colocado no posto de governador do Kwanza-Norte, as expectativas eram as de que aquele natural de N'dalatando pudesse usar o seu capital de influência naquela região para favorecer o partido governamental nas eleições de 1992 e nos desafios políticos que se seguissem.

Mas Manuel Pedro Pacavira conduziu-se por um comportamento mais doloso que honesto e mais desinteressado (porque pouco lúcido) que empenhado. Ao sair do Kwanza-Norte, deixou um rasto de miséria tão acentuado, que se teme que o partido governamental tenha, irremediavelmente, perdido terreno eleitoral naquelas paragens.

A Itália, para onde está a ser despachado, tem na luta contra a corrupção um dos mais emblemáticos sinais da sua ética. No princípio dos anos 90, o juiz Antonio di Pietro levou para a prisão dezenas de políticos e empresários com ligações a escândalos de receitação de luvras e à mafia, no célebre processo «mãos limpas».

Agora, mais recentemente, a multinacional Parmalat e o construtor automóvel Fiat tiveram a sua existência minada pela incerteza, na sequência de diferendos fiscais detectados pela justiça, pelo que não se sabe como é que as autoridades daquele país lidarão com um embaixador que representa um país necessitado de ajuda, mas que a título individual pode ser considerado um «mexilhão» de alto coturno: provavelmente, os receios das autoridades italianas vão inibir o desbloqueamento da ajuda, com o que só o nosso país e o seu povo perderão.

Os sinais da reduzida importância que o poder atribui às relações políticas e diplomáticas com a Itália vem de longe: durante quase toda a década de 90, Angola manteve Antero de Abreu como seu embaixador naquele país europeu. Integro, o antigo Procurador Geral da República já era, entretanto, um homem avançado na idade, não se lhe tendo notado qualquer ímpeto destinado a vitalizar as relações bilaterais. Quando regressou da Itália, Antero de Abreu foi directamente para a reforma.

O seu substituto, Boaventura Cardoso, o único embaixador com verdadeiro perfil político e cultural nomeado para aquele posto, foi chamado a Luanda antes do fim da missão. Parece que, para a diplomacia angolana, o posto de Roma destina-se a acomodar servidores cansados, e não políticos empenhados em capitalizar a alternativa financeira e

tecnológica que a Itália constitui a países que, nas suas relações com Angola, têm-se manifestado inacessíveis nas questões da compreensão dos problemas do nosso desenvolvimento.

Por assim dizer, a embaixada de Angola na Itália é, para o poder instituído em Luanda, «o vale dos caídos». Nesse caso, um aspecto afigura-se positivo, sendo isso a expectativa de que o país político não tenha que voltar a «grammar» Manuel Pedro Pacavira, quando ele regressar de Roma. Supõe-se, acreditando em factos históricos como o de Antéro de Abreu, que vá daí para a reforma.

011115Homenagem ao veterano Lúcio Lara

Reencontro com a história ou com o «passivo» do Mpla? Ilídio Manuel

Quando, na tarde de segunda-feira, assomou à porta do Cine-Atlântico, Lúcio Barreto Lara, o veterano e mítico político, não recebeu banhos de multidão como aconteceu há trinta anos quando aportou Luanda, à frente da primeira delegação do Mpla. Mas aproximadamente um milhar e meio de pessoas encheu-o de calor humano, num gesto de profundo reconhecimento aos feitos daquele que é considerado, entre os seus pares, como um dos maiores vultos da história recente de Angola.

A idade já pesa bastante e a saúde outro tanto. Mas, no resto, Lúcio Lara permanece igual a si mesmo: a mesma fidelidade aos princípios e aos ideais por que se bateu, estoicamente, ao lado de Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz, Matias Miguéis e de outros tantos coetâneos seus; nas profundezas das florestas do Maiombe, nas inóspitas Chanas do Leste, ou nos seus, modestos escritórios da Vila Alice. E é a esse percurso de luta e de glória que os militantes do Mpla, conclamados pelo comité provincial de Luanda, foram prestar tributo.

Quis o acaso – ou teria sido intencional? – que a homenagem a um dos maiores ícones da gesta libertadora ocorresse a escassos metros do local onde, há 29 anos, Agostinho Neto tornou realidade o sonho de milhões de angolanos quando, perante a África e o Mundo, proclamou a independência de Angola.

Nesse dia, do já distante 1975, Lúcio Lara testemunhou, ele também, a concretização da primeira parte de uma luta a que se entregou de corpo e alma. A proclamação da independência coroava, afinal, o fim do programa mínimo do «Eme», que ele e tantos outros combatentes criaram e suportaram com sangue e suor.

A homenagem ao velho guerrilheiro prestou-se a tudo: por algumas horas, a história do movimento libertador, dos seus protagonistas, dos seus heróis conhecidos ou anónimos, dos seus vilões, foi revivida ou reencontrada. Ou antes, foram passados em revista os «activos e passivos» do movimento libertador. Uma história onde estão registadas, de forma indelével, as impressões digitais de um dos «históricos» do MPLA. Dessa história prenhe de momentos épicos e que fez de Lara um dos seus heróis, felizmente ainda vivo.

Na última segunda-feira, o político não se fazia acompanhar da «bagagem» que transportava há trinta anos; aquela bagagem prenhe de sonhos, esperanças, projectos e, sobretudo, de muitas utopias. Num misto de alegria e tristeza, Lara carregava sobre os seus frágeis ombros a felicidade da independência conquistada e, ao mesmo tempo, a frustração dos sonhos traídos ou adiados...

A satisfação do dever cumprido esteve bem patente no seu rosto. Mas, no âmago da alma, ele parecia inconformado com o «seu» Mpla, hoje «assaltado» por uma vaga de novos-ricos; esses mesmos que, num assomo de oportunismo político, converteram o antigo movimento libertador numa espécie de «antro» onde se acoitam, depois de

rendidos ao peso do vil metal.

Este homem de aspecto franzino, mas de grande envergadura política e intelectual, que se bateu sempre a favor dos oprimidos e dos descamisados, tem sido reconhecido por muitos como uma das poucas «reservas morais» no seio do Mpla; um dos raros sobreviventes da geração da utopia que um dia sonhou e acreditou numa Angola diferente, de paz e de justiça social.

Lara encarna ainda as virtudes do militante e do combatente dotado de uma sólida autoridade moral, porque dele não se conhecem riquezas, ou fortunas acumuladas, obtidas a coberto da sua condição de dirigente partidário. Uma postura que, segundo ajuizaram os seus admiradores, decorrerá do facto «de não ter tirado dividendos do seu papel dirigente, recusando-se a receber privilégios».

Apesar de tudo, o ambiente de festa expresso na satisfação dos dirigentes, quadros intermédios e de base do Mpla, não foi capaz de ofuscar essa «face» negativa, ou seja, os «passivos» que ensombram o «Ême»; um partido a clamar por mudanças nas suas fileiras, para reconciliar os seus dirigentes com o povo. A necessidade de mudança foi sentida e apalpada nos discursos, nos testemunhos, nas palavras e nos muitos rostos dos presentes, que deram a cara nessa memorável tarde, no «Atlântico».

011115 Dos testemunhos emotivos às bajulações do Belli Beló

O tributo ao «camarada Tchiweca», nome de guerra de Lúcio Lara, foi marcado por episódios que dificilmente se apagarão da memória dos presentes. Dos testemunhos emotivos e canções revolucionárias entoadas por Maria Mambo Café, passando pelos dotes de excelente orador e mobilizador de massas de Bento Bento, até às manifestações de puro oportunismo político reveladas pelo «camarada» Belli Beló.

Esse homem, que se gaba de ter sido, no passado, conselheiro de alguns estadistas africanos, cujos «impérios déspotas» foram fatalmente caindo em desgraça, esteve em palco. Mas, no seu papel habitual de mero figurante, não foi lá para fornecer quaisquer subsídios dignos de registo, ou algo de verdadeiramente novo, mas tão só exercitar uma prática tão antiga que há muito lhe está no sangue: a bajulação e a adulação.

O nosso «analista político» que, no passado, se acomodou num «exílio» dourado algures na Europa, corre por outras razões que mais têm a ver com os seus negócios do que movido por algum sentimento patriótico. E no «Atlântico» mostrou que continua igual a si próprio: o bajulador insuperável, o mesmo que «agride» o auditório, quando debita as suas «diatribes» nas ondas hertzianas da Rádio Nacional. Foi pena que o CPL do Mpla tivesse proporcionado a Belli Belo mais uma oportunidade para fazer o seu jogo favorito: a bajulação.

011115 Paulo Maria

O rapaz há-de estatelar-se

Quem ouviu a entrevista de Paulo Maria à Rádio Ecclésia, na manhã de terça-feira, ficou definitivamente esclarecido: o rapaz, que concorre para o cargo de secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas, transformou a eleição numa disputa pessoal com Ismael Mateus, o actual titular do lugar.

Em pouco mais de uma hora em que dispôs dos microfones da Ecclésia, Paulo Maria não disse nada em que os jornalistas angolanos se possam agarrar como um sinal de esperança de dias melhores para a associação sindical da classe. Pelo contrário, o que os jornalistas ouviram foram apenas insultos, provocações, desejo de vingança e a completa desvalorização de todo o trabalho feito pelo executivo que cessa dentro de dias o seu

(incompleto) mandato.

No decurso da entrevista Paulo Maria evidenciou até à saciedade que, se por algum motivo conseguir a pretendida eleição, transformará o Sindicato dos Jornalistas Angolanos numa arena de ajuste de contas pessoais. Não é isso, seguramente, o que os jornalistas angolanos esperam da sua associação sindical.

Com uma agenda que privilegia, exclusivamente, o ajuste de contas com Ismael Mateus ninguém duvide que Paulo Maria se estatelará na primeira esquina. Se, entretanto, alguns jornalistas distraídos lhe concederem o benefício da dúvida. Mas como não é crível que os jornalistas assinem por baixo uma plataforma eleitoral recheada de ódio, recalcamientos e desejos de vingança, Paulo Maria terá, por certo, que esperar por outras e melhores ocasiões. Não será desta vez que arrastará a classe para a caça às bruxas.

De resto, todos os jornalistas têm presente que a sua dignificação profissional não passa pela morte ou esfolamento de colegas que deram o melhor de si para reerguerem uma associação sindical que vegetava pelas ruas da amargura.

011115Sonangol vitaliza mercado da publicidade

O Grupo Sonangol poderá transferir os mais significativos fluxos financeiros para o mercado publicitário e, conseqüentemente, da Comunicação Social angolana, depois de no Domingo, 7, ter assinado um acordo com a Associação dos Produtores de Publicidade de Angola (Appa), nos termos do qual, a companhia se comprometeu a prestar apoio à agremiação.

O significado desse acordo reveste-se de transcendental importância caso se tenha em conta que, no mercado angolano, diversos operadores económicos tomaram a opção de produzir anúncios e anunciar em mercados estrangeiros mais competitivos, como é o brasileiro, para onde vazam importantes capitais, dos que acabam de ver-se privados as empresas nacionais desse mercado.

A iniciativa do Grupo Sonangol resulta, assim, num esforço que vai vitalizar tanto os produtores de publicidade, como as depauperadas empresas angolanas de Comunicação Social, que são os veículos sempre preteridos da publicidade.

011115Necessitavam-se dois milhões de dólares para investir

Lactiangol fez chamada de capitais

A Lactiangol, uma fábrica de laticínios de capitais angolanos e portugueses, decidiu aumentar em dois milhões de dólares o seu capital social, algo que ficou unanimemente estabelecido numa assembleia geral de sócios realizada na semana que terminou a seis de Novembro.

Essa decisão, disse ao Semanário Angolense uma fonte da Lactiangol, afigura-se de uma grande importância para o futuro daquela empresa industrial, já que vai-lhe possibilitar levar por diante o seu programa de investimentos na expansão e modernização da sua unidade produtiva.

Os investimentos, aprovados do quadro de uma estratégia da empresa, traduzem-se na instalação de uma linha de leite em pó em fase de execução, na modernização e ampliação dos sistemas de tratamento de água e de produção de energia, na modernização e ampliação da linha de embalagem de leite e manteiga, bem como de novas estruturas de armazenagem e distribuição.

A assembleia geral tomou uma decisão tida pela fonte do Semanário Angolense como sendo inovadora, e que se constitui na consignação de dez por cento dos resultados líquidos da empresa para a constituição de um fundo de Apoio à Formação Profissional e Acção Social dos Recursos Humanos.

No domínio da estratégia, a reunião analisou aspectos da conjuntura, tendo-se dedicado à análise de assuntos relacionados com a situação do mercado, uma questão em que se frisou a necessidade de uma lei da rotulagem do controlo de importação de sucedâneos de iogurte e de leite com designações impróprias, que, declarou a fonte, «distorcem em muito a livre e justa concorrência».

A base dessas reflexões foi o Relatório de Gestão da Lactiangol relativo ao ano de 2003, onde se nota que o mercado de bens alimentares assistiu a um crescimento do investimento no domínio da distribuição formal grossista e a retalho, traduzida sobretudo no aparecimento de novos operadores e na abertura de novas «grandes superfícies», realidades a que se considera a empresa não estar alheia.

A proliferação de cantinas e mini-mercados pelos diferentes bairros de Luanda foi, prossegue o documento, um facto dinamizador do crescimento do mercado formal do consumo na esfera da alimentação, sendo a penetração nesse segmento assegurada pela presença de produtos da marca nos estabelecimentos de distribuição «cash and carry», bem como na distribuição porta a porta, esta, dificultada pelas fracas condições de fluidez do tráfico urbano.

No que diz respeito à concorrência, o documento assinala que a inexistência de uma lei de rotulagem e de normativos que regulem a produção e comércio de bens alimentares favorece o aparecimento de muitos sucedâneos de produtos lácteos provenientes da importação, facilitando a comercialização de produtos desses com origem e qualidade duvidosa.

A Lactiangol é detida em partes iguais de 40 por cento pelo Estado Angolano e pela empresa portuguesa Agropromotora, estando os restantes 20 por cento repartidos em partes também iguais entre cinco empresas privadas angolanas, por um lado, e por um grupo de trabalhadores da extinta Central Leiteira de Luanda.

011115A decorrer em Luanda, de 16 a 20 de Novembro **Conselho consultivo do Ministério das Pescas**

O Ministério das Pescas agendou para próxima semana, de 16 a 20 de Novembro, o seu Conselho Consultivo, a ter lugar no Complexo do Futungo, em Luanda, cuja sessão de abertura estará a cargo do PM, Fernando Dias dos Santos, e contará com a participação de quadros e técnicos do organismo de tutela e especialistas convidados.

Durante quatro dias, os participantes irão debruçar-se sobre três painéis relativos à filosofia normativa da Lei dos Recursos Biológicos, Aquáticos e à protecção dos ecossistemas aquáticos, direitos de pesca e políticas de redução da pobreza e desenvolvimento das comunidades, assim como os actos e procedimentos administrativos, licenciatura da actividade de pesca e aquicultura.

À margem dos debates, decorrerá um seminário sobre a Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos e a sua regulamentação, que foi em tempos apresentada ao Parlamento para a sua aprovação.

Participarão nos debates, a serem encerrados pelo titular das Pescas, Salomão Xirimbi, juristas convidados como Fernando Oliveira, Grandão Ramos, Graciano Domingos, Carlos Teixeira, o economista Gomes Cardoso, dentre outros.

XXXXXXXXXXXXXX

041110 Fenómeno de «escuridão» é mais abrangente do que se pensa **O ocaso dos brancos e mestiços** **Severino Carlos**

-A dimensão da «descoloração» do poder em Angola é, afinal de contas, um fenómeno muito mais abrangente do que à primeira vista se poderá pensar. Bem analisado, tudo ou quase tudo «enegreceu», e não somente o universo político em sentido estrito. O Governo e os principais partidos, as grandes empresas estatais, o sistema judicial, enfim, até o desporto, mesmo nas modalidades mais elitistas, estão menos «coloridos» ou, se quisermos, menos pardos.

Ao retomar e aprofundar essa matéria, o Semanário Angolense não o faz com o fito de encontrar explicações para o fenómeno, algo para o qual não tem a devida vocação. Trata-se de um exercício mais estatístico que outra coisa que julgamos poder proporcionar as ferramentas que auxiliem eventuais reflexões sobre onde estão os nossos desequilíbrios internos e o que é que se pode fazer para travar tais fenómenos.

Se nos deixarmos de falsos puritanismos, veremos, efectivamente, que nada de mais há nisso. De resto, é através de levantamentos similares que as grandes sociedades multirraciais costumam detectar os «buracos» existentes na sua manta social, procurando a partir daí a melhor terapia. Não é do vazio que os decisores políticos no Brasil entenderam, por exemplo, que era necessário instituir uma política de quotas de ingresso nas suas universidades, privilegiando os cidadãos de raça negra, uma prática já há muito mantida nos Estados Unidos da América.

Junto com tais medidas, estas nações multiculturais adoptaram igualmente outros mecanismos institucionais que visam travar desequilíbrios como a exclusão social que afecta em geral, as minorias, sejam elas raciais ou outras. Nesta senda, a busca do equilíbrio pode passar igualmente pela prescrição de medidas preferenciais em matéria de atribuição de emprego.

Quando, por exemplo, três candidatos (uma mulher, um negro e um homem caucasiano) a um determinado posto se encontrarem empatados depois dos psicotécnicos e entrevistas, a prioridade atenderá aquela ordem. Por conseguinte, os angolanos não devem ter medo de exercícios como estes, que podem fazer com que muitos dos nossos fantasmas sejam extirpados.

Olhando agora mais fixamente para o fenómeno da «descoloração» do poder em Angola, podemos dizer que a sua génese veio com a independência, em 1975. Trata-se de uma inflexão que, apesar do carácter dinâmico que têm geralmente os fenómenos sociais e políticos, poderia surpreender o próprio Agostinho Neto, o primeiro presidente do país, se ainda estivesse vivo. Pelo menos, não era bem essa a perspectiva que ele teria em vista quando começou a idealizar os fundamentos do novo Estado independente.

Com efeito, em matéria de equilíbrio étnico e racial, Neto teve uma filosofia diferente daquela que seria mais tarde prosseguida pelo seu sucessor, José Eduardo dos Santos. O fundador do Estado angolano emancipado representou a antítese do racismo, tendo dado disso abundantes demonstrações antes de morrer em Moscovo, no termo de um consulado de quatro anos.

A atitude de Neto encontrava explicação logo de início no seu núcleo familiar de base. Desposou uma portuguesa de raça branca (Maria Eugénia Neto) de quem teria, como é óbvio, três filhos mestiços: Mário Jorge, Leda e Irene. Esta miscigenação biológica – e também cultural – representaria para este apaixonado seguidor de Jean-Paul Sartre o

ideal de país – multicultural, multirracial e multiétnico – que pretendia erigir não lhe tivesse a morte truncado o sonho.

Daí que Neto tenha promovido brancos e mestiços nas estruturas de direcção do Mpla e até do Governo (vide caixa). O primeiro elenco governamental, e outros que se seguiram durante o seu consulado, densamente povoados por brancos e mestiços, constituíram exemplos acabados do pensamento e ideal netistas.

Já José Eduardo dos Santos seguiu por um caminho diferente. Apesar do núcleo familiar resultante do seu primeiro casamento se ter assemelhado em muito ao do «amado mestre», Dos Santos fez exactamente o contrário. Com a sua primeira mulher (uma branca de nacionalidade russa) teve uma filha mestiça (Isabel), mas nem por isso ele sentiu-se incentivado a espalhar «a fórmula» pelos corredores do poder, promovendo mestiços e brancos como Agostinho Neto fazia.

Verdade se diga, porém, que esse corte epistemológico não foi abrupto. Depois de tomar posse, ele foi gerindo cautelosamente o fenómeno, introduzindo paulatinamente as alterações. Aliás, não faz muito tempo, em 1996/97 o Governo ainda mantinha uma significativa constelação de ministros brancos e mulatos. Seja como for, pode considerar-se que o ocaso dos mulatos teve início no congresso do Mpla realizado em 1985, em resultado da peça do quadro, episódio protagonizado por um núcleo de dirigentes mestiços e que foi entendido por José Eduardo dos Santos como uma tentativa de achincalhamento do poder presidencial.

Na purga, o Presidente angolano começou logo por cortar as asas a Lúcio Lara, o rosto mais emblemático da mestiçagem, afastando-o do Bureau Político do Comité Central do Mpla. Com essa investida, Dos Santos marcou um ponto decisivo, reforçou o seu poder e os mestiços e brancos que mais embaraços lhe provocaram no interior do aparelho partidário e governamental foram sendo inexoravelmente encostados às boxes.

Logo após, o fenómeno de «escurecimento» saltou para outros cenários importantes do país. Das Forças Armadas e Polícia às chamadas empresas estratégicas, restam hoje poucos brancos e mestiços ao leme para contar a história.

Contudo, seria um grosseiro erro de julgamento pensar que esse fenómeno tenha essencialmente resultado da liderança imprimida ao longo dos tempos pelo actual Presidente da República. Embora este tivesse com a atitude já referida favorecido o desfecho que se está hoje a assistir, uma verdadeira agudeza intelectual aconselha a que voltemos a nossa atenção também para o curso seguido pelo sistema de formação de quadros no país.

Pela sua influência, ditada fundamentalmente por um maior poderio financeiro, os grupos e classes sociais mestiços continuam a abocanhar a melhor fatia dos pacotes formativos do país, mas já estamos muito longe do tempo em que apenas os filhos destes tinham o privilégio de adquirir formação nas melhores universidades ocidentais, enquanto à «plebe» restavam os «ossos» das escolas dos países signatários do Pacto de Varsóvia.

Há hoje um número de quadros técnicos de raça negra que, crescentemente, vão estando em condições de assegurar o funcionamento das instituições do Estado, das grandes empresas e outras instâncias de crucial importância para a estabilidade e progresso do país. No fundo, este é o grande segredo que explica a inversão de marcha que temos estado a assistir.

De sorte, pois, que se pode afirmar que esse cenário menos poluído facilita um melhor relacionamento entre os distintos segmentos sociais do país. É, não tenhamos dúvidas, mais realista e proporciona as condições para atingirmos melhores índices em matéria de justiça social.

Não seria lisonjeiro nem digno que em Angola se continuasse a verificar episódios como os de um passado recente, quando esteve cá uma missão do Fundo Monetário Internacional para negociações com as autoridades financeiras do país, mas, postos à mesa das conversações, o público não sabia distinguir dentre os anfitriões e visitantes, tal a semelhança epidérmica.

Fazem de igual modo parte do anedotário nacional vários episódios protagonizados por selecções desportivas angolanas que, quando em digressão por um outro país africano, o público local tecia comentários jocosos sobre o facto dos atletas angolanos serem basicamente mestiços.

É certo que Angola, pelo andar da carruagem e produto de uma síntese cultural a que as sociedades estão sujeitas ao longo dos tempos, tenderá a ser o tal país «multi» em tudo: raças, culturas, credos religiosos, etc. Mas, por ora, não haja ilusões, ainda somos basicamente uma sociedade de traça bantu. E o termo aqui não teve nada de pejorativo...

Governo submetido à transparência

A Lei do Oge para o próximo ano inclui um artigo que obriga do Ministério das Finanças a divulgar trimestralmente o resultado da execução orçamental. A lei diz precisamente que o «Ministério das Finanças deve dar publicidade, trimestralmente, do resultado da execução do Orçamento Geral do Estado», voltando a obrigar essa instituição do Governo a regulamentar os modelos demonstrativos e a forma de divulgação dos dados referentes aos órgãos da administração central e local do Estado, institutos públicos, serviços, fundos autónomos e empresas públicas.

Nos termos dessa lei, as informações relativas a cada trimestre do ano fiscal devem ser publicadas no prazo máximo de 60 dias após o encerramento do trimestre, determinando-se também que para o cumprimento de tais disposições, as unidades orçamentais deverão remeter trimestralmente ao Ministério das Finanças os elementos de avaliação periódica.

Essa lei obriga, por outro lado e em artigo separado, o Governo angolano a apresentar ao parlamento um balanço de execução do OGE 2004, bem como informações circunstanciadas sobre as alterações e actualizações efectuadas sobre as previsões.

«Escurecimento» total nas Faa É mesmo o fiel da balança

Armando da Cruz Neto foi o último mulato a chefiar o Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas. Ao deixar o posto em troca do cargo de embaixador de Angola em Madrid, Espanha, aquele general escancarou as portas para o fenómeno de «escurecimento» completo dos centros de comando militar que ao longo dos tempos haviam sido dominados por oficiais não negros.

Os últimos anos foram marcados por rixas e rivalidades surdas entre sectores «coloureds» e «not coloureds» da classe castrense. O próprio general João de Matos, antecessor de Armando da Cruz Neto, perdeu a oportunidade de ser ele a entregar ao Presidente da República e Comandante em Chefe das Forças Armadas a cabeça de Jonas Savimbi, devido a desinteligências que tinham no centro questões de «epiderme».

A entrada do novo Chefe do Estado-Maior General, Agostinho Nelumba «Sanjar» apenas precipitou as alterações há muito pretendidas pelo generalato mais «escuro». Em catadupas, foram saltando os principais oficiais superiores que representavam o reduto

oposto. Hoje, até os três ramos das Forças Armadas são dirigidos por generais negros caldeados por longos anos de guerra com a Unita.

Mas é olhando para trás que se alcança a dimensão assinalável da mudança havida. O primeiro ministro da Defesa foi Henrique Teles «Iko» Carreira. Depois dele, não houve mais nenhum MINDEF mestiço. Mas as estruturas de decisão e comando militar estavam na verdade nas suas mãos, em desequilíbrio de toda a pirâmide.

Até chegarmos a Sanjar, o Estado-Maior General conheceu, além de João de Matos e Armando das Cruz Neto, a forte presença de António França «Ndalú», devidamente secundado por Mbeto Traça, Traguedo e Roberto Leal «Ngongo» e outros. Depois veio uma geração de oficiais generais mais refinados como os irmãos Faceira, Salviano Kianda, Dinho Martins, Cirilo de Sá «Ita», João de Matos e Paulo Lara.

Ainda hoje, eles se reclamam detentores do mais elevado quociente de inteligência (QI) da nossa classe castrense, um pensamento que se tinha validade absoluta na época de homens como o finado Pedro Maria Tonha «Pedale» - durante o qual se confundia focinho de porco com tomada eléctrica -, já não se poderá dizer o mesmo de uma geração recente mais sofisticada, representada por cabos de guerra que juntam conhecimento com bravura testada no teatro das operações.

A mudança havida, pode também dizer-se, faz justiça à verdade histórica num país de maioria negra. Além disso sempre foi uma aberração constatar que nos mais duros anos de confrontação militar em Angola, encontrar um soldado mestiço ou branco nas frentes de combate, é algo que podia ser comparado à tentativa espalhafatosa de se procurar uma agulha num palheiro.

Pior nisto tudo é que a política de mobilização e recrutamento era feita a partir de Luanda por oficiais mestiços. Era o tempo em que, a partir do seu gabinete no Departamento de Mobilização do Estado-Maior General, Mbeto Traça decidia o número de mancebos a recrutar, para depois o «celebérrimo» Hugo dos Passos lançá-los nos antonov's rumo às frentes militares.

Nas Forças Armadas Angolanas. embora a debandada tivesse sido geral, não se pense, contudo, que já não restam «pardos» entre os militares. Anotemos alguns nomes: general Couceiro, chefe da Direcção de Cooperação do Emg; António Mendes, comandante da região militar de Cabinda; Hélder Pitagrós e Adolfo Razoilo (ligados às instâncias judiciais militares); brigadeiro Mário Conde, director do Hospital Militar Central; general Wanga, chefe-adjunto da Fana; e o chefe da Direcção de Planeamento do Emg.

A «descoloração» nos principais partidos Mpla e Unita atingidos em cheio

Os principais partidos políticos também sofreram rearranjos decorrentes da «descoloração». No Mpla, o fenómeno não teve apenas mera dimensão social, mas também étnica. Basta ver que na fase de maior ardor revolucionário, entre 1975 e 1980, o Bureau Político tinha uma composição francamente dominada por mestiços e bakongos.

Nessa altura, eram membros efectivos do BP dirigentes como Lúcio Lara, Iko Carreira, Carlos Rocha «Dilolwa», França Ndalú, e ainda Paulo Jorge e Onâmbwe, como suplentes. A componente bakongo plasmava-se na direcção do partido através de Pascoal Luvualu, Ludy Kissassunda, Francisco Paiva «Nvunda», Ambrósio Lukoki e ainda dirigentes de origem fiote (um subgrupo dos Bakongos) como Pedro Maria Tonha «Pedalé», Evaristo Domingos Kimba e Maria Mambo Café.

Nessa altura a posição dos kimbundu tinha a força advinda da legitimidade reclamada

pelo catetistas, mas não tão avassaladora quanto se supunha. No órgão de cúpula, apenas estavam, num primeiro momento, José Eduardo dos Santos, Lopo do Nascimento e Alexandre Rodrigues Kito, aos quais se juntou mais tarde Dino Matross. A falange ovimbundu era praticamente inexpressiva e apenas tinha representação no Comité Central.

O peso de ambos os grupos era indiscutível, desde logo pela forte influência exercida sobre a governação, na qual assumiam o controlo de sectores importantes da vida do país tais como a defesa e segurança, política externa, economia e finanças e educação. Lúcio Lara era mesmo o principal vulto político depois de Agostinho Neto, posicionando-se como guardião da pureza ideológica do partido.

A queda estrepitosa de Lúcio Lara, em 1985, determinou a ruptura com o passado. De lá para cá já nada foi o mesmo. É sintomático o facto do Comité Central ser hoje integrado por 300 membros e, deste número, apenas 23 são não negros. Na composição do BP há apenas três mestiços: Ju Martins, Paulo Jorge e Higino Carneiro. Na realidade, em termos proporcionais apenas o Grupo Parlamentar se apresenta mais «pigmentado».

Quanto à Unita, a «descoloração» vem de muito longe. E por alguma razão será que a organização que Jonas Savimbi fundou foi de certo confundida com os ideais de «autenticidade» em África, quando não era com algum tipo de racismo.

Vê-se hoje a olho nu que os poucos dirigentes mestiços e brancos do partido perderam peso e protagonismo a partir da defecção de Fátima Roque e Norberto de Castro. Carlos Morgado baixou a crista, Adalberto Júnior não passa de «porta parole» e Carlos Fontoura apenas um «guarda-livros».

Em 1975, Agostinho Neto deu o tiro de largada Cortejo de «pardos» e «caras pálidas»

Quem puder, que nos ajude a contar quantos ministros – e só estes, para facilitar a contabilidade – passaram pelos sucessivos governos empossados em Angola desde a independência, em 1975. É um cortejo com princípio e fim, mas, convenhamos, bem longo.

No primeiro Governo, «escalado» por Agostinho Neto, entre vários ministros e secretários de Estado mestiços e brancos, um dos mais emblemáticos foi Resende de Oliveira, tornado ministro da Construção. Resende, que havia sido ministro das Obras Públicas no Governo de Transição, representa também a prova acabada do recurso feito aos poucos quadros «pardos» e «caras pálidas», passem os termos, que haviam permanecido no país, para cobrir a lacuna aberta com a debandada geral que se assistiu a partir de 1974. Resende de Oliveira, que vive hoje de consultorias, não voltou a ter qualquer outro cargo, desde que deixou o Governo.

Depois de Resende de Oliveira outros brancos e mestiços com cargos no executivo foram Augusto Lopes Teixeira «Tutu» (ministro da Educação), Carlos Rocha «Dilolwa» (Planeamento), Bento Ribeiro (Indústria), Mário Almeida Kassessa (Saúde), Henrique Teles «Iko» Carreira (Defesa), Manuel Rui Monteiro (Informação), Henrique dos Santos «Onambwe» (Geologia e Minas), Adriano dos Santos (Comércio Interno) e António Jacinto (secretário de Estado da Cultura). Mais: é proibido esquecer nessa lista o nome de Beto Van-Dúnem, o homem que na pele de ministro do Comércio Interno se tornou célebre pela primeira importação de vinho em garrafão da marca Mosteiro, que depois de largo tempo de racionamento lançou muitos angolanos ao coma.

Há ainda Ferreira Neto (ministro da Saúde), Brás da Silva (Trabalho), Augusto Teixeira de Matos (Finanças e governador do Banco Nacional) e Paulo Jorge (Relações Exteriores).

Os angolanos dificilmente esquecerão o antigo ministro dos Petróleos Jorge Morais Monty, um dos primeiros a enveredar pela prática do peculato e desfalque do erário público. Num tempo em que pôr a mão na massa era uma prática quase desconhecida dos governantes do país, Monty não hesitou e desviou para o estrangeiro largos milhões de dólares, depois do que ele se pôs a monte. Voltou em 1992 e foi «amnistiado».

Secretário de Estado das Águas, Quelhas Mota foi outro que se aboletou do dinheiro do Estado e de seguida se pôs a milhas. Em tempos mais recentes tivemos Emanuel Carneiro, que se passeou por vários postos ministeriais importantes, nomeadamente Planeamento, Finanças, Comércio e Indústria, e Manuel Duque, ex-ministro da Indústria. Registe-se, também, Alcântara Monteiro (Finanças), Sebastião Lavrador e Fernando da Graça «Baião» e António Inácio (Banco Nacional de Angola), João Saraiva (Energia e Águas) e Fátima Jardim (Pescas e Ambiente).

Se ninguém ficou de fora, então, contamos «só» vinte e três (23) ministros e quatro governadores do Banco Nacional de Angola. Os «vices» não foram para aqui chamados. Noutras peças, estampadas mais adiante, damos conta do paradeiro de muitos deles e não só. Falamos, igualmente, do aparelho judiciário, Forças Armadas, classe empresarial, governos provinciais, diplomacia, etc.

Grandes alterações nas empresas estatais e assim-assim no sector bancário **Aumento de «know how» dos negros induz significativas mudanças**

Como já se disse reiteradas vezes, o poder «escureceu» aos mais diversos níveis e não apenas no universo político «stritu sensu». Aliás, em sentido lato vamos encontrar tremendas mudanças no sector bancário e nas grandes empresas. Para melhor avaliarmos o alcance das mudanças, passemos em revista o que existia até aqui nos sectores acima referidos e qual é a situação actual. As mudanças são efectivamente significativas.

Banco Nacional de Angola

Entre os governadores brancos e mestiços que passaram pelo banco central do país anotamos Augusto Teixeira de Matos, que também foi ministro das Finanças, e Fernando da Graça «Baião». Outros dois foram: António Inácio e Sebastião Lavrador.

Actualmente, o panorama na banca é diferente. Emergiram de há uns para cá bons técnicos negros entendidos em alta finança, suficientes para cobrirem o «gap» dos tempos antigos. Por exemplo, o actual ministro-adjunto do Primeiro-Ministro, Aguinaldo Jaime, é um repetente nesse posto. Já lá esteve ao tempo do Sef, e voltou a passar por lá há um par de anos, no regresso de um descanso sabático no Banco Africano de Desenvolvimento, Bad.

Depois das reformas económicas, o Bna já teve três outros governadores negros, nomeadamente, António Furtado, Generoso de Almeida, hoje Pca do Banco de Comércio e Indústria (Bci) e Amadeu Maurício, que continua no posto.

Mas é importante notar que aqui a «batalha» pelo equilíbrio ainda não está concluída. Desde logo porque se verifica que as estruturas intermédias do sector bancário são asseguradas por técnicos essencialmente mestiços. Andando pelas distintas dependências bancárias, nacionais ou estrangeiras, vemos que funções de execução simples (atendimento ao balcão) são preenchidas grosso modo por jovens de origem mestiça. Algo que significa que nessas cadeias, o «know-how» continua a ser detido por eles.

Mais significativo é o facto do grande capital que irriga os bancos comerciais ter igual

coloração. Sebastião Lavrador é o maior accionista do Banco Sol e Mário Palhares preside o Conselho de Administração do Banco Africano de Investimentos, Bai. Mas é reconfortante saber que a administração de bancos comerciais como o Bca (Benvindo Pitra), Bpc (Paixão Júnior) e Bci (Generoso Almeida) está em mãos negras.

Grandes Empresas do Estado

SONANGOL – Reza a história que a principal empresa estatal apenas conheceu um director mestiço, Hermínio Escórcio (na foto ao lado esquerdo). Com a modernização da empresa, os dois PCA's que aqueceram o lugar são negros, casos de Joaquim David e Manuel Vicente (na foto ao lado direito). Presentemente, apenas nas subsidiárias da holding encontramos gestores de topo mestiços e brancos, casos da seguradora AAA, às mãos do economista São Vicente, da Sonaship, dirigida por Fernando Martins, e da Ms Telcom, sob direcção de Alberto Araújo. No Conselho de Administração da Sonangol EP há, apenas, um branco. Trata-se de Ângelo Ribeiro. um outro branco, Carlos Amaral, é a segunda figura na hierarquia da Sonangol Distribuidora. Depois, só mais dois mestiços: Ismael Martins, Director-Geral adjunto da Essa, o braço de formação da empresa, e Fernando Paiva, delegado da Sonangol em Londres. Nas restantes subsidiárias do grupo, tudo enegreceu. É o caso da Sonair, dirigida por Santos Domingos, e da Pesquisa e Produção, que tem a frente Gaspar Martins. Na estratégica delegação de Houston, nos Estados Unidos, está um outro negro, Baptista Sumbe. No resto, a «ditadura» dos negros é assegurada por Rosário Jacinto, Silva Neto e Sianga Abílio, no Conselho da Administração, e continuada por Fernando Roberto, na Distribuidora, Filomena Rosa, na Direcção de Logística, e Hermenegilda Lopes, na Sonásia, o tentáculo asiático da petrolífera com sede em Singapura. Em resumo: as quatro áreas nevrálgicas da Sonangol, ep (CA, Pesquisa e Produção, Logística e Distribuição) estão entregues a negros.

TAAG – A companhia aérea de bandeira nacional já teve directores mestiços, a saber: Armando Manuel, Von Haffe, Júlio Sampaio e Filomeno de Sá «Dibala». Não foram, no entanto, gestões muito famosas. A prová-lo está o facto da empresa ter andado a pique e quase batido no fundo, exigindo a intervenção de várias e sucessivas comissões de gestão. Hoje, o presidente do Conselho de Administração da Taag é um negro, Mateus Neto, que aos poucos está a tirá-la do sufoco.

ENDIAMA – Nunca foi dirigida por um «colorido». Actualmente, Arnaldo Calado preside o seu Conselho de Administração, estrutura que é integrada por apenas um mestiço. Antes esteve por lá Noé Baltazar. Relativamente às grandes empresas, as excepções são as direcções do Porto Comercial de Luanda, da Empresa de Nacional de Navegação Aérea de Angola (Enana) e da Unicargas, às mãos de três gestores mestiços, respectivamente, Sílvio Vinhas, Jorge de Melo e Eduardo Veloso. Note-se, por último, que a Angola Telecom é dirigida actualmente por um gestor negro, João Avelino. O único mestiço presente no seu Conselho de Administração é Filomeno de Sá «Dibala».

«Exílio dourado»

As missões diplomáticas e consulares de Angola, que funcionam geralmente como uma espécie de «exílio dourado» para os dirigentes e governantes apeados do centro do poder, já foram muito mais «coloridas» no passado. Hoje já não é assim. Mas há ainda alguns «sobreviventes» a passearem-se pelas nossas embaixadas, casos de Bento Ribeiro (Harare, Zimbabwe), Luís Almeida (Addis Abeba, Etiópia), Hermínio Escórcio (Cairo, Egipto), Roberto Leal «Ngongo» (Moscovo, Rússia) ou Armando da Cruz Neto, embaixador em Espanha.

Nos governos provinciais, caminha-se inexoravelmente para o «eclipse» total. Dos dezoito governadores existentes, apenas dois são mestiços: Ramos da Cruz (Huíla) e Aníbal Rocha (Cabinda).

E até o nosso sistema judicial está a ser afectado pelo fenómeno. A composição dos «coloureds» na magistratura diminuiu ligeiramente com a saída da juíza jubilada, Dra. Maria do Carmo Medina. O resto é o mesmo núcleo de sempre, à espera que algo caia do céu: Caetano de Sousa, Neto de Miranda e Robert Williams. Na Procuradoria-Geral da República, desde a saída de Antero de Abreu que a situação tende a mudar.

«Escurecimento» total nas Faa É mesmo o fiel da balança

Armando da Cruz Neto foi o último mulato a chefiar o Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas. Ao deixar o posto em troca do cargo de embaixador de Angola em Madrid, Espanha, aquele general escancarou as portas para o fenómeno de «escurecimento» completo dos centros de comando militar que ao longo dos tempos haviam sido dominados por oficiais não negros.

Os últimos anos foram marcados por rixas e rivalidades surdas entre sectores «coloureds» e «not coloureds» da classe castrense. O próprio general João de Matos, antecessor de Armando da Cruz Neto, perdeu a oportunidade de ser ele a entregar ao Presidente da República e Comandante em Chefe das Forças Armadas a cabeça de Jonas Savimbi, devido a desinteligências que tinham no centro questões de «epiderme».

A entrada do novo Chefe do Estado-Maior General, Agostinho Nelumba «Sanjar» apenas precipitou as alterações há muito pretendidas pelo generalato mais «escuro». Em catadupas, foram saltando os principais oficiais superiores que representavam o reduto oposto. Hoje, até os três ramos das Forças Armadas são dirigidos por generais negros caldeados por longos anos de guerra com a Unita.

Mas é olhando para trás que se alcança a dimensão assinalável da mudança havida. O primeiro ministro da Defesa foi Henrique Teles «Iko» Carreira. Depois dele, não houve mais nenhum MINDEF mestiço. Mas as estruturas de decisão e comando militar estavam na verdade nas suas mãos, em desequilíbrio de toda a pirâmide.

Até chegarmos a Sanjar, o Estado-Maior General conheceu, além de João de Matos e Armando das Cruz Neto, a forte presença de António França «Nдалu», devidamente secundado por Mbeto Traça, Tragedo e Roberto Leal «Ngongo» e outros. Depois veio uma geração de oficiais generais mais refinados como os irmãos Faceira, Salviano Kianda, Dinho Martins, Cirilo de Sá «Ita», João de Matos e Paulo Lara.

Ainda hoje, eles se reclamam detentores do mais elevado quociente de inteligência (QI) da nossa classe castrense, um pensamento que se tinha validade absoluta na época de homens como o finado Pedro Maria Tonha «Pedale» - durante o qual se confundia focinho de porco com tomada eléctrica -, já não se poderá dizer o mesmo de uma geração recente mais sofisticada, representada por cabos de guerra que juntam conhecimento com bravura testada no teatro das operações.

A mudança havida, pode também dizer-se, faz justiça à verdade histórica num país de maioria negra. Além disso sempre foi uma aberração constatar que nos mais duros anos de confrontação militar em Angola, encontrar um soldado mestiço ou branco nas frentes de combate, é algo que podia ser comparado à tentativa espalhafatosa de se procurar uma agulha num palheiro.

Pior nisto tudo é que a política de mobilização e recrutamento era feita a partir de Luanda por oficiais mestiços. Era o tempo em que, a partir do seu gabinete no Departamento de Mobilização do Estado-Maior General, Mbeto Traça decidia o número de mancebos a recrutar, para depois o «celebérrimo» Hugo dos Passos lançá-los nos antonov's rumo às frentes militares.

Nas Forças Armadas Angolanas. embora a debandada tivesse sido geral, não se pense, contudo, que já não restam «pardos» entre os militares. Anotemos alguns nomes: general Couceiro, chefe da Direcção de Cooperação do Emg; António Mendes, comandante da região militar de Cabinda; Hélder Pitagrós e Adolfo Razoilo (ligados às instâncias judiciais militares); brigadeiro Mário Conde, director do Hospital Militar Central; general Wanga, chefe-adjunto da Fana; e o chefe da Direcção de Planeamento do Emg.

Também há harmonia no seio dos paramilitares

Agora, na ressaca das alterações efectuadas, constatamos que o «equilíbrio» atingiu também os sectores paramilitares. Aliás, no que toca à Polícia não foi preciso um grande esforço de «limpeza», já que não se conheceram ao longo dos tempos figuras «coloridas» relevantes no seu comando. Luanda é que teve recentemente um comandante mestiço, o Sub-comissário Mário Santos, substituído entretanto pelo Comissário Candelas.

A meio caminho entre a polícia e as forças armadas, encontramos as estruturas de intelligence e segurança. O que reina aqui é igualmente a harmonia e equilíbrio. O que é notável já que, contrariamente ao que sucedeu na polícia ao longo dos tempos, os oficiais mestiços e brancos sempre tiveram uma grande preponderância nos serviços de segurança.

Ainda que não fossem os rostos principais das estruturas, eles estavam sobretudo nos escalões intermédios. É conhecido o papel que tiveram em épocas em que as estruturas de segurança do país serviram essencialmente para acções de repressão política. Figuras como as de Onâmbwe, Eduardo Veloso e Carlos Jorge são incontornáveis sempre que questões do género vêm à liça.

As «sobras» existentes

No «inner circle» presidencial, o Presidente da República fez-se rodear essencialmente por assessores negros, preferencialmente nascidos em Luanda. Mas, vendo bem, sempre encontramos nos seus serviços de apoio alguns homens brancos e mestiços. Aliás, um dos seus mais poderosos homens de mão, e grande estrela em ascensão, é o generalíssimo Hélder Vieira Dias «Kopelipa». Já não lhe bastava ser o «mordomo» da Presidência, na qualidade de ministro-chefe da Casa Militar; nos últimos dias José Eduardo dos Santos aumentou-lhe as «bissapas», pondo-o a chefiar o novel Gabinete de Reconstrução Nacional. Outro «coloured» sobranceiro no «inner circle» presidencial é José Mena Abrantes, o assessor de imprensa. Mas já passaram por lá José Patrício, actual presidente-delegado da BP-Angola, e Madeira Torres.

Já não há um só «colorido» na direcção dos antigos «MDM's»

O Quarto Poder também é negro

Terreno contíguo à intelectualidade e cultura, e muito propício a acções de tráfico de influências, as classes brancas e mestiças de Angola sempre se sentiram como peixe na água em relação à comunicação social. Ainda hoje, quando os profissionais do jornalismo discutem acaloradamente que personalidade deve merecer o privilégio de passar à história como patrono da classe, entre os muitos nomes que se perfilam vários são mestiços. Contudo, também aqui, o tempo passou, os cenários mudaram e a história já não é a mesma. Os órgãos de informação tutelados pelo Estado são agora dirigidos por profissionais de raça negra.

Mesmo na imprensa privada, a «nota dissonante» está apenas nos semanários AGORA, dirigido por Aguiar dos Santos, e ANGOLENSE, cujo director é Américo Gonçalves; e em

duas rádios em frequência modulada: Luanda Antena Comercial (Lac) e Rádio 2000 do Lubango, que têm por directores, respectivamente, Maria Luísa Fançony e Horácio Mesquita. O resto da «paisagem» é toda negra: Frei José Paulo (Rádio Ecclésia), Graça Campos (Semanário Angolense), Leopoldo Baio (Actual), William Tonet (Folha 8), Francisco Tandala (A Capital), Irineu Mujoco (Independente), Policarpo Rosa (Jornal dos Desportos). Também a única e mais persistente revista de informação geral (Figuras & Negócios) é dirigida por um «black»:Victor Aleixo.

Rádio Nacional – Antigo radialista desportivo, Manuel Rabelais licenciou-se em Direito e, após uma fugaz passagem pela direcção da Rádio Cinco, o canal desportivo da Rádio Nacional de Angola, foi escolhido para dirigir essa estação radiofónica, mal os ventos da mudança começaram a soprar. Agora que se fala da sua saída da Rna, os vários substitutos na linha de sucessão são negros: Eduardo Magalhães? Amílcar Xavier? Ou o retorno de Luís Fernando? A história regista que a Rna teve entre os seus directores mestiços e brancos da igualha de um Rui de Carvalho ou um Guilherme Mogas. Agostinho Vieira Lopes e César Barbosa, mestiços, também já foram directores da estação emissora pública.

Jornal de Angola – O actual director do único jornal diário do país tem nome que «se escreve» a negro: Luís Fernando. Depois de voltar de Havana, onde fez Jornalismo, foi chamado a reformar a publicação. Está a fazê-lo ao seu modo. Se sair do jornal como muito se tem ventilado nos últimos tempos, tudo poderá acontecer. Mas acredita-se que com ele o quadro no jornal já não volte a ser branco. A não ser que Luís Fernando tenha apenas quebrado um ciclo, pois antes dele sucederam-se na direcção da publicação um branco (o falecido David Mestre) e um mestiço (Victor Silva). E antes destes, outro negro (o actual deputado do Mpla Adelino Marques de Almeida) também entrecortou outro ciclo de directores «coloridos»: Costa Andrade «Ndunduma», Arnaldo Santos, João Melo, José Cardoso e Mário Guerra.

Tpa – Na Televisão Pública de Angola temos, de pedra e cal, Carlos Cunha, que venceu até os tempos difíceis em que Jonas Savimbi ameaçava fazer saltar os «pés» a soquetes e a balázios. Ninguém garante que quando deixar o poleiro tenha necessariamente de ser substituído por um dos seus dois «imediatos» da direcção de informação, Nelson Rosa e Manuel da Silva, ambos mestiços. Na galeria dos seus antigos directores mestiços ou brancos constam os nomes de Luandino Vieira, Orlando Rodrigues e Rui de Carvalho. Eugénio Rómulo, Carlos Garcia e Adelino M. de Almeida, todos negros, também passaram pela direcção da estação televisiva. Se persistir a tendência de escurecimento da Televisão Pública de Angola, Nelson Rosa e Manuel da Silva continuarão fora do baralho de cartas.

Angop – A única agência de notícias de Angola tem agora um director negro: Manuel Miguel de Carvalho, mais conhecido pela alcunha Wadijimbi. Mas antes dele passaram pela agência vários directores mestiços e brancos. Um deles é o dramaturgo Mena Abrantes, actual assessor de imprensa do Presidente da República. Quando ele encontrou poiso no Futungo, foi substituído por Raimundo Sottomayor. Mas antes dos dois esteve por lá o agora deputado João Melo.

Wadijimbi tem ambições que não cessaram com a sua entrada no Comité Central do Mpla, o partido governante. Não se está a ver nenhum «coloured» nos arredores para substituí-lo. Antes de Wadijimbi passaram pelo cargo de directores gerais da agência Siona Casimiro e Avelino Miguel, dois negros. O primeiro director da Angop é também negro. Trata-se de Luís Neto «Kiambata».

Palavra final

Haja calma, nem tudo está perdido

Severino Carlos

Estamos, então, conversados. O poder escureceu mesmo e aos mais diversos níveis. A sociedade angolana inteira sai a ganhar, mercê desse crescente «equilíbrio» que estamos a assistir. Mas, se calhar, convém dizer que a justiça ideal será aquela que não faça de uns cidadãos de primeira e de outros cidadãos de segunda. Numa palavra, não tem de haver filhos e enteados.

Analisando bem os vários cenários que enformam actualmente o nosso tecido social, observamos que ao caírem do pedestal, nem por isso os angolanos brancos e mestiços viraram enteados, nem tão pouco mais ou menos cidadãos de segunda.

A batalha pelo equilíbrio em matéria de conhecimento continua em aberto. Até hoje são os angolanos de tez mais clara que detêm o monopólio de certas áreas do saber e conhecimento. Eles continuam a dar cartas em certas profissões. Não é simples coincidência o facto de a grande maioria dos advogados, com credibilidade garantida para firmarem os seus nomes no mercado, pertencer a este grupo.

Eis também a explicação para eles estarem à cabeça das mais prestigiadas organizações socioprofissionais. Há anos que as Ordens dos Advogados e dos Médicos têm bastonários mestiços.

Apesar das muitas guerras intestinas que, ciclicamente, sacodem estas instituições, a verdade é que este é um fenómeno que decorre acima de tudo de quem detém conhecimento e «savoir-faire», e não propriamente de discriminações e injustiças. Este aspecto do conhecimento, devidamente associado a capacidade de gerir solidariedades e interesses que se reconhece haver nestes cidadãos, é um indicador de que eles continuarão a exercer uma forte influência em «nichos» importantes da sociedade, o que não tem de ser encarado como algo necessariamente pernicioso.

Somos, aliás, dos que não têm quaisquer pruridos em reconhecer que, salvo se acontecer algum inesperado cataclismo, não será tão cedo que Angola produzirá escritores negros que dominem tão bem a arte da prosa, sem máculas linguísticas, como o nosso «Nobel» Pepetela, para só citar este nosso compatriota de quem a sociedade angolana tem e deve ter grande orgulho.

Eles também já provaram que não andam distraídos noutras áreas do pensamento e da criação intelectual. Por alguma razão será que nos últimos dias tivemos de anotar os feitos e os nomes de cineastas como os de Maria Ganga e Orlando Fortunato, realizadores, respectivamente, de «Na Cidade Vazia» e «Comboio da Canhoca».

No plano do pensamento estratégico, eles estão igualmente muito bem posicionados. Diz alguma coisa o facto de o Mpla ter depositado confiança num jovem mestiço como Ju Martins, para conduzir a sua máquina eleitoral. A criação do Centro de Estudos Estratégicos de Angola (Ceea), a principal iniciativa no domínio do pensamento estratégico, veio essencialmente de um núcleo mestiço liderado por João de Matos. Se alguém atentar muito bem para esse facto e concluir que o antigo Cemgfaa está a apostar nisso para mais tarde tirar dividendos políticos, pode não andar longe da verdade.

Futurismos à parte, João de Matos pode estar a preparar-se para ser um municionador da «inteligentzia» nacional. Isso, aliado a um recauchutado poder económico e financeiro, pode dar-lhe condições para pôr e dispor dos políticos, carregando-os, se necessário for, a tiracolo. Quem foi o proprietário de uma televisão europeia que afirmou que podia promover candidatos presidenciais com a mesma facilidade que publicita uma marca de sabonetes?

Alguém, porventura, acha que será devido a um fenómeno fortuito que os filhos de dirigentes brancos e mestiços raramente são vistos nas ruas como se vêem jovens

negros? É pura estupidez pensar que eles andem entretidos a fumar cangonha. Estão a estudar em boas universidades estrangeiras para receberem o testemunho dos pais.

As contas do Governo no próximo ano em números **Concluída proposta de Oge para 2005**

O Orçamento Geral do Estado (Oge) para 2005 prevê receitas e despesas totais de 861.800.001.167,00 kwanzas (9.9 biliões de dólares), mais 22.7 por cento que no ano em curso, quando isso está cifrado em apenas 665.347.988.813 kwanzas. O Semanário Angolense teve, na semana que hoje termina, acesso à proposta governamental de Oge para o próximo ano acabada pela elaborar. De acordo com as previsões, as receitas correntes somarão 642.104.365.080 kwanzas (7.4 biliões de dólares), em que a receita tributária, ou seja, o valor cobrado dos impostos, será de 516.271.935.340 kwanzas (5.9 biliões de dólares).

No Oge corrente, a parte da receita fiscal situou-se em 496.708.027.786 kwanzas (5.4 biliões de dólares ao câmbio de hoje), enquanto que o défice orçamental garantido por financiamento externo ficou estimado em 167.481.490.919 kwanzas (perto de dois biliões de dólares ao câmbio actual). A proposta de Lei do Oge 2005 autoriza o Governo a contrair empréstimos para financiar o défice orçamental, o que poderá ser feito em somas que atingem os 263 biliões de kwanzas (2.6 biliões de dólares).

Na sua óptica funcional, o orçamento consagrará ao sector da Educação gastos de 7,27 por cento do total da despesa, ou seja, 62.6 biliões kwanzas, dedicando 4.65 por cento do seu total ao sector da Saúde, o que constitui algo mais do que 40 biliões de kwanzas.

Nessa mesma óptica, prevê-se destinar 6,82 por cento das despesas, algo como 58.8 biliões de kwanzas, à Segurança e Assistência Social, e apenas 3.42 disso, qualquer coisa como 29.5 biliões de kwanzas, à função Habitação e Serviços Comunitários.

Comparando, as somas consagradas aos mecanismos de repressão e coerção são de longe superiores: a função Defesa Nacional, que inclui a defesa civil, tem consignados 12.2 por cento do total do Oge, o que atinge os 103.5 biliões de kwanzas, enquanto que a função Segurança e Ordem Pública, os serviços policiais, de inteligência e de protecção contra incêndios, têm previsto absorver em conjunto 7.87 por cento do total das despesas, uns 67.8 biliões de dólares.

No Oge em execução, os gastos totais com os mecanismos de repressão e coerção somavam 32 por cento das despesas, prevendo-se que, na totalidade, em 2005 eles apenas representem 19.8 por cento, o que pode ser encarado tendência para a redução desse tipo de despesa.

Funções económicas como a Agricultura, Pescas e Ambiente; Transportes e Comunicações; Indústria e Mineração; e Comércio e Serviços, têm projectados desembolsos que se situam em percentagens de 3.37, cinco, 0.88, 0.04 por cento das despesas do Oge.

Em contra partida, os gastos para a acomodação do aparelho administrativo, designados como sendo a função Serviços Públicos Gerais, absorverão 24,42 por cento do total do Oge, pouco mais que 210 biliões de kwanzas, enquanto que os Encargos Financeiros do Estado, consubstanciados no reembolso da dívida interna e externa contraída pelo Governo, reterão 18.80 por cento do OGE, quase 162 biliões de kwanzas.

O Oge para o próximo ano foi elaborado para estar adaptado a um quadro macro-económico em que o preço do barril do petróleo esteja cotado em 26.5 dólares e em que a inflação acumulada entre Janeiro e Dezembro daquele ano se situe em 15 por cento.

Para o ano em curso, o Governo previa reduzir o crescimento da inflação numa média anual de 20 por cento, mas já em fins de Setembro esse indicador tinha atingido os 24 por cento mais quatro pontos percentuais do que o preconizado. O Oge de 2005 não faz referências ao crescimento estimado do Pib para aquele ano. Deve ser aprovado pela Assembleia Nacional a 16 de Dezembro próximo.

Director da Saúde no Kwanza-Sul Preso por peculato

Foi preso na cidade do Sumbe o director provincial da Saúde na Província do Kwanza-Sul, Adão Castelo, pela suposta prática de um crime de peculato com a que surripiou mais de cinco milhões de kwanzas (57.5 mil dólares) dos cofres públicos, segundo notícias divulgadas em Luanda na semana que hoje termina. A Direcção Provincial de Inspeção de Investigação das Actividades Económicas (Dpiiae – a polícia económica), que conduziu às investigações, não pôde concluir as detenções, uma vez que o chefe do departamento de finanças da Direcção Provincial da Saúde do Kwanza-Sul, Carlos Prazeres, fugiu para parte incerta.

Carlos Prazeres, dizem os relatos, entrou em fuga ainda durante as investigações. O seu envolvimento deu-se por ter percebido, em troca do seu silêncio, uma quantia algo superior a 600 mil kwanzas (cerca de 6.900 dólares) do dinheiro roubado.

Porém, durante as investigações, Carlos Prazeres, o suposto encobridor e cúmplice Adão Castelo desapareceu logo depois de ter sido notificado para prestar declarações nos serviços locais da polícia económica.

A quantia surripiada era parte de um desembolso de 14 milhões de kwanzas que os serviços centrais do Ministério da Saúde, em Luanda, acabavam de fazer para apoiar programas locais relacionados com o pelouro.

Segundo ficou apurado, o roubo totalizou algo mais de cinco milhões de kwanzas, tendo Adão Castelo ficado com um montante aproximado a 4.4 milhões, pagando a Carlos Prazeres pouco mais de 600 mil kwanzas para comprar o seu silêncio.

041103Presidente resistiu a pressões e abdicou do próprio estilo de governar



Saída de Isalino Mendes encoraja combate à corrupção

Sousa Neto

No quadro de decisões desde há muito ponderadas, o Presidente José Eduardo dos Santos livrou-se finalmente do peso de um dos seus representantes mais abominados pela opinião pública, o antigo governador da província do Bengo, exonerado das suas funções no passado fim-de-semana.

Há muito que Isalino Mendes era amplamente criticado pelo que aparentava ser um misto de inépcia e falta de vocação para desempenhar altas funções no aparelho do Estado. Dessa combinação resultava a sua responsabilidade directa pela «letargia» que se verificava na vida económica e social da província do Bengo.

O que, no entanto, veio a confirmar-se mais recentemente, é que ao invés de governar, Isalino Mendes estava a enriquecer-se à custa do erário público, um facto que acabou por explicar, por si só, aquilo que as pessoas já não tomavam apenas como inépcia ou «letargia»: o homem estava a tecer as teias da corrupção, com o que, só em operações

parcialmente conhecidas, desviou uns 2.5 milhões de dólares de fundos petrolíferos consignados ao Bengo entre 2001 e Abril deste ano.

A pergunta que perdura desde o fim-de-semana em que o governador do Bengo foi exonerado, persegue saber se o poder público ficar-se-á pelo seu afastamento, sem o responsabilizar civil e criminalmente pelos desvios que este ano lhe foram imputados pela Inspeção-Geral da Administração do Estado (Igae).

A opinião pública parte do princípio que por via de regra, membros do Governo e dos seus arredores envolvidos em crimes de corrupção e peculato são sancionados com o seu afastamento, não sendo encaminhados para a justiça, para serem castigados pelos seus desacatos.

É como se estivessem «acima de lei», onde o próprio Presidente José Eduardo dos Santos disse, por mais de uma vez, que «ninguém está».

Por causa disso mesmo, aliás, é que se acredita que o Presidente da República está diante de uma soberana oportunidade de castigar Isalino Mendes de forma exemplar, para que com isso todos os outros gestores públicos recebam o inequívoco recado de que a farra que consiste na a apropriação ilícita de fundos públicos está a chegar ao fim.

O castigo exemplar que a opinião pública exige para Isalino e todos os outros da sua laia está alinhado com a visão de combate à corrupção recentemente proposta às autoridades angolanas pelo Fundo Monetário Internacional (Fmi), uma estratégia com a qual a instituição sugeriu que o Governo iniciasse a luta contra a corrupção levando para a prisão figuras do topo afectas ao próprio partido governamental.

Embora Isalino Mendes não seja o exemplo acabado do «peixe graúdo» que é o alvo da matéria profiláctica proposta pelo FMI, a verdade é que a sua punição deve ser encorajada, porque encorajadores já foram os passos dados pelo Presidente da República para chegar ao seu afastamento do posto de governador provincial do Bengo.

Neste caso particular, José Eduardo dos Santos resistiu a enormes pressões exercidas por pessoas do círculo familiar de Isalino Mendes, que, seguindo uma prática muito comum em situações do género, assediaram o gabinete do Presidente da República com súplicas de perdão para o governador que persistia no posto já preso por um fio de linha. José Eduardo dos Santos também não se deixou impressionar por uma feroz campanha de «marketing» envolvendo a Tpa, que ineditamente foi levada a produzir um «talk show» em directo, a partir da cidade do Caxito, o Jornal de Angola, que anunciou a edificação de 500 casas como parte de um projecto de construção de uma nova cidade capital do Bengo, assim como a Rádio Nacional de Angola, que editou uma reportagem do tipo «aqui está-se bem».

Mais importante, contudo, é que com Isalino Mendes, o Presidente da República não utilizou uma prática que lhe é muito peculiar, que é a de congelar as suas decisões quando são antecipadas pela imprensa (dias antes da exoneração de Isalino Mendes, o Semanário Angolense publicou uma matéria em que se dava conta do facto do inspector geral da Administração do Estado, Joaquim Mande, ter solicitado que José Eduardo dos Santos exonerasse o então governador provincial do Bengo).

No geral, há em todo o país um ambiente favorável ao combate à corrupção. Isalino Mendes aguarda que o Tribunal de Contas se pronuncie definitivamente sobre uma causa que tem por fim a justificação de gastos não explicados ocorridos no Bengo.

Esse mesmo Tribunal de Contas instou recentemente o actual embaixador de Angola na África do Sul, Isaac dos Anjos, a ressarcir o Estado num montante de um milhão e meio de dólares, no quadro de actos de malversação de fundos protagonizados quando o diplomata chefiava a Gestão de Fundos.

Na semana que hoje termina, essa instituição condenou o antigo director do Instituto Nacional de Bolsas (Inabe), Domingos Ebo, a devolver ao Estado a quantia de três milhões de dólares inerentes ao pagamento de subsídios de manutenção de estudantes bolseiros no estrangeiro de que se terá apropriado ao longo de vários anos.

O Tribunal Supremo, por seu turno, emitiu recentemente um mandado de captura contra o antigo governador provincial do Kuando Kubango, Jorge Biwango, exonerado depois de ter caucionado o massacre de um grupo de idosos acusados de feitiçaria.

O ambiente está propenso a que a Justiça seja levada aos redutos do poder, onde governantes e seus protegidos reinam numa total impunidade, em parte, por uma

questão que o Presidente da República tem que resolver imediatamente, em nome da justiça pela qual clamam os governados.

É que o arrastamento de casos como o de Isalino Mendes na Justiça só pode ser compreendido no quadro dos critérios políticos que presidem a nomeação dos magistrados judiciais, entre os quais consta a sua fidelidade às causas políticas e ideológicas ao partido no poder.

Na verdade, essa forma de nomear magistrados judiciais pode vir a afigurar-se perversa, porquanto constitui uma forma de contaminação política dos processos de administração de Justiça que quebra o ímpeto generalizado de combate judicial à corrupção que, ainda que timidamente, aparenta estar a desenhar-se no país.

Com o afastamento de Isalino Mendes e de Manuel Pedro Pacavira, um outro «sanguessuga» que deixou pesados danos no Kwanza Norte, o Presidente da República acabou por mostrar que pode levantar o cacete para reprimir a corrupção. Espera-se, agora, faça a devida correcção do tiro para desferir certamente os seus golpes contra os que forem apanhados em tramas desse género, o que exigirá a remoção de obstáculos como os tabus e os critérios políticos que ainda impedem a luta.



[Voltar](#)

Quando governar não é prever

PR tira da cartola um Gabinete de Reconstrução Nacional

A direcção da nova estrutura foi confiada ao general Kopelipa, um homem conhecido pela facilidade com que finta e usurpa as competências alheias e, sobretudo, pela sua grande propensão para compras do Estado

Factos que ocorrem desde o princípio do ano fazem crer que o Presidente da República adoptou um novo estilo de governação. Pode dizer-se, à luz das evidências, que a gestão política e administrativa do país deixou de ser algo previsível no cômputo de qualquer teoria, passando a ser, ao contrário, uma permanente «caixinha de surpresas».

Em Janeiro deste ano, o Presidente da República surpreendeu o país, quando ao invés de nomear um governador para substituir Simão Paulo no Governo de Luanda, tirou da cartola uma Comissão de Gestão, que nomeou com o compromisso público da erradicação dos problemas de saneamento que a capital de país enfrenta.

José Eduardo dos Santos concedeu a essa comissão, integrada por Higinio Carneiro (coordenador), António «Toninho» Van-Dúnem e Job Capapinha, um mandato de seis meses para resolver as astronómicas dificuldades de Luanda, sobretudo em termos de saneamento básico.

Seis meses depois, quando a opinião pública tinha para si que a Comissão de Gestão não tinha cumprido a missão que lhe fora confiada, tendo, antes pelo contrário, faltado à promessa feita, o Presidente da República voltou a surpreender quando foi ao palácio do Governo Provincial de Luanda reiterar a sua confiança à comissão e ao seu coordenador.

Vencido pelos elogios proferidos a seu favor pelo Presidente da República, o general Higinio Carneiro, um homem temperado na caserna e no campo de batalha, não conseguiu, sequer, conter as lágrimas.

Reconduzido no cargo e com o lixo a resistir estoicamente aos esforços da Comissão de Gestão, Higinio Carneiro julgou-se legitimado para exigir muito mais da Urbana 2000, a empresa que detinha o monopólio sobre o que já é o mercado de saneamento básico da cidade de Luanda e que é parcialmente atribuída a Isabel dos Santos, a filha mais velha de José Eduardo dos Santos.

As negociações encetadas em Julho deste ano com o envolvimento das mais altas instâncias do poder político do país não foram bem sucedidas. Com o Presidente da República em gozo de férias no exterior, foi Roberto de Almeida quem avalizou a ruptura

entre o GPL e a Urbana 2000. Aqui pode ter começado a desgraça de Higino Carneiro. É que já no passado, quando Simão Paulo tentou «endireitar» a Urbana 2000 e favorecer a abertura desse mercado a outras empresas, recebeu no dia seguinte a visita de um Presidente da República profundamente irado e especialmente decidido a depreciar o papel daquele governador provincial, declarando não estar convencido com as explicações que lhe haviam sido dadas para justificar os problemas que Luanda enfrentava naquela altura.

Voltando à vaca fria. Passados três meses sobre a comovedora cerimónia da sua recondução, o Presidente da República anunciou surpreendentemente o afastamento de Higino Carneiro da Comissão de Gestão Administrativa de Luanda, com um argumento que já em Janeiro, quando o general foi lá posto, toda a gente usava: na qualidade de ministro das Obras Públicas, Higino Carneiro já vivia demasiadamente asoberbado de trabalho, para ter que sobrecarregar-se também com os problemas de Luanda.

Na verdade, porém, deve considerar-se que é no histórico do confronto com a Urbana 2000 onde deve ser encontrada, pelo menos parcialmente, a explicação para a decisão presidencial de afastar Higino Carneiro da Comissão de Gestão de Luanda, e não no argumento oficialmente publicado de que isso se devia ao «crescimento das tarefas ao nível do Ministério das Obras Públicas», também capitaneado por esse general.

Duas semanas depois disso, o Presidente da República voltou a espantar o país quando mandou constituir um Gabinete de Reconstrução Nacional. Trata-se, segundo dizem fontes oficiais, de uma entidade que tem por objectivo auxiliar o Chefe do Governo nas tarefas de articulação de todos os projectos afins ao processo de reconstrução do país. Mas essas garantias não conseguem, contudo, afastar os temores de que se esteja perante uma estrutura que dificilmente resistirá à tentação de sobrepor-se aos organismos governamentais instituídos para projectar as políticas de desenvolvimento do país.

Para começar, esse gabinete foi instituído num clima de alto sigilo, sendo o ministro das Finanças, José Pedro de Morais, a uma das poucas pessoas que partilhou com o Presidente da República o segredo da criação de tal órgão, exactamente por ter sido quem o propôs. Até o primeiro-ministro ficou a leste dos desenvolvimentos que deram lugar a essa decisão.

A explicação dada no Conselho de Ministros é a de que esse gabinete passará a ser um órgão de articulação das questões do processo de reconstrução nacional entre as instituições ministeriais, não havendo por isso qualquer possibilidade de que arrebate as funções do Governo.

Isso é bom de ouvir, mas não é seguro que assim seja. É necessário reter que está a falar-se do relacionamento entre os homens que conformam as instituições, e que o gabinete será liderado pelo actual chefe da Casa Militar da Presidência da República, Hélder Vieira Dias «Kopelipa».

No anedotário político, o general que agora também dirige o Gabinete de Reconstrução Nacional, é igualmente conhecido por «Robinho», uma referência ao exímio driblador do Santos Futebol Clube (do Brasil), feita para estabelecer uma comparação com a capacidade que «Kopelipa» tem de fingir e usurpar a «bola», sobretudo quando se trata de conduzir as aquisições do Estado.

O general «Kopelipa», que trouxe da África do Sul o Grupo Five, hoje um dos mais prósperos construtores imobiliários do país, detém a carteira da produção e fornecimento de fardas e botas para as Forças Armadas Angolanas (Faa) além de altos interesses no perímetro de irrigação da Matala. É também o rosto da Brigada Especial de Limpeza, uma entidade constituída por efectivos da Unidade de Guarda Presidencial (Ugp) e que reparte com outras empresas o dinheiro que o Governo de Luanda disponibiliza para a limpeza e saneamento da cidade. Antes, teve sérios conflitos com João de Matos em decorrência de aquisições de material de guerra não sancionadas pelo Estado-Maior General das Faa.

E agora que os dignitários vivem na expectativa de gastar os dois biliões de dólares emprestados pela China, os conflitos deslocam-se da luta pela ascensão política, para a da obtenção do comando das aquisições institucionais angolanas, o que vai fazendo com que o general Higino Carneiro perca cada vez mais influência no seu Ministério das Obras Públicas (Minopu).

aparentemente discreto, não se sentiu perturbado e muito menos frustrado. Desconfia-se que a sua «colmeia» possa vir do Índico. Por isso, nos corredores do palácio de vidro da Mutamba já ninguém esconde a existência de um alegado envolvimento de um irmão seu nos assuntos oficiais do Ministério das Finanças que brotam «mel» - a cobrança da dívida pública. Ninguém poderia acreditar que o nosso actual Ministro das Finanças pudesse ter perdido a bússola. Não foi por certo este o técnico que o FMI um dia achou que deveria «parir» para pôr ordem na imoralidade das finanças públicas. Certamente que não foi... A ética, essa, sendo venalizada nestes casos, acaba também por ser tumular. Ninguém quer saber dela. Quem o diz não são apenas os poucos funcionários do Ministério das Finanças, que a respeitam. Quem o diz, com lágrimas de crocodilo, são as próprias «vítimas». Que agora são obrigadas a fazer uma «peregrinação» pelo clube dos caçadores no Miramar onde são confrontados com as «emilianas manámulas» de uma intermediária muito especial, que junto dalguns empresários credores, põe e dispõe no «deve e haver», levando parte do bolo para a casa. Então «Zeca», afinal, o que é que se passa?

[Voltar](#)

Os «mandões» são de Luanda

Severino Carlos

A criação do Gabinete de Reconstrução Nacional, um elemento novo introduzido na superestrutura governativa do país, está a levantar um pé-de-vento em torno de aspectos que têm a ver com a distribuição e localização dos centros de poder em Angola, e sobre quem efectivamente o exerce. Mas é preciso, em primeiro lugar, dizer que se trata de uma força-tarefa que resultou da percepção, por parte do Presidente da República, da existência de eixos nevrálgicos da governação que não estão a ter o desempenho que ele gostaria que tivessem.

De resto, em Dezembro do ano passado, José Eduardo dos Santos fez aquilo que raramente o vimos fazer quando, numa sessão do Conselho de Ministros, avaliou, identificou e admoestou os sectores e membros do Governo que, na sua óptica, tinham o pior desempenho. Os sectores sociais (Saúde e Educação) e produtivos (Agricultura, Indústria e Transportes), e ministros como André Brandão e Ana Dias Lourenço foram então severamente admoestados. De lá para cá o desapontamento de José Eduardo dos Santos subiu de tom e mais nomes se juntaram ao pelotão dos «menos queridos»: o próprio primeiro-ministro Fernando Dias dos Santos «Nandó», o titular da indústria, Joaquim David, e Higino Carneiro.

Certo, contudo, é que o desapontamento manifestado pelo Presidente angolano, em surdina ou de viva voz, não se tem materializado numa profunda e célere reforma do aparelho governativo; sobretudo agora que o momento exige essa limpeza do balneário, em nome até do combate à corrupção ou mesmo da boa governação exigida por instituições financeiras internacionais como contrapartida para a entrada dos fundos externos necessários à operação de reconstrução nacional.

Sem fazer propriamente ouvidos moucos aos segmentos da sociedade que exigem essa reforma, José Eduardo dos Santos optou, porém, por seguir uma política de pequenos passos que traz uma imperceptível sensação de vazio no estômago: pretende-se algo mais concreto do que uma rotineira dança de cadeiras. Por conseguinte, reformas que deveriam obedecer a critérios de competência técnica, antes de qualquer outro item. Mas a essa exigência da sociedade, ele respondeu exactamente com as alterações que fez ao executivo – condenando Isalino Mendes e uns poucos ineptos – e com a entrada em cena do Gabinete de Reconstrução Nacional. Em lugar de saciar a sede de reformas, o chefe de Estado angolano argumenta, entre os seus, que a sua contenção tem em vista

a preservação dos equilíbrios regionais, fragilizados pela guerra prolongada que o país teve de enfrentar. Segundo o Presidente, se agisse de maneira a privilegiar os tecnocratas, o poder ficaria cada vez mais concentrado nas mãos destes últimos, com o que se poria em causa o aludido desiderato de equilíbrio regional.

«Destrocando», José Eduardo dos Santos está a falar de algo que, teoricamente, é qualquer coisa como garantir uma partilha mais equitativa do poder executivo em conformidade com critérios de natureza étnica. Numa palavra, «espalhar o mal pelas aldeias».

Mas vendo bem, não é isso que está acontecer. O equilíbrio almejado está longe de ser realidade. Quando se olha mais atentamente para o elenco governativo do país, tendo por critério a naturalidade dos ministros, facilmente esbarramos na contradição entre aquilo que é a filosofia que o Presidente da República diz prosseguir e o que a realidade demonstra.

Compulsando estatísticas em que não são considerados os vice-ministros, temos que Luanda é a província com maior número de representantes no Governo: onze, a começar pelo próprio Chefe do Governo, José Eduardo dos Santos! Também nasceram na capital o primeiro-ministro (Fernando Dias dos Santos «Nandó») e a sua prima e titular do Planeamento (Ana Dias Lourenço), bem como os ministros do Interior (Osvaldo Serra Van-Dúnem), da Administração do Território (Virgílio Fontes Pereira), da Cultura (Boaventura Cardoso), Correios e Telecomunicações (Licínio Tavares) e dos Petróleos (Desidério Costa).

Também é de Luanda o ministro-adjunto do Primeiro-Ministro, Aguinaldo Jaime. Embora tenha nascido «acidentalmente» no Huambo, como os angolanos gostam de dizer, o ministro da Educação, António Burity da Silva, é originário de uma das famílias mais emblemáticas da capital. O Mapess Pitra Neto também é de Luanda.

Segue-se a província do Kwanza-Sul com quatro ministros: das Finanças (José Pedro de Moraes), dos Transportes (André Luís Brandão), das Obras Públicas (Higino Carneiro), e da Comunicação Social (Hendrick Vaal Neto).

Estão depois várias províncias com dois ministros: o Huambo entra no clube com os ministros da Justiça (Paulo Tjipilika) e da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Gilberto Lutucuta Buta); o Bengo tem as pastas das Relações Exteriores (João Miranda) e dos Antigos Combatentes (José Pedro Van-Dúnem); Malange entra com os ministros da Energia e Águas (Botelho de Vasconcelos) e o das Pescas (Salomão Xirimimbimbi) e o Zaire tem Joaquim David (Indústria) e Sita José (Urbanismo e Ambiente).

Ainda com dois ministros está a província do Bié: são bienos a ministra da Família e Promoção da Mulher (Cândida Celeste), e o titular da pasta da Assistência e Reinserção Social (João Baptista Kussumua).

Com um representante apenas estão as províncias de Cabinda (Marcos Barrica, Juventude e Desportos), do Cunene (Albertina Hamukwaia, Saúde), da Huíla (Kundi Payhama, Defesa), do Uíje (Manuel Africano, Geologia e Minas), de Benguela (Jorge Valentim, Hotelaria e Turismo), da Lunda-Sul (João Baptista Ngandangina, Ciência e Tecnologia) e da Lunda --Norte (Joaquim Ikuma Muafuma, recém nomeado para o ministério do Comércio).

Por conseguinte, uma leitura rigorosa dos números atesta que, em termos de distribuição geográfica, o centro de gravidade do poder executivo está em Luanda, sendo este um dado que deita por terra o argumento esgrimido pelo Presidente da República como um factor que o impede de efectuar reformas governamentais de fundo, pondo os ovos na cesta correcta e deitando para o caixote do lixo os que realmente não prestem.

Se quisermos usar a dicotomia norte-sul, também acabamos por verificar uma supremacia das regiões a norte do rio Kwanza. São, rigorosamente, 18 ministros do norte contra 12 do sul. Mais uma razão para o Presidente procurar endireitar o eixo de gravidade, sendo, contudo, obrigado a fazê-lo com critérios racionais que não menosprezem a competência dos eleitos.

Entourage presidencial é o reduto do «poder»

Em boa verdade, não é possível fazer-se uma abordagem do poder em Angola sem que aportemos onde ele representa verdadeiramente a sua expressão máxima. Não adianta doirar a pílula: caros senhores, o poder real encontra-se na «entourage» do Presidente da República. Fora desse círculo se o que há não é paisagem, a verdade é que também não passa de periferia.

Já todos neste país perceberam que um assessor de José Eduardo dos Santos vale mais, muito mais, do que um ministro, um membro do Governo propriamente dito. Por alguma razão será que é lá que muitos querem começar e, se necessário for, apodrecer de velho. Centro de eminências pardas, é no chamado «inner circle» presidencial que são tomadas as decisões cruciais da vida do país. Geralmente, é nos seus «muchachos» que José Eduardo dos Santos delega poder para estes tratarem de assuntos de vital importância para o país, seja isso a amortização ou a renegociação de um débito com um país ou outro fornecedor externo. São eles também que muitas vezes se encarregam dos grandes contratos externos, principalmente aqueles cujos contornos são mais nebulosos e por isso exigam sigilo.

Aí se faz a alta política e é também lá que começa o circuito financeiro do país. Que se saiba, nessas lides não há nenhum «pé rapado», sendo por isso de toda a justiça afirmar que os seus integrantes fazem parte da classe de novos-ricos do país. Por isso é que é raro encontrar um assessor do Presidente que queira trocar o seu lugar por outro no Governo, salvo seja por razões totalmente imponderáveis.

Mas seja como for, quando um assessor sai da Presidência para assumir um cargo no executivo, a maior parte das vezes sonha com o retorno ao «clube dos deuses». Muitos foram os que saíram para uma voltinha lá fora e acabaram por regressar. Há também muitos que se agarram ao posto, nem que chovam canivetes. A única exceção, que no entanto confirma a regra, é a de José Leitão, que renunciou ao cargo de chefe da Casa Civil, presentemente exercido por Carlos Feijó.

Mas, na realidade, para efeitos da análise que se está a fazer, o que é importante notar é que nesse verdadeiro «clube de poderosos» estão essencialmente dignitários que nasceram em Luanda. O que associado ao facto da maioria dos membros do Governo propriamente dito terem também o seu cordão umbilical na capital do país faz dela o centro onde se concentra o poder em Angola.

É de Luanda e é membro da «entourage» presidencial, onde dirige a Casa Militar, Hélder Vieira Dias «Kopelipa», esse mesmo que não se tem poupado a esforços para empurrar Higino Carneiro para o precipício. O chefe da Casa Civil, Carlos Feijó, também é luandense, tal como o são António Van-Dúnem, secretário do Conselho de Ministros, Archer Mangureira e Justino Fernandes, ambos assessores para os assuntos económicos e sociais, respectivamente. Juntam-se ao séquito Aldemiro Vaz da Conceição, o porta-voz, e Carlos Teixeira, assessor jurídico.

Na realidade, o único assessor todo-poderoso que não é de Luanda é o «patrão» dos serviços de inteligência do país, Fernando Garcia Miala, que nasceu no Zaire. Mas, se quisermos, podemos acrescentar ao cortejo Adelino Peixoto, o secretário-geral da Presidência, e Carlos Alberto Ferreira, assessor diplomático. Peixoto é do Huambo e Ferreira é do Uíje.

Perante tudo isso, a última palavra é do Presidente da República. Se quiser ser justo, então deverá necessariamente alienar algum do poder abissal que os seus homens dispõem, repartindo-o por outros segmentos. Só assim dar-se-á total crédito que o que está a ser prosseguido é um equilíbrio regional autêntico.

Nessa conformidade, o Presidente poderá aproveitar para deitar um olhar mais atento ao que se está a passar noutros importantes centros de tomada de decisão política, como é o caso da Assembleia Nacional, um órgão de soberania cuja direcção está nas mãos de Roberto de Almeida, um «catetense» com todas as letras e com tudo o que isso tem de «perverso» para os restantes grupos étnicos. Quer tudo isso dizer, em suma, que as duas mais altas figuras do país são membros do mesmo grupo étnico, o kimbundu. Pode isso ter peso algum para ferir susceptibilidades?

Pruridos à parte...

O Governo do país «escureceu»

Não há um só ministro de raça branca!

Num país em que os decisores não tiveram quaisquer pruridos em registar a raça dos cidadãos no bilhete de identidade, a abordagem a seguir faz todo o sentido. Há um fenómeno que está a introduzir elementos diferentes na politologia angolana – um cada vez maior «escurecimento» do poder executivo do país. Dito de outra forma, o actual Governo não tem um único ministro de raça branca! Trata-se de algo cujas causas certamente concitarão a explicação abalizada de politólogos, historiadores e sociólogos. Mas por ora já se pode ir dizendo que tudo isso significa que entramos num ciclo histórico diferente, de maior equilíbrio racial no que diz respeito ao exercício do poder político. O país estará, por certo, a vencer os constrangimentos que levaram a que, imediatamente após a independência, esse equilíbrio racial nas principais instâncias fosse bastante precário. Bom seria, no entanto, que isso augurasse proximamente expectativas positivas noutros eixos importantes – maior justiça social e um menor fosso entre classes e grupos sociais.

Mas voltando ao princípio: o poder político do país «escureceu» mesmo! Ao lado da inexistência de ministros brancos no executivo, está outra constatação que não se pode negligenciar: há apenas um ministro mestiço, Higinio Carneiro, que tem a pasta das Obras Públicas.

Membros de raça branca no actual executivo são apenas vice-ministros, mas até estes contam-se pelos dedos de uma mão e mesmo assim sobram dedos. São os casos de Severim de Moraes, vice-ministro do Planeamento, e João Alves Monteiro, um dos coadjutores de Paulo Tjipilika no ministério da Justiça, que entraram no Gurn junto com João Seródio, antigo «vice» do Ambiente.

Quando o Gurn foi investido, em Abril de 1997, o panorama era mais colorido. Nessa altura, foram três os ministros de raça branca empossados: Emanuel Carneiro (Planeamento), Manuel Duque (Indústria) e João Moreira Pinto Saraiva (Energia e Águas). O mesmo número de ministros mestiços: Alcântara Monteiro (Finanças), Fátima Jardim (Pescas), Sardinha de Castro (Juventude e Desportos). Hoje, apenas resta Higinio Carneiro, que passou de vice-ministro da Administração do Território – depois do «defeso» no Kwanza-Sul – a ministro das Obras Públicas.

Junto com Higinio Carneiro, por altura do empossamento do Gurn contavam-se outros «vices» mestiços, casos de Roberto Leal Monteiro «Ngongo» (Defesa), Maria Idalina Valente (Planeamento), Amadeu Neves (Transportes), Abílio Gomes (Finanças), Alexandra Simeão (Educação), Teresa Cohen (Saúde) e Ana Maria Guimarães (Correios e Telecomunicações). Deste grupo, apenas resistem as «vices» da Educação e dos Correios e Telecomunicações, às quais se juntaram, entretanto, Filomena Delgado (Família e Promoção da Mulher) e Vitória Espírito Santo (Saúde).

Classe castrense O fiel da balança

Estamos muito longe da «síndrome da Guiné»

Se há sector em que quase sempre os nervos andaram ao nível da «epiderme», com burburinho aqui e desinteligências acolá, este é o da classe castrense. Mas não obstante o facto das Forças Armadas sempre terem sido muito «sensíveis» neste aspecto, diga-se de passagem que as autoridades do país souberam lidar com isso, mesmo nos momentos em que o «equilíbrio» dos comandos dos três ramos das Forças Armadas se revelava de certa maneira frágil.

Actualmente, não é possível afirmar taxativamente que o pior já passou, mas há menos tormenta com o general Agostinho Nelumba «Sanjar» à frente do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, secundado por Pedro Neto (Cem da Força Aérea), Mateus Ângelo «Vietname» (Cem do Exército) e pelo Comandante da Marinha de Guerra. Aqui, também, há caso para dizer que o poder militar «escureceu», no que foi um acto de sabedoria e prudência. De resto, o mesmo fenómeno de equilíbrio deu-se na polícia de um modo geral, a começar pela de intervenção rápida, que está hoje mais em condições

de conter amotinados do que se tornar ela mesma num foco de rebelião. Por conseguinte, pode afirmar-se, com mais ou menos segurança, que se antes um motim já era muito difícil de imaginar, presentemente há muito menos probabilidade de vermos despoletar uma «guerra» de casernas. Valha-nos Deus, não ser propriamente no nosso país que mora a «síndrome da Guiné». Já estamos muito longe disso...

Onde eles param?

Nem todos os antigos membros do Governo «not coloureds», ao deixarem a máquina do Estado, compulsivamente ou por vontade própria, se tornaram grandes magnatas ou uns nababos a nadar em petrodólares. Certo, certo mesmo, é que ninguém está a passar mal ou a contar tostões...

Antigo ministro da Indústria, Manuel Duque é agora um consultor de empresas. Fruto de influências que angariou no passado, conseguiu um «tachinho» como Cônsul do Uruguai em Angola.

Depois das «guerras» que fez e lhe foram feitas enquanto foi membro do Governo, Emanuel Carneiro tornou-se hoje um respeitado professor universitário em Luanda. Já Sardinha de Castro continua ligado ao Estado, com um cargo de direcção no Porto Comercial de Luanda. Ora, se um estivador de um qualquer terminal dá um jeito à vida, então o nosso homem não pode estar a assar... sardinhas!

Monteiro Leal Ngongo foi acomodado na Embaixada de Angola em Moscovo. Ser embaixador é o exílio doirado de muitos. Não tem razões para reclamar seja o que for. Fátima Jardim também não o pode fazer. Até porque o pelouro das Pescas é dos que proporcionam algumas «alegrias» a todo aquele que por lá passar. «Fató» que não é nenhuma distraída não pode ter ficado a ver navios a passarem ao largo. Há muitos mais na lista, mas estes bastam para exemplo...

O peso do «vil metal»

Ao avaliar-se o fenómeno «coloured or not coloured», concluir-se-á que à perda de poder político os grupos mestiços e brancos responderam «encafuando-se» no reduto económico-financeiro. E agora talvez se coloque à discussão a questão de saber o que é mais importante: poder político ou poder económico?

Porém, convém notar que o poderio financeiro dos grupos brancos e mestiços encontra-se, essencialmente, no sector privado, onde souberam abocanhar o que há de mais apetecível.

Na realidade, hoje já dificilmente os encontramos no topo das grandes empresas estatais, também designadas de «estratégicas», cujas administrações «enegreceram». Os presidentes de conselhos de administração são em geral negros. Alguns casos: ao leme do Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (Fdes) está Paixão Franco; Mateus Neto é o Pdg da transportadora aérea nacional (Taag); Manuel Vicente é o «boss» da cobiçada Sonangol; Paixão Júnior e Generoso de Almeida estão ao comando dos dois bancos comerciais do Estado (Bpc e Bci); Arnaldo Calado dirige a central de diamantes (Endiama) e Lucrécio Costa e Rui Gourgel são os Pca's das duas grandes companhias de água e electricidade da capital do país – Epal e Edel. A Ene está sob a direcção de Eduardo Nelumba. O mesmo se passa nas direcções da imprensa pública, onde não se encontra sequer um branco ou mestiço para contar a história.

No fundo, Sílvio Vinhas (Porto Comercial de Luanda) e Eduardo Veloso (Unicargas) são dois «resistentes» mestiços à testa de «colossos» do sector empresarial do Estado. A influência indiscutível dos «not coloured» é exercida na iniciativa privada, para onde as suas atenções se viraram mal o país inflectiu a marcha em direcção à economia de mercado. Exemplo disso é a composição da direcção da Associação Industrial Angolana (Aia), em que Aurélio Cabenda é o único negro.

Passado comunista do Mpla já não atrapalha negócios

Aliança entre Angola e o então regime comunista soviético, usada por sucessivas administrações norte-americanas como argumento para municiar a Unita na guerra contra o MPLA, já não interfere nos negócios entre os Estados Unidos e o nosso país. Na verdade, no que toca ao petróleo, o grande «manã», Angola, um pouco por força dos contratos, outro tanto por ingenuidade e pela presunção de que era interminavelmente rica, nunca mexeu nos preços, nem mesmo em 1979, quando o barril de petróleo subiu de 16 para 29 dólares.

A América vivia uma crise de racionamento de combustível, mas Angola, envaidecida com o que pensava ser uma riqueza eterna, em momento algum tirou proveito da mesma. Jimmy Carter caiu, e subiu Ronald Reagan, a personalidade norte-americana que mais terá feito para elevar a Unita à condição de alternativa ao Mpla.

É muito conhecida em Washington uma observação de Ronald Reagan num encontro com Jonas Savimbi – que ele mesmo rotulou como «combatente pela liberdade»:



«Give the Stringers to the guy», isto é, «Dêem Stingers ao homem». Reagan fez essa observação num contexto em que mesmo no interior da sua administração havia sectores que viam com relutância a ideia de reforçar a assistência logística aos antigos rebeldes.

Anos depois, quando a administração despachou dois enviados para a Jamba onde iriam apanhar o que sobrara dos «Stingers», Savimbi mandou-os de volta para Joanesburgo, ponto de passagem, sem que os tivesse recebido. Enfim coisas que já lá vão, que os historiadores se encarregarão um dia de estudar.

Se mais alguma coisa o tempo levou foi a suspeita que animou as relações entre os dois países. Se em Washington desapareceram as iniciativas que travavam qualquer aproximação entre os Eua e Angola, por causa da opção política feita neste país a 11 de Novembro de 1975, em Luanda também se calaram as vozes que dizem que o Mpla continua a pagar o preço de ter sido um dia um «instrumento» da antiga União Soviética durante a guerra fria.

Os norte-americanos, sobretudo os republicanos que fizeram da Unita a grande força política e militar que era em 1991, provaram que na política não há aliados permanentes. Existem, sim, interesses permanentes. O Mpla, que viveu sempre desconfiado e ressentido com os americanos, aprendeu finalmente a entender a idiossincrasia da alta política. Levou tempo, mas finalmente aprendeu, por exemplo, que a separação de poderes não impede que um senador se pronuncie contra a administração.

Casa Branca

Jonas Savimbi, primeiro, José E. dos Santos ainda hoje

Jonas Savimbi foi o primeiro político angolano a visitar a Casa Branca. Fê-lo duas vezes: primeiro a convite de Ronald Reagan, que o baptizou com o nome de «combaten-te da liberdade» e depois sob proposta de George Bush pai, que nos 4 anos de mandato fez de Herman Cohen o continuador da política de engajamento construtivo, iniciada por Chester Crocker.

O princípio do engajamento construtivo ou «linkage», como se dizia entre nós, ditou primeiro a independência da Namíbia e, depois, a saída dos cubanos e as eleições em Angola. Porém, por altura das eleições em Angola, Jonas Savimbi - tal era o acesso aos diamantes - já era o líder da guerrilha mais autónoma do mundo. Mas a verdade é que depois das eleições o seu acesso à Casa Branca ficou irremediavelmente fechado. Os sinais de viragem vieram quando José Eduardo dos Santos passou a ir à Casa Branca «regularmente». Fê-lo pela primeira vez em Setembro de 1991, convidado por Bush pai. Voltaria ao salão oval mais três vezes. A 8 de Dezembro de 1995 foi recebido na Casa Branca por Bill Clinton, que reconheceu o Governo de Angola em Abril do mesmo ano. George W. Bush, o actual inquilino da Casa Branca, avistou-se com José Eduardo dos

Santos primeiro em Fevereiro de 2002, logo após a morte de Jonas Savimbi. A 12 de Maio deste ano, José Eduardo dos Santos voltou aos Estados Unidos. Foi a sua primeira visita oficial à Casa Branca. Como o tempo corre.

Mpla e Unita: que diferença isso faz aos dois?

Ninguém em Angola estará mais atento às eleições norte-americanas do que o MPLA e a UNITA. Um é poder, o outro, é a melhor, senão a única alternativa. Apesar de as relações entre Angola e os Estados Unidos já terem atingido a maioria, a verdade é que existem pequenas diferenças entre republicanos e democratas que podem ter influência na atitude dos Estados Unidos perante Angola. Vejamos o que pensam fontes do Mpla e da Unita a este respeito:

Unita: Perdemos o terreno por culpa própria

A Unita acredita que Angola beneficiará se a próxima administração for mais sensível para questões como «a boa governação e o papel da sociedade civil». Isto parece ser mais admissível com uma administração democrática. «Os democratas são mais sensíveis a questões como a corrupção, direitos humanos, boa governação, enfim questões sociais. Por outro lado temos a ténue esperança de que se Kerry for para à Casa Branca, a sua mulher, Teresa Heinz Kerry, moçambicana de nascimento, fará alguma coisa por África».

Porém, para a Unita, na verdade, pouca diferença fará se o vencedor for Kerry ou Bush. Perdeu muito terreno e a base conservadora do Partido Republicano que seguiu as suas posições no tempo da guerra-fria «já não tem a influência que tinha». Russel Feingold, senador democrata (conservador) do Wisconsin continua a ser um homem influente, mas segundo a própria Unita «já não tem como ultrapassar a influência de empresas como a Halliburton, a que está ligado o vice-presidente norte-americano Dick Cheney».

A Unita entende também que se perdeu terreno, em parte foi por culpa própria. «Reagan deu-nos os Stringers, Bush pai um grande empurrão, mas acabamos por esticar demasiado a corda». A Unita ou, se quisermos, Jonas Savimbi, nunca deu conta dos excessos. Nem mesmo o reconhecimento de Angola por Bill Clinton, em Maio de 1994, e a classificação do Galo Negro como uma ameaça extraordinária à segurança externa dos Eua demoveram o antigo líder rebelde das suas convicções.

Ainda assim, a Unita acredita que tem razões para estar tranquila. «Dispomos de acessos nos Eua que não são comuns a nenhum outro partido político do mundo».

Mpla Republicanos são mais pragmáticos

Eliminados os rancores da guerra-fria, o Mpla conseguiu, finalmente, perceber que era impossível mudar a forma como se faz política na América. Ao invés de dizer que o comunismo nunca existiu, provou que tinha um compromisso com a democracia. A isso juntou um grande trunfo: a intransigência de Jonas Savimbi, que desafiou a ONU e os próprios americanos.

Com a morte deste, em 22 de Fevereiro de 2002, o Mpla deixou de ser uma das partes, para passar a ser o «principal actor do processo angolano». Depois disso empreendeu uma cavalgada. Até 1994 Angola não era um país reconhecido pelos Eua e José Eduardo dos Santos apenas visitara a Casa Branca uma vez, isto é, em Setembro de 1991. De 1995 a 2004 José Eduardo dos Santos visitou a Casa Branca três vezes, Angola foi reconhecida e os Estados Unidos lançaram a famosa Comissão Conjunta Bilateral. Ainda que esta Comissão, formada no segundo mandato de Clinton, tivesse sido destituída por George Bush filho, a verdade é que em sectores próximos do Mpla são mais expressivas as memórias da relação com a administração republicana, do que com a de Bill Clinton. Fonte do Mpla avalia os republicanos como sendo mais pragmáticos. «Eles só desfizeram a Comissão Conjunta Bilateral pelo facto de que ela não estava a servir nenhum dos países, mas por outro lado já provaram por actos próprios que são mais expeditos que os

democratas».

O Mpla, tal como a Unita, também acredita que os republicanos, enquanto administração, são mais «soft» do que os democratas em questões sociais. «Os democratas apostaram muito mais no reforço do papel da sociedade civil e na capacitação dos partidos políticos».

Ao contrário da Unita, o Mpla vê os republicanos mais propensos a questões africanas. «Lançaram o chamado 'Millenium Challenge Account Challenge', um programa de assistência aos países que mostraram sinais de boa governação; aguardam do Congresso resposta para um pedido de 15 biliões de dólares para o combate à Sida em África e alargaram a portaria de comércio preferencial conhecida como Agoa que, sob administração republicana, resultou na criação de empregos no Madagáscar e no Lesotho». Ainda assim, fonte do Mpla acredita que mesmo que muitos africanos pudessem votar em Bush ele perderia a eleição em África por causa da guerra por causa da guerra no Iraque. O Mpla entende, por fim, que a maior coincidência entre os actuais governos é determinada pelo petróleo. «Tanto eles como nós temo-lo como prioritário». Numa outra perspectiva, o Mpla sugere que estão enganados todos aqueles que tomam os republicanos como condescendentes em relação à corrupção. «A conversa com eles pode começar sempre no petróleo, mas acaba sempre na necessidade chegarmos a um acordo com o Fmi».

Independentemente dos resultados eleitorais
Angola tem espaço garantido na política externa dos Eua

Qualquer que venha a ser o resultado das eleições presidenciais americanas de 2 de Novembro próximo, Angola encontrará um espaço naquilo que vier a ser a política africana de Washington. Razões de segurança internacional – tal como aconteceu durante os primeiros anos da administração Bush com o caso do Iraque no Conselho de Segurança das Nações Unidas, poderiam influenciar a cadência das relações entre os dois países. O combate ao terrorismo internacional, a necessidade de se preservar a estabilidade no Golfo da Guiné para garantir a exploração petrolífera na África Ocidental e o acesso do crude aos mercados ocidentais poderiam continuar a ser tópicos de discussão entre Luanda e Washington, tanto sob uma administração republicana como democrata. Nesta estratégia americana, a boa governação e a transparência na gestão da coisa pública seriam componentes importantes para evitar que Estados africanos sejam reféns de elites políticas corruptas, tornando países em potenciais candidatos para a eclosão de mais guerras civis ou em terrenos propícios para operações de financiamento e treinamento de grupos terroristas internacionais.

À medida que se for aproximando 2006, os Estados Unidos da América passarão a prestar maior atenção aos desenvolvimentos em Angola, nomeadamente o processo conducente à realização das próximas eleições. O seu interesse será motivado, em parte, pela importância da legitimação plena e democrática do poder em Angola.

Neste contexto, admite-se que Washington venha a reiterar a sua disponibilidade para assistir o Governo angolano na preparação das eleições anunciadas para que estas decorram num ambiente de abertura política e dentro das melhores condições de liberdade e segurança, de forma a atribuir credibilidade internacional ao processo eleitoral.

Nos próximos anos, qualquer que venha a ser a próxima administração, a sua política em relação a Luanda assentará, eventualmente, na assumpção de que «o que interessa não é o resultado das eleições», mas a validade de um processo que contribua para a realização de futuras eleições em Angola num maior e melhor ambiente democrático.

Angola – La Lettre du Continent

Nº 456 14/10/2004

ANGOLA

Qu'est devenu Arcadi Gaydamak?

Dans l'affaire de l'Angolagate, les tribulations franco-angolaises de Pierre Falcone ont éclipsé son ancien associé : Arcadi Gaydamak. L'homme aurait mis son chapeau de paille? Enquête.

Comme toute une partie des anciens généraux angolais, Arcadi Gaydamak qui "voyage" entre Tel Aviv, Moscou et Luanda s'est "reconverti" dans l'agriculture. Une opération "verte" qui le maintient en odeur de "sainteté" auprès de la nomenklatura locale, à commencer par le président José Eduardo dos Santos (ce dernier étant lui-même de plus en plus sous l'influence du patron de la Sonangol, le tout puissant Manuel Vicente).

Arcadi Gaydamak possède une ferme - Terra verde - à 30 km de Luanda. Elle s'étend sur 350 ha, dans lesquels il affirme avoir investi près de 30 millions \$, à la fois pour viabiliser le terrain par la construction d'une route d'accès, l'adduction d'eau et l'électrification ainsi que pour irriguer un sol auparavant aride. A présent, la ferme produit 22 variétés de fruits et légumes, plus de 1 000 t par an de poulets et 21 millions d'œufs. Ses produits sont en vente dans les magasins à Luanda, à des prix inférieurs aux importations en provenance de l'Afrique du Sud et du Brésil. Après dix-huit mois de montée en puissance, à la place des deux années qui étaient prévues, Terra verde couvrirait 5% des besoins en produits agricoles de l'Angola.

La ferme dispose d'une école agronomique où l'enseignement est gratuit, d'un "économat" et d'un restaurant ainsi que d'une grande aire de jeux pour les enfants. Devenue une destination de choix des Luandais pendant les week-ends, Terra verde attire jusqu'à 3 000 personnes par jour. Arcadi Gaydamak projette d'investir 120 millions \$ supplémentaires dans l'essor agricole de l'Angola de l'après-guerre civile. Il affirme également boucler le montage financier pour le barrage hydroélectrique de Capanda (550 mégawatt), soit un montant de 235 millions \$. Une future usine d'aluminium, dont la construction coûtera 250 millions \$, devrait bénéficier de l'électricité abondante pour produire 100 000 t d'aluminium par an. Qui va encore oser critiquer ce "bienfaiteur" du peuple angolais et rappeler les fantastiques montages financiers de la dette russe à l'égard de l'Angola ?

Moins rusé que son "associé" Gaydamak, Pierre Falcone et son nouvel avocat Pierre-Antoine Veil (qui serait moins boutefeux que les autres), est de son côté toujours attendu à Paris par le juge Philippe Courroye qui instruit le dossier de l'Angolagate. Le deal serait le suivant : Pierre Falcone rentrerait s'expliquer mais ne serait pas mis en prison compte tenu de son immunité diplomatique comme représentant de l'Angola à l'Unesco. Le ministre français des affaires étrangères Michel Barnier se rendra à Luanda d'ici la fin de l'année pour une déclaration subliminale sur le fait que l'achat d'armements par l'Angola en 1993 n'était pas un trafic d'armes, comme avait cru le comprendre l'ancien ministre de la défense, Alain Richard ! Ensuite, il ne restera plus qu'à distribuer des casquettes et des gadgets Total a tutti quanti et danser à la lumière des torches pétrolières.

N° 455 30/09/2004

ANGOLA

A. Kanganjo T. Savimbi

Les arnaques nigérianes avec les "héritiers" de personnalités africaines qui cherchent un compte en banque discret et amical pour y transférer les centaines de millions de dollars que "Papa" a laissées, continuent de plus belle. L'un des faux documents qui circulent en ce moment à Paris concerne Araujo Kanganjo Tao Savimbi, l'un des fils de l'ancien chef de l'Unita. Il s'agit d'une déclaration sous serment enregistrée à Cotonou (Bénin) auprès de M^o E.D Dosseh-Adjanon. Dans ce faux document, Araujo Kanganjo T. Savimbi fait état d'un montant de 250 millions \$ que lui aurait laissé son père et qui a été déposé "auprès d'une société de dépôt et consignation" domiciliée à Paris. Après des péripéties avec la police qui l'aurait expulsé vers l'Angola et l'aide d'un certain "Mamady Conde", le (faux) fils Savimbi réapparaît avec un document des autorités angolaises certifiant "la non-criminalité des fonds" qui "peuvent lui revenir de droit. Une arnaque très élaborée pour "taxer" de l'argent sur le compte du premier pigeon crédule...



<http://www.embangola.at/contactspresident.htm>

President of the Republic:

H.E. José Eduardo dos Santos

Staff in the Office of the Presidency:

- Civil Affairs: Carlos Maria da Silva Feijó - Military Affairs: Manuel Hélder Dias
"Kopelipa" - Diplomatic Affairs: Carlos Alberto Saraiva de Carvalho Fonseca - Economic
Affairs: Augusto Archer de Sousa Mangureira - Legal Affairs: Carlos Manuel dos Santos
Teixeira

041026 Ano 2 - N^o 84

Governo felicíssimo da silva com alta do preço do petróleo

Como e onde gastar os milhões que aterram nos cofres do Estado?

A meio desta semana, o preço do barril de petróleo oscilou entre 53 e 54 dólares. Há um mês, com o barril na casa dos 40 dólares, o Governo admitira que já tinha encaixado 250 milhões que estavam fora das suas previsões. Com a instabilidade no Médio Oriente e a crise na Nigéria é provável que Angola venha a registar a entrada suplementar de 80 a 100 milhões de dólares até ao final do ano. Não havendo sinais da realização proximamente da conferência de doadores, sendo certo, porém, que a comunidade internacional está atenta a entrada deste dinheiro, o Semanário Angolense selecionou algumas entidades angolanas e uma estrangeira (o Professor norte-americano Gerard Bender) às quais pediu que respondessem a três perguntas: 1. Como pensa que o Governo deve aplicar este dinheiro? 2- Acredita que o Governo poderia ver-se tentado a congelar esse dinheiro para beneficiar o Mpla nas próximas eleições? 3- O Governo não se pronunciou até aqui sobre o destino que deu ao dinheiro (70? 80? 100 milhões de dólares?) resgatado de bancos suíços. Acredita que ele seja suficientemente aberto para dizer aos angolanos o que vai fazer do dinheiro extra vindo do petróleo?

Gerald Bender (Eua)
Professor Universitário

**«É óbvio que as prioridades devem ser
a educação e a agricultura»**

Como deveriam ser aplicados estes fundos? É necessário pensar-se, primeiro, no seu impacto a curto e a longo prazos. Existem, obviamente, várias prioridades a curto prazo, que vão desde a reparação de estradas e de pontes ao fornecimento de energia e água. Tudo isto poderá resultar na melhoria do dia a dia dos angolanos. Porém, gostaria de me concentrar nos benefícios a longo prazo. É minha convicção que está na hora dos angolanos pensarem sobre o seu futuro, devendo começar por investir na educação e na agricultura.

Todos os estudos sobre desenvolvimento indicam que o ensino é um sector prioritário no que toca a investimentos. Angola tem grandes carências nesta matéria, investindo menos de um terço do que fazem os outros países da SADC. Na verdade, diríamos que em matéria de ensino – do primário ao universitário – Angola despende anualmente menos do que aquilo que a Universidade do Cabo, que é apenas uma das 25 universidades sul-africanas, despende a cada ano. No orçamento em vigor estão previstos 40 milhões de dólares para a Universidade Agostinho Neto, sendo que 5 milhões deveriam ir para a Faculdade de Medicina.

Precisando desesperadamente de médicos, como pode Angola prepará-los com um orçamento para a Faculdade de Medicina fixado em 5 milhões de dólares? Numa perspectiva mais alargada diria que a minha universidade, a USC – Universidade da Califórnia do Sul – que é apenas uma das 4168 universidades americanas, tem um orçamento anual de 1.5 mil milhões de dólares, ou 1.5 biliões como se diz na gíria angolana, dos quais 260 milhões cabem à Faculdade de Medicina.

Indo por partes diria que o primeiro investimento na educação deveria ser o aumento substancial dos salários dos professores a todos os níveis, de forma a atrair mais e os melhores. É mau e perverso que para sua sobrevivência, alguns professores tenham que sucumbir ao suborno alimentado por alguns encarregados de educação.

Por outro lado, deveria ser massificado um sistema de concessão de empréstimos e bolsas de estudo, com o qual nenhum estudante qualificado viria o seu acesso à universidade rejeitado por falta de dinheiro. A concessão de empréstimos e de bolsas não deveria, em nenhum caso, ser confinado à Universidade Agostinho Neto. Estão a ser formados agora em boas universidades privadas angolanas médicos, economistas, engenheiros, etc. etc. O sistema que proponho deveria servir também os alunos inscritos nestas escolas.

Os estudantes mais dotados deveriam receber bolsas de estudo, enquanto que os outros estariam habilitados a empréstimos com taxas de juro baixas, a serem pagas num período de 10 anos. Este sistema triunfou nos Estados Unidos e noutras partes do mundo.

Estas bolsas de estudo e empréstimos deveriam ter como suporte primário o dinheiro resultante da alta do petróleo. O dinheiro «repatriado» da Suíça também deveria ser aplicado na constituição destes fundos. Alguns angolanos com largos milhões lá fora, dizem que estão a guardar o dinheiro para investirem em Angola numa melhor oportunidade. A oportunidade é agora, ajudando o país na educação das próximas gerações.

Entendo, também, que os actos de beneficência, ou doações ou ainda actos de caridade, pouco comuns em Angola, poderiam ser outra fonte geradora de receitas. Sei que existem algumas fundações em Angola - pequenas, diga-se - mas grande parte das doações que angariam é solicitada por estrangeiros. Voltando à minha escola, diria que qualquer um dos seus mais de 150 edifícios tem o nome da pessoa que fez a doação, como são os casos de Steven Spielberg e George Lukas. Existem angolanos que fizeram mais dinheiro do que aquilo que poderiam gastar com eles e com os seus filhos, logo porque não doar o dinheiro para construção, por exemplo, da Faculdade de Engenharia. Uma faculdade construída com doações poderia ganhar o nome do patrocinador. Por

exemplo, Faculdade de Engenharia Elísio do Povo, ou Faculdade de Medicina José do Povo. Assim, esses doadores poderiam deixar para a educação das próximas gerações melhor legado do que este?

Quase todas as escolas em Angola carecem de reparações. Ao invés de providenciar apenas o dinheiro, o Governo deveria assumir a liderança na mobilização, a título voluntário, de encarregados de educação e de estudantes para a reparação das escolas. Esta estratégia, que já vem sendo implementada pela BP amoco, poderia «contagiar» todo o país.

As escolas têm que estar equipadas com carteiras. Há 21 pequenas fábricas em Benguela que vêm produzindo carteiras escolares, estando também em construção fábricas maiores em Luanda. Um investimento nesta área depende de um compromisso do Governo em dar a cada aluno uma carteira.

Resumindo, Angola tem necessidades imediatas como o fornecimento de água e energia, recolha de lixo. Investir nesta área teria um impacto no dia a dia dos cidadãos. Tendo em atenção as eleições de 2006, receio que os dirigentes do Mpla apostem em estratégias de impacto imediato. Seria muito bom, entretanto, que estes líderes pudessem pensar um pouco também no futuro deste país a longo prazo. Tenho defendido o princípio de que este dinheiro que chegou de forma «inesperada» deve ser aplicado na educação. A agricultura é outra área vital para o futuro onde este dinheiro devia ser investido.

No tempo colonial, Angola produzia comida suficiente para alimentar os angolanos, exportar e conseguir dinheiro extra. Desde que a guerra terminou em 2002, Angola conseguiu milagrosamente mais dos seus 4 milhões de deslocados. Há necessidade de se investir nestas pessoas, de forma a ajudá-las a sobreviverem e a ajudarem o país a crescer. Angola continua a depender da comunidade internacional para alimentar a sua população. Logo, é obvio que a agricultura é uma área onde o dinheiro proveniente do petróleo deve ser investido.

Um programa de expansão da agricultura lançado em 1960 no planalto central – o celeiro de Angola – aumentou a produção em 4, 5 vezes mais, não tendo, no entanto, havido um grande investimento. Por conseguinte, é mais uma questão de organização do que de dinheiro, e organização não tem sido um dos pontos fortes deste Governo. Logo, este dinheiro deveria ser investido também na melhoria da eficiência do Governo e na implementação de políticas agrícolas.

Em resumo, educação e agricultura deveriam ser as áreas de grandes investimentos durante a guerra. Todos os governos investem no futuro dos seus países. Os lucros decorrentes da subida do preço do petróleo dão ao Governo meios para atingir este fim. Como o Governo vai gerir estes fundos, deverá ser uma questão crucial nas próximas eleições.

«O Governo não embarcará em euforia despesista»

Aguinaldo Jaime
(*Ministro Adjunto do Primeiro Ministro*)

1. Nenhum analista previu, no início do ano, que o preço do petróleo conheceria os altos níveis em que ele hoje se encontra. Do mesmo modo, é difícil prever durante quanto tempo mais o preço se manterá nos actuais patamares. Todavia, parece pacífica a ideia segundo a qual o preço actual do crude não é sustentável, a médio e longo prazos, já que alguns dos factores, que estão na base da subida do preço, têm natureza extra-económica. De facto, embora se assista a um incremento da procura provocado pelo crescimento industrial da China e da Índia, há a referir outros factores, igualmente de peso, como a instabilidade no Iraque e no delta do Níger, na Nigéria, que é a zona de maior produção nesse país africano, e a incerteza quanto ao futuro da maior empresa petrolífera, na Rússia. Assim, neste quadro, de grande volatilidade do preço do crude, a melhor política é a prudência orçamental, inimiga da euforia despesista, sobretudo ao nível da despesa corrente.

Para 2005, e apesar desta receita extraordinária, proporcionada pela actual subida do

preço do crude, o Governo não vai embarcar em nenhuma euforia despesista. Pelo contrário, o Governo vai prosseguir a sua política de consolidação fiscal, reduzindo a despesa corrente e aumentando a despesa com o Sector Social, sobretudo com a Educação e a Saúde. O Governo aumentará, igualmente, a despesa com investimentos estruturantes, em infra-estruturas que potenciem o relançamento, no País, da actividade económica produtiva, sobretudo a não petrolífera. Só assim poderemos vencer a fome, a miséria, a doença e o analfabetismo e aumentar o emprego. Sendo o nosso Orçamento Geral do Estado estruturalmente deficitário, a receita extraordinária conseguida, e que é objecto de contabilização e gestão separadas, no quadro do Fundo do Tesouro Nacional, juntar-se-á à receita ordinária para financiar a despesa em 2005, nos termos já descritos.

Em obediência ao imperativo da transparência na gestão da coisa pública, o Governo e a Assembleia Nacional, por um lado, e a opinião pública nacional e internacional, por outro, serão regularmente informados sobre o uso dado aos dinheiros públicos, em geral, e o uso das receitas petrolíferas, em particular.

2. O benefício ao Mpla, a haver, só poderá ser indirecto. Na verdade, sendo o Mpla o sustentáculo político do Governo, uma melhoria global da situação económica e financeira do país, com reflexos directos no bem-estar e na qualidade de vida dos angolanos, beneficiará, obviamente, o Governo e, em última análise, o Mpla. Não é possível, pelas regras de gestão hoje em vigor, e pelo escrutínio interno e externo a que estão sujeitos os actos de gestão financeira do Estado, usar dinheiros públicos para benefício directo de um qualquer partido político. O Mpla beneficia dos subsídios que a lei confere aos partidos políticos. Outros recursos só poderão ser provenientes de receitas próprias, nos termos da lei. Para os mais cépticos, que acham que Angola parou no tempo e que nenhuma transformação têm ocorrido, na gestão dos recursos públicos, permito-me citar uma passagem do último comunicado do Fmi, publicado após a missão de 21 de Julho, em Angola: «As recentes melhorias relativas à transparência, em especial no tocante às receitas petrolíferas, à dívida externa e às operações envolvendo a Sonangol resultaram numa clarificação louvável relativamente à posição fiscal do Governo, em 2003.» Não creio que, em matéria de transparência, possa haver instituição mais insuspeita do que o FMI.

3. O «dossier» dos dinheiros congelados na Suíça ainda não chegou ao fim, prosseguindo as diligências diplomáticas para a sua conclusão. Por tal razão, nenhuma informação foi, por ora, prestada aos angolanos. Quando tudo terminar, estou firmemente convencido de que os angolanos serão de tudo informados, no quadro das novas regras em vigor, de transparência e boa governação, que levaram, por exemplo, o Governo Angolano a divulgar o montante dos bónus petrolíferos, percebidos aquando da renovação da concessão de Cabinda, bem como a anunciar, publicamente, o montante das receitas adicionais percebidas, no primeiro semestre, em virtude da actual tendência altista do preço do crude. Já houve quem tivesse questionado os valores divulgados. Para refutar tais objecções, teria de alongar-me em considerações sobre a estrutura dos Contratos de Partilha de Produção, o «cost oil», o «profit oil» e a problemática dos subsídios orçamentais aos preços dos combustíveis, o que me levaria, suponho, a extravasar o âmbito desta consulta.

«O Governo deveria priorizar redução dos déficits alimentares»

João Gonçalves
Economista

1- O dinheiro extra pode ser considerado como poupança que deve ser orientado para o investimento prioritário. Aliás, esse é o grande desafio em todas as economias que têm na exportação de petróleo a sua grande fonte de receita: como difundir os efeitos dessa receita em benefício de toda a sociedade.

A primeira prioridade seria reduzir os déficits alimentares que incidem, negativamente, tanto no prolongamento da pobreza como no peso das importações. Um sistema de crédito à produção agro-alimentar teria como efeito melhorar a oferta interna desses

produtos e permitia transferir despesas de importação de bens de consumo para bens de equipamento. Seria uma mudança radical na estrutura do mercado interno e pode ser feito por duas vias.

a) A via clássica do empréstimo às pequenas e médias iniciativas, quer de tipo empresarial ou de tipo campesinato-familiar, sob condições monitoradas mas abordáveis, acompanhado de vantagens fiscais durante um certo período. Estas vantagens podem ser extensivas a empresas de maior porte.

b) A via da diversificação de bens manufaturados no campo ou nas periferias rurais, como estímulo à produção comercializável.

A segunda prioridade é investir seriamente na recuperação e conservação de infra-estruturas, na medida em que a reanimação econômica tem nelas um dos eixos decisivos: abastecimento de água e energia compatíveis com o potencial nacional; vias de escoamento que garantam normal circulação de pessoas e bens; meios de telecomunicação fiáveis.



2 - O congelamento desse dinheiro (no sentido da sua não aplicação ou guarda-lo para qualquer outra utilização posterior) seria um erro político, na medida em que não é possível impedir a sociedade de se interrogar sobre o aumento de receitas sem efeito sobre as condições de vida. Como também seria um erro reservar esse dinheiro para pagar dívidas, obedecendo a imposições de algumas instituições financeiras internacionais. Angola terá uma situação financeira tanto mais sadia quanto mais

depressa recuperar do ponto de vista da capacidade produtiva. E qualquer formação política será tanto mais forte quanto mais responder às exigências sociais.

3 - Uma das características de Angola hoje – e de todo o mundo – é a forma e rapidez como as informações circulam. Já não é possível impedir esse fenómeno que, ou se passa de forma aberta ou paralela. A informação é considerada por várias escolas de pensamento económico como o principal «custo de transação», sendo mais eficazes aqueles operadores que melhor a saibam tratar. Por outro lado, a informação é um direito humano do qual ninguém abdica. Nestes termos, qualquer Estado tem o dever de transparência.

4 - Além do que opinei na primeira pergunta, posso acrescentar, como dado óbvio, que o sucesso daquelas medidas vai depender do avanço na formação dos recursos humanos. No momento, Angola não tem os recursos humanos necessários ao aproveitamento e transformação dos seus recursos naturais. Quer dizer que qualquer programa de estímulo à produção e à recuperação, deve estar aliado à educação e contribuir para ela. Em definitivo, é a multiplicação das iniciativas produtivas que gera mais meios para financiar um sistema de educação de bom desempenho.

[Voltar](#)

Um cansou-se de esperar, outro desiludiu a torcida
Chivukuvuku e Samakuva em inevitável rota de colisão

Os dilemas de um «actor principal» que precisa de um «duplo» para as cenas difíceis e perigosas

Severino Carlos

A discussão sobre o candidato às presidenciais pode vir a provocar um novo realinhamento da Unita. Tanto quanto este jornal logrou apurar, são cada vez mais evidentes os sinais de desconforto entre Isaiás Samakuva e Abel Chivukuvuku em relação a essa questão.

Chivukuvuku sempre teve aspirações à liderança da Unita, ainda nos tempos de Jonas Savimbi, algo, aliás, que lhe acarretara alguns dissabores junto daquele. Quando Savimbi

soube das pretensões do seu jovem turco não hesitou e encostou-o às boxes. Devido a esse incidente, «Chivuku» deixou-se estar quieto, embora remoendo o seu velho orgulho, acicatado pela ideia de que depois da morte de Tito Chingunji era ele o preferido dos americanos para suceder a Jonas.

Além do mais Chivukuvuku também soube ouvir os sussurros dos militantes mais velhos que o aconselhavam a esperar por melhor ocasião, já que ele é relativamente jovem. No congresso de Viana correram rumores segundo os quais entre Abel e Samukuva teria havido um pacto de cavalheiro: o primeiro deixaria a liderança do partido nas mãos do segundo, em troca da candidatura às presidenciais.

Se houve ou não um acordo entre ambos, isso é matéria para alimentar outras tertúlias. Mas que Abel Chivukuvuku, cansado de esperar, quer tentar a sua chance já agora que Isaías se mostra um líder frágil, parece ter ponta por onde se pegar. Há quem diga que a coberto da sua posição de secretário para os assuntos eleitorais e constitucionais, o que na prática quer dizer que é o homem encarregue de preparar a máquina eleitoral do partido, Chivukuvuku tem aproveitado para levar a água ao seu moinho. Nessa qualidade, ele tem se desmanchado em viagens constantes às províncias, sendo caso para dizer que já visitou quase todo o país. Entre a liderança da Unita há quem esteja convencido de que ele tem usado estas viagens para gerir uma agenda que o deixe bem colocado para ser o candidato às presidenciais.

E é exactamente nesse ponto que estão os desentendimentos de Abel com Samakuva. Ambos dispõem de boas falanges de apoio na cúpula do partido e nas bases, mas nas hostes de Samakuva, o ambiente é de rachar. Aqui, pensa-se que Chivukuvuku, com muito menos de 50 anos, deveria continuar a esperar. «O Abel não deve ter pressa», dizem.

Na verdade, a legião de dirigentes que ainda continuam com Samakuva é essencialmente constituída pela chamada «Missão Externa» da Unita, que afinal não «destroçou». Mas sente-se que o seu desapontamento em relação a Chivukuvuku é algo que decorre mais do facto de esperarem que ele continue a ser o «duplo» para as cenas difíceis que o «actor principal» não pode fazer. Ou seja, o «artilheiro» de uma campanha em prol do actual presidente da Unita, nos moldes aliás do que sucedeu no congresso de Viana. Mas estando Abel com uma super disposição para correr por sua conta e risco, ele acaba por fragilizar ainda mais a autoridade já desgastada do presidente da organização.

Acredita-se, todavia, que merecendo este assunto uma discussão franca e aberta, a Unita tenderá a «esfarelar-se um pouco mais», segundo diz um dirigente desse partido. Além das «facções» reunidas em torno de Isaías Samakuva e Abel Chivukuvuku, surgiriam outras. E uma dessas seria, obviamente, a de Lukamba Gato que continua à espreita da sua oportunidade.

Mantendo uma atitude de quem não quer querendo, Gato não desmobilizou de todo. É certo que tem dado mais atenção aos negócios que criou, mas mesmo assim participa nas sessões regulares da direcção da Unita, onde está longe de ser omissos. Os seus palpites são engolidos a muito custo, mas são tidos em conta.

Curioso, no entanto, é que diante de uma eventual erupção do vulcão Gato, Chivukuvuku e Samakuva posicionar-se-iam tacitamente numa frente comum só para travá-lo. Aliás, desde o congresso de Viana, conclave que marcou o Outono político de Gato, que Chivukuvuku e Samakuva não têm perdido uma oportunidade para enfraquecê-lo ainda mais. Só que Gato colocou-se por detrás de um biombo, donde pode fazer papel similar a de um atirador furtivo, sem se expor demais aos disparos adversários. Frequentes vezes convidado para exercer uma função executiva na direcção do partido, Gato recusou ao ver que isso dar-lhe-ia uma exposição negativa.

A indicação de Marcial Dachala para substituir Victorino Hossi no ministério do Comércio foi vista como uma subtil manobra tendente a isolá-lo dos seus principais aliados.

Adriano Marcial Dachala, Lukamba Paulo Gato e Abílio Kamalata Numa compunham a tríade que dirigiu a extinta Comissão de Gestão formada após a morte de Jonas Savimbi. Dachala, ao que se tem visto, está mais cá do que p'ra lá. Mas Kamalata Numa ainda está com Gato, imitando-lhe, de resto, a estratégia: presente-ausente. Desde Fevereiro que se retirou para o interior também em negócios. Fonte da Unita disse ao Semanário Angolense que três carrinhas que estavam em sua posse ao tempo da Comissão de

Gestão acabaram por «evaporar-se»

Numa já foi visto no perímetro Bailundo/Andulo, mas nos últimos tempos foi localizado nas Lundas. No entanto, a fonte acima aludida indicou que ele tem vindo a Luanda com muito mais frequência. Pelo menos tem estado presente nas reuniões principais da direcção do partido.

[Voltar](#)

Pelo andar da carruagem, Samakuva não chega lá...

«Maninhos» estão à procura de melhor candidato presidencial

No «reino» da Unita, toda a concórdia é mera aparência. Um assunto que aquece em banho-maria, mas que dentro em breve poderá vir a revolver as águas e causar fortes redemoinhos entre os «maninhos», é o do candidato do partido às presidenciais. Nesta matéria, afinal de contas, a estória não está toda ela contada, ou seja, nem tudo está definido.

Quando Isaías Samakuva passou a liderar a Unita, os seus dirigentes assumiram de forma tácita que não se devia mexer nos estatutos, os quais preconizam que o presidente do partido deve ser o seu candidato às eleições presidenciais. Mas todos sabiam que estava ali um grande imbróglio, já que se isso era válido num contexto de liderança do tipo messiânica e incontestada da era Savimbi, a mesma filosofia podia não encaixar-se nos tempos actuais.

Mesmo assim, optou-se por dar o benefício da dúvida a Isaías Samakuva, na expectativa certamente de que ele pudesse trazer uma aura diferente à organização do Galo Negro, cuja filosofia de liderança assentava na unidade de comando, mas um comando protagonizado por um homem com punhos de ferro.

Ao invés de mão de ferro, Samakuva era um líder com punhos de veludo e todos estavam conscientes disso. Mas ainda assim as pessoas achavam que as qualidades menos guerreiras de um homem mais talhado para a diplomacia que outra coisa podiam adequar-se aos desafios de transformar a Unita de uma organização armada a um partido civil. De resto, quando, no conclave de Viana, Samakuva era copiosamente aclamado em detrimento de Lukamba Gato, estava-se exactamente a fazer essa escolha: experimentar uma liderança menos musculada que pudesse dar uma imagem diferente à organização: mais hodierna, urbana e moderna.

De lá para cá, porém, muita água já rolou por debaixo da ponte. Desapontados com a liderança pusilânime de Isaías Samakuva, hoje os militantes da Unita dão indícios de que gostariam de ver no seu lugar alguém mais activo. Alguém que não prossiga a estratégia equivocada de Samakuva, que ao estabelecer alianças com partidos pequenos expõe a Unita à vulgaridade, sendo rebocada em vez de rebocar a oposição.

Fonte da Unita que fez estas considerações ao Semanário Angolense usou um provérbio umbundu para ilustrar a situação: «Uma vaca não pode pastar com coelhos». Por outras palavras: «Samakuva está demasiado agarrado aos partidos pequenos, acabando por perder visibilidade na confusão de partidecos, facções e líderes que não conseguem encher uma sala de aula».

Pelo andar da carruagem, não tarda nada e a habitual unanimidade com que os «maninhos» vêem a matéria sobre o candidato presidencial poderá ser mandada às favas. Alguns sectores da Unita não vêem propriamente como um sacrilégio a ideia de passar-se um mata-borrão sobre os estatutos e o candidato presidencial não ser necessariamente o presidente do partido.

De resto, embora os dirigentes façam por manter as aparências – tudo em nome da santíssima disciplina partidária –, a verdade é que esse assunto ferve em fogo lento. Aliás, exactamente em nome da coesão é que ele não está agendado para a reunião da Comissão Política que começa esta segunda-feira. Mas fontes que têm acompanhado as últimas reuniões de cúpula dos «maninhos» – que já não têm seguido a antiga lógica do

unanimismo – não garantem que ele não possa de repente ser trazido à discussão, mesmo que lateralmente.

[Voltar](#)

Permanecer ou não, eis a questão
Unita e a guerra do Gurn

Comissão Política reúne segunda-feira, 25, com este assunto no topo da agenda

Quando, de segunda a quarta-feira da próxima semana, a Unita reunir o seu órgão de cúpula (Comissão Política), uma das questões mais sérias da agenda em discussão será, ao que soube o Semanário Angolense (SA) de fontes seguras, a sua participação no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (Gurn).

Tudo porque estão novamente a emergir no seio da Unita correntes que preferem que ela se retire totalmente do Governo, em lugar de efectuar uma simples mudança dos seus ministros. Esta visão radical já era defendida por alguns sectores do partido, logo após a formação de uma Comissão de Gestão que, a seguir à morte de Jonas Savimbi, assumiu a liderança da organização até à eleição de Isaias Samakuva no nono congresso, realizado em Viana, em Junho de 2003.

Os defensores desta «tese» entendiam que depois da guerra, essa seria uma forma da Unita conquistar o seu próprio espaço demarcando-se das mazelas provocadas por uma má governação. De resto, esta ideia também era estimulada por vários outros partidos da oposição que sempre viram no Gurn a emanação de uma lógica bilateral da política nacional.

Acabou, porém, por triunfar a lógica de uma larga franja do partido que achava que o momento por que passava então a Unita era de «grandes fragilidades» e isso desaconselhava qualquer posicionamento estratégico delineado fora do quadro do Protocolo de Lusaka. Como comentou a este jornal um membro do Comité Permanente da Unita, «prevaleceu a ideia segundo a qual o partido ganhava mais em permanecer junto das instituições do que fora delas». Foi esse, aliás, o quadro que justificou que a organização do Galo Negro tivesse rubricado vários «pactos de regime» com o Mpla, entre os quais o que ficou conhecido por «Acordo de Alvalade».

Quando, entretanto, o Presidente da República se pôs a arrastar uma pretendida remodelação ministerial, e sobretudo ao não dar uma resposta à proposta que a Unita fez chegar recentemente à Cidade Alta com vista à mudança do seu elenco no Governo, os defensores da ideia de «acabar-se com o Gurn» entenderam que era chegada a hora de voltar a atacar. Quando os dirigentes da Unita se reunirem, na cúpula de segunda-feira, esse será pois o momento para se voltar a discutir esta questão.

Ainda assim, fontes do Semanário Angolense que conhecem bem este assunto garantem que por mais tórrida que venha a ser a discussão, dificilmente a ideia de abandono do Gurn triunfará. Com ligeiras mutações nos argumentos, os «moderados» continuarão a defender a permanência do partido no Governo. Segundo ainda as fontes, para refrescar a memória aos «radicais», os «moderados» lembrarão o «disparate» de 1992, quando por causa dos resultados eleitorais os generais provenientes das Unita se haviam retirado das Forças Armadas recém unificadas. «Seria como passar um cheque em branco ao Mpla, cuja máquina partidária não teria nenhum reboço em explorar o assunto até ao tutano», salientou a fonte de SA.

No conceito das correntes moderadas, «se abandonasse o Gurn, a Unita seria fortemente censurada pela comunidade internacional», como aconteceu em 1992. Entendem também que a Unita pode continuar a ser Governo e oposição ao mesmo tempo, uma vez que «o espaço que o Mpla dá aos seus ministros não os desgasta como desgasta os seus próprios dirigentes que estão no Governo».

Seja como for, essa discussão parece não se esgotar no interior da Unita. Dentro do

partido no poder também há quem não entenda as razões que levam Jes a arrastar a remodelação, sobretudo após ter criticado, em Dezembro passado, o desempenho do Governo. Para alguns sectores do Mpla, o protelamento da remodelação não apenas diminui a eficácia do Governo como também traz problemas ao seu desempenho. Na opinião de muitos, é isso que leva a que até hoje o vice-presidente do Mpla, Pitra Neto, continue a ter um cargo no Governo, quando o seu partido tem necessidade dele a tempo inteiro. O mesmo pode ser dito em relação a Virgílio Fontes Pereira e Faustino Muteka, que acumulam funções partidárias e governamentais. As últimas, entretanto, relativamente a lista com os nomes propostos pela Unita para as alterações do seu elenco no Gurn, indicam que Jorge Valentim foi poupado.

[Voltar](#)

Multiperfil

Anatomia do «golpe palaciano» que derrubou Flávio Fernandes

Com os movimentos completamente tolhidos por Archer Mangureira, um rapaz que tem costas quentes no Futungo de Belas, ao «velho Bode» não foi dado nem espaço nem autoridade para reabilitar a desgastada imagem que trouxe de Malanje ao mesmo tempo que assistia, impotente, à delapidação da mais sofisticada unidade hospitalar do país.

Correia Filho



À recente exoneração de Flávio João Fernandes da presidência do Conselho de Administração da Clínica Multiperfil podem subjazer as costumeiras intrigas palacianas próprias do Futungo de Belas, onde a escalada para os postos mais apetecidos é geralmente acompanhada de coices e toda a sorte de golpes aos adversários, sejam eles reais ou simplesmente imaginários. Além disso, especialistas em Direito asseguraram ao Semanário Angolense que a exoneração de Flávio Fernandes conforma uma brutal violação da lei.

Nomeado a 18 de Setembro de 2002 pelo Presidente da República (decreto nº 64/02, de 08 de Outubro), após aprovação do Conselho de Ministros, Flávio Fernandes (e o seu único coadjutor Archer Mangureira) viu-se exonerado pelo ministro-chefe da Casa Militar da Presidência da República, o general Manuel Hélder Vieira Dias Jr., vulgo «Kopelipa», passados exactamente 718 dias.

A história, que acabou no afastamento do antigo governador de Malanje da PCA da mais sofisticada clínica detida pelo Estado angolano vem de longe.

Aparentemente, aliás, a exoneração pode ter a ver com um «braço de ferro» entre Archer Mangureira e Flávio Fernandes, que parecia querer apagar a má imagem deixada na sua passagem pelo governo de Malanje – antes tarde do que nunca –, onde foi tristemente célebre por pregar a política do «cabritismo» (o cabrito come onde está amarrado).

Quando Flávio Fernandes chegou à Multiperfil encontrou dois administradores, designadamente Archer Mangureira, que respondia pela parte de Administração e Finanças, e o cubano Ricardo Octávio Mazón Silva, a quem estava acometida a gestão da vertente Clínica. Contudo, um ano depois «nuestro compañero» era afastado da clínica e do cargo de médico pessoal do Presidente José Eduardo dos Santos em razão de «brincadeiras» que caíram mal no palácio da Cidade Alta.

Desse modo, o Conselho de Administração do hospital ficou reduzido a apenas dois membros e a partir daí o clima, que já era de cortar à faca entre ambos, foi-se adensando a cada dia que passava. A razão dessa «diferença» residia no facto de Flávio

Fernandes, enquanto presidente do Conselho de Administração (PCA), pretender, legitimamente, controlar a gestão financeira, já que Archer Mangureira só o fazia na pele de membro da Comissão de Gestão, cujo mandato terminou a 18 de Setembro de 2002 com a nomeação do Conselho de Administração.

Mas, «filho do Futungo», Archer Mangureira continuou a gerir sozinho as Finanças da Multiperfil e a ser efectivamente o «mandão», enquanto Flávio Fernandes nada via. Na verdade, só a escassos 34 dias da sua exoneração (mais precisamente a 30 de Julho de 2004) é que obteve autorização do Ministério das Finanças para assinar o expediente financeiro da clínica. Isto quer dizer que de 5 de Novembro de 2002, altura da tomada de posse do Conselho de Administração, a 29 de Julho deste ano, o ex-governador de Malanje passou literalmente 665 dias do seu consulado a ver navios. Trocado por miúdos, isso significa que na prática Flávio Fernandes só presidiu o Conselho de Administração durante 53 dias, ou seja, pouco menos de dois meses.

Acontece que mesmo a autorização do Ministério das Finanças, que permitia, finalmente, que Flávio Fernandes pudesse manusear as contas da clínica, era uma espécie de presente envenenado: da posse da autorização, a primeira coisa que ocorreu a Flávio Fernandes foi «endireitar» as contas de clínica, algo que só poderia fazer se «partisse» a espinha dorsal do seu colega. Mas, antes de qualquer outra decisão, «espreitou» as contas da clínica e ficou estupefacto com o que lhe foi dito pelos seus olhos. E num louvável exercício de redenção dos «pecados» cometidos em Malanje, Flávio Fernandes começou, efectivamente, a travar os excessos de Archer Mangureira (ver caixas).

De certo modo Flávio Fernandes foi bem sucedido nessa sua primeira empreitada. Embora não tivesse conseguido, em menos de dois meses, cobrir a dívida de Usd 5,6 milhões da clínica junto de fornecedores, operou, contudo, um pequeno «milagre»: conseguiu que entre Julho e Agosto se gastasse muito menos comparativamente aos períodos anteriores em que as contas da clínica estiveram inteiramente entregues a Archer Mangureira.

Animadíssimo com os primeiros resultados da sua gestão, Flávio Fernandes congeminava cada vez mais ideias para tirar a clínica do sufoco financeiro a que fora empurrada por Archer Mangureira. Tudo parecia andar sobre rodas e as perspectivas para a Multiperfil melhoravam substancialmente.

Mas cedo Flávio Fernandes compreendeu que a reforma financeira e administrativa da Multiperfil não iria a lado nenhum se ela continuasse a acolher, no seu seio, a erva nociva que ele e outros funcionários da clínica sabiam chamar-se Archer Mangureira. E seguindo o velho ditado segundo o qual quem não arrisca não petisca, no último dia 27 de Agosto (um dia antes do aniversário do Presidente da República), Flávio Fernandes dirigiu a José Eduardo dos Santos uma carta a sugerir algumas «mexidas» no Conselho da Administração da Multiperfil. Concretamente, o Pca da Multiperfil pedia a José Eduardo dos Santos o provimento da vaga deixada em aberto pelo médico cubano no Conselho de Administração e, de passada, sugeria, também, a exoneração de Archer Mangureira daquele órgão. Flávio Fernandes argumentava na carta que Archer Mangureira deveria ser afastado do Conselho de Administração «devido à sobrecarga de serviço que ele diz ter na Presidência da República» e pelo facto de não receber dele o «apoio necessário». Já avisado das tropelias que o «jovem turco» praticava nas finanças da clínica, Flávio Fernandes pediu, ainda, ao Presidente da República que instruisse o Ministério das Finanças ou o Tribunal de Contas para espreitem as contas visando «o melhoramento da gestão e apuramento de responsabilidades eventuais». Erro fatal!

José Eduardo dos Santos, que não gosta de ser corrigido, não reagiu à carta. Mas não se pense que «matou» o assunto. Para não constranger, com o próprio punho, o amigo que defenheu com dentes e unhas em Malange, Jes pôs em campo o chefe da sua Casa Militar. Quando ainda alimentava ténues esperanças de ver respondida a carta que enviara a José Eduardo dos Santos, Flávio Fernandes ficou completamente estarrecido quando viu o general Kopelipa a entrar-lhe pelo gabinete adentro e a apontar-lhe a porta de saída. O chefe da Casa Militar da Presidência da República levava consigo uma carta, por ele mesmo assinada, em que justificava a exoneração de Flávio Fernandes com a «necessidade de se imprimir uma melhor dinâmica na gestão da Clínica Multiperfil».

A carta, escrita em papel com timbre da Casa Militar e sem classificação específica, era

dirigida a Flávio Fernandes com cópia para Archer Mangureira e acrescentava que a exoneração de ambos decorria «de orientação superior» (sob proposta da tutela), sem, no entanto, referir quem era o superior e menos ainda quem era a tutela, já que é consabido que o Ministério da Saúde nunca teve «unhas» para interferir na gestão da Multiperfil.

Fontes do palácio presidencial contactadas pelo Semanário Angolense não descartam a possibilidade de o afastamento de Flávio Fernandes ter a ver com o facto dele estar a «estorvar» a ascensão política de Archer Mangureira, um rapaz de quem se diz ter laços de parentesco directo com o general «Kopelipa». As diligências de Flávio Fernandes visando o afastamento de Archer Mangureira foram também mal acolhidas porque elas coincidiram com o período em que o também assessor do Presidente da República começava já a ser preparado para enfrentar o desafio de ser o novo embaixador de Angola na China.

«Não ficaria bem que um homem (Archer Mangureira) já praticamente indigitado para representar o nosso país na China fosse confrontado com uma inspecção do Ministério das Finanças ou do Tribunal de Contas. O que é que pensariam os chineses?», interrogou-se ao SA uma fonte da Presidência da República que subscreve integralmente o «castigo» aplicado a Flávio Fernandes.

A exoneração de Flávio Fernandes fecha um dos períodos mais negros no ciclo de gestão do antigo governador de Malanje. Nos pouco mais de dois anos que esteve à cabeça da Pca da Multiperfil, Flávio Fernandes foi mantido à margem de todo o processo de gestão administrativa e financeira. O facto de o ministro-chefe da Casa Militar ter aprovado o orçamento da Multiperfil para 2004 sem que o ex-governador de Malanje lhe apusesse a sua respectiva assinatura – não o fez porque achava que os números eram exagerados – fala por si. Diz da grosseira desautorização ao Pca da clínica.

A Flávio Fernandes deve, finalmente, apontar-se a ingenuidade de ter acreditado nas instituições deste país. É que quando a 27 de Agosto «ousou» fazer algumas propostas a quem o nomeara, o «velho Bode» estava longe de imaginar que os seus dias já estavam contados. E como estavam!

Depois de haver gerido, durante anos a fio, a província de Malanje como lhe dava na real gana, Flávio Fernandes acabou literalmente aos joelhos de Archer Mangureira, um rapaz que até poderia ser seu neto. Como esta vida dá voltas...

Zangas de comadres?

Dos mais de cinco milhões de dólares em dívidas acumuladas pela clínica Multiperfil (durante a gestão de Archer Mangureira) junto de diversos fornecedores, o débito que mais chama atenção pelo seu lado caricato é a que diz respeito ao Hotel Panorama. Até Agosto passado o valor do montante devido era de Usd 683.942,15 mil.

Esta situação não deixa de ser estranha, visto que por altura da construção da Multiperfil tinha sido projectada também a edificação de casas para os médicos expatriados, vindos todos de Cuba ao abrigo de um contrato com a empresa cubana de comércio externo Antex, S.A.. As obras, aliás, chegaram a «arrancar» e de acordo com os planos de Flávio Fernandes deveriam estar prontas até Dezembro do corrente ano. Além disso, como o número de casas era superior ao de médicos, havia um plano para arrendar as excedentárias, de modo a entrar «algum» para os cofres da clínica.

Todavia, algum tempo depois, a Casa Militar da Presidência da República ordenou que a construtora sul-africana Group Five (a mesma que está a edificar o conhecido «Projecto Nova Vida») parasse as obras, igual atitude tomada com a empreiteira que a substituiu. A justificação é que os trabalhos só devem reatar quando fosse nomeado o novo conselho de administração. E é isso que causou apreensão em alguns círculos. Na verdade, é estranho que o general Kopelipa condicione a construção de casas para a Multiperfil à nomeação de um novo Conselho de Administração.

Sendo que geralmente o general «Kopelipa» é tido como ligado por fortes laços ao «Group Five», há quem cogite nos corredores do palácio presidencial que pode ter havido uma tremenda «zanga de comadres». Igual situação acontece com a espanhola Omfe, S.A., empresa que tratava da manutenção da clínica antes da Electronúcleo.

Muita gente familiarizada com o processo que levou à construção da Multiperfil ficou intrigada pelo facto de um dos principais «rostos» daquela firma ibérica ser precisamente António Muñoz, descrito como «colaborador» da Casa Militar e ligado à Emex, uma sociedade que se diz ter facilitado empréstimos da Espanha ao governo de Angola. De acordo com as nossas fontes, este «cortes» podem significar que há gato escondido com o rabo de fora.

Pedi à CM

Archer quis privatizar a gestão da Clínica

Apesar de ter sido exonerado na mesma altura em que foi também o PCA da Multiperfil e de a gestão da clínica estar a ser feita pela Casa Militar (CM) da Presidência da República, Archer Mangureira continua a agir como se ainda fosse administrador da unidade, segundo disseram ao Semanário Angolense fontes muito bem informadas. De acordo com as nossas fontes, uma prova disso mesmo é o facto de recentemente o antigo membro da Comissão de Gestão e, posteriormente, do Conselho de Administração da Multiperfil ter endereçado uma carta ao general «Kopelipa» sugerindo que a gerência do hospital passasse para uma empresa privada. Ao que o SA apurou, o ministro-chefe da CM da Presidência da República não foi na conversa e rejeitou linearmente a proposta. Isto porque tanto o general «Kopelipa» como outros dois oficiais superiores que tratam (com Dias dos Santos) da gestão corrente do hospital julgam que se dessem provimento a uma tal solicitação abririam um precedente muito sério porque administrativamente quem está exonerado não tem competência. Fazendo fé nas nossas fontes, a intenção de Archer Mangureira era, num eventual concurso público, beneficiar uma empresa na qual ele tenha interesses.

Terciarização suspeita *Mangureira de safra gorda!*



Uma das situações que mais «incentivaram» Flávio Fernandes a tentar colocar Archer Mangureira «na linha» tem a ver com aquilo que nos relatórios e contas (nunca apresentadas publicamente, como determina a Lei) são descrito com «serviços terciarizados». Durante o seu consulado, o também assessor da Presidência da República para a área económica contratou oito empresas para prestarem serviços à clínica. Até aqui não haveria nada de anormal, se, no entanto, os números não assustassem não apenas o então -presidente do Conselho de Administração da Multiperfil (ele que também se notabilizou pela forma pouca meiga com que multiplicava os números do erário público em proveito próprio) como também muitos outros trabalhadores. Há quem diga que em virtude de não ter havido concurso público para a maior parte dos serviços, Archer Mangureira poderá ter favorecido algumas entidades detidas por amigos. Um exemplo disso mesmo é a Camphotel, uma empresa do ramo de hotelaria e catering detida pelo cidadão angolano de nome José Mário, que é formado em hotelaria em Portugal e que há uns anos foi gestor do Hotel Presidente Meredien. Por obrigação contratual, anualmente a Clínica Multiperfil tinha de pagar Usd 1.800.000, 00 (é isso mesmo: um milhão e oitocentos mil dólares americanos!) apenas para alimentação dos doentes internados e dos trabalhadores, o que dividido por 12 dá a razão de Usd 150 mil por mês e de Usd 5 mil por dia. Na óptica de Flávio Fernandes estes valores não eram apenas assustadoramente altos como até certo ponto imorais para as cerca de 250 refeições diárias. O maior número (172) era servido à hora do

almoço, visto que a maior parte dos trabalhadores fazia o pequeno-almoço e o jantar nas respectivas casas.

Daí que, quando o ex-Pca tomou as rédeas do controlo financeiro tratou de baixar os números. Em Julho passado, por exemplo, cabimentou Usd 20 mil para a alimentação. Com esse dinheiro foi servida a mesma quantidade de refeições e, pasme-se, dele ainda sobraram Usd 3.060,00, que foram transferidos para o mês de Agosto, cujo valor para a mesma rubrica foi de apenas Usd 17.857,00. Esse dinheiro foi suficiente para não deixar doentes internados e trabalhadores passarem fome.

Estranhamente e apesar do milionário contrato que a vincula à Multiperfil, a Camphotel não só usava a própria cozinha da clínica – não há registos que para isso tenha pago algum dinheiro – como quando houvesse qualquer avaria nos equipamentos, as despesas de reparação corriam por conta da entidade contratante! Eureka. Intrigante também é a clínica despende anualmente Usd 6 mil, pagos a Maisal, Lda. para os serviços de cafetaria, quando estes poderiam ser acoplados aos de alimentação prestados pela empresa de José Mário.

Não menos estranho é o facto de o mesmo detentor da empresa que fornecia a alimentação (José Mário) ser igualmente um dos proprietários da Electronúcleo, a firma que trata da manutenção da clínica. Anualmente, para reparar o gerador ou o sistema de ar condicionado, essa sociedade vê entrar nos seus cofres algo como USD 700 mil, o que não deixa de ser um exagero, visto que as despesas com material de reposição ficam por conta da clínica.

Aparentemente, esse montante pode até ser razoável porque antes a Multiperfil desembolsava USD 1,5 milhão para pagar a empresa espanhola OMFE, S.A.. Só que, neste caso, a clínica não mais pagava as peças de reposição, além de que, ocupava-se também da área de electromedicina e da manutenção dos telefones. Entre outros serviços. Por outro lado, segundo as nossas fontes, do ponto de vista técnico era muito mais capaz e possuía pessoal melhor qualificado. «A Electronúcleo, que ficou com os serviços sem concurso público, foi criada em 2003, o que faz desconfiar que o seu surgimento foi um 'arranjinho' para que se ocupasse precisamente da Multiperfil. Tanto é assim que arregimentaram às pressas alguns trabalhadores que serviam antes a OMFE, S.A.. Do mesmo modo, a Camphotel só foi criada em 2001, altura em que foi aberta a clínica. Isso é coincidência a mais», suspeita uma das fontes que pediu para não ser identificada. E ela acrescenta: «Isto quer dizer que, feitas as contas, pode ser que pelo facto de a Multiperfil pagar as peças de reposição o valor remunerado à Electronúcleo seja superior ao pago à OMFE, S.A.».

Pessoas que lidam geralmente com este tipo de empreendimentos acham estranho que uma obra no valor de USD 21 milhões, como foi o caso da clínica Multiperfil, não tenha beneficiado da parte do construtor de pelo menos 5% ou 10% desse montante para peças de reposição em caso de avaria, o que é comum em negócios do género.

A raia também os terrenos do escândalo está o contrato de Usd 402 mil/ano (quase meio milhão de dólares!) que a administração de Archer Mangureira firmou com a francesa Shrm. Inicialmente chegada a Angola a reboque da Elf Aquitaine para cuidar de aspectos logísticos da petrolífera gaulesa, ela meteu-se também no «negócio do lixo» e passou a ocupar-se da limpeza da clínica Multiperfil, com o que ganha aquele chorudo montante. E, note-se, a empresa não dá nenhum tratamento especial ao lixo clínico em razão de haver no hospital uma incineradora para o efeito.

Esse montante, que representa Usd 33,5 mil por mês, é considerado avultado por especialistas contactados pelo Semanário Angolense. Estes afirmam que em média as mais credenciadas empresas de limpeza do mercado pedem a volta de Usd 20 mil por mês.

[Voltar](#)

Dinheiro a vazar por todos os lados

Médico cubano serve o andebol e brasileiro «passeia-se» em casa

Elogiado de forma exuberante pelo Jornal dos Desportos por ter publicado, em tempo considerado útil – como se isso fosse algum favor - o relatório e as contas da Federação Angolana de Andebol (Faa), de que é presidente, Archer Mangureira não agiu com a mesma destreza na clínica Multiperfil que ele geriu durante quase quatro anos, incluindo o período em que a assinatura do nomeado Presidente do Conselho de Administração (Pca) não valia para efeitos de movimentação de contas.

Nesse período, Archer Mangureira não se dignou fazer o mesmo que fez na FAA. Ou seja, jamais publicou qualquer relatório ou contas da clínica que ele administrou até praticamente 30 de Julho, altura em que Flávio Fernandes foi autorizado pelo Ministério das Finanças a engajar a sua assinatura nas movimentações financeiras daquela unidade hospitalar. E isso não deixa de ser estranho porque por Lei instituições públicas dessa dimensão são obrigadas a fazê-lo.

Por outro lado, em diversas ocasiões Archer Mangureira deixou transparecer que não havia fronteira entre o presidente da Faa e o administrador da Multiperfil. Um exemplo disso mesmo é o facto de ter agregado o médico cubano Virgílio Paez ao corpo de oficiais da selecção nacional de andebol feminino, sem que as suas ausências (quando não presta trabalho à clínica por estar com a equipa) fossem descontadas do montante, que não conseguimos apurar, pago anualmente à Antex, S.A., empresa cubana que negociou com o Governo a vinda de médicos daquele país das Caraíbas a Angola.

Na verdade, e porque em várias circunstâncias Virgílio Paez permanece longas temporadas fora de Angola e, por conseguinte, da clínica (foi recentemente o caso por ocasião dos Jogos olímpicos) fica no ar a pergunta: a Antex, S.A. deve ser remunerada pelo longo tempo em que o seu contratado deixa de prestar serviços à Multiperfil? Pela lógica, julgamos que não e que da dívida de quase meio milhões de dólares com essa empresa deveriam ser deduzidas as faltas do médico.

Mas, a «boa gestão» do «menino do Futungo» não fica por aqui. Por exemplo, além de ter colocado o autocarro de recolha de trabalhadores da Multiperfil à disposição da selecção (em claro prejuízo do pessoal da clínica, alegando falta de pneus), mandou às urtigas o Centro de Medicina do Desporto (CNMD), quando levou Virgílio Paez ao andebol. Desse modo, violou a norma que determina ser obrigatório a aprovação do CNMD para que qualquer médico integre o leque de oficiais de uma dada federação. As «performances» de Archer Mangureira levaram-no ainda a contratar um técnico brasileiro, que as nossas fontes identificaram apenas por Ricardo, para se ocupar da gestão de custos da clínica, com um salário que supomos chorudo em face da dívida corrente da clínica para com ele que até Julho passado estava avaliada em USD 1,5 milhões. Ao que nos foi assegurado, este especialista jamais apresentou qualquer relatório ou algo parecido à administração da Multiperfil, que paga os bilhetes de passagem das suas inúmeras viagens para o seu país de origem.

[Voltar](#)

No topo do ranking...mas de baixo para cima

Na corrupção ainda somos os melhores

O governo pode gabar-se, com algum mérito, reconheça-se, de ter conseguido pôr (alguma) ordem na (macro) economia. Pode gabar-se, também como o faz, de ter conseguido junto da China um empréstimo - os tais 2 biliões que estão a deixar à beira do enloquecimento muita gente neste país. A verdade, porém, é que no que toca à corrupção, aquela que penaliza o cidadão comum, que arrepiam os governos estrangeiros, e mobiliza os grandes grupos de pressão, Angola continua, desgraçadamente, entre os «melhores».

Um relatório publicado quarta-feira pela Transparência Internacional, uma organização não governamental que acompanha o desempenho de vários governos do mundo em matéria de transparência. indica que Angola continua a ser um dos países mais corruptos

do mundo.

O relatório coloca Angola no fundo da lista dos países com pouca transparência. Os países com uma transparência total, perfeita, teriam um total de 10 pontos. O relatório indica que qualquer país com um índice abaixo de 3 pontos conforma um caso de corrupção generalizada. À Angola foi atribuído um índice de que vai de 1,7 a 2,1 pontos. Com este score, Angola ficou em 133º lugar, juntamente com a República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Geórgia, Indonésia, Tajiquistão e Turquemenistão. Abaixo de Angola estão o Haiti, Bangladesh, Birmânia, Azerbeijão, Paraguai, Tchad e Nigéria, o que significa dizer que Angola é o 14º país mais corrupto do mundo.

Peter Eigen, presidente da Transparência Internacional, fez notar que os países mais corruptos são aqueles onde existe petróleo, afirmando que são países onde os rendimentos vão parar aos bolsos dos executivos das companhias, aos bolsos daqueles que negociam acordos, ou para os contas de membros dos governo. E apontou, como exemplo, o caso do Iraque. Disse a este propósito que à medida que aquele país vem restaurando a sua produção, vão crescendo os sinais de corrupção entre a elite. « O risco no Iraque é que o retomar da indústria petrolífera não esteja a ser feito com rigor.

Quando há urgência apressa-se as negociações com acções suspeitas.»

Como parte da sua campanha, a TI quer convencer os países ocidentais a forçarem as suas companhias a divulgarem quanto pagam aos governos e companhias estatais de países produtores.

Entre os países africanos de língua portuguesa, Moçambique tem um índice de transparência entre 2,4 e 3,1, que o coloca em 90º lugar entre os menos corruptos. O melhor país africano é o Botswana, com um índice que varia entre 5,1 e 7,1. Os países mais transparentes do mundo são a Finlândia, Nova Zelândia Dinamarca, Islândia e Singapura. Os Estados Unidos estão em 17º lugar na companhia da Bélgica e da Irlanda. Fonte governamental angolana minimizou o relatório dizendo que o anúncio público sobre o adicional decorrente do aumento do preço do petróleo foi iniciativa sua, e não resultado de pressões externas. Foi também sua iniciativa incluir esta verba no projecto de orçamento para 2005, aprovado esta quarta-feira pelo Governo.

A ideia de se incluir esta importância no Oge para este ano está a ser analisada por peritos do Fundo Monetário que deverão visitar Luanda no próximo mês trazendo consigo a sua versão sobre o que deverá ser o próprio Oge .

[Voltar](#)

O «plano secreto» de Flávio Fernandes

Dias dos Santos e E. Mangala no Conselho de Administração

Quando a 27 de Agosto do corrente ano Flávio Fernandes, nas vestes de PCA da clínica Multiperfil, escreveu ao Presidente da República sugerindo o afastamento de Archer Mangueira, tinha em mente um plano para dar novo alento àquela unidade hospitalar. O objectivo era prover o lugar deixado vago pelo cubano Ricardo Octávio Mazón da Silva (este é o nome que também constava no seu passaporte diplomático angolano) com a subida do director clínico, Dias dos Santos.

Confiante que a sua proposta iria vingar, Flávio Fernandes tratou inclusivamente de exonerar Dias dos Santos do cargo de director clínico, colocando no seu lugar Ilídia Ceita. Por outro lado, tinha também o nome de Ernesto Mangala (que está a acabar este ano no Brasil o doutoramento em administração sanitária) na agenda para ocupar o lugar de Archer Mangueira no posto reservado à administração e finanças. Só que a bala saiu-lhe pela culatra e não houve tempo para a devida correcção de tiro.

[Voltar](#)

Número 2 do Fmi esperado em Luanda



O vice director-geral adjunto do Fundo Monetário Internacional, Takatoshi Kato, é esperado em Luanda nos próximos dias. A sua visita é descrita por fontes oficiais angolanas como sendo mais um sinal de aproximação entre Angola e aquela instituição internacional. De acordo com a nossa fonte, a passagem de Takatoshi por Angola, um dos poucos países incluídos neste périplo africano, é um sinal inequívoco de que o Fmi acredita, pelo menos em parte, naquilo que está a ser feito em Angola. Uma equipa de peritos do Fmi deverá escalar Luanda também nos próximos dias, não sendo claro que se o fará na mesma altura em que Takatoshi estiver em Angola. Os peritos do Fmi estão neste momento a analisar o projecto de Orçamento Geral de Estado e do programa do Governo aprovado esta quarta-feira pelo Governo.

Com o programa do governo já aprovado, ao *Semanário Angolense* não foi possível saber o tratamento que Angola dará aos eventuais inputs que os funcionários do Fmi lhe fornecerem sobre essa matéria.

Aspectos como financiamento do défice, controlo da inflação, gestão de reservas internacionais são passíveis de suscitar discussões pormenorizadas.

[Voltar](#)

Assustado, governador do Bengo luta pelo posto

Isalino Mendes reage a denúncias de roubo e má gestão com desorientação

*Transtornado, ele procura entre os seus próprios parentes o indivíduo que teria vazado para o *Semanário Angolense* o relatório da IGAE que escancarou as mazelas do seu triste consulado*

A carta do vice-governador Carlos Cavuquila inserida neste número do *Semanário Angolense* é a única reacção das autoridades da província do Bengo conhecida pelo público, em relação às denúncias de desvio e malversação de fundos contra elas levantadas pela Inspeção-geral da Administração do Estado (IGAE), acusações reproduzidas em exclusivo nas duas edições anteriores deste jornal.

Nessa carta, um amontoado de patacoadas em que Carlos Cavuquila aparece mais preocupado em sacudir a água do seu capote do que a fazer uma defesa minimamente empenhada do governo provincial do Bengo, são deixadas intactas as alegações produzidas contra Isalino Mendes, seu superior hierárquico e comparsa no malbarato de fundos do erário público que lhes estavam confiados.

Isso é o que respigou para o público, mas não é tudo o que está a acontecer: na verdade, os bastidores desse «caso» estão a ferver com um acesso de animosidade que se apoderou de Isalino Mendes assim que, no estrangeiro, onde se encontrava em tratamento médico, obteve a informação de que este jornal tinha trazido à tona os resultados da inspeção a que fora submetido.

Segundo relatos obtidos por este jornal, Isalino Mendes encontrava-se em permanente estado depressivo desde que em Maio último recebeu os inspectores da IGAE que em Julho concluíram um relatório sobre o desempenho do Governo Provincial do Bengo na provisão de serviços sociais básicos à população, e que em Agosto elaboraram uma adenda a esse relatório, dando conta que não estavam justificados ou faltavam cerca de 2.5 milhões de dólares de fundos petrolíferos consignados para a execução de obras públicas naquela província.

De tal sorte, que Isalino Mendes foi forçado a viajar para receber tratamento médico no estrangeiro, onde além da pesada medicação, os médicos insistiram para que irradiasse as preocupações que o assolavam e o condiziam àquele tão patente estado depressivo. Os médicos só não perceberam que o estado de Isalino Mendes se agravava porque a dado momento, enquanto recebia o tal tratamento no estrangeiro, o governador provincial do Bengo recebeu elementos salteados e muito perturbadores respeitantes aos relatórios produzidos pela IGAE e enviados ao Presidente da República.

Mais recentemente, porém, quando teve contacto com as matérias publicadas no Semanário Angolense em que os factos denunciados pela Igae eram totalmente reproduzidos, o governador não se conteve mais e, dando as costas aos médicos, rumou para Angola, onde já cometeu pelo menos um grande disparate.

As fontes do SA explicaram que as informações que Isalino Mendes tinha dos relatórios eram bastante «avulsas» e não incluíam o facto do inspector-geral da Administração do Estado, Joaquim Mande, ter proposto que o Presidente da República o exonerasse do posto de governador provincial do Bengo.

Apercebendo-se disso nas páginas do SA, Isalino Mendes «fugiu» dos seus médicos no estrangeiro para vir escrever uma carta ao Presidente da República, solicitando para não ser exonerado ao longo dos próximos seis meses, uma moratória que serviria, prometeu o perturbado governador, para demonstrar alguma da sua arte de administrar.

«A minha exoneração neste momento significaria dar razão às atoardas que têm sido propaladas por alguma imprensa», escreveu o perturbado governador num dado trecho da carta, cujos traços fundamentais foram revelados ao Semanário Angolense por uma fonte muito bem informada.

As fontes que forneceram esta informação afirmaram que o Presidente José Eduardo dos Santos desdenhou da importância de tal carta. Essa carta, ridicularizaram as mesmas fontes, só se encontra guardada nos arquivos da Presidência da República por ser essa uma norma administrativa. «De outra forma», sorriram as fontes, «estaria no Cesto de papéis (do lixo)».

Essas fontes disseram estranhar que Isalino Mendes jamais se tenha comprometido em mostrar que sabe governar quando para isso dispôs de importantes fundos públicos, e que o queira fazer agora que deles fez desaparecer uma parte significativa, pelo que, afirmaram, ou o governador está a passar por uma fase de grande desorientação, ou, então, estará à espera que coloquem mais dinheiro à sua guarda, para depois dar o golpe sacramental.

Num segundo acto, Isalino Mendes formou uma junta de amigos para descobrir quem forneceu os relatórios da Igae ao SA, suspeitando que o autor dessa iniciativa seja alguém que se supõe venha a substituí-lo no posto de governador provincial do Bengo numa iminente remodelação governamental que parece que vai atingir as instituições do poder local do Estado.

O principal suspeito passou a ser, assim, o actual director-geral de uma empresa estatal que ascendeu ao Comité Central do Mpla no último congresso desse partido. Tanto o suspeito como o próprio Isalino Mendes têm a particularidade de serem originários da mesma região de Catete, um município da província do Bengo, e fazem parentesco. Tal como se sabe, existe o critério não formal de nomear para cada província de Angola, um governador oriundo da área a administrar, algo que se encaixa bem no caso das suspeitas levantadas por Isalino Mendes e seus pares.

Além disso, o actual governador tem para si que o seu rival não hesitou em fazer «transpirar» informações reservadas a seu respeito, no quadro de uma conspiração que levaria o Presidente José Eduardo dos Santos a pôr definitivamente de parte o nome de Isalino Mendes nas nomeações que fosse fazer para o governo provincial do Bengo.

No quadro dessas atitudes, as fontes do SA declararam revelar-se sustentável a tese da «desorientação» do governador, mas consideraram serem todos esses exercícios compreensíveis, porquanto, disse uma dessas fontes, de qualquer maneira depois de toda essa «luta», Isalino Mendes acabará por sair «ferido».

[Voltar](#)

Compaixão ou falta de coragem política?

Coração envelhecido de Holden adia a renovação da FNLA

Severino Carlos



O desfecho inconclusivo do congresso da Fnla apenas trouxe à tona a falta de coragem política que tem caracterizado esta organização. Falta de ousadia, enfim, para romper de uma vez por todas com as peias do passado e partir, decididamente, para a modernidade. À hora do fecho desta edição, tudo indicava que a renovação não aconteceria. Ou seja, não haveria um novo líder ou, no mínimo, um presidente eleito pelo conclave.

Tanto quanto o Semanário Angolense logrou apurar, os militantes das várias alas preferiram adiar a mudança para um congresso extraordinário a ter lugar daqui a dez meses. Até lá, a Fnla será gerida por uma estranha «engenharia» política, com um presidente interino (Holden Roberto), dois vice-presidentes (Lucas Ngonda e Ngola Kabangu) e um secretário-geral (Francisco Carlos Mendes).

Na realidade, trata-se de uma «solução» transitória desenhada pela mediação, e aceite pelos congressistas, para não ferir o orgulho de Holden Roberto que, tudo indicava, seria esmagadoramente derrotado. Pior: uma derrota do «velho» poderia mesmo levá-lo a um fatal acidente cardiovascular. «Uma derrota copiosa do velho, um ícone do partido, mancharia o prestígio da nossa organização», admitiu um militante da Fnla. «Mais do que isso», acrescentou, «a derrota poderia levá-lo a um mortal enfarte».

A mesma fonte garantiu ao nosso jornal que logo no primeiro dia do conclave, antevendo «o juízo final», Holden Roberto sentiu-se mal, tendo sido forçado a retirar-se antes do termo da jornada. Na terça-feira, voltou a acontecer o mesmo. Visivelmente combalido, Holden foi novamente «evacuado» da sala. «O coração do velho está cansado. Não aguentaria uma derrota que ele veria como uma afronta». À meia-noite desse dia, a mediação avaliou a situação e apresentou a proposta que travou a eleição e conduziu Holden Roberto à liderança provisória por indicação.

No termo de uma curta negociação, a ala de Lucas Ngonda – aparentemente, a virtual vencedora – anuiu à proposta sob a condição, entretanto, de que nos dez meses estipulados para a transição, Holden Roberto se obrigue a anunciar publicamente a sua retirada política, altura também em que convocará oficialmente um novo congresso para eleger um líder definitivo, a sair de três ou mais candidaturas.

Por estranho que pareça, Carlinho Zassala aplaudiu semelhante desfecho. Sendo um dos que se opõem visceralmente a Holden Roberto, ele foi exactamente o primeiro a acolher a proposta. «A posição de Zassala é compreensível. É que assim, ele pode ir se preparando para avançar com uma candidatura no congresso extraordinário, algo por que vinha se batendo», disse fonte que está no «inside».

De uma maneira geral, os analistas concluem que mais do que uma ausência de coragem política, a Fnla demonstrou um «infantilismo político» inadmissível numa organização com o seu perfil histórico. «O país político viu que essa Fnla não está em condições de ser uma alternativa credível em matéria de governação», considerou um observador atento ouvido por Semanário Angolense.

Como consequência da «guerra das logísticas» nas Faa

General Vietname pede afastamento da chefia do Estado-Maior do Exército

Um clima de mal-estar ter-se-á instalado no seio das Forças Armadas Angolanas (FAA), o que terá levado o chefe do Estado-Maior do Exército, general Mateus Ângelo «Vietname», a solicitar, há cerca de duas semanas, o seu afastamento do cargo na sequência de desinteligências com o chefe do EMG, Agostinho Nelumba, Sanjar.

Fontes castrenses, que por razões óbvias não quiseram ser identificadas, descreveram como «tensas e bastante azedas» as relações entre estas duas altas patentes das FAA. Desgastado com as sucessivas interferências no seu ramo por parte do chefe do EMG e dos seus colaboradores mais próximos, Vietname terá colocado o seu lugar à disposição, como forma de pôr termo a «guerras surdas» de que estará supostamente a ser alvo. Um alegado esvaziamento de poderes poderá ter estado na origem do pedido de exoneração deste prestigiado oficial general. Vietname, segundo as mesmas fontes, terá reagido desta forma a uma ordem supostamente assinada por Sanjar, que determinava a desactivação, há três semanas, do sector da Logística do Exército, até então sob sua tutela daquele. Uma medida que, de resto, terá constituído a gota que fez transbordar o «copo envenenado» nas turbulentas relações entre os dois oficiais generais.

Na esteira dessa medida, os serviços de logística do Exército foram alegadamente «abocanhados» pelo Emg, que, à data dos factos, chamou a si a responsabilidade de abastecer todas as unidades e sectores anteriormente afectos ao Exército

De acordo com os interlocutores do Semanário Angolense, a decisão terá sido encarada mesmo como uma manobra no sentido de «criar vagas de insatisfação» no seio do principal ramo das Faa, visando a «desacreditar o notório trabalho do general Vietname». Como consequência da intempestiva medida, os Comandos das Regiões Militares do Exército estarão a registar a carência de meios logísticos.

As citadas fontes consideram sintomático o facto dos sectores da logística dos dois outros ramos das FAA, nomeadamente a Força Aérea e a Marinha não terem sido «alvejados» pela «drástica medida».

As fontes acreditam que esta decisão resultou das «sistemáticas pressões» de que o general Sanjar estará a ser alvo por parte de algumas franjas das altas esferas FAA, que temem um possível ascendente de Vietname na hierarquia das FAA. Daí que «têm vindo a apostar tudo no sentido de barrarem-lhe o caminho»...

Enquadraram ainda o seu raciocínio numa alegada tentativa congeminaada pelos mesmos oficiais generais que submeteram, em tempos, ao Comandante-em-Chefe das Faa uma proposta no sentido dos quartéis do Exército serem transferidos para a tutela do Emg; uma proposta que, entretanto, não terá agradado Eduardo dos Santos.

Suspeitam que a retirada da Logística ao Exército decorrerá de um plano de contornos mais amplos e capciosos que visaria colocar em causa a competência e a popularidade conquistados pelo chefe do Eme; um general que, na leitura das fontes, «tem feito a diferença, sobretudo pela sua verticalidade e pelo seu carácter humanista».

Ganham, assim, uma certa consistência os rumores que circulam, de uns tempos a esta parte, nos meios castrenses segundos os quais Vietname poderá vir a ocupar a chefia do EMG, na eventualidade do general Sanjar ser catapultado para a pasta de ministro da Defesa. Na corrida para o mesmo cargo, aventa-se também o nome do general Kianda, actual vice do Emg para as Operações. Este havia já sido proposto para ocupar o apetecido cargo, há mais de um ano, pelo anterior Cemfaa, Armando da Cruz Neto, mas o seu curriculum não satisfaz a vontade do supremo comandante das Faa.

Estas conjecturas decorrem num quadro em que não estarão alheias as próximas eleições legislativas previstas para 2006. Congemina-se a ideia de que o actual ministro da Defesa, Kundi Pahaima, venha a ocupar-se a corpo inteiro da campanha eleitoral do seu partido, daí a necessidade de libertá-lo das «amarras» militares que o prendem.

Vietname tem vindo a ser referenciado no seio de muitos dos seus companheiros de farda como um general « bastante sensível e propenso a atenuar os ingentes problemas»

que afectam os milhares de homens sob sua dependência. Dentre os feitos por ele protagonizados, as fontes avultam o louvável trabalho que desenvolveu em prol da reabilitação dos quartéis, com «custos parcimoniosos» e de ter aliviado os problemas de viaturas dos seus oficiais generais. Ao invés de importar carros de luxo, Vietname «optou pela compra de viaturas de custo médios», ajuizaram.

[Voltar](#)

Lei das Carreiras Militares continua «aquartelada»

Não existe ainda um horizonte temporal em relação ao tempo em que o anteprojecto da Lei das Carreiras Militares será levada ao Parlamento para a sua aprovação.

Mas sabe-se que o documento que continua «aquartelado» desde há muito não terá sido do agrado da maioria dos homens das armas. O seu desagrado, de acordo com as fontes que temos vindo a citar, estará ligado ao facto do mesmo ser uma «fotocópia fiel da Lei das Forças Armadas Portuguesas(Fap) e que não reflecte, portanto, a realidade angolana»...

Na opinião dos interlocutores, as características do nascimento e de maturação das Faa foram diametralmente opostas às das forças militares lusas. Daí «não faz sentido a aprovação de uma lei inspirada ou copiada de uma realidade bem diferente da nossa». Até porque no anteprojecto em causa não terão sido levados em conta algumas situações que têm a ver com a esperança de vida entre os angolanos, que, como se sabe, está muito abaixo dos portugueses.

A não aprovação da referida lei que, certamente irá «comprometer» a tão ansiada modernização das Forças Armadas Angolanas, estará a causar muitos «focos de resistência» entre os homens no activo; os actuais oficiais superiores são na sua maioria antigos jovens provenientes das extintas Fpla, que haviam sido mobilizados para a guerra, à época da Revolução romântica Poder Popular. Na altura, muitos deles tiveram de interromper os seus estudos, quando ainda eram adolescentes.

É justamente no seio desta camada que, hoje pairam os maiores receios de que a futura lei não acomodará suficientemente os seus direitos e interesses. «Depois de nos comerem a carne, agora que comam os ossos»..., comentam à boca pequena alguns desses oficiais, hoje na «casa» dos 40 e 50 anos.

Num outro ângulo de análise, há quem veja neste imbróglio uma «guerra geracional» entre «velhos» e «novos», cujo desfecho apresenta-se imprevisível.

[Voltar](#)

Semanário Angolense 84, 23.-30.10.2004

Multiperfil

Anatomia do «golpe palaciano» que derrubou Flávio

Fernandes

Com os movimentos completamente tolhidos por Archer

Mangueira, um rapaz que tem costas quentes no Futungo

de Belas, ao «velho Bode» não foi dado nem espaço nem autoridade para reabilitar a desgastada imagem que trouxe de Malanje ao mesmo tempo que assistia, impotente, à delapidação da mais sofisticada unidade hospitalar do país.

Correia Filho

À recente exoneração de Flávio João Fernandes da presidência do Conselho de Administração da Clínica Multiperfil podem subjazer as costumeiras intrigas palacianas próprias do Futungo de Belas, onde a escalada para os postos mais apetecidos é geralmente acompanhada de coices e toda a sorte de golpes aos adversários, sejam eles reais ou simplesmente imaginários. Além disso, especialistas em Direito asseguraram ao Semanário Angolense que a exoneração de Flávio Fernandes conforma uma brutal violação da lei. Nomeado a 18 de Setembro de 2002 pelo Presidente da República (decreto nº 64/02, de 08 de Outubro), após aprovação do Conselho de Ministros, Flávio Fernandes (e o seu único coadjutor Archer Mangureira) viu-se exonerado pelo ministro-chefe da Casa Militar da Presidência da República, o general Manuel Hélder Vieira Dias Jr., vulgo «Kopelipa», passados exactamente 718 dias.

A história, que acabou no afastamento do antigo governador de Malanje da PCA da mais sofisticada clínica detida pelo Estado angolano vem de longe. Aparentemente, aliás, a exoneração pode ter a ver com um «braço de ferro» entre Archer Mangureira e Flávio

Fernandes, que parecia querer apagar a má imagem deixada na sua passagem pelo governo de Malanje – antes tarde do que nunca –, onde foi tristemente célebre por pregar a política do «cabritismo» (o cabrito come onde está amarrado). Quando Flávio Fernandes chegou à Multiperfil encontrou dois administradores, designadamente Archer Mangureira, que respondia pela parte de Administração e Finanças, e o cubano Ricardo Octávio Mazón Silva, a quem estava acometida a gestão da vertente Clínica. Contudo, um ano depois «nuestro compañero» era

afastado da clínica e do cargo de médico pessoal do Presidente José Eduardo dos Santos em razão de «brincadeiras» que caíram mal no palácio da Cidade Alta.

Desse modo, o Conselho de Administração do hospital ficou reduzido a apenas dois membros e a partir daí o clima, que já era de cortar à faca entre ambos, foi-se adensando a cada dia que passava. A razão dessa «diferença» residia no facto de Flávio Fernandes, enquanto presidente do Conselho de Administração (PCA), pretender, legitimamente, controlar a gestão financeira, já que Archer Mangureira só o fazia na pele de membro da Comissão de Gestão, cujo mandato terminou a 18 de Setembro de 2002 com a nomeação do Conselho de Administração.

Mas, «filho do Futungo», Archer Mangureira continuou a gerir sozinho as Finanças da Multiperfil e a ser efectivamente o «mandão», enquanto Flávio Fernandes nada via. Na verdade, só a escassos 34 dias da sua exoneração (mais precisamente a 30 de Julho de 2004) é que obteve autorização do Ministério das Finanças para assinar o expediente financeiro da clínica. Isto quer dizer que de 5 de Novembro de 2002, altura da tomada de posse do Conselho de Administração, a 29 de Julho deste ano, o ex-governador de Malanje passou literalmente 665 dias do seu consulado a ver navios. Trocado por miúdos, isso significa que na prática Flávio Fernandes só presidiu o Conselho de Administração durante 53 dias, ou seja, pouco menos de dois meses. Acontece que mesmo a autorização do Ministério das Finanças, que permitia, finalmente, que Flávio Fernandes pudesse manusear as contas da clínica, era uma espécie de presente envenenado: da posse da autorização, a primeira coisa que ocorreu a Flávio Fernandes foi «endireitar» as contas de clínica, algo que só poderia fazer se «partisse» a espinha dorsal do seu colega. Mas, antes de qualquer outra decisão, «espreitou» as contas da clínica e ficou estupefacto com o que lhe foi dito pelos seus olhos. E num louvável exercício de redenção dos «pecados» cometidos em Malanje, Flávio Fernandes começou, efectivamente, a travar os excessos de Archer Mangureira (ver caixas).

De certo modo Flávio Fernandes foi bem sucedido nessa sua primeira empreitada. Embora não tivesse conseguido, em menos de dois meses, cobrir a dívida de Usd 5,6 milhões da clínica junto de fornecedores, operou, contudo, um pequeno «milagre»: conseguiu que entre Julho e Agosto se gastasse muito menos comparativamente aos períodos anteriores em que as contas da clínica estiveram inteiramente entregues a Archer Mangureira.

Animadíssimo com os primeiros resultados da sua gestão, Flávio Fernandes congeminava cada vez mais ideias para tirar a clínica do sufoco financeiro a que fora empurrada por Archer Mangureira. Tudo parecia andar sobre rodas e as perspectivas para a Multiperfil melhoravam substancialmente. Mas cedo Flávio Fernandes compreendeu que a reforma financeira e administrativa da Multiperfil não iria a lado nenhum se ela continuasse a acolher, no seu seio, a erva nociva que ele e outros funcionários da clínica sabiam chamar-se Archer Mangureira. E seguindo o velho ditado segundo o qual quem não arrisca não petisca, no último dia 27 de Agosto (um dia antes do aniversário do Presidente da República), Flávio Fernandes dirigiu a José Eduardo dos Santos uma carta a sugerir algumas «mexidas» no Conselho da Administração da Multiperfil.

Concretamente, o Pca da Multiperfil pedia a José Eduardo dos Santos o provimento da vaga deixada em aberto pelo médico cubano no Conselho de Administração e, de passada, sugeria, também, a exoneração de Archer Mangureira daquele órgão. Flávio Fernandes argumentava na carta que Archer Mangureira deveria ser afastado do Conselho de Administração «devido à sobrecarga de serviço que ele diz ter na Presidência da República» e pelo facto de não receber dele o «apoio necessário».

Já avisado das tropelias que o «jovem turco» praticava nas finanças da clínica, Flávio Fernandes pediu, ainda, ao Presidente da República que instrísse o Ministério das Finanças ou o Tribunal de Contas para espreitarem as contas visando «o melhoramento da gestão e apuramento de responsabilidades eventuais».

Erro fatal!

José Eduardo dos Santos, que não gosta de ser corrigido, não reagiu à carta. Mas não se pense que «matou» o assunto. Para não constranger, com o próprio punho, o amigo que defenheu com dentes e unhas em Malange, Jes pôs em campo o chefe da sua Casa Militar. Quando ainda alimentava ténues esperanças de ver respondida a carta que enviara a José Eduardo dos Santos, Flávio Fernandes ficou completamente estarecido quando viu o general Kopelipa a entrar-lhe pelo gabinete adentro e a apontar-lhe a porta de saída. O chefe da Casa Militar da Presidência da República levava consigo uma carta, por ele mesmo assinada, em que justificava a exoneração de Flávio Fernandes com a «necessidade de se imprimir uma melhor dinâmica na gestão da Clínica Multiperfil».

A carta, escrita em papel com timbre da Casa Militar e sem classificação específica, era dirigida a Flávio Fernandes com cópia para Archer Mangureira e acrescentava que a exoneração de ambos decorria «de orientação superior» (sob proposta da tutela), sem, no entanto, referir quem era o superior e menos ainda quem era a tutela, já que é consabido que o Ministério da Saúde nunca teve «unhas» para interferir na gestão da Multiperfil.

Fontes do palácio presidencial contactadas pelo Semanário Angolense não descartam a possibilidade de o afastamento de Flávio Fernandes ter a ver com o facto dele estar a «estorvar» a ascensão política de Archer Mangureira, um rapaz de quem se diz ter laços de parentesco directo com o general «Kopelipa». As diligências de Flávio Fernandes visando o afastamento de Archer Mangureira foram também mal acolhidas porque elas coincidiram com **o período em que o também assessor do Presidente da República começava já a ser preparado para enfrentar o desafio de ser o novo embaixador de Angola na China.**

«Não ficaria bem que um homem (Archer Mangureira) já praticamente indigitado para representar o nosso país na China fosse confrontado com uma inspecção do Ministério das Finanças ou do Tribunal de Contas. O que é que pensariam os chineses?», interrogou-se ao

SA uma fonte da Presidência da República que subscreve integralmente o «castigo» aplicado a Flávio Fernandes. A exoneração de Flávio Fernandes fecha um dos períodos mais negros no ciclo de gestão do antigo governador de Malanje. Nos pouco mais de dois anos que esteve à cabeça da Pca da Multiperfil, Flávio Fernandes foi mantido à margem de todo o processo de gestão administrativa e financeira. O facto de o ministro-chefe da Casa Militar ter aprovado o orçamento da Multiperfil para 2004 sem que o ex-governador de Malanje lhe apusesse a sua respectiva assinatura – não o fez porque achava que os números eram exagerados – fala por si. Diz da grosseira desautorização ao Pca da clínica.

A Flávio Fernandes deve, finalmente, apontar-se a ingenuidade de ter acreditado nas instituições deste país. É que quando a 27 de Agosto «ousou» fazer algumas propostas a quem o nomeara, o «velho Bode» estava longe de imaginar que os seus dias já estavam contados. E como estavam! Depois de haver gerido, durante anos a fio, a província de Malanje como lhe dava na real gana, Flávio Fernandes acabou literalmente aos joelhos de Archer Mangureira, um rapaz que até poderia ser seu neto. Como esta vida dá voltas...

Zangas de comadres?

Dos mais de cinco milhões de dólares em dívidas acumuladas pela clínica Multiperfil (durante a gestão de Archer Mangureira) junto de diversos fornecedores, o débito que mais chama atenção pelo seu lado caricato é a que diz respeito ao Hotel Panorama. Até Agosto passado o valor do montante devido era de Usd 683.942,15 mil. Esta situação não deixa de ser estranha, visto que por altura da construção da Multiperfil tinha sido projectada também a edificação de casas para os médicos expatriados, vindos todos de Cuba ao abrigo de um contrato com a empresa cubana de comércio externo Antex, S.A.. As obras, aliás, chegaram a «arrancar» e de acordo com os planos de Flávio Fernandes deveriam estar prontas até Dezembro do corrente ano. Além disso, como o número de casas era superior ao de médicos, havia um plano para arrendar as excedentárias, de modo a entrar «algum» para os cofres da clínica. Todavia, algum tempo depois, a Casa Militar da Presidência da República ordenou que a construtora sul-africana Group Five (a mesma que está a edificar o conhecido «Projecto Nova Vida») parasse as obras, igual atitude tomada com a empreiteira que a substituiu.

A justificação é que os trabalhos só devem reatar quando fosse nomeado o novo conselho de administração. E é isso que causou apreensão em alguns círculos. Na verdade, é estranho que o general Kopelipa condicione a construção de casas para a Multiperfil à nomeação de um novo Conselho de Administração.

Sendo que geralmente o general «Kopelipa» é tido como ligado por fortes laços ao «Group Five», há quem cogite nos corredores do palácio presidencial que pode ter havido uma tremenda «zanga de comadres». Igual situação acontece com a espanhola Omfe, S.A., empresa que tratava da manutenção da clínica antes da Electronúcleo. Muita gente familiarizada com o processo que levou à construção da Multiperfil ficou intrigada pelo facto de um dos principais «rostos» daquela firma ibérica ser precisamente António Muñoz, descrito como «colaborador» da Casa Militar e ligado à Emex, uma sociedade que se diz ter facilitado empréstimos da Espanha ao governo de Angola. De acordo com as nossas fontes, este «cortes» podem significar que há gato escondido com o rabo de fora.

Pedi à CM

Archer quis privatizar a gestão da Clínica

Apesar de ter sido exonerado na mesma altura em que foi também o PCA da Multiperfil e de a gestão da clínica estar a ser feita pela Casa Militar (CM) da Presidência da República, Archer Mangureira continua a agir como se ainda fosse administrador da unidade, segundo

disseram ao Semanário Angolense fontes muito bem informadas. De acordo com as nossas fontes, uma prova disso mesmo é o facto de recentemente o antigo membro da Comissão de Gestão e, posteriormente, do Conselho de Administração da Multiperfil ter endereçado uma carta ao general «Kopelipa» sugerindo que a gerência do hospital passasse para uma empresa privada. Ao que o SA apurou, o ministro-chefe da CM da Presidência da República não foi na conversa e rejeitou linearmente a proposta. Isto porque tanto o general «Kopelipa» como outros dois oficiais superiores que tratam (com Dias dos Santos) da gestão corrente do hospital julgam que se dessem provimento a uma tal solicitação abririam um precedente muito sério porque administrativamente quem está exonerado não tem competência. Fazendo fé nas nossas fontes, a intenção de Archer Mangureira era, num eventual concurso público, beneficiar uma empresa na qual ele tenha interesses.

Terciarização suspeita
Mangureira de safra gorda!

Uma das situações que mais «incentivaram» Flávio Fernandes a tentar colocar Archer Mangureira «na linha» tem a ver com aquilo que nos relatórios e contas (nunca apresentadas publicamente, como determina a Lei) são descrito com «serviços terciarizados». Durante o seu consulado, o também assessor da Presidência da República para a área económica contratou oito empresas para prestarem serviços à clínica. Até aqui não haveria nada de anormal, se, no entanto, os números não assustassem não apenas o então -presidente do Conselho de Administração da Multiperfil (ele que também se notabilizou pela forma pouca meiga com que multiplicava os números do erário público em proveito próprio) como também muitos outros trabalhadores. Há quem diga que em virtude de não ter havido concurso público para a maior parte dos serviços, Archer Mangureira poderá ter favorecido algumas entidades detidas por amigos. Um exemplo disso mesmo é a Camphotel, uma empresa do ramo de hotelaria e catering detida pelo cidadão angolano de nome José Mário, que é formado em hotelaria em Portugal e que há uns anos foi gestor do Hotel Presidente Meredien.

Por obrigação contratual, anualmente a Clínica Multiperfil tinha de pagar Usd 1.800.000, 00 (é isso mesmo: um milhão e oitocentos mil dólares americanos!) apenas para alimentação dos doentes internados e dos trabalhadores, o que dividido por 12 dá a razão de Usd 150 mil por mês e de Usd 5 mil por dia. Na óptica de Flávio Fernandes estes valores não eram apenas assustadoramente altos como até certo ponto imorais para as cerca de 250 refeições diárias. O maior número (172) era servido à hora do almoço, visto que a maior parte dos trabalhadores fazia o pequeno-almoço e o jantar nas respectivas casas. Daí que, quando o ex-Pca tomou as rédeas do controlo financeiro tratou de baixar os números. Em Julho passado, por exemplo, cabimentou Usd 20 mil para a alimentação. Com esse dinheiro foi servida a mesma quantidade de refeições e, pasme-se, dele ainda sobraram Usd 3.060,00, que foram transferidos para o mês de Agosto, cujo valor para a mesma rubrica foi de apenas Usd 17.857,00. Esse dinheiro foi suficiente para não deixar doentes internados e trabalhadores passarem fome. Estranhamente e apesar do milionário contrato que a vincula à Multiperfil, a Camphotel não só usava a própria cozinha da clínica – não há registos que para isso tenha pago algum dinheiro – como quando houvesse qualquer avaria nos equipamentos, as despesas de reparação corriam por conta da entidade contratante! Eureka. Intrigante também é a clínica despende anualmente Usd 6 mil, pagos a Maisal, Lda. para os serviços de cafetaria, quando estes poderiam ser acoplados aos de alimentação prestados pela empresa de José Mário. Não menos estranho é o facto de o mesmo detentor da empresa que fornecia a alimentação (José Mário) ser igualmente um dos proprietários da Electronúcleo, a firma que trata da manutenção da clínica. Anualmente, para reparar o gerador ou o sistema de ar condicionado,

essa sociedade vê entrar nos seus cofres algo como USD 700 mil, o que não deixa de ser um exagero, visto que as despesas com material de reposição ficam por conta da clínica. Aparentemente, esse montante pode até ser razoável porque antes a Multiperfil desembolsava USD 1,5 milhão para pagar a empresa espanhola OMFE, S.A.. Só que, neste caso, a clínica não mais pagava as peças de reposição, além de que, ocupava-se também da área de electromedicina e da manutenção dos telefones. Entre outros serviços. Por outro lado, segundo as nossas fontes, do ponto de vista técnico era muito mais capaz e possuía pessoal melhor qualificado. «A Electronúcleo, que ficou com os serviços sem concurso público, foi criada em 2003, o que faz desconfiar que o seu surgimento foi um ‘arranjinho’ para que se ocupasse precisamente da Multiperfil. Tanto é assim que arregimentaram às pressas alguns trabalhadores que serviam antes a OMFE, S.A.. Do mesmo modo, a Camphotel só foi criada em 2001, altura em que foi aberta a clínica. Isso é coincidência a mais», suspeita uma das fontes que pediu para não ser identificada. E ela acrescenta: «Isto quer dizer que, feitas as contas, pode ser que pelo facto de a Multiperfil pagar as peças de reposição o valor remunerado à Electronúcleo seja superior ao pago à OMFE, S.A.». Pessoas que lidam geralmente com este tipo de empreendimentos acham estranho que uma obra no valor de USD 21 milhões, como foi o caso da clínica Multiperfil, não tenha beneficiado da parte do construtor de pelo menos 5% ou 10% desse montante para peças de reposição em caso de avaria, o que é comum em negócios do género. A raiar também os terrenos do escândalo está o contrato de Usd 402 mil/ano (quase meio milhão de dólares!) que a administração de Archer Mangureira firmou com a francesa Shrm. Inicialmente chegada a Angola a reboque da Elf Aquitaine para cuidar de aspectos logísticos da petrolífera gaulesa, ela meteu-se também no «negócio do lixo» e passou a ocupar-se da limpeza da clínica Multiperfil, com o que ganha aquele chorudo montante. E, note-se, a empresa não dá nenhum tratamento especial ao lixo clínico em razão de haver no hospital uma incineradora para o efeito. Esse montante, que representa Usd 33,5 mil por mês, é considerado avultado por especialistas contactados pelo Semanário Angolense. Estes afirmam que em média as mais credenciadas empresas de limpeza do mercado pedem a volta de Usd 20 mil por mês.

Voltar

Dinheiro a vazar por todos os lados Médico cubano serve o andebol e brasileiro «passeia-se» em casa

Elogiado de forma exuberante pelo Jornal dos Desportos por ter publicado, em tempo considerado útil – como se isso fosse algum favor - o relatório e as contas da Federação Angolana de Andebol (Faa), de que é presidente, Archer Mangureira não agiu com a mesma destreza na clínica Multiperfil que ele geriu durante quase quatro anos, incluindo o período em que a assinatura do nomeado Presidente do Conselho de Administração (Pca) não valia para efeitos de movimentação de contas.

Nesse período, Archer Mangureira não se dignou fazer o mesmo que fez na FAA. Ou seja, jamais publicou qualquer relatório ou contas da clínica que ele administrou até praticamente 30 de Julho, altura em que Flávio Fernandes foi autorizado pelo Ministério das Finanças a engajar a sua assinatura nas movimentações financeiras daquela unidade hospitalar. E isso não deixa de ser estranho porque por Lei instituições públicas dessa dimensão são obrigadas a fazê-lo. Por outro lado, em diversas ocasiões Archer Mangureira deixou transparecer que não havia fronteira entre o presidente da Faa e o administrador da Multiperfil. Um exemplo disso mesmo é o facto de ter agregado o médico cubano Virgílio Paez ao corpo de oficiais da selecção nacional de andebol feminino, sem que as suas ausências (quando não presta

trabalho à clínica por estar com a equipa) fossem descontadas do montante, que não conseguimos apurar, pago anualmente à Antex, S.A., empresa cubana que negociou com o Governo a vinda de médicos daquele país das Caraíbas a Angola. Na verdade, e porque em várias circunstâncias Virgílio Paez permanece longas temporadas fora de Angola e, por conseguinte, da clínica (foi recentemente o caso por ocasião dos Jogos olímpicos) fica no ar a pergunta: a Antex, S.A. deve ser remunerada pelo longo tempo em que o seu contratado deixa de prestar serviços à Multiperfil? Pela lógica, julgamos que não e que da dívida de quase meio milhões de dólares com essa empresa deveriam ser deduzidas as faltas do médico. Mas, a «boa gestão» do «menino do Futungo» não fica por aqui. Por exemplo, além de ter colocado o autocarro de recolha de trabalhadores da Multiperfil à disposição da selecção (em claro prejuízo do pessoal da clínica, alegando falta de pneus), mandou às urtigas o Centro de Medicina do Desporto (CNMD), quando levou Virgílio Paez ao andebol. Desse modo, violou a norma que determina ser obrigatório a aprovação do CNMD para que qualquer médico integre o leque de oficiais de uma dada federação. As «performances» de Archer Mangureira levaram-no ainda a contratar um técnico brasileiro, que as nossas fontes identificaram apenas por Ricardo, para se ocupar da gestão de custos da clínica, com um salário que supomos chorudo em face da dívida corrente da clínica para com ele que até Julho passado estava avaliada em USD 1,5 milhões. Ao que nos foi assegurado, este especialista jamais apresentou qualquer relatório ou algo parecido à administração da Multiperfil, que paga os bilhetes de passagem das suas inúmeras viagens para o seu país de origem.

Rui Costa Reis arrastado para uma prisão espanhola

Detido, arrastado para a prisão e julgado no princípio de Setembro, Rui Costa Reis, patrão do decadente negócio de farinhas Intercomercial Moagens (ICM), proferiu declarações injuriosas contra a cidadania angolana, afirmações recolhidas nos autos de justiça, aos quais o Semanário Angolense teve acesso.

A detenção ocorreu a dois de Setembro na cidade espanhola de Cadiz, onde o empresário português se enrolou numa contenda de requintada violência física e verbal com Janice Cristina de Souza e Costa Reis (a esposa de quem aguarda uma acção de divórcio), em discussões que envolviam os dois filhos menores do casal.

Os autos fornecidos ao Semanário Angolense por uma fonte oficial espanhola dão conta de que no posto da Guarda Civil de Guadiaro, em Cadiz, Rui Costa Reis pretendeu negar alegações de Janice que o acusava de tentar arrancar-lhe os filhos à força, declarando expressamente: «sei perfeitamente que Angola não reúne condições para educar e manter os meus filhos».

Mais do que isso, na hora da detenção Rui Costa Reis fazia-se identificar com um único documento, um passaporte português com o número X-595217, tudo isso factos que levam a crer que para o fubeiro durante muitos anos paparicado pelo Governo, Angola apenas «reúne condições» para fazer e sacar dinheiro.

Rui Costa Reis foi julgado na sequência de duas queixas naquele dia dois de Setembro apresentadas à polícia espanhola por Janice, de nacionalidade brasileira, que se encontra a viver na Espanha com os seus dois filhos e uma irmã enquanto espera pela acção de divórcio, depois do casal ter rompido laços afectivos há oito anos.

Na primeira queixa, Janice foi ao posto policial de Guadiaro denunciar que na noite do dia anterior Rui Costa Reis invadiu a sua casa e a agrediu com uma cotovelada quando ela a impediu de entrar para o quarto em que dorme. Nesse dia, o suposto empresário usou dois argumentos para justificar a sua presença no domicílio da esposa à qual apenas legalmente continua vinculado: a começar, disse que ia ver os filhos, para, depois, exigir a restituição de um veículo detido em comunhão de bens pelo casal.

Os autos dizem que barrado à porta de entrada, Rui Costa Reis introduziu-se violentamente em casa de Janice quando a irmã desta, Rejany de Souza, abriu a porta da cozinha. O que se passou a seguir foi uma cena patética, quando o empresário começou a abrir gavetas e a levantar colchões à procura das chaves do carro, quando se trancou com os filhos no quarto de banho e quando se sentou num sofá dizendo que não abandonaria a casa sem o automóvel. Nisso chegou a polícia e o assunto teria morrido aí mesmo se, no entanto, Rui Costa Reis não tivesse regressado à casa de Janice às 23 horas desse mesmo dia, num estado emocional visivelmente abalado, tal como foi descrito pelas fontes do Semanário Angolense. Desta vez, o empresário saltou um muro para voltar a introduzir-se em casa da esposa. Surpresa, Janice voltou a contactar a polícia e essa não se fez rogada, mandando uma «força» com instruções para pôr um ponto final à zaragata. Nos primeiros momentos, Rui Costa Reis recebeu os guardas com bastante arrogância, dizendo que era cidadão comunitário oriundo de Portugal e que como tal não admitiria ser sequer tocado. Só depois que um dos guardas exibiu um par de algemas, o empresário percebeu que o caso estava mal parado e pôs-se pedir perdão, mas os seus sucessivos pedidos de clemência não foram mais atendidos.

Arrastado dali para a esquadra, recebeu ordem de prisão, tendo permanecido detido durante 24 horas enquanto era instruído um processo crime por autoria de «delito de maus tratos no âmbito familiar», em consequência do qual foi obrigado a comprometer-se por escrito a pagar uma pensão mensal de quatro mil Euros a Janice e seus dois filhos, assim como o colégio frequentado por ambos em Espanha.

De acordo com as fontes do SA, há mais de dois meses que Rui Costa Reis não cumpria as suas obrigações enquanto esposo e pai. Decidiu unilateralmente suspender a pensão a que a família tem direito, tendo sido necessário que um tribunal espanhol o coagisse a comportar-se como um chefe de família decente.

Rui Costa Reis teria dito a um juiz espanhol que suspendeu a pensão familiar por supostas dificuldades financeiras, algo que, no entanto, foi prontamente desmentido pelos seus familiares.

Alegando em Espanha dificuldades financeiras para apoiar a família, Rui Costa Reis espera receber, no dia 15, em Luanda, mais de 200 convidados para a festa do seu aniversário. Fontes próximas ao empresário luso disseram ao SA que a festa não ficará por menos de 90 mil dólares.

O empresário português Rui Costa Reis voltou a ser desmentido quando disse ao juiz espanhol que nunca teve nenhum problema com a justiça em qualquer parte do Mundo, tendo-lhe sido recordado que anos antes tinha sido julgado à revelia em Portugal, pela autoria de crimes de delito comum como furto e burla.

Separado de Janice há uns oito anos, o português Rui Costa Reis vive maritalmente com uma antiga miss Angola, a benguelense Giovana Pinto Leite.
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

0410

Saída de Isalino Mendes encoraja combate à corrupção

Presidente resistiu a pressões e abdicou do próprio estilo de governar
Sousa Neto

No quadro de decisões desde há muito ponderadas, o Presidente José Eduardo dos Santos livrou-se finalmente do peso de um dos seus representantes mais abominados

pela opinião pública, o antigo governador da província do Bengo, exonerado das suas funções no passado fim-de-semana.

Há muito que Isalino Mendes era amplamente criticado pelo que aparentava ser um misto de inépcia e falta de vocação para desempenhar altas funções no aparelho do Estado. Dessa combinação resultava a sua responsabilidade directa pela «letargia» que se verificava na vida económica e social da província do Bengo.

O que, no entanto, veio a confirmar-se mais recentemente, é que ao invés de governar, Isalino Mendes estava a enriquecer-se à custa do erário público, um facto que acabou por explicar, por si só, aquilo que as pessoas já não tomavam apenas como inépcia ou «letargia»: o homem estava a tecer as teias da corrupção, com o que, só em operações parcialmente conhecidas, desviou uns 2.5 milhões de dólares de fundos petrolíferos consignados ao Bengo entre 2001 e Abril deste ano.

A pergunta que perdura desde o fim-de-semana em que o governador do Bengo foi exonerado, persegue saber se o poder público ficar-se-á pelo seu afastamento, sem o responsabilizar civil e criminalmente pelos desvios que este ano lhe foram imputados pela Inspeção-Geral da Administração do Estado (Igae).

A opinião pública parte do princípio que por via de regra, membros do Governo e dos seus arredores envolvidos em crimes de corrupção e peculato são sancionados com o seu afastamento, não sendo encaminhados para a justiça, para serem castigados pelos seus desacatos.

É como se estivessem «acima de lei», onde o próprio Presidente José Eduardo dos Santos disse, por mais de uma vez, que «ninguém está». Por causa disso mesmo, aliás, é que se acredita que o Presidente da República está diante de uma soberana oportunidade de castigar Isalino Mendes de forma exemplar, para que com isso todos os outros gestores públicos recebam o inequívoco recado de que a farra que consiste na a apropriação ilícita de fundos públicos está a chegar ao fim.

O castigo exemplar que a opinião pública exige para Isalino e todos os outros da sua laia está alinhado com a visão de combate à corrupção recentemente proposta às autoridades angolanas pelo Fundo Monetário Internacional (Fmi), uma estratégia com a qual a instituição sugeriu que o Governo iniciasse a luta contra a corrupção levando para a prisão figuras do topo afectas ao próprio partido governamental.

Embora Isalino Mendes não seja o exemplo acabado do «peixe graúdo» que é o alvo da matéria profiláctica proposta pelo FMI, a verdade é que a sua punição deve ser encorajada, porque encorajadores já foram os passos dados pelo Presidente da República para chegar ao seu afastamento do posto de governador provincial do Bengo.

Neste caso particular, José Eduardo dos Santos resistiu a enormes pressões exercidas por pessoas do círculo familiar de Isalino Mendes, que, seguindo uma prática muito comum em situações do género, assediaram o gabinete do Presidente da República com súplicas de perdão para o governador que persistia no posto já preso por um fio de linha.

José Eduardo dos Santos também não se deixou impressionar por uma feroz campanha de «marketing» envolvendo a Tpa, que ineditamente foi levada a produzir um «talk show» em directo, a partir da cidade do Caxito, o Jornal de Angola, que anunciou a edificação de 500 casas como parte de um projecto de construção de uma nova cidade capital do Bengo, assim como a Rádio Nacional de Angola, que editou uma reportagem do tipo «aqui está-se bem».

Mais importante, contudo, é que com Isalino Mendes, o Presidente da República não utilizou uma prática que lhe é muito peculiar, que é a de congelar as suas decisões

quando são antecipadas pela imprensa (dias antes da exoneração de Isalino Mendes, o Semanário Angolense publicou uma matéria em que se dava conta do facto do inspector geral da Administração do Estado, Joaquim Mande, ter solicitado que José Eduardo dos Santos exonerasse o então governador provincial do Bengo).

No geral, há em todo o país um ambiente favorável ao combate à corrupção. Isalino Mendes aguarda que o Tribunal de Contas se pronuncie definitivamente sobre uma causa que tem por fim a justificação de gastos não explicados ocorridos no Bengo.

Esse mesmo Tribunal de Contas instou recentemente o actual embaixador de Angola na África do Sul, Isaac dos Anjos, a ressarcir o Estado num montante de um milhão e meio de dólares, no quadro de actos de malversação de fundos protagonizados quando o diplomata chefiava a Gestão de Fundos.

Na semana que hoje termina, essa instituição condenou o antigo director do Instituto Nacional de Bolsas (Inabe), Domingos Ebo, a devolver ao Estado a quantia de três milhões de dólares inerentes ao pagamento de subsídios de manutenção de estudantes bolseiros no estrangeiro de que se terá apropriado ao longo de vários anos.

O Tribunal Supremo, por seu turno, emitiu recentemente um mandado de captura contra o antigo governador provincial do Kuando Kubango, Jorge Biwango, exonerado depois de ter caucionado o massacre de um grupo de idosos acusados de feitiçaria.

O ambiente está propenso a que a Justiça seja levada aos redutos do poder, onde governantes e seus protegidos reinam numa total impunidade, em parte, por uma questão que o Presidente da República tem que resolver imediatamente, em nome da justiça pela qual clamam os governados.

É que o arrastamento de casos como o de Isalino Mendes na Justiça só pode ser compreendido no quadro dos critérios políticos que presidem a nomeação dos magistrados judiciais, entre os quais consta a sua fidelidade às causas políticas e ideológicas ao partido no poder.

Na verdade, essa forma de nomear magistrados judiciais pode vir a afigurar-se perversa, porquanto constitui uma forma de contaminação política dos processos de administração de Justiça que quebra o ímpeto generalizado de combate judicial à corrupção que, ainda que timidamente, aparenta estar a desenhar-se no país.

Com o afastamento de Isalino Mendes e de Manuel Pedro Pacavira, um outro «sanguessuga» que deixou pesados danos no Kwanza Norte, o Presidente da República acabou por mostrar que pode levantar o cacete para reprimir a corrupção. Espera-se, agora, faça a devida correcção do tiro para desferir certamente os seus golpes contra os que forem apanhados em tramas desse género, o que exigirá a remoção de obstáculos como os tabus e os critérios políticos que ainda impedem a luta.

0410

PR tira da cartola um Gabinete de Reconstrução Nacional

Quando governar não é prever

A direcção da nova estrutura foi confiada ao general Kopelipa, um homem conhecido pela facilidade com que finta e usurpa as competências alheias e, sobretudo, pela sua grande propensão para compras do Estado

Factos que ocorrem desde o princípio do ano fazem crer que o Presidente da República adoptou um novo estilo de governação. Pode dizer-se, à luz das evidências, que a gestão política e administrativa do país deixou de ser algo previsível no cômputo de qualquer teoria, passando a ser, ao contrário, uma permanente «caixinha de surpresas».

Em Janeiro deste ano, o Presidente da República surpreendeu o país, quando ao invés de nomear um governador para substituir Simão Paulo no Governo de Luanda, tirou da cartola uma Comissão de Gestão, que nomeou com o compromisso público da erradicação dos problemas de saneamento que a capital de país enfrenta.

José Eduardo dos Santos concedeu a essa comissão, integrada por Higino Carneiro (coordenador), António «Toninho» Van-Dúnem e Job Capapinha, um mandato de seis meses para resolver as astronómicas dificuldades de Luanda, sobretudo em termos de saneamento básico.

Seis meses depois, quando a opinião pública tinha para si que a Comissão de Gestão não tinha cumprido a missão que lhe fora confiada, tendo, antes pelo contrário, faltado à promessa feita, o Presidente da República voltou a surpreender quando foi ao palácio do Governo Provincial de Luanda reiterar a sua confiança à comissão e ao seu coordenador.

Vencido pelos elogios proferidos a seu favor pelo Presidente da República, o general Higino Carneiro, um homem temperado na caserna e no campo de batalha, não conseguiu, sequer, conter as lágrimas.

Reconduzido no cargo e com o lixo a resistir estoicamente aos esforços da Comissão de Gestão, Higino Carneiro julgou-se legitimado para exigir muito mais da Urbana 2000, a empresa que detinha o monopólio sobre o que já é o mercado de saneamento básico da cidade de Luanda e que é parcialmente atribuída a Isabel dos Santos, a filha mais velha de José Eduardo dos Santos.

As negociações encetadas em Julho deste ano com o envolvimento das mais altas instâncias do poder político do país não foram bem sucedidas. Com o Presidente da República em gozo de férias no exterior, foi Roberto de Almeida quem avalizou a ruptura entre o GPL e a Urbana 2000. Aqui pode ter começado a desgraça de Higino Carneiro.

É que já no passado, quando Simão Paulo tentou «endireitar» a Urbana 2000 e favorecer a abertura desse mercado a outras empresas, recebeu no dia seguinte a visita de um Presidente da República profundamente irado e especialmente decidido a depreciar o papel daquele governador provincial, declarando não estar convencido com as explicações que lhe haviam sido dadas para justificar os problemas que Luanda enfrentava naquela altura.

Voltando à vaca fria. Passados três meses sobre a comovedora cerimónia da sua recondução, o Presidente da República anunciou surpreendentemente o afastamento de Higino Carneiro da Comissão de Gestão Administrativa de Luanda, com um argumento que já em Janeiro, quando o general foi lá posto, toda a gente usava: na qualidade de ministro das Obras Públicas, Higino Carneiro já vivia demasiadamente assoberbado de trabalho, para ter que sobrecarregar-se também com os problemas de Luanda.

Na verdade, porém, deve considerar-se que é no histórico do confronto com a Urbana 2000 onde deve ser encontrada, pelo menos parcialmente, a explicação para a decisão presidencial de afastar Higino Carneiro da Comissão de Gestão de Luanda, e não no argumento oficialmente publicado de que isso se devia ao «crescimento das tarefas ao nível do Ministério das Obras Públicas», também capitaneado por esse general.

Duas semanas depois disso, o Presidente da República voltou a espantar o país quando mandou constituir um Gabinete de Reconstrução Nacional. Trata-se, segundo dizem fontes oficiais, de uma entidade que tem por objectivo auxiliar o Chefe do Governo nas tarefas de articulação de todos os projectos afins ao processo de reconstrução do país. Mas essas garantias não conseguem, contudo, afastar os temores de que se esteja perante uma estrutura que dificilmente resistirá à tentação de sobrepor-se aos

organismos governamentais instituídos para projectar as políticas de desenvolvimento do país.

Para começar, esse gabinete foi instituído num clima de alto sigilo, sendo o ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, a uma das poucas pessoas que partilhou com o Presidente da República o segredo da criação de tal órgão, exactamente por ter sido quem o propôs. Até o primeiro-ministro ficou a leste dos desenvolvimentos que deram lugar a essa decisão.

A explicação dada no Conselho de Ministros é a de que esse gabinete passará a ser um órgão de articulação das questões do processo de reconstrução nacional entre as instituições ministeriais, não havendo por isso qualquer possibilidade de que arrebate as funções do Governo.

Isso é bom de ouvir, mas não é seguro que assim seja. É necessário reter que está a falar-se do relacionamento entre os homens que conformam as instituições, e que o gabinete será liderado pelo actual chefe da Casa Militar da Presidência da República, Hélder Vieira Dias «Kopelipa».

No anedotário político, o general que agora também dirige o Gabinete de Reconstrução Nacional, é igualmente conhecido por «Robinho», uma referência ao exímio driblador do Santos Futebol Clube (do Brasil), feita para estabelecer uma comparação com a capacidade que «Kopelipa» tem de fingir e usurpar a «bola», sobretudo quando se trata de conduzir as aquisições do Estado.

O general «Kopelipa», que trouxe da África do Sul o Grupo Five, hoje um dos mais prósperos construtores imobiliários do país, detém a carteira da produção e fornecimento de fardas e botas para as Forças Armadas Angolanas (Faa) além de altos interesses no perímetro de irrigação da Matala. É também o rosto da Brigada Especial de Limpeza, uma entidade constituída por efectivos da Unidade de Guarda Presidencial (Ugp) e que reparte com outras empresas o dinheiro que o Governo de Luanda disponibiliza para a limpeza e saneamento da cidade.

Antes, teve sérios conflitos com João de Matos em decorrência de aquisições de material de guerra não sancionadas pelo Estado-Maior General das Faa. E agora que os dignitários vivem na expectativa de gastar os dois biliões de dólares emprestados pela China, os conflitos deslocam-se da luta pela ascensão política, para a da obtenção do comando das aquisições institucionais angolanas, o que vai fazendo com que o general Higino Carneiro perca cada vez mais influência no seu Ministério das Obras Públicas (Minopu).

Tornou-se recorrente ao longo do tempo em que teve preponderância sobre a edificação das infra-estruturas do país, que o general Higino teria «comido demais», o que trocado por miúdos significa que teria usurpado significativas somas de dinheiro.

Para barrar-lhe o caminho para o dinheiro chinês, o Presidente da República, que prima por dar do seu Governo uma imagem de estabilidade, não o exonera, mas ata-lhe as mãos com artifícios institucionais.

Mas se Higino Carneiro é, como se diz, um insaciável «comilão», as aquisições institucionais no âmbito da reconstrução nacional também não ficam melhor protegidas com a entrada em cena do general Kopelipa. Pelo contrário: aí os problemas são elevados à fatalidade. É que além da sua enorme capacidade de drible, Kopelipa é também conhecido pela sua insaciável «fome». Nos próprios círculos do poder diz-se que quando se trata de «comer», o general não tem sequer tempo para parar e fazer digestão. Por mais ligeira que seja.

Sonangol não abre mão das sanções

O regresso do fantasma do «Angolagate»

A Total Exploration et Production Angola, o apêndice angolano da petrolífera francesa Total, foi no dia 20 de Outubro último (há pouco menos de duas semanas, portanto), impedida de prosseguir as suas operações numa importante parcela do bloco três sobre a que acaba de caducar a licença de exploração, soube-se em Luanda de fontes oficiais.

O Semanário Angolense está em posse de um comunicado em que a administração da empresa francesas avisa os seus empregados desse facto, precisando que a 20 de Outubro, a Sonangol, empresa concessionária do Estado angolano, notificou a Total da decisão do Governo Angolano de não conceder a prorrogação dos períodos de produção do bloco 3/80.

Na verdade, essa área constitui-se num sub-bloco do bloco três, incluindo campos de produção como o Palanca, Pacassa, Búfalo e Impala. O Semanário Angolense não pôde determinar que peso têm esses campos no cômputo de produção petrolífera angolana, como também não apurou a sua importância no share Production da Total, que no ano passado foi de uma média de 160 mil barris de petróleo por dia.

O comunicado diz que a Sonangol solicitou que a Total E&P Angola preparasse a transferência das funções de operador desse sub-bloco, segundo modalidades e calendário a definir em discussões que iniciam «proximamente».

De acordo com o documento, a Sonangol reconhece o «trabalho exemplar» realizado pelas equipas da Total E&P Angola no sub-bloco 3/80, pelo que a empresa francesa compromete-se «a fazer valer», nas negociações anunciadas, «os direitos de todas as partes envolvidas, nomeadamente os direitos do pessoal e dos membros do grupo empreiteiro», composto pela Total E&P Angola (operador), Sonangol, Ajoco, Agip, Naphatagas e Ina Naphtaplin. A empresa manterá, entretanto, direitos sobre outras duas importantes parcelas do bloco três, os sub-blocos 3/85 e 3/91.

Fontes oficiais contactadas pelo Semanário Angolense disseram que esta decisão do Governo Angolano está relacionada com o facto das autoridades francesas não terem agido em conformidade com as garantias oficiais de que poriam fim a perseguição de Pierre Falcone, ministro conselheiro da representação da Angola na Unesco, no seguimento do escândalo de tráfico de armas e de lavagem de dinheiro conhecido por «angolagate».

Em Julho último, as autoridades angolanas decidiram não renovar as licenças da companhia francesa sobre os blocos três e 17, mas, no mês passado, autorizaram que a Total retomasse as operações naquele último bloco, em consequência de garantias formais recebidas de Paris, de que cessaria a perseguição a Pierre Falcone, algo tido como um «bom desenvolvimento» no cômputo da solução do «angolagate».

A Total E&P Angola é operadora dos blocos off-shore 3, 17, e 32 (este último em fase de exploração) e do on-shore do Soyo, através das associações Fina-Sonangol-Texaco (Fst) e Sonangol-Fina (SF). Tem participações nos blocos zero, dois e 14 (operados pela ChevronTexaco), no bloco 31, da BP e no bloco 33, da Esso.

A lei angolana prevê que em caso de não renovação das licenças petrolíferas, os investimentos e o património das concessões que disso forem alvo reverterem a favor do concessionário nacional de combustíveis, a Sonangol.

Os «mandões» são de Luanda

Severino Carlos

A criação do Gabinete de Reconstrução Nacional, um elemento novo introduzido na superestrutura governativa do país, está a levantar um pé-de-vento em torno de aspectos que têm a ver com a distribuição e localização dos centros de poder em Angola, e sobre quem efectivamente o exerce. Mas é preciso, em primeiro lugar, dizer que se trata de uma força-tarefa que resultou da percepção, por parte do Presidente da República, da existência de eixos nevrálgicos da governação que não estão a ter o desempenho que ele gostaria que tivessem.

De resto, em Dezembro do ano passado, José Eduardo dos Santos fez aquilo que raramente o vimos fazer quando, numa sessão do Conselho de Ministros, avaliou, identificou e admoestou os sectores e membros do Governo que, na sua óptica, tinham o pior desempenho. Os sectores sociais (Saúde e Educação) e produtivos (Agricultura, Indústria e Transportes), e ministros como André Brandão e Ana Dias Lourenço foram então severamente admoestados. De lá para cá o desapontamento de José Eduardo dos Santos subiu de tom e mais nomes se juntaram ao pelotão dos «menos queridos»: o próprio primeiro-ministro Fernando Dias dos Santos «Nandó», o titular da indústria, Joaquim David, e Higinio Carneiro.

Certo, contudo, é que o desapontamento manifestado pelo Presidente angolano, em surdina ou de viva voz, não se tem materializado numa profunda e célere reforma do aparelho governativo; sobretudo agora que o momento exige essa limpeza do balneário, em nome até do combate à corrupção ou mesmo da boa governação exigida por instituições financeiras internacionais como contrapartida para a entrada dos fundos externos necessários à operação de reconstrução nacional.

Sem fazer propriamente ouvidos moucos aos segmentos da sociedade que exigem essa reforma, José Eduardo dos Santos optou, porém, por seguir uma política de pequenos passos que traz uma imperceptível sensação de vazio no estômago: pretende-se algo mais concreto do que uma rotineira dança de cadeiras. Por conseguinte, reformas que deveriam obedecer a critérios de competência técnica, antes de qualquer outro item.

Mas a essa exigência da sociedade, ele respondeu exactamente com as alterações que fez ao executivo – condenando Isalino Mendes e uns poucos ineptos – e com a entrada em cena do Gabinete de Reconstrução Nacional. Em lugar de saciar a sede de reformas, o chefe de Estado angolano argumenta, entre os seus, que a sua contenção tem em vista a preservação dos equilíbrios regionais, fragilizados pela guerra prolongada que o país teve de enfrentar. Segundo o Presidente, se agisse de maneira a privilegiar os tecnocratas, o poder ficaria cada vez mais concentrado nas mãos destes últimos, com o que se poria em causa o aludido desiderato de equilíbrio regional.

«Destrocando», José Eduardo dos Santos está a falar de algo que, teoricamente, é qualquer coisa como garantir uma partilha mais equitativa do poder executivo em conformidade com critérios de natureza étnica. Numa palavra, «espalhar o mal pelas aldeias».

Mas vendo bem, não é isso que está acontecer. O equilíbrio almejado está longe de ser realidade. Quando se olha mais atentamente para o elenco governativo do país, tendo por critério a naturalidade dos ministros, facilmente esbarramos na contradição entre aquilo que é a filosofia que o Presidente da República diz prosseguir e o que a realidade demonstra.

Compulsando estatísticas em que não são considerados os vice-ministros, temos que Luanda é a província com maior número de representantes no Governo: onze, a começar

pelo próprio Chefe do Governo, José Eduardo dos Santos! Também nasceram na capital o primeiro-ministro (Fernando Dias dos Santos «Nandó») e a sua prima e titular do Planeamento (Ana Dias Lourenço), bem como os ministros do Interior (Osvaldo Serra Van-Dúnem), da Administração do Território (Virgílio Fontes Pereira), da Cultura (Boaventura Cardoso), Correios e Telecomunicações (Licínio Tavares) e dos Petróleos (Desidério Costa). Também é de Luanda o ministro-adjunto do Primeiro-Ministro, Aguinaldo Jaime. Embora tenha nascido «acidentalmente» no Huambo, como os angolanos gostam de dizer, o ministro da Educação, António Burity da Silva, é originário de uma das famílias mais emblemáticas da capital. O Mapess Pitra Neto também é de Luanda.

Segue-se a província do Kwanza-Sul com quatro ministros: das Finanças (José Pedro de Moraes), dos Transportes (André Luís Brandão), das Obras Públicas (Higino Carneiro), e da Comunicação Social (Hendrick Vaal Neto). Estão depois várias províncias com dois ministros: o Huambo entra no clube com os ministros da Justiça (Paulo Tjipilika) e da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Gilberto Lutucuta Buta); o Bengo tem as pastas das Relações Exteriores (João Miranda) e dos Antigos Combatentes (José Pedro Van-Dúnem); Malange entra com os ministros da Energia e Águas (Botelho de Vasconcelos) e o das Pescas (Salomão Xirimimbi) e o Zaire tem Joaquim David (Indústria) e Sita José (Urbanismo e Ambiente).

Ainda com dois ministros está a província do Bié: são bienos a ministra da Família e Promoção da Mulher (Cândida Celeste), e o titular da pasta da Assistência e Reinserção Social (João Baptista Kussumua).

Com um representante apenas estão as províncias de Cabinda (Marcos Barrica, Juventude e Desportos), do Cunene (Albertina Hamukwaia, Saúde), da Huíla (Kundi Payhama, Defesa), do Uíje (Manuel Africano, Geologia e Minas), de Benguela (Jorge Valentim, Hotelaria e Turismo), da Lunda-Sul (João Baptista Ngandangina, Ciência e Tecnologia) e da Lunda --Norte (Joaquim Ikuma Muafuma, recém nomeado para o ministério do Comércio).

Por conseguinte, uma leitura rigorosa dos números atesta que, em termos de distribuição geográfica, o centro de gravidade do poder executivo está em Luanda, sendo este um dado que deita por terra o argumento esgrimido pelo Presidente da República como um factor que o impede de efectuar reformas governamentais de fundo, pondo os ovos na cesta correcta e deitando para o caixote do lixo os que realmente não prestem.

Se quisermos usar a dicotomia norte-sul, também acabamos por verificar uma supremacia das regiões a norte do rio Kwanza. São, rigorosamente, 18 ministros do norte contra 12 do sul. Mais uma razão para o Presidente procurar endireitar o eixo de gravidade, sendo, contudo, obrigado a fazê-lo com critérios racionais que não menosprezem a competência dos eleitos.

Entourage presidencial é o reduto do «poder»

Em boa verdade, não é possível fazer-se uma abordagem do poder em Angola sem que aportemos onde ele representa verdadeiramente a sua expressão máxima. Não adianta doirar a pílula: caros senhores, o poder real encontra-se na «entourage» do Presidente da República. Fora desse círculo se o que há não é paisagem, a verdade é que também não passa de periferia.

Já todos neste país perceberam que um assessor de José Eduardo dos Santos vale mais, muito mais, do que um ministro, um membro do Governo propriamente dito. Por alguma razão será que é lá que muitos querem começar e, se necessário for, apodrecer de velho.

Centro de eminências pardas, é no chamado «inner circle» presidencial que são tomadas

as decisões cruciais da vida do país. Geralmente, é nos seus «muchachos» que José Eduardo dos Santos delega poder para estes tratarem de assuntos de vital importância para o país, seja isso a amortização ou a renegociação de um débito com um país ou outro fornecedor externo. São eles também que muitas vezes se encarregam dos grandes contratos externos, principalmente aqueles cujos contornos são mais nebulosos e por isso exigam sigilo.

Aí se faz a alta política e é também lá que começa o circuito financeiro do país. Que se saiba, nessas lides não há nenhum «pé rapado», sendo por isso de toda a justiça afirmar que os seus integrantes fazem parte da classe de novos-ricos do país. Por isso é que é raro encontrar um assessor do Presidente que queira trocar o seu lugar por outro no Governo, salvo seja por razões totalmente imponderáveis.

Mas seja como for, quando um assessor sai da Presidência para assumir um cargo no executivo, a maior parte das vezes sonha com o retorno ao «clube dos deuses». Muitos foram os que saíram para uma voltinha lá fora e acabaram por regressar. Há também muitos que se agarram ao posto, nem que chovam canivetes. A única exceção, que no entanto confirma a regra, é a de José Leitão, que renunciou ao cargo de chefe da Casa Civil, presentemente exercido por Carlos Feijó.

Mas, na realidade, para efeitos da análise que se está a fazer, o que é importante notar é que nesse verdadeiro «clube de poderosos» estão essencialmente dignitários que nasceram em Luanda. O que associado ao facto da maioria dos membros do Governo propriamente dito terem também o seu cordão umbilical na capital do país faz dela o centro onde se concentra o poder em Angola.

É de Luanda e é membro da «entourage» presidencial, onde dirige a Casa Militar, Hélder Vieira Dias «Kopelipa», esse mesmo que não se tem poupado a esforços para empurrar Higino Carneiro para o precipício. O chefe da Casa Civil, Carlos Feijó, também é luandense, tal como o são António Van-Dúnem, secretário do Conselho de Ministros, Archer Mangureira e Justino Fernandes, ambos assessores para os assuntos económicos e sociais, respectivamente. Juntam-se ao séquito Aldemiro Vaz da Conceição, o porta-voz, e Carlos Teixeira, assessor jurídico.

Na realidade, o único assessor todo-poderoso que não é de Luanda é o «patrão» dos serviços de inteligência do país, Fernando Garcia Miala, que nasceu no Zaire. Mas, se quisermos, podemos acrescentar ao cortejo Adelino Peixoto, o secretário-geral da Presidência, e Carlos Alberto Ferreira, assessor diplomático. Peixoto é do Huambo e Ferreira é do Uíje.

Perante tudo isso, a última palavra é do Presidente da República. Se quiser ser justo, então deverá necessariamente alienar algum do poder abissal que os seus homens dispõem, repartindo-o por outros segmentos. Só assim dar-se-á total crédito que o que está a ser prosseguido é um equilíbrio regional autêntico.

Nessa conformidade, o Presidente poderá aproveitar para deitar um olhar mais atento ao que se está a passar noutros importantes centros de tomada de decisão política, como é o caso da Assembleia Nacional, um órgão de soberania cuja direcção está nas mãos de Roberto de Almeida, um «catetense» com todas as letras e com tudo o que isso tem de «perverso» para os restantes grupos étnicos. Quer tudo isso dizer, em suma, que as duas mais altas figuras do país são membros do mesmo grupo étnico, o kimbundu. Pode isso ter peso algum para ferir susceptibilidades?

Pruridos à parte...

O Governo do país «escureceu»

Não há um só ministro de raça branca!

Num país em que os decisores não tiveram quaisquer pruridos em registar a raça dos cidadãos no bilhete de identidade, a abordagem a seguir faz todo o sentido. Há um fenómeno que está a introduzir elementos diferentes na politologia angolana – um cada vez maior «escurecimento» do poder executivo do país. Dito de outra forma, o actual Governo não tem um único ministro de raça branca! Trata-se de algo cujas causas certamente concitarão a explicação abalizada de politólogos, historiadores e sociólogos. Mas por ora já se pode ir dizendo que tudo isso significa que entramos num ciclo histórico diferente, de maior equilíbrio racial no que diz respeito ao exercício do poder político.

O país estará, por certo, a vencer os constrangimentos que levaram a que, imediatamente após a independência, esse equilíbrio racial nas principais instâncias fosse bastante precário. Bom seria, no entanto, que isso augurasse proximamente expectativas positivas noutros eixos importantes – maior justiça social e um menor fosso entre classes e grupos sociais.

Mas voltando ao princípio: o poder político do país «escureceu» mesmo! Ao lado da inexistência de ministros brancos no executivo, está outra constatação que não se pode negligenciar: há apenas um ministro mestiço, Higino Carneiro, que tem a pasta das Obras Públicas.

Membros de raça branca no actual executivo são apenas vice-ministros, mas até estes contam-se pelos dedos de uma mão e mesmo assim sobram dedos. São os casos de Severim de Moraes, vice-ministro do Planeamento, e João Alves Monteiro, um dos coadjutores de Paulo Tjipilika no ministério da Justiça, que entraram no Gurn junto com João Seródio, antigo «vice» do Ambiente. Quando o Gurn foi investido, em Abril de 1997, o panorama era mais colorido. Nessa altura, foram três os ministros de raça branca empossados: Emanuel Carneiro (Planeamento), Manuel Duque (Indústria) e João Moreira Pinto Saraiva (Energia e Águas). O mesmo número de ministros mestiços: Alcântara Monteiro (Finanças), Fátima Jardim (Pescas), Sardinha de Castro (Juventude e Desportos). Hoje, apenas resta Higino Carneiro, que passou de vice-ministro da Administração do Território – depois do «defeso» no Kwanza-Sul – a ministro das Obras Públicas.

Junto com Higino Carneiro, por altura do empossamento do Gurn contavam-se outros «vices» mestiços, casos de Roberto Leal Monteiro «Ngongo» (Defesa), Maria Idalina Valente (Planeamento), Amadeu Neves (Transportes), Abílio Gomes (Finanças), Alexandra Simeão (Educação), Teresa Cohen (Saúde) e Ana Maria Guimarães (Correios e Telecomunicações). Deste grupo, apenas resistem as «vices» da Educação e dos Correios e Telecomunicações, às quais se juntaram, entretanto, Filomena Delgado (Família e Promoção da Mulher) e Vitória Espírito Santo (Saúde).

Classe castrense

O fiel da balança

Estamos muito longe da «síndrome da Guiné»

Se há sector em que quase sempre os nervos andaram ao nível da «epiderme», com burburinho aqui e desinteligências acolá, este é o da classe castrense. Mas não obstante o facto das Forças Armadas sempre terem sido muito «sensíveis» neste aspecto, diga-se de passagem que as autoridades do país souberam lidar com isso, mesmo nos momentos em que o «equilíbrio» dos comandos dos três ramos das Forças Armadas se revelava de certa maneira frágil.

Actualmente, não é possível afirmar taxativamente que o pior já passou, mas há menos tormenta com o general Agostinho Nelumba «Sanjar» à frente do Estado-Maior General

das Forças Armadas Angolanas, secundado por Pedro Neto (Cem da Força Aérea), Mateus Ângelo «Vietname» (Cem do Exército) e pelo Comandante da Marinha de Guerra.

Aqui, também, há caso para dizer que o poder militar «escureceu», no que foi um acto de sabedoria e prudência. De resto, o mesmo fenómeno de equilíbrio deu-se na polícia de um modo geral, a começar pela de intervenção rápida, que está hoje mais em condições de conter amotinados do que se tornar ela mesma num foco de rebelião.

Por conseguinte, pode afirmar-se, com mais ou menos segurança, que se antes um motim já era muito difícil de imaginar, presentemente há muito menos probabilidade de vermos despoletar uma «guerra» de casernas. Valha-nos Deus, não ser propriamente no nosso país que mora a «síndrome da Guiné». Já estamos muito longe disso...

Onde eles param?

Nem todos os antigos membros do Governo «not coloureds», ao deixarem a máquina do Estado, compulsivamente ou por vontade própria, se tornaram grandes magnatas ou uns nababos a nadar em petrodólares. Certo, certo mesmo, é que ninguém está a passar mal ou a contar tostões...

Antigo ministro da Indústria, Manuel Duque é agora um consultor de empresas. Fruto de influências que angariou no passado, conseguiu um «tachinho» como Cônsul do Uruguai em Angola.

Depois das «guerras» que fez e lhe foram feitas enquanto foi membro do Governo, Emanuel Carneiro tornou-se hoje um respeitado professor universitário em Luanda. Já Sardinha de Castro continua ligado ao Estado, com um cargo de direcção no Porto Comercial de Luanda. Ora, se um estivador de um qualquer terminal dá um jeito à vida, então o nosso homem não pode estar a assar... sardinhas!

Monteiro Leal Ngongo foi acomodado na Embaixada de Angola em Moscovo. Ser embaixador é o exílio doirado de muitos. Não tem razões para reclamar seja o que for. Fátima Jardim também não o pode fazer. Até porque o pelouro das Pescas é dos que proporcionam algumas «alegrias» a todo aquele que por lá passar. «Fató» que não é nenhuma distraída não pode ter ficado a ver navios a passarem ao largo. Há muitos mais na lista, mas estes bastam para exemplo...

O peso do «vil metal»

Ao avaliar-se o fenómeno «coloured or not coloured», concluir-se-á que à perda de poder político os grupos mestiços e brancos responderam «encafuando-se» no reduto económico-financeiro. E agora talvez se coloque à discussão a questão de saber o que é mais importante: poder político ou poder económico? Porém, convém notar que o poderio financeiro dos grupos brancos e mestiços encontra-se, essencialmente, no sector privado, onde souberam abocanhar o que há de mais apetecível.

Na realidade, hoje já dificilmente os encontramos no topo das grandes empresas estatais, também designadas de «estratégicas», cujas administrações «enegreceram». Os presidentes de conselhos de administração são em geral negros. Alguns casos: ao leme do Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (Fdes) está Paixão Franco; Mateus Neto é o Pdg da transportadora aérea nacional (Taag); Manuel Vicente é o «boss» da cobiçada Sonangol; Paixão Júnior e Generoso de Almeida estão ao comando dos dois bancos comerciais do Estado (Bpc e Bci); Arnaldo Calado dirige a central de diamantes (Endiama) e Lucrécio Costa e Rui Gourgel são os Pca's das duas grandes companhias de água e electricidade da capital do país – Epal e Edel. A Ene está sob a direcção de Eduardo Nelumba. O mesmo se passa nas direcções da imprensa pública, onde não se encontra sequer um branco ou mestiço para contar a história. No fundo,

Sílvio Vinhas (Porto Comercial de Luanda) e Eduardo Veloso (Unicargas) são dois «resistentes» mestiços à testa de «colossos» do sector empresarial do Estado.

A influência indiscutível dos «not coloured» é exercida na iniciativa privada, para onde as suas atenções se viraram mal o país inflectiu a marcha em direcção à economia de mercado. Exemplo disso é a composição da direcção da Associação Industrial Angolana (Aia), em que Aurélio Cabenda é o único negro.

0410

0410

0410

0410

0410

0410